

Organizadores

Ronaldo Bernardino Colvero

Danilo Pedro Jovino

Edson Monteiro Paniagua

Relações
de **Fronteira** **4**
e Interdisciplinaridades

© **Organizadores**

Ronaldo Bernardino Colvero; Danilo Pedro Jovino;
Edson Monteiro Paniagua (Org.), 2020.

Organizadores

Ronaldo Bernardino Colvero
Danilo Pedro Jovino
Edson Monteiro Paniagua

Autores:

Adelar Heinsfeld	Juliana Lima Moreira Rhoden
Ana Luiza Setti Reckziegel	Lisianne Sabedra Ceolin
André Iser Siqueira	Maísa Dorneles Casagrande
Angela Quintanilha Gomes	Marina Gabrieli Barbosa de Andrade
Augusto Junior Clemente	Matheus Furtado
Bianca Tams Diehl	Monique Soares Vieira
Carolina Oliveira Dias	Muriel Pinto
Danilo Pedro Jovino	Renata Gomes da Costa
Davide Carbonai	Ronaldo Bernardino Colvero
Domingos Sávio de Azevedo	Rubya Souza Garcia
Douglas Moreira Dornelles	Simone Barros de Oliveira
Evandro R Guindani	Thais Rezende Machado
Fernanda Cristina Foss De Zorzi	Tiara Cristiana Pimentel dos Santos
Geovana Stella Vilharquide	Valmor Rhoden
Gustavo de Carvalho Luiz	Viviane Pouey Vidal
Jeremyas Machado Silva	Yáscara M. N. Koga Guindani

Apoio Técnico e Operacional:

Gustavo de Carvalho Luiz
Luis André Antunes Padilha

Revisão de língua portuguesa:

Dra. Jeane Mari Spera

Projeto gráfico e editoração:

Guilherme André de Campos

Impressão e acabamento:

Triunfal Gráfica e Editora

Relações³ de Fronteira⁴ e Interdisciplinaridades



Assis - SP
2020
Triunfal Gráfica e Editora

Conselho Editorial

Dra. Adriana Dorfman,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Dra. Ana Sofia Antunes das Neves,
Instituto Universitário da Maia, Portugal

Dr. Alfredo Gugliano,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Dr. Augusto Junior Clemente,
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Dr. Astor Antônio Diehl,
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Dr. Carlos Schmidt Arturi,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Dra. Cristina Pereira Vieira,
Universidade Aberta, Portugal

Dra. Dália Maria de Sousa Gonçalves da Costa,
Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. Giorgio Sacchetti,
Università di Roma Tre, Itália

Dr. Luiz Carlos Tau Golin,
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Dr. Davide Carbonai,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Dra. Eli de Fátima Napoleão de Lima,
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Dra. Rita de Cássia Greco dos Santos,
Universidade Federal de Rio Grande, Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vania Aparecida Marques Favato – CRB/8 – 3301

R382 Relações de fronteira e interdisciplinares 4 / Organizadores
Ronaldo Bernardino Colvero; Danilo Pedro Jovino e Ed-
son Monteiro Paniagua. - São Borja: Unipampa – Universi-
dade Federal do Pampa; Assis: Triunfal Gráfica e Editora,
2020.
302 p. : il.

Vários autores
ISBN:

1. Brasil - Fronteiras. 2. Políticas públicas. I. Colvero, Ro-
naldo Bernardino. II. Jovino, Danilo Pedro. III. Paniagua,
Edson Monteiro.

CDD 980

Sumário

- 1 APRESENTAÇÃO 9**
- 2 UM BREVE ENTENDIMENTO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DO ATUAL RIO GRANDE DO SUL 11**
Ronaldo Bernardino Colvero
- 3 O USO DA HISTÓRIA POR RIO BRANCO NAS VITÓRIAS DIPLOMÁTICAS DO BRASIL NAS QUESTÕES FRONTEIRIÇAS 29**
Adelar Heinsfeld
- 4 FRONTEIRA E REVOLUÇÕES NO BRASIL MERIDIONAL (1893-1897) 47**
Ana Luiza Setti Reckziegel
- 5 A FRONTEIRA PLATINA: GUERRA, POLÍTICA E IDENTIDADE REGIONAL 63**
Jeremyas Machado Silva
- 6 HISTÓRIA REGIONAL: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E METODOLÓGICAS A PARTIR DA REDUÇÃO E ESTÂNCIA SAN FRANCISCO XAVIER 81**
Tiara Cristiana Pimentel dos Santos
- 7 HISTORIA AMBIENTAL DE LA CAMPANHA: CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS Y PAISAJÍSTICAS DE LA LOCALIDAD ARQUEOLÓGICA TOURO PASSO 99**
Viviane Pouey Vidal
- 8 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: QUEBRANDO PARADIGMAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EDIÇÃO 2018 119**
Carolina Oliveira Dias
Danilo Pedro Jovino
Ronaldo Bernardino Colvero

- 9 A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
ANÁLISE DE INDICADORES EDUCACIONAIS NO
MUNICÍPIO DE SÃO BORJA-RS 139**
Evandro R. Guindani
Yáscara M. N. Koga Guindani
- 10 INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA E POLÍTICAS
EDUCACIONAIS ENTRE AS CIDADES GÊMEAS DE SÃO
BORJA-BRASIL E SANTO TOMÉ-ARGENTINA 155**
Muriel Pinto
Lisianne Sabedra Ceolin
Domingos Sávio de Azevedo
André Iser Siqueira
- 11 POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO À SAÚDE:
CONTEXTUALIZANDO A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE
DO TRABALHADOR EM UMA CIDADE DE FRONTEIRA 179**
Fernanda Cristina Foss De Zorzi
Angela Quintanilha Gomes
- 12 COMUNIDADES TEMÁTICAS DA CIDADANIA NO
BRASIL: UMA EXPLORAÇÃO INICIAL A PARTIR DO
SCIELO (1987-2016) 199**
Augusto Junior Clemente
Geovana Stella Vilharquide
- 13 REFORMA TRABALHISTA, SINDICATO DOS
METALÚRGICOS E RELAÇÕES INDUSTRIAIS NO VALE
DO RIO DOS SINOS 219**
Davide Carbonai
Thais Rezende Machado
- 14 A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS
DE PEQUENO PORTE: UM ESTUDO MULTICASO 233**
Gustavo de Carvalho Luiz
- 15 MULTI, INTER E TRANSDISCIPLINARIDADE: BREVES
REFLEXÕES TEÓRICAS 259**
Matheus Furtado
Ronaldo Bernardino Colvero
- 16 DESIGUALDADE DE GÊNERO E *REVENGE PORN*: A
CULPABILIZAÇÃO DA MULHER DIANTE DA VIOLÊNCIA 271**
Monique Soares Vieira
Rubya Souza Garcia
Renata Gomes da Costa
- 17 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE UMA CIDADE
DA FRONTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL E SUAS
POLÍTICAS EDITORIAIS NA DIVULGAÇÃO DE SUICÍDIOS 287**
Juliana Lima Moreira Rhoden
Valmor Rhoden
Douglas Moreira Dornelles

Apresentação

A redemocratização da década 80 do século XX possibilitou que as universidades, em contato com a produção das ciências humanas e sociais, principalmente, da França, Inglaterra e Estados Unidos, sem a “*vigilância epistemológica*” do antigo regime, trilhassem trajetórias teóricas e metodológicas que possibilitaram diversas leituras e compreensões históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade brasileira, dizendo-nos das suas complexidades. Essas produções estiveram concentradas, até então, nos centros acadêmicos da região sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro com novas interpretações do Brasil, do litoral em direção ao interior e que se por um lado foi e continua sendo importantes, por outro, significa a imposição de um “*euro centrismo*” que se traduz, por exemplo, nos currículos de história da educação básica a universidade. De forma concomitante, a essa hegemonia do sudeste, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre Vale do Rio dos Sinos e Passo Fundo, no campo da história e da arqueologia, as produções acadêmicas ganham espaços e o interior do continente sul americano, em específico o Rio Grande do Sul, o Uruguai, a Argentina e Paraguai são desvelados em outras dinâmicas, em olhares para o sul. “*buscando o sul*”

No século XXI, no ano de 2008, a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA se estabeleceu na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul. Essa interiorização possibilitou não só continuar olhando ao sul, mas estar no sul, onde seus dez campi, começaram a demarcarem novas fronteiras. É nesse contexto, que o grupo de pesquisa, “*Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai*” do campi São Borja, se constituiu no ano de 2011, chegando nesse ano de 2019, a sua 4ª publicação, “*Relações de Fronteira e Interdisciplinaridades*”, como resultado do trabalho coletivo e o intercâmbio acadêmico e la vontade de estar e viver essas fronteiras do sul.

O grupo de pesquisa, “*Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai*” se constitui de pesquisadores das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Sociais Aplicadas. Essa característica interdisciplinar possibilita múltiplas abordagens sobre as fronteiras do Cone

Sul. Entre esses pesquisadores temos: historiadores, arqueólogos, geógrafos, filósofos, sociólogos, psicólogos, cientistas políticos, administradores, bacharéis em serviço social, direito, comunicação e gestão ambiental. Destaca-se nesse grupo, a presença de jovens pesquisadores que da graduação, já transitam em programas pós-graduação *stricto sensu* o que nos diz da capacidade renovação do grupo de pesquisa na sua formação, sem perder o olhar sobre as fronteiras do sul.

Nessa 4ª edição, *“Relações de Fronteira e Interdisciplinaridades”*, os trabalhos aqui apresentados, estão compostos em três grupos que nos permitem compreender e perceber diversos momentos da *“... tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai”*. No primeiro grupo de trabalhos, temos abordagens históricas, geográficas, geopolítica, políticas, econômicas e ambientais perfazendo um percurso até meados do século XX. Esses trabalhos por sua vez nos dizem de concepções diferentes de regiões e fronteiras, resultados também das dinâmicas dos processos históricos e sociais e de lugares de saberes, de trocas, de experiências e vivências e (re) produtoras de memórias e identidades. No segundo grupo, os trabalhos se voltam para um olhar amíúde sobre a fronteira, no séc. XXI, como: a realidade e prática na educação, o meio ambiente, o direito, a violência contra a mulher, o cárcere feminino, a desigualdade de gênero, a integração São Borja Santo Tomé, os editoriais dos jornais locais. Essas abordagens trazem problemas contemporâneos com características locais e regionais e que se articulam e compõem as dimensões nacionais e transnacionais, sem podermos desconsiderar que as origens das desigualdades esta na formação dessas fronteiras. O terceiro grupo de trabalho refere-se, aos temas referentes à cidadania, a reforma trabalhista que perpassam e incidem sobre essas fronteiras, pois é no local onde a cidadania e o trabalho se efetiva.

Desejamos boas leituras e que esta edição de *“Relações de Fronteira e Interdisciplinaridades”*, também possa nos aproximar, como no tango de Astor Piazzolla e Fernando E. Solanas. *“Vuelvo al Sur,/Como se vuelve siempre al amor,/Vuelvo a vos/ Con mi deseo, con mi temor”*

Ronaldo Bernadino Colvero
Danilo Pedro Jovino
Edson Romario Monteiro Paniagua

Um breve entendimento do processo de ocupação do espaço do atual rio grande do sul

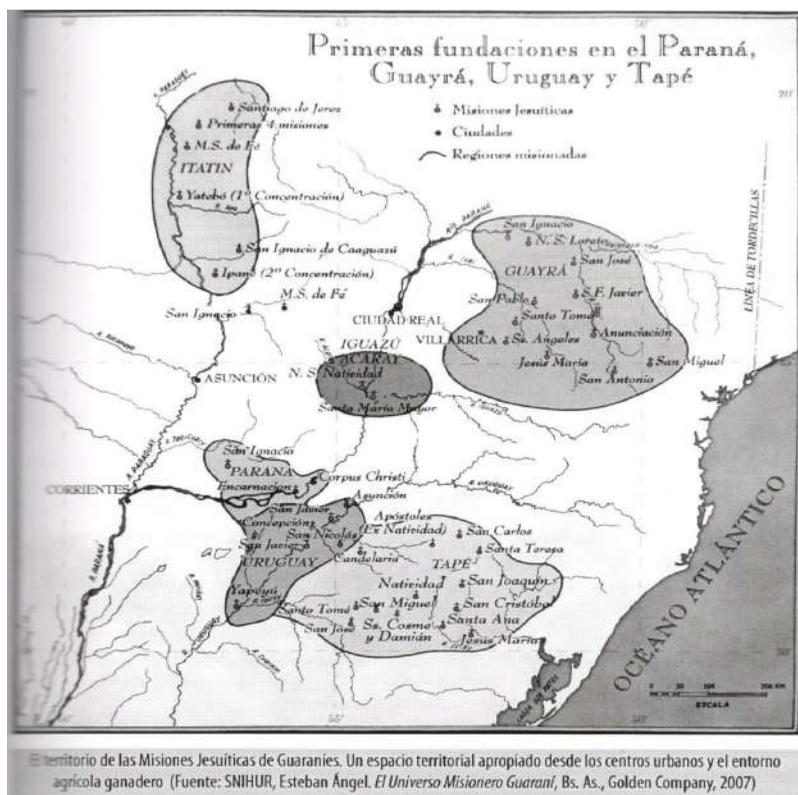
Ronaldo Bernardino Colvero

Durante o século XVII, a ocupação holandesa no Nordeste brasileiro e em algumas regiões da África, estas abundantes em mão-de-obra negra, forçou os portugueses no Brasil a se deslocarem em direção ao sul, em busca de mão de obra escrava. Para tanto, foi aprisionado o gentio não reduzido e também os que estavam reduzidos nas missões jesuíticas situadas na região de Itatins e Guairá, na margem esquerda do rio Paranapanema, fundadas pelos missionários da Companhia de Jesus em 1607. As incursões portuguesas receberam o nome de “entradas” e “bandeiras” e tinham, como principal intuito, o ganho econômico através do aprisionamento de mão-de-obra, destinada para as lavouras que os portugueses possuíam.

Os jesuítas tinham como objetivo reduzir o índio para “convertê-lo à fé cristã, livrando-o de sua cultura pagã que era considerada como obra do diabo”, e também para “remissão dos pecados, dessa forma o fim maior da evangelização se confirmava para alcançar de Nosso Senhor uma grande estima da gloriosa empresa que lhes confiou, e fazer-se instrumentos aptos seus para a conversão de tantos fiéis”.

Segundo Mário Maestri, “o projeto jesuítico era o mesmo para todo o novo mundo. Reunir em uma aldeia diversas comunidades nativas, submetê-las à autoridade colonial e convertê-las ao cristianismo e ao que se considerava como civilização”.

Figura 1 – Primeiras fundacionais em el Paraná, Guayrá, Uruguay y Tapé



Fonte: SNIHUR, Esteban Angel. El Universo Misionero Guaraní, Bs, As, Goldem company 2007. Las misiones Jesuíticas: la construcción de una territorialidad. In Gutierrez, Ramon. El territorio de las misiones jesuíticas de guaraníes: una nueva vision sobre el patrimonio cultural/ Ramon Gutierrez, 2017.

São Paulo, ou melhor, a capitania de São Vicente, com as incursões bandeirantes, tornou-se uma área especializada no aprisionamento e venda de gentios. Mas, ao contrário do que se pensava, eles não se destinaram para a região açucareira e, sim, segundo estudos de John Monteiro, permaneciam na própria província de São Vicente, como mão-de-obra nas fazendas. Segundo Júlio Quevedo e José Tamanquevis: “O Jesuíta representava uma ameaça, pois disputava a mão-de-obra indígena; os luso-brasileiros queriam escravizá-los, enquanto os jesuítas queriam cristianizá-los e especializá-los em uma profissão para a autodefesa.”

Com os ataques dos luso-brasileiros e os interesses dos espanhóis, os jesuítas viram-se obrigados a migrar para o sul, penetrando em território sul-rio-grandense, em 1626, na chamada zona do “Tape”, e, a partir daí, fundar reduções. Essas penetrações no território sulino deram-se sob bandeira espanhola, pois os primeiros jesuítas que vieram para a América estavam sob o comando da Coroa espanhola. Logo, a sua estabilização temporária na região Sul deu-se justamente em razão de uma estratégia geopolítica da Espanha para o continente americano.

Tanto as reduções do Tape como, mais tarde, as reduções e estâncias missioneiras do lado oriental do rio Uruguai, chamadas por muitos historiadores como os Sete Povos das Missões, faziam parte do sistema colonial espanhol, pois foram criadas pela necessidade de ocupação do espaço e para impedir o avanço português. Essa ocupação foi conseguida através da criação das reduções dentro dos princípios cristãos, que impunham ao índio uma doutrina, e também das estâncias com a finalidade da criação de gado bovino, para alimentação dos reduzidos. Entretanto, as reduções representavam para os índios a possibilidade de não serem escravizados, tanto pelos *encomenderos* espanhóis quanto pelos luso-brasileiros de São Vicente. Conforme relatos do padre Roque Gonzáles, fundador das missões, referentemente à região do Tape, o índio, por vezes, resistia ao processo reducional, dificultando em certos momentos o trabalho do jesuíta. E continua: “No período reducional os missionários defrontaram-se com muitas adversidades, tanto internas (sublevações indígenas, ação de animais ferozes) quanto externas (o *encomendero* espanhol e as bandeiras escravistas)”. Entretanto, os jesuítas tinham uma grande preocupação em documentar tudo o que acontecia dentro do espaço reducional, e para isso escreviam todos os seus relatos dos acontecimentos em forma de cartas denominadas de Cartas Anuais. Esse instrumento permitiu, séculos depois, estudar o modo de vida desenvolvido dentro da província jesuítica do Paraguai. Muitas dessas cartas registravam que as missões seriam construídas nos lugares que tivessem alguma significação especial, ou que fossem sagrados para os guaranis. Tal cuidado, por consequência, facilitaria o contato com os povos originários, além de transformar o espaço já

construído pela cultura guarani em espaço reducional cristão. As estâncias tinham outra lógica, pois seus objetivos eram diferentes dos da redução: embora nesses locais houvesse uma pequena estrutura, como currais, igreja e alojamentos para o administrador, quase sempre era um irmão jesuíta e outros os encarregados de manter os trabalhos.

O ano de 1636 foi marcado por um desastroso incidente: iniciaram-se os ataques às reduções do Tape, chefiados por Raposo Tavares. Conhecidos como “entradas” e “bandeiras”, esses ataques tinham como principais objetivos a exploração do pau-brasil e o aprisionamento de índios para serem utilizados como escravos nas fazendas do Nordeste e do Sudeste da Colônia. As expedições chefiadas por Raposo Tavares enquadravam-se como “bandeiras”, porque seu intuito era o aprisionamento dos índios que se encontravam reduzidos na região do Tape.

Diante dessa ameaça externa, os padres da Companhia de Jesus perceberam a necessidade de se organizar para os combates, entendidos como uma Guerra Santa. Essa guerra acabou com a batalha de M’bororé, na margem direita do rio Uruguai, no ano de 1641, e foi justificada e defendida ideologicamente pelos *Exercícios espirituais*, escritos por Ignácio de Loyola, a partir de 1522, e publicados em 1548.

A partir de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento, em frente ao porto de Buenos Aires, e com o retorno dos jesuítas ao local de suas antigas reduções, ficou claro que as nações ibéricas estavam interessadas em permanecer definitivamente na região, iniciando-se, assim, um processo de conflito político, militar, econômico e religioso. O objetivo luso era intervir no comércio espanhol, pois vinha sofrendo duras perdas desde 1640, quando do término da União Ibérica.

Desde 1640, o contrabando mostrava uma ascensão na região do Prata, onde os portugueses, através da Colônia do Santíssimo Sacramento, mantinham um intenso comércio de manufaturas, principalmente inglesas. Isso deixava os espanhóis desgostosos, levando-os, em consequência, em 1680, a atacar o reduto português. Quanto aos índios, acreditavam que a região pertencia aos domínios espanhóis e, portanto, ao seu rei. Conforme relata Fernando Camargo:

O Prata foi, durante todo o período colonial no continente americano, o mais importante ponto de contato entre as colônias espanholas e portuguesas. De fato, os conflitos e os intercâmbios – lícitos e ilícitos – entre essas duas colonizações não foram tão significativos no restante da imensa fronteira entre o Brasil e os *virreynatos* da América do Sul espanhola, como na bacia do rio da Prata, onde se mostraram inúmeros e constantes.

Segundo Quevedo e Tamanquevis, “em agosto de 1680, os índios missioneiros atacaram o reduto, sobrando poucos sobreviventes”. Com isso, os portugueses ameaçaram guerrear com a Espanha, o que resultou no Tratado Provisório de 1681, pelo qual a Colônia foi devolvida aos portugueses.

A partir da segunda metade do século XVII, as reduções em território sulino estavam organizadas econômica, política e culturalmente de uma forma independente da espanhola, iniciando-se um processo cada vez mais intenso de expansão territorial rumo ao sul, como se verifica pela narrativa de Fernando Camargo:

As reduções, ou missões, de San Luís, San Borja, San Miguel, San Ángel, San Juan, San Lorenzo e San Nicolás se desenvolviam a olhos vistos e se transformavam nas pérolas da experiência missionária jesuítica.

O território básico que ocupavam era delimitado pelos rios Uruguai, Ibicuí e Jacuí, mas suas adjacências se estendiam, através das chamadas *estâncias* dos povos, até os campos orientais, às proximidades do rio Negro.

O retorno dos jesuítas à região do Tape em 1682 deu-se, sobretudo, pelas pressões sofridas com a grande procura pelo couro na economia platina. No entanto, o interesse por esse produto, abundante na região ao norte do Prata, também se deu por parte dos lusos, que já possuíam um ponto mais ao sul sob seu domínio, a Colônia do Santíssimo Sacramento.

Em 1737 foi fundado, na região da atual cidade de Rio Grande, o forte Jesus Maria José. A vila de Rio Grande de São Pedro, pode-se dizer, foi o primeiro agrupamento urbano do Rio Grande do Sul, no qual havia um dos principais meios de liga-

ção com o resto do continente e com a Europa: o porto. Por esse motivo, a região era o alvo principal de muitos contrabandistas, que vinham por terra ou por mar, e cujo objetivo era transportar suas mercadorias para outros lugares. Os portos sempre atraíram os olhares dos invasores e, portanto, era necessário proteger esses espaços, pois o acesso ao continente se dava por esses locais, como podemos observar através da comunicação efetuada via carta para os padres da província jesuítica do Paraguai, solicitando às reduções do Paraná e do Uruguai, que enviem índios para fortificar o porto e a cidade de Buenos Aires.

José Martinez de Salazar, envia comunicação para os padres da província jesuítica do Paraguai, solicitando as reduções do Paraná e do Uruguai, que enviem índios para fortificar o porto e a cidade de Buenos Aires. Sua escrita informa que os ingleses mantem suas forças em alto mar e também atracados nos portos brasileiros, cita também o casamento da filha tirana de Portugal com aquele rei, e este possibilitou que estes povos possam navegar em alto mar até os mares do sul. Esta comunicação solicita quantitativos de índios para construir e contribuir uma proteção na região, tem como objetivo bloquear as possíveis invasões para que não cause danos no comércio com a Espanha e também para a religião católica. Aclama os filhos da companhia de Jesus que seriam os mais interessados em que se mantenha a soberania espanhola nesta região, para que isto aconteça é necessário que as reduções venham socorrer Buenos Aires. Que as reduções do Paraná e do Uruguai da província do Paraguai que enviem 300 índios, e que disponibilizassem em trazer tabuas de cedro, e outras madeiras, bancos, remos, varas e outros materiais, que necessitem as embarcações. Que os índios venham com a maior brevidade possível para que comecem a trabalhar. 29 de setembro de 1663.

Nesse período, podemos observar a importância do rio da Prata, pois era a porta de entrada para o centro da América e o principal meio de comunicação entre as reduções e o processo de ocupação implementado pela coroa Espanhola. Outra questão importante que o documento nos traz diz respeito à importância

das reduções para manter o espaço ocupado, pois, a solicitação, para as reduções, de um quantitativo de índios, mostra o papel e objetivos determinados pela coroa e implementado pelos jesuítas no continente americano.

Em 1738, a Coroa portuguesa chegou a criar na vila de Rio Grande a Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro, sediada naquela localidade, mas subordinada ao comando existente em Santa Catarina, que, por sua vez, obedecia às determinações provenientes do Rio de Janeiro. Essa medida e a distribuição de sesmarias próximas a Rio Grande visavam a manter o domínio sobre a área. Conforme relata Quevedo, “a expansão portuguesa preocupava sobremaneira os missionários. Nas correspondências dos jesuítas da década de 1740, sobressai a preocupação com a presença portuguesa e a missão dos povoados de defender a fronteira espanhola na Zona do Rio da Prata”. Nota-se aí uma tentativa de os índios criarem uma identidade espanhola para defender os interesses da Coroa, com ênfase no resguardo da fronteira espanhola.

Segundo Sandra Pesavento, as Missões eram

[...] unidades economicamente desenvolvidas, praticamente autônomas, exportando para a Europa, enviando tributos ao Geral de Companhia, em Roma, com influência política dentro dos Estados Católicos da Europa, a Companhia de Jesus tornou-se pouco a pouco uma ameaça. Generalizou-se o boato de que a ordem jesuíta se constituía num “Estado dentro do Estado e que os padres estariam com intenção de fundar um ‘Império Teocrático na América’”.

Contrapondo-se a isso, Mário Maestri afirma, em sua obra, *História do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*, que

[...] jamais houve projeto jesuítico de construção de um reino teocrático-cristão nas Américas – Império Universal. Após algumas décadas, quando as comunidades nativas estavam estabilizadas, elas transformavam-se em doutrinas, ficando sob a autoridade eclesiástica dos bispos e, portanto, das Coroas Ibéricas, responsáveis pela administração religiosa nas colônias.

Quevedo afirma, analisando a obra *A cristandade colonial: mito e ideologia*, de Riolando Azzi, que “a Missão fazia parte do projeto de Cristandade Colonial, no qual o jesuíta foi o principal artifício, ao converter o guarani em ‘índio reduzido’”.

No período que compreendeu o final da primeira metade do século XVIII, as condições de diálogo entre os espanhóis, os luso-brasileiros e os guarani-missionários na região do Prata eram quase insustentáveis, pois “espionagem, táticas, armamentos, avanços, retrocessos, roubo ou pilhagem de gado, contrabando, eram elementos rotineiros no processo de expansão e ocupação da região”.

É importante comentar que o espaço geográfico regional que abrigava os guaranis era manejável e disperso, e foi nele que se desenvolveram todos os tipos de relações econômicas, políticas e sociais dos índios. Na região é que se forma a identidade. E, nessa região, foi-se, aos poucos, transformando a identidade guarani em identidade espanhola, pela persuasão da aculturação empreendida pelos jesuítas. Como se pode observar, conforme comenta Júlio Quevedo: “[a Coroa] transformou os índios em súditos, agentes e defensores da causa política.”

Enquanto, na Europa, os vassalos das Coroas de Portugal e Espanha disputavam as terras por meio de lutas, nos meios políticos ocorria uma permanente troca de acusações, motivadas pela expansão ibérica na América, com ocupação de regiões desconhecidas. Para isso, baseavam-se no Tratado de Tordesilhas, que definia limites de fronteira, embora ninguém soubesse precisamente onde estavam esses limites. Nesse contexto, os monarcas das duas Coroas assinaram, em 1750, um novo tratado, com objetivos políticos, econômicos e geográficos: o Tratado de Madri. Conforme Sandra Pesavento, como uma “zona economicamente rica e constituindo ameaça política à segurança das monarquias ibéricas, a região dos Sete Povos foi colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madri”.

No setor econômico, as Missões possuíam papel importante dentro do Estado Espanhol na América, pois exportavam grande quantidade de produtos, inclusive para a Europa. Os índios reduzidos industrializavam a erva-mate e tinham uma colheita farta. Eles possuíam duas formas de trabalho com a terra: *Tupã-baé*, que nada mais era do que as terras de Deus, onde eles trabalhavam co-

munitariamente, durante um certo período, e o que colhiam revertia para a comunidade; *Aban-baé*, que eram terras de uso próprio de cada família indígena, mas que não eram mais bem exploradas em razão da falta de tempo e de energia suficiente para o trabalho.

Como todos os outros meios de produção, a terra era da comunidade, formada pelos padres e pelos representantes da Coroa, e de Deus. Os índios, por consequência, defendiam essa terra e a bandeira castelhana.

Outro processo econômico que teve grande expansão em virtude das Missões foi a criação de gado, que havia sido trazido, já em 1555, pelos irmãos Góis e que, posteriormente, foi conduzido até o Peru. Em 1634, quando da primeira tentativa de redução dos índios, os jesuítas trouxeram o gado da outra margem do rio Uruguai, o qual, quando de seu retorno para lá, ficou solto, tornando-se mais tarde o principal atrativo para os bandeirantes de São Paulo e espanhóis da região do Prata.

Politicamente, os indígenas reduzidos estavam organizados de uma forma que os convencesse de que realmente participavam da administração das reduções, pois, segundo Júlio Quevedo, “a Missão representava a ampliação política do Estado espanhol na Zona do Prata, avançando até onde o governo não conseguia chegar”.

Ana Luiza Reckziegel registra que

[...] o fato de o território sulino não mostrar maior atrativo econômico, que tornasse possível o seu enquadramento nos moldes mercantilistas adotados pela economia da época, e a sua própria distância física do centro administrativo da colônia confinaram-no a um isolamento que só seria rompido mais de dois séculos depois de 1500.

Se o Rio Grande do Sul não atraiu, nos primeiros tempos, o olhar do colonizador, logo depois, colocar-se-ia numa posição de importância, se não econômico-política, pelo menos estratégico-militar.

A partir daí, como já se viu, o principal objetivo dos portugueses passou a ser a conquista das terras que levassem até a região do Prata, justificando-se pelo *uti possidetis* da terra. No momento em que isso ocorresse,

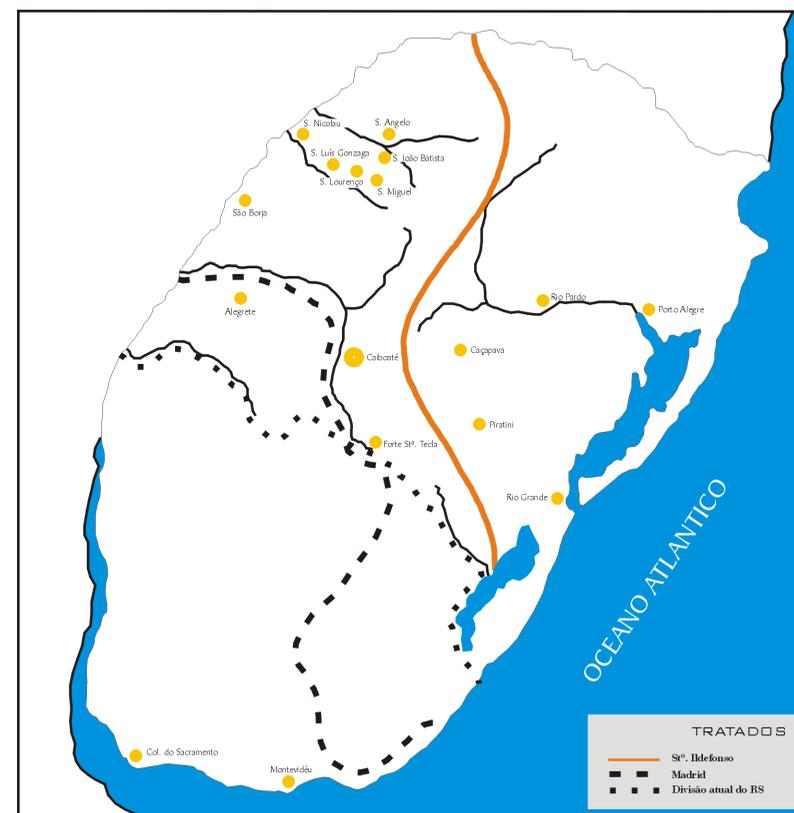
[...] a região sulina iria adquirir relativo significado econômico em decorrência das necessidades do centro do país durante o período minerador, especificamente no que tangia à apropriação do gado, que serviria de alimento e meio de transporte para aquela zona; também no que se referia à estreita vigilância sobre a atividade comercial desenvolvida pelo porto de Buenos Aires, que resultou na fundação da Colônia do Sacramento, ponta-de-lança das ambições portuguesas sobre a bacia do Prata.

Entretanto, com o início da demarcação das terras que estavam sendo passadas para o domínio português, com o tratado de Madri de 1750, os índios reduzidos nas Missões revoltaram-se. Esse fato acabou gerando a Guerra Guaranítica, que se iniciou em 1754 e acabou com o combate de São Miguel, onde os índios foram massacrados e derrotados pelos portugueses em 1756.

Em 1760, pela necessidade de conceder maior poder de decisão e autonomia, foi criada a Capitania do Rio Grande de São Pedro, com sede em Rio Grande, mas ainda subordinada ao Rio de Janeiro. E, em 1761, foi assinado entre Portugal e Espanha o Tratado de El Pardo, que não anulava completamente o de Madrid, mas devolvia as Missões Jesuíticas ao domínio espanhol e a Colônia do Sacramento, a Portugal.

Em virtude da guerra dos sete anos na Europa, as Coroas Ibéricas novamente se atacavam na América. Mesmo com a paz, pelo menos provisoriamente na Europa, em 1777, a terceira ofensiva castelhana, que tomou a Ilha de Santa Catarina e novamente ficou de posse da Colônia de Sacramento, levou a que fosse assinado um novo Tratado, o de Santo Ildefonso. O tratado tinha por objetivo a troca das Missões e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina, bem como a renúncia à navegação nos rios da Prata e Uruguai, por parte de Portugal. Foi definida, a partir de então, uma faixa de terra na divisa das duas fronteiras, entre a lagoa Mirim, lagoa Mangueira e a costa atlântica, como terras neutras, não pertencentes a nenhuma das Coroas. No entanto, os “Campos Neutrais”, como ficaram conhecidas tais terras, serviram como uma das principais rotas de contrabando entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental.

Figura 2 – Mapa do Rio Grande de São Pedro com as divisões do Tratado de Madri e Santo Ildefonso



Fonte: LAZAROTTO, Danilo. História do Rio Grande do Sul. In: PESAVENTO, História do Rio Grande do Sul, p.25.

Até 1801, o Rio Grande de São Pedro ficou, portanto, praticamente rasgado ao meio, com as Missões sob o domínio e governo espanhol leigo. Pelas considerações de Thomas Whigham, pode-se ter uma ideia de como se desenvolveu a política do governo espanhol nas Missões:

After the jesuits departed, the mission region passed into the hands of Royal agents, an arrangement that theoretically safeguarded the interests of the Indians. In fact, the new administrators systematically looted the missions and, with the help of Correntino profiteers, reduced the Guaraní population to little better than slaves. The Spaniard's singleminded pursuit of profits from yerba production meant

the neglect of subsistence agriculture, leaving the Indians chronically malnourished. The secular authorities within the Upper Plata showed little concern; in some cases, they even disregarded the Indian's need for clothing. Writing in 1799, Félix de Azara commented, "I believe I can positively say that not a single pueblo has been given a complete set of clothing, not even once, since the expulsion of the Jesuits, and I emphasize... that I do not exaggerate".

No caso do Rio Grande do Sul, reforçou-se a mercantilização da economia sul-rio-grandense, com o fortalecimento das estâncias produtoras de charque, somente a partir de 1810, quando *"a indústria do charque gaúcho adquire grandes proporções devido à impossibilidade da indústria platina, de carne seca, atender ao mercado consumidor."*

No ano de 1801, os portugueses, tendo à frente o estancieiro Manuel dos Santos Pedroso, juntamente com José Borges do Canto e mais alguns homens, conquistaram as Missões orientais, o que levou a que começasse a se definir a fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Segundo Fernando Camargo:

A tomada do Povo de São Borja encerrou o capítulo da tomadas das Missões pelas armas portuguesas. Excetuando-se momentos nos quais os espanhóis tentaram forçar os passos do rio Uruguai, tendo sido repelidos em todas as tentativas. Uma partida portuguesa ousou ainda, dia 19 de novembro de 1801, cruzar o rio, atacando e saqueando o povoado de São Lucas da Conceição.

A dominação portuguesa só foi possível em razão da vontade dos indígenas de se submeterem à Coroa portuguesa, ou melhor, à indiferença desses diante do acontecido, excetuando-se algum caso mais específico, pois não houve qualquer reação contrária. A partir de então, houve vários confrontos entre portugueses e espanhóis para manterem sua soberania sobre esse território. No entanto, no final de novembro de 1801, os luso-brasileiros deram um aviso ao vice-rei de Buenos Aires, marquês de Sobremonte, afirmando terem recebido notícias do Tratado de Paz de Badajós, no qual se assegurariam as possessões e cessaria

o fogo. Mais tarde, Sobremonte receberia determinações de Buenos Aires confirmando tal ação.

É importante salientar que, no Tratado de Paz de Badajós, não se comentara em parte alguma sobre as questões referentes à América Meridional, e, sim, sobre as fronteiras luso-espanholas na Europa. As fronteiras luso-brasileiras e hispano-platinas, como a divisa com o Uruguai, só começaram a ser definidas com os tratados de limites de 1851. Portanto, pode-se concluir que

[...] talvez a explicação do *malón* de 1801 resida não somente neste ou naquele argumento, mas no conjunto de expectativas individuais e coletivas que calavam fundo no espírito e nas necessidades dos homens e mulheres que se envolveram diretamente nos acontecimentos, as quais deviam ser as mais variadas e díspares, sem, contudo, impedir que possamos efetuar uma aproximação histórica, no sentido de construir um quadro panorâmico e compreensível, a partir dos elementos de análise e interpretação que dispomos.

Cabe se fazer uma ressalva neste ponto para entender o que seria o *malón*, a fim de elucidar a questão que envolve os acordos de fronteiras e a situação beligerante, constantemente verificada na região Platina. Esse fato foi marcado, primordialmente, pela relação entre as coroas ibéricas na região do Prata, relacionado diretamente à guerra das Laranjas que ocorria na Europa. Dessa forma, um grupo de luso-brasileiros, composto principalmente de contrabandistas e desertores e, dentre eles, Manoel dos Santos Pedroso, José Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida, que se propuseram a retomar a posse dos Sete Povos da Missões para a coroa portuguesa. Esse ato foi citado na literatura da área como um levante de *maloqueiros*, *bandoleiros*, portanto, um *malón*. A partir daí, as disputas territoriais foram marcadas por discussões, sobretudo diplomáticas, sobre quem deveria ter direito às terras, até que se entrasse em acordo por meio de um tratado de paz.

Vê-se, entretanto, que estão intrinsecamente ligados os interesses daqueles bandoleiros e os benefícios que a coroa concedia nessa região, principalmente a doação de sesmarias, que teve grande procura, também, por parte de estancieiros do centro do país, militares e funcionários do Império que buscavam uma

propriedade onde pudessem desenvolver alguma atividade capitalista. Inicialmente, essas atividades não fugiram do modelo já consagrado pelos jesuítas na região sul: a criação do gado e a produção de alguns produtos de consumo alto, como a erva-mate.

Referências

Archivo General de La Nacion de Buenos Aires, sala IX 6-9-3.

CAMARGO, Fernando. *O malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clío Livros, 2001. p.149.

FLORES, Moacyr. *Reduções jesuíticas dos guaranis*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997. (Coleção História, 17).

GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p.59.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. 2.ed. Passo Fundo: Ediupf, 2000. p.61. (Cadernos do Núcleo de Estudos Históricos Lingüísticos).

MAESTRI, *Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. 2.ed. Passo Fundo: Ediupf, 2000. p.61. (Cadernos do Núcleo de Estudos Históricos Lingüísticos).

MONTEIRO, John. *Os negros da terra*. São Paulo: Terra, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. (Série Revisão, 1).

QUEVEDO, Júlio. *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*. São Paulo: Edusc, 2000. p.87.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p.13.

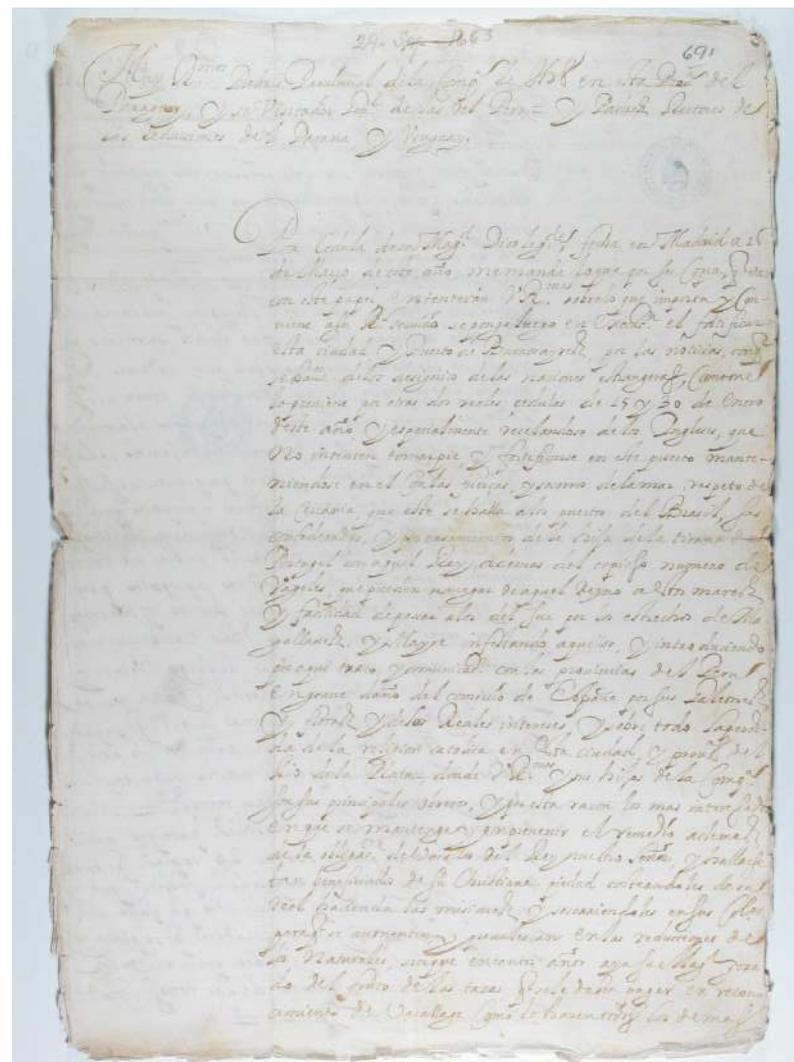
SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina x Brasil: a questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SNIHUR, Esteban Angel. El Universo Misionero Guaraní, Bs, As, Goldem compani 2007. Las misiones Jesuíticas: la construcción de una territorialidad. In: Gutierrez Ramon. *El territorio de las misiones jesuíticas de guaraníes: una nueva vision sobre el patrimonio cultural*. Ramon Gutierrez, 2017.

WRIGHAM, Thomas. *The politics of river trade: tradition and development in the Upper Plata, 1780-1870*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1991. p.111-112.

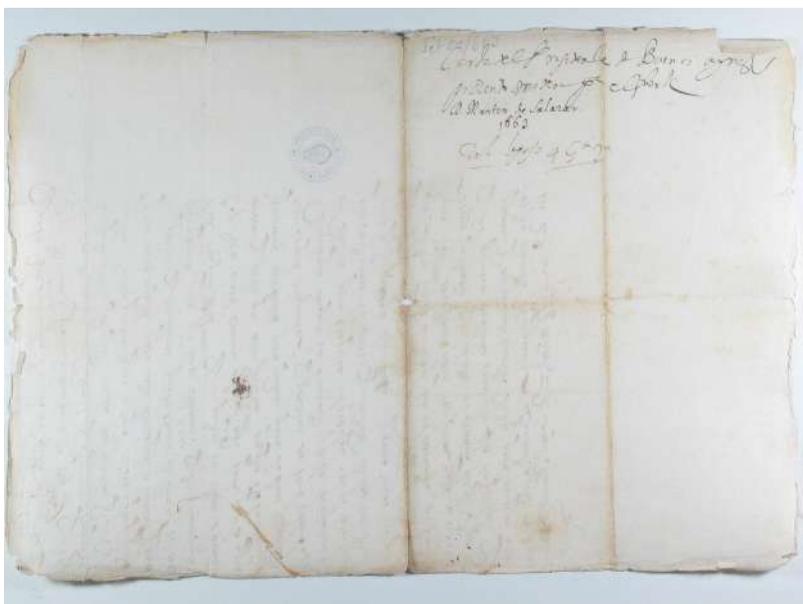
Anexos

Anexo 1 – Comunicação enviada às missões jesuíticas em 1663. Archivo General de La Nacion de Buenos Aires, sala IX 6-9-3 documento 222.



Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The text is dense and fills most of the page. A circular stamp is visible in the lower right corner.

Handwritten text in a cursive script, likely a letter or document. The text is dense and fills most of the page. A circular stamp is visible in the lower left corner.



O uso da história por Rio Branco nas vitórias diplomáticas do Brasil nas questões fronteiriças

Adelar Heinsfeld

Introdução

Construtor de fronteiras – essa é uma das tantas cognominações recebidas pelo Barão do Rio Branco. Uma parte significativa da sua atuação, no campo das relações internacionais, foi dedicada aos problemas fronteiriços com inúmeros países da América do Sul. Dentre todas as questões de fronteiras, nas quais a atuação de Rio Branco foi abordada de forma exaustiva pela historiografia brasileira, algumas foram resolvidas por simples acordos diplomáticos; outras constituíram-se em verdadeiras batalhas diplomáticas em que, muitas vezes, pouco faltou para desencadear conflitos armados entre os países litigantes.

Ao defender os direitos do Brasil, Rio Branco sempre fez uso da história para resolver as pendências lindeiras. Neste trabalho, apresentamos algumas reflexões iniciais sobre a forma como Rio Branco utilizou a história para elaborar a defesa brasileira junto ao árbitro, o presidente dos EUA, na chamada Questão de Palmas, com a Argentina.

Rio Branco, historiador

“O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa. É capaz de escrever, sem esquecer uma minúcia, como eram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestidos seus marinheiros, o nome das plantas mais vulgares da praia de Porto Seguro, onde ancoraram aqueles navios.” Assim Eduardo Prado deixou registrada sua impressão sobre o amigo barão do Rio Branco, diplomata, geógrafo, jornalista, historiador.

Opinião semelhante tinha José Veríssimo ao escrever: “Ele é seguramente um dos mais profundos sabedores de nossa história; a nossa história militar, porém, desde o período colonial, ninguém talvez a conheça como ele. Ele sabe, sem errar, o nome dos navios ou dos regimentos e o número exato dos soldados, marinheiros e comandantes, oficiais, peças”.

Em artigo publicado pela *Revista Americana*, no ano seguinte à morte de Rio Branco, Liberato Bittencourt tentando analisar o perfil psicológico do ex-ministro das relações exteriores, escreve:

Rio Branco com a bossa desenvolvida do historiador, não descansou um momento, a argamassar dados, com os quais mais tarde pensava construir o edifício, inda nem ao menos projetado, da história militar pátria. Visitou então todas as bibliotecas e arquivos afamados, colhendo informações e dados, copiando ou fazendo copiar documentos importantes, em Portugal, na Holanda, na Espanha, na Inglaterra, na França, por toda a Europa em suma, modesto, sereno, infatigável, a ponto de se tornar um erudito tal, em coisas brasileiras, que capaz seria de escrever, sem omitir uma simples minúcia, tudo o que havia relativo ao Brasil desde a especial construção das naus de Pedro Álvares Cabral, até as torres couraçadas dos nossos poderosos couraçados.

“O historiador – eis a principal feição intelectual do barão do Rio Branco” afirma categoricamente Liberato Bittencourt. Segundo o conterrâneo do Barão, ele “tinha uma queda especial para esse gênero difícil de indagações, que ele próprio sustentava ser a sua vocação.” O autor chega a afirmar, de uma forma um tanto exagerada, que Rio Branco seria o Alexandre Herculano brasileiro, que “se não chegou, como tanto desejara, a escrever a história do Brasil sob moldes novos, foi porque vida não teve longa para tanto” e “o diplomata absorveu inteiro o historiador.”

Desde muito cedo, José Maria Paranhos da Silva Junior, o futuro barão do Rio Branco, entendeu a importância dos estudos históricos. Aos 18 anos, o jovem Paranhos escreveu uma biografia de Barroso Pereira, comandante da fragata “Imperatriz”,

que morreu em combate aos argentinos, em abril de 1826. Pouco tempo depois, publicava *Episódios da Guerra do Prata*, usando o pseudônimo “X”, na *Revista do Instituto Científico*, em Recife. Em 1865, escreve a biografia do General José de Abreu, Barão do Sêrro Largo, que se destacou nas lutas platinas, e que mais de uma vez impediu que o território brasileiro no Rio Grande do Sul sofresse invasão estrangeira.

Esse trabalho histórico levou-o, dois anos mais tarde, a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No início desse trabalho, Paranhos Junior já se queixava do desleixo existente em relação à história:

Nem o passado, nem o futuro do país atrai entre nós a atenção pública, que descuidosa se deixa absorver na contemplação dos sucessos e dos homens do presente. Para os acontecimentos do passado – desse passado ainda tão recente, mas tão útil em grandes exemplos e lições proveitosas – só há esquecimento e indiferença da parte de quase todos, e até escárnio e ridículo da parte de muitos.

Ao analisar esse texto, um dos seus biógrafos, Álvaro Lins, aponta o que será sempre uma das preocupações do Rio Branco historiador: “o historiador das pesquisas diretas nos arquivos.” Outro de seus biógrafos, Viana Filho, afirma que Paranhos Júnior “seguramente informado de seu assunto, senhor de copiosa documentação, o autor, ao narrar os efeitos do biografado, ia pondo as coisas em seus devidos lugares.” Nesse trabalho, o futuro Barão “não se eximiu sequer de apontar alguns erros de Varnhagen e Pereira da Silva, na ocasião os mais reputados historiadores do Brasil.”

Na mais recente biografia de Rio Branco, Luís Claudio Villafañe Gomes Santos descreve o método de trabalho usado pelo futuro patrono da diplomacia brasileira:

Desde os tempos da Faculdade de Direito, Paranhos tinha por método dedicar-se a pesquisas extensas e aparentemente desordenadas, elaborar notas dispersas sobre os temas mais variados e deixar a redação final dos textos para muito perto do prazo final de entrega, um pouco à maneira dos jornalistas pressionados pelos

prazos de fechamento. Assim seria também com as defesas que depois redigiria para as duas arbitragens em que advogou a causa brasileira.

Em 1867, como complemento à sua formação superior, José Maria Paranhos Júnior empreende uma viagem à Europa. Segundo Álvaro Lins, “o senso histórico levou-o em Portugal a deter-se no norte do país, no território que havia sido o dos antepassados da família Paranhos.”

No ano seguinte, ao retornar da viagem à Europa, é nomeado professor de História e Geografia do Colégio D. Pedro II, substituindo Joaquim Manoel de Macedo, mais conhecido como o autor do romance *A Moreninha*, que havia sido eleito deputado pelo Partido Liberal. No entanto, a chance de “desenvolver sua enorme vocação de historiador na cátedra que ocupava no Colégio Pedro II” durou pouco. Em julho de 1868, os conservadores voltaram ao poder, a Câmara dos deputados foi dissolvida e o professor titular, Joaquim Manoel de Macedo, voltou a ocupar seu cargo. Ao perder o emprego, como uma espécie de prêmio de consolação, nas eleições seguintes, em 31 de janeiro de 1869, Paranhos Junior elegeu-se deputado por Mato Grosso, província pela qual o pai, Visconde de Rio Branco, logo depois indicado para presidente do Conselho de Ministros, era senador vitalício.

Após acompanhar o pai nas negociações do pós-guerra do Paraguai, e já nomeado cônsul em Liverpool, entre 1875 e 1876, faz as anotações na edição brasileira da obra *Guerra da Tríplice Aliança*, de Louis Schneider. Na verdade, com as anotações, o futuro Barão do Rio Branco constrói um outro livro. Duas ordens de conhecimentos históricos destacam-se nas notas: a história diplomática e a história militar. Através de comentários, reconstrói a linha uniforme da diplomacia imperial no Prata, durante o segundo reinado. E completa o texto de Schneider na descrição das batalhas, com números exatos de soldados, armamentos, combates. “Juca Paranhos foi, assim, aos trinta anos, o nosso primeiro historiador da guerra do Paraguai, e o mais completo.”

Em 1889, foi publicado, em Paris, o livro *Le Brésil em 1889*, cujo capítulo intitulado *Esquisse de l'Histoire Du Brésil*, referente

à parte histórica, foi redigido por Rio Branco. Mais tarde, esse texto foi publicado em separata, no Brasil, com o título *Esboço da História do Brasil*.

“D. Pedro II, imperador do Brasil, pode ser considerado a melhor expressão do pensamento de Rio Branco como historiador e como publicista. O livro revela, com clareza, sua posição frente à conjuntura política brasileira logo depois da abolição.” Esse livro – *D. Pedro II, imperador do Brasil* –, uma biografia de D. Pedro II, foi encomendado pelo conde de Nioac, camarista do imperador, a Benjamin Mosse, grande rabino de Avignon, que já era um escritor de certo renome na França. Mosse, devido ao seu pouco conhecimento sobre o Brasil, recebeu de Nioac a indicação de Paranhos Junior para auxiliá-lo na redação da obra. “A qualidade e o detalhamento das informações, especialmente as relativas a temas diplomáticos e militares, deixam claro que o barão do Rio Branco foi ‘o verdadeiro autor desse livro’, fato reconhecido pelo próprio Mosse em carta que lhe escreveu.”

Enquanto cônsul do Brasil em Liverpool, Rio Branco aproveitou o tempo ocioso para se dedicar ao estudo da história e da geografia do Brasil. Instalou a família em Paris, para não precisar ficar o tempo todo em Liverpool e assim poder pesquisar em vários arquivos europeus. “Uma das suas preocupações na Europa era precisamente esta: examinar em velhos livros, ou em documentos dos arquivos de Portugal, Espanha e Holanda, certas questões controvertidas ou obscuras do passado brasileiro”, escreve Álvaro Lins. Dentre as questões controversas, estavam as fronteiras, quase todas elas ainda sendo discutidas no seu tempo. “As suas soluções – compreendia Rio Branco – só poderiam resultar de documentos e títulos históricos. Buscava-os e estudava-os, por isso, mas de maneira desinteressada, como historiador, sem imaginar que os problemas de limites se estavam dirigindo para as suas próprias mãos.”

A partir de 1891, Rio Branco começou a colaborar no *Jornal do Brasil*, fundado por seu amigo Rodolfo Dantas, publicando as *Efemérides brasileiras*, pequenos artigos alusivos aos fatos históricos que aniversariavam na data em que eram publicados os comentários. Esses pequenos textos, depois, serão reunidos sob a forma de livro.

Quando, em 1902, é convidado a assumir o ministério das Relações Exteriores, o seu lado de historiador, demonstrando preocupação com a organização do arquivo e da biblioteca do Itamaraty, é explicitado em correspondência enviada de Berlim ao amigo de juventude e senador Frederico de Abranches (SP):

É preciso [...] restabelecer a Secção do Archivo, dando-lhe o desenvolvimento necessário, por que esse é o arsenal em que o Ministro e os empregados mais habéis e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate. É preciso criar uma biblioteca e uma secção geographica na Direção do Archivo, como em França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos.

Seu conhecimento e dedicação ao estudo da história levaram-no a ser eleito presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1907. Ao longo dos quase dez anos em que esteve à frente do Ministério, Rio Branco teve, no estudo da história, o embasamento das suas ações. O arquivo do Itamaraty tornou-se o espaço privilegiado, onde Rio Branco passava a maior parte do tempo.

A história a serviço da diplomacia: a questão fronteiriça com a Argentina

Rio Branco se notabilizou por resolver as pendências lineares com os países vizinhos. Agindo em nome do Estado brasileiro, Rio Branco foi o agente principal na resolução das fronteiras com a Argentina (1895), Guiana Francesa (1900), Bolívia (1903), Equador (1904), Guiana Inglesa (1904), Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Peru (1909) e Uruguai (1909). Em todas essas questões diplomáticas, a história forneceu os subsídios para a defesa dos direitos do Brasil.

Se tomarmos atuação de Rio Branco, ainda antes de chefiar o ministério das relações exteriores, quando atuou como defensor dos direitos do Brasil nas questões que envolveram o arbitramento internacional, salta aos olhos a importância do conhecimento histórico para a elaboração da defesa brasileira.

Aliás, as duas defesas apresentadas nas arbitragens dos litígios com a Argentina e com a França, bem como seus subsídios para a arbitragem do Pirara, são documentos

de grande densidade histórica. O diplomata, o advogado e o historiador confundem-se nessas argumentações, que iriam traduzir em grandes vitórias diplomáticas nos casos de Palmas e da Guiana Francesa.

Todos os biógrafos de Rio Branco afirmam que o seu objetivo de escrever uma História militar do Brasil foi interrompido pela ascensão, em 1902, ao cargo de ministro das Relações Exteriores, cargo que ele ocupou até a morte, em 1912. Aliás, um dos argumentos utilizados por ele para não aceitar o cargo de ministro era o desejo de publicar seus trabalhos sobre a história militar e diplomática do Brasil, que acabaram não sendo escritos.

A primeira questão diplomática de importância, em que Rio Branco teve papel de destaque, foi a chamada Questão de Palmas com a Argentina.

Essa questão fronteiriça com a Argentina surgiu, oficialmente, em 1881, quando esse país passou a reivindicar o território localizado entre os rios Uruguai, Chapecó, Iguazu e Chopim (em 1888, a reivindicação argentina substituiu o rio Chopim pelo Jangada), totalizando uma área de 30.621 quilômetros quadrados. Essa reivindicação era baseada nos desentendimentos havidos entre os comissários portugueses e espanhóis, por ocasião da demarcação dos limites estabelecidos pelo tratado de Santo Ildefonso (1777), entre as metrópoles Ibéricas, quando os espanhóis pretenderam que os rios Chapecó e Jangada substituíssem os rios Peperi-guaçu e Santo Antonio. Assim, no entendimento da diplomacia argentina, os rios que deveriam ser o marco fronteiriço entre os dois países eram o Chapecó e o Jangada, ao invés do Peperi-guaçu e Santo Antonio, defendidos pelo Brasil como o marco divisor. Ainda em 1856, o Brasil havia firmado um tratado com a então Confederação Argentina para o estabelecimento do marco divisor entre os dois países. Naquele momento, não foi possível o acerto definitivo, pois o governo da Confederação Argentina condicionou a ratificação do tratado ao apoio do Brasil na sua luta contra Buenos Aires.

Uma década depois, aconteceu a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. No pós-guerra, na negociação dos limites territoriais entre os países beligerantes, o Brasil impediu que a

Argentina anexasse todo o Chaco Boreal, como, aliás, permitia o artigo XVI do Tratado da Tríplice Aliança. A diplomacia argentina faria uma ligação direta entre a posição do Brasil na questão do Chaco com o Paraguai e a sua posição referente à reivindicação sobre o território de Misiones ou Palmas. Podemos afirmar que houve nexos entre as dificuldades criadas pelo Brasil para a solução dos limites entre a Argentina e o Paraguai, decorrentes da Guerra da Tríplice Aliança, e aquelas dificuldades criadas pela Argentina para a solução de seus limites com o Brasil, na chamada questão de Palmas.

Após a reivindicação oficial argentina, os dois países formaram, em 1885, uma comissão mista para explorar os rios Peperiguaçu, Santo Antonio, Chapecó e Chopim e o território situado entre eles. Ao término dessa exploração, em 1888, a Argentina substituiu o rio Chopim pelo Jangada, na sua reivindicação. Um ano depois, foi firmado um tratado, estabelecendo um prazo de noventa dias para o acerto direto entre os dois países; caso não houvesse esse acerto, a questão seria julgada por um árbitro internacional.

Pouco tempo depois, aconteceu a Proclamação da República no Brasil. O novo governo, em nome de uma suposta “fraternidade americana”, aceitou dividir o território litigioso com a Argentina. A linha divisória dessa “Justiça de Salomão” ligava a foz do rio Chopim à foz do rio Chapecó. Em Buenos Aires, a partilha do território foi recebida com muito entusiasmo; os jornais portugueses não cansavam de enfatizar o gesto de fraternidade brasileira. No Brasil, por outro lado, a opinião pública viu, nessa divisão, um ato de traição da memória nacional.

A oposição ao tratado foi tão grande que a Câmara dos Deputados o rejeitou por 142 a 5 votos, em agosto de 1891.

Não sendo possível um entendimento direto entre os dois países, a questão foi submetida ao arbitramento internacional do governo norte-americano. Quando foi decidido pelo arbitramento, o nome de Rio Branco chegou a ser lembrado como possível advogado da causa brasileira. “Embora reconhecido pelos amigos como profundo conhecedor de questões históricas e dos temas de fronteira, Paranhos estava fora do Brasil havia mais de quinze anos e nem ao menos publicara livros de ampla repercussão”, o que inviabiliza-

va sua indicação. Além disso, continuava monarquista, o que colocava sob suspeição sua lealdade pelas autoridades republicanas.

O barão Aguiar de Andrade foi nomeado para apresentar a defesa dos direitos do Brasil. No entanto, faleceu em março de 1893, enquanto preparava a defesa brasileira. Estava aberto o caminho para Rio Branco.

Rio Branco, então cônsul em Liverpool, foi designado para apresentar a defesa brasileira. Pode parecer estranho que o governo republicano, numa época em que o jacobinismo radical cercava o então presidente Floriano Peixoto, tenha escolhido como advogado da causa brasileira um monarquista convicto. No entanto, é necessário considerar que “a erudição já notória de Paranhos, sua capacidade como historiador e intelectual, certamente jogou um papel transcendente nessa escolha, que vai ser a chave para posterior carreira do Barão.”

Na chamada questão de Palmas, que projetou Rio Branco na diplomacia brasileira, ele enfrentou o mais polêmico de seus adversários, o argentino Estanislao Severo Zeballos, que, além de profundo conhecedor da história do seu país, se notabilizou por liderar parte da opinião pública argentina contra o Brasil, durante três décadas.

Rio Branco utiliza a história como base da defesa brasileira. Reconstroí para o árbitro toda a discussão ocorrida no período colonial, origem da alegação argentina. Mostra como os tratados firmados entre as coroas ibéricas abordaram os limites entre os territórios das duas metrópoles, na região alvo da disputa com a Argentina no século XIX.

Logo que saiu sua nomeação como enviado especial a Washington, para organizar a defesa dos direitos do Brasil, em carta a Salvador de Mendonça, em 11 de maio de 1893, ele escreveu:

Eu preferiria ficar sossegado no meu canto e realizar por aqui o projeto que tinha desde 1891 de escrever uma memória sobre a questão e fazê-la traduzir para ser oferecida ao árbitro. A questão Peperiguaçu-Santo Antônio e Pequiri-guazu-Santo Antônio-guazu é muito simples quando estudada com método, à vista dos mapas e dos diários das demarcações.

Ao elaborar a defesa brasileira, lembrava que o Tratado de Madrid estabelecia que se atentasse com cuidado a dois fins: primeiro, que “se assinalem os limites dos dois Dominios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dem ocasião a disputas”; segundo, que cada parte “ha de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão.”

No preâmbulo do Tratado de 1750, declarava-se que as duas Metrópoles Ibéricas resolveram acabar com “as disputas passadas e futuras, e esquecer-se, e não usar de todas as ações e direitos, que possam pertencer-lhes em virtude dos referidos Tratados de Tordesilhas, Lisboa, Utrecht, e da Escripura de Saragoça”.

Com o tratado, ficou estabelecido que haveria paz permanente entre os súditos das duas Coroas na América, mesmo que essa paz deixasse de existir na Península. A posse mansa e pacífica ou a ocupação real dos territórios era respeitada. Adotava-se o princípio do *Uti Possidetis* de fato, sustentado ou adotado pela Espanha na solução dos litígios registrados entre seus próprios domínios. Dessa forma, os luso-brasileiros permaneceriam nos territórios onde se encontrassem, da mesma forma que os hispano-americanos.

O artigo V do Tratado de Madrid descreve a fronteira, entre o Brasil e a Colônia Espanhola, desde a foz do Rio Ibicuí até a foz do Rio Igureí, no Paraná. Nele estão compreendidos os limites do território contestado pela Argentina no século XIX, que nos interessa neste momento.

Esse artigo determinava que a linha da fronteira subiria pelo alveo do Rio Uruguai “até encontrar o do rio Pepiri ou Pequirí, que desagua na margem Occidental do Uruguay” e continuaria subindo pelo alveo do Rio Peperi até sua nascente principal “desde a qual proseguirá pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque no Rio Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguacú”.

A troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões provocou a revolta dos Índios Guaranis, aldeados pelos Jesuítas espanhóis desde o século XVII. Devido à “rebeldia” indígena, teve início a chamada “Guerra Guaranítica”, quando tropas portuguesas e espanholas, comandadas, respectivamente, por

Gomes Freire de Andrada e José de Andonaegui, conseguiram derrotar o “exército Guarani”.

Como a guerra atrapalhou a demarcação, o trecho compreendido entre o rio Ibibuí e o Igurei, sob a responsabilidade da segunda partida ou tropa, só começou a ser demarcado em 1759.

A instrução Especial de 27 de julho de 1758, fornecida por sua Majestade Fidelíssima, D. João V, rei de Portugal, e por sua Majestade Católica, D. Fernando VI, rei da Espanha, em seu artigo 3º, era bem clara: os comissários deveriam subir pelo Rio Uruguai “até encontrar pela sua margem Ocidental a boca do Rio Pequiri ou Pepiri, pelo qual entrarão e continuarão aguar arriba dele até sua origem principal, ou até donde possam chegar as canoas.” Daí em diante, deveriam enviar uma “Partida que vá a pé a reconhecer pelo terreno mais alto a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque em o Iguacú.”

O artigo 6º das ditas Instruções Especiais, por outro lado, ordenava que, se a cabeceira do rio que deságua no Iguacú, que deveria estar próxima à nascente do Pepiri, não fosse encontrada, ou a distância fosse muito grande, deveriam retornar ao Rio Uruguai e subir pelo Rio Paraná “até a boca do Iguacú, pela qual entrarão até o seu Salto [...] subirão por ele até a boca de algum rio que esteja com curta diferença em a mesma Longitude, em que considerem as cabeceiras do Pepiri.”

O artigo 28 das instruções dadas aos comissários demarcadores determinava que a fronteira entre o território português e espanhol, que não passasse pelos rios ou cumes dos montes e vertentes das águas declarados no tratado, deveria ser assinalada, no momento da demarcação, por marcas ou sinais, para que em nenhum tempo se pudesse duvidar da localização da linha demarcatória.

Começando as demarcações, no diário da comissão demarcatória espanhola, podem-se ler as anotações de 5 de março de 1759, informando que fora encontrado um rio que tem uma ilha na foz ao desaguar no Uruguai, e que “era o Pepiri, que buscavamos.”

Mais adiante, os comissários responsáveis pela demarcação, José Fernandes Pinho Alpoim, por parte da coroa portuguesa, e Francisco Arguedas, representante da coroa espanhola, ouvindo o parecer unânime dos astrônomos e geógrafos das duas

nações que acompanhavam a demarcação, anotam no diário, em 8 de março de 1759: “por força das razões expostas na junta antecedente e da asseveração do índio vaqueano, Francisco Xavier Arirapi, sargento de seu posto de São Xavier [...] que era o Pepiri o rio que o dito vaqueano assignalava.”

Em razão da oposição sofrida, tanto na Europa quanto na América, o tratado de Madri foi anulado pelo tratado de El Pardo, em 12 de fevereiro de 1761.

Em 1777, as duas coroas ibéricas firmam um novo tratado de limites. Na parte que nos interessa, pelo Tratado de Santo Ildefonso, a fronteira entre os domínios portugueses e espanhóis na América era determinada pelo artigo VIII, estabelecendo que a linha divisória seguiria “aguas acima do dito Pepiri-guaçu até á sua origem principal; e desde esta pelo mais alto do terreno, [...] continuará a encontrar as correntes do Rio Santo Antônio, que desemboca no Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguazú, seguindo este aguas abaixo até á sua entrada do Paraná.”

Comparando o artigo V, do tratado de 1750, com o artigo VIII, do tratado de 1777, verifica-se que neste último já se nominava o rio que serviria de limites, seguindo a linha do Peperi. No tratado de Santo Ildefonso, as linhas de fronteira foram determinadas “tendo em vista o mappa que lhe servia de base e as explorações de 1759”, conforme é especificado no próprio tratado.

As instruções aos comissários demarcadores eram bem claras, quando caracterizavam o rio Peperi como sendo um “rio caudaloso, con una isla montuosa en frente de su boca, un gran arrecife frente à su barra.”

Iniciando a demarcação, logo foram encontrados e reconhecidos os rios Peperi-guaçu e Santo Antonio. No entanto, o geógrafo espanhol Joaquim Gondim continuou andando rio Uruguai acima, até que encontrou a foz de um rio largo, em que nenhuma ilha existia na sua foz, nem encontrou em frente à sua embocadura recife algum, conforme descrições anteriores do rio que deveria servir de divisa. Esse rio, “recém descoberto” por Gondim, não poderia ser o rio mencionado nas instruções recebidas, pois acima da embocadura – e não na sua foz – encontra-se uma grande ilha. Nada disso combina com os sinais que caracterizavam a foz do Peperi-guaçu. Não obstante, Gondim

voltou declarando haver descoberto o Pepiry que as cortes tiveram em mente em 1750. Todavia, batizou-o de Pequiri, afirmando que era para distingui-lo de outro rio, respeitando-lhe assim o nome.

Esse rio – que é o atual rio Chapecó – , encontrado em 1789, tinha como latitude, anotada pelos próprios demarcadores espanhóis, 27º,06’,50” de latitude Sul, diferente daquela constante nas instruções fornecidas pelo governo espanhol, que era de 27º,09’,23”. No entanto, tendo-se descoberto um novo rio que corria para o Uruguai, segundo os comissários espanhóis, havia a necessidade de encontrar o rio que fosse contravertente desse rio descoberto, e que corresse para o Iguazú. Isso se depreende das instruções dadas pelo comissário espanhol Diogo de Alvear ao geógrafo André de Oyarvide, em 17 de novembro de 1789, quando afirma ser “importante al servicio de su magestad, reconocer y levantar al plano del rio que *entendemos ser el verdadero Pepiri-guazú*”. Por isso era importante encontrar “en aquellas inmediaciones otro rio cuyas vertentes confrontem y puedan ligarse con las de *nuestro Pipiri*.”

Continuando a exploração, em separado dos comissários portugueses, André de Oyarvide encontrou um rio, afluente do Iguazú, que tinha as nascentes próximas as do Chapecó – ou Pepiri-guazú, para os espanhóis. A esse rio, descoberto em 1791, Oyarvide chamou de San Antonio-guazú. Mais tarde ficou provado que esse rio é o atual Jangada.

No texto da defesa brasileira entregue ao árbitro, Rio Branco afirma peremptoriamente: “O Governo espanhol nunca tomou em consideração a mudança, que os seus Comissarios propuseram, da linha de fronteiras estabelecida no Tratado de 1777.”

A importância reputada à documentação histórica fica evidente na correspondência de 1º de setembro de 1893, quando Rio Branco escreve a Dionísio Cerqueira, membro da comissão especial responsável pela elaboração da defesa dos direitos do Brasil:

Estive hoje a estudar o Mapa de 1749, das Cortes, e penso que dele podemos tirar argumentos em nosso favor, mostrando a distância entre o litoral de Santa Catarina e a foz

do Pequiri (é o mesmo Pepiri). A latitude da foz pode ser estabelecida, bastando para isso tomar a do Rio de Janeiro, que conhecemos, e era conhecida do geógrafo português que construiu o mapa. Por um cálculo rápido, e pouco preciso, achei que o meridiano desse Pequiri coincide mais ou menos com o do nosso Peperi-guaçu.”

Ao assumir a chefia da Missão Especial, Rio Branco tratou de dispensar os trabalhos do advogado W. R. Ivins, que havia sido contratado pelo Barão Aguiar de Andrade para redigir a memória brasileira que seria entregue ao árbitro e que, inclusive, já havia redigido a primeira versão do texto. A justificativa de Rio Branco para a dispensa é coerente com a visão que ele tinha sobre a importância da História e da Geografia:

Sem estudos especiais, não podia o sr. Ivins tratar com segurança, como quis fazer, da história geográfica, política e diplomática do Brasil e do Rio da Prata. O seu projeto de exposição contém, por isso, muitos erros e lacunas, que não são para estranhar em um homem que nunca se exercitou em investigações históricas e geográficas, e não tinha à sua disposição todos os livros necessários nem uma coleção completa de documentos cartográficos referentes à América do Sul e à região em litígio.

A defesa brasileira foi constituída baseando-se em documentos “novos” – antiquíssimos e raros. Entre esses documentos, foi demasiadamente importante o **Mapa das Cortes** de 1749, encontrado no depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, que serviu de base para o Tratado de Madrid de 1750, onde aparece claramente o rio Peperi-guaçu – embora com o nome de Pequiri – e o seu contra-vertente. Dionísio Cerqueira, membro da equipe que elaborou a defesa brasileira, informa que o mapa encontrado em Paris pertenceu ao Duque de Richelieu, tendo sido comprado de um alfarrabista por 15 francos, em 1824, como está nele declarado. Esse mapa “figura no fundo da exposição como personagem central de um romance”.

Demonstrando que os espanhóis nunca ocuparam, nem estiveram, na região contestada pela Argentina, Rio Branco demonstrou que o Brasil estava com a razão, até porque os argentinos também nunca ocuparam o território que pleiteavam. Segundo o censo de 1890, nos 30.621 Km² disputados entre os dois países, havia 5.793 habitantes, dos quais 5.763 eram brasileiros e 30 estrangeiros, e, destes, nenhum era argentino.

De acordo com Miguel Angel Scenna, o defensor dos direitos da Argentina, Zeballos teria sido displicente, e que o **Alegato** por ele apresentado “es de una modestia anémica y lánguida, carente de convicción y de fuerza”, enquanto a defesa apresentada por Rio Branco teria sido “una obra maestra, tanto desde el punto de vista jurídico como del histórico, preñado de erudición, poblado de documentos, [...] sin página de desperdicio.”

Joaquim Nabuco, comemorando a vitória do Brasil e fazendo um tributo ao defensor da causa brasileira, em artigo na imprensa, afirma que “desde muito moço, o que lhe interessava era a história do nosso país” e, no perfil biográfico de Rio Branco, destacava entre os atributos íntimos da personalidade do amigo a “vocalização de historiador.”

Concordando com Luís Claudio Villafañe Santos, no caso do barão do Rio Branco, “pode-se dizer que o historiador precedeu e, de certa forma, criou o diplomata brilhante e o estadista.” Profundo conhecedor da História do Brasil, Rio Branco fez uso desse conhecimento para garantir os direitos do Brasil em várias questões relacionadas às fronteiras territoriais.

Antenado ao seu tempo, Rio Branco concebía uma história utilitária, pragmática. Era necessário buscar no passado lições que fossem úteis para o presente.

A escolha de Rio Branco para ser o responsável para elaborar a defesa dos direitos do Brasil sobre o território reivindicado pela Argentina foi motivada pelo seu conhecimento histórico. E ele fez jus a sua fama de profundo conhecedor da história. No texto da defesa que ele apresenta ao árbitro, a história tem um papel fundamental. É graças à história que ele convence o árbitro de que o Brasil estava com a razão. E, ao fazer uso da história, Rio Branco traz a história regional para o primeiro plano.

Fontes

AHI. Cópia anexa ao Ofício de 15.03.1895, da Missão Especial em Washington..

AHI. Ofício nº 4, - 06.04.1893 - da Missão Especial em Washington.

IHGB. Correspondência de Berlim, em 08.08.1902 (Lata 486, pasta 17)

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 11.02.1912.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 08.02.1895.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 09.02.1895.

Referências

AMADO, Gilberto. Rio Branco. In: FRANCO, Álvaro da Costa; CARDIN, Carlos Henrique (Org.). *O Barão do Rio Branco por grandes autores*. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

BARRETO, Carlos Xavier. *Rio Branco, o geógrafo*. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1947.

BITTENCOURT, Liberato. Psicologia do Barão do Rio Branco. In: FUNAG (Org.). *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos*. Brasília: Funag, 2002, p. 95.

GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe-SC*. 2ª ed. Curitiba: Editora CRV, 2018.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Nacional, 1965.

LOBO, Hélio. *Rio Branco e o arbitramento com a Argentina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p. 30.

PARANHOS JR, José Maria da Silva. Esboço Biográfico do general José de Abreu, barão do Serro Largo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, T. 31, parte 2, 1868, p. 62-135.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. *Efemérides brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. *Esboço da História do Brasil*. Brasília: FUNAG, 1992.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. *Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América como Árbitro segundo as estipulações do Tratado de 7 de Setembro de 1889, concluído entre o Brasil e a República Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945, p. 27

RODRIGUES, José Honório. *Uma História diplomática do Brasil: 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 234-235.

SANTOS, Luís Claudio Villafañe Gomes. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018, p. 129.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. O Barão do Rio Branco como historiador. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 69, 2011, p. 11-44.

SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1974.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida do barão do Rio Branco*. São Paulo: Livraria Martins, s/d.

Fronteira e revoluções no Brasil meridional (1893-1897)

Ana Luiza Setti Reckziegel

Introdução

O tema abordado neste capítulo remete às revoluções que abalaram a fronteira Brasil-Uruguai, no final do século XIX, as quais, rapidamente, ultrapassaram o âmbito nacional e alcançaram uma conotação internacional. Esse contexto revolucionário pode ser acompanhado por meio da trajetória dos irmãos, Gumerindo e Aparício Saraiva, que atuaram, respectivamente, na Revolução Federalista de 1893 e na Revolução de 1897. A atuação dos irmãos Saraiva nesse contexto de guerras possibilita torná-los, dentre outros, um eixo explicativo para a compreensão do significado da fronteira brasileiro-uruguia nesse período.

Uma fronteira, duas revoluções

O relacionamento entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai foi estruturado em uma *região* na qual se reconhece uma identidade comum, se bem que subordinada a Estados distintos. Essa área, compartilhada desde os primórdios de sua ocupação, fez dessa região uma zona comum, não propriamente pelo espaço que ocupava, mas sim pela história que as une. Para tanto, a noção conceitual de região, com a qual imaginamos essa interação, não pode ser vista como algo previamente estabelecido, mas sim com uma perspectiva de que essa região foi construída ao longo do processo histórico concreto. Nesse sentido, verificamos que se formou nessa zona um *espaço de autodeterminação*, que só pode ser completamente apreendido se levarmos em conta a posição diferenciada do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país, seja por seu modelo econômico, seja pela peculiaridade de sua *fronteira* viva em constante movimento.

Os traços de identidade comum que se verificam em termos da economia e da cultura na fronteira do Rio Grande do Sul e do Uruguai apontam para um processo de interação intensa, porém permeado também por conflitos. Nesse cenário, emergem os irmãos Saraiva – Gumercindo e Aparício – protagonistas dos eventos revolucionários de 1893, no Rio Grande do Sul, e de 1897, no Uruguai.

É essa situação de trânsito espontâneo, de ligações econômicas e familiares, de laços culturais e de ingerências políticas bilaterais e de fronteira fluída, que nos ajuda a compreender as imbricações desses caudilhos nas querelas políticas dos dois territórios, considerada essa realidade singular, na qual se percebia uma região comum que suplantava a marca oficial da fronteira internacional.

O rio-grandense-uruguaio, Gumercindo Saraiva

São escassas as referências bibliográficas sobre Gumercindo Saraiva, tanto por parte da historiografia brasileira quanto pela historiografia uruguaia. É provável que, em virtude da destacada participação desse personagem na Revolução Federalista, sejam mais frequentes as menções a ele nas obras que tratam do episódio, as quais, em sua grande maioria, são de autoria de historiadores brasileiros.

Por parte da historiografia uruguaia, são ainda mais escassas as fontes bibliográficas a respeito de Gumercindo, dando-se mais evidência à biografia de seu irmão, Aparício.

A discussão presente nessa literatura diz respeito à nacionalidade de Gumercindo Saraiva: uruguaio ou brasileiro? Parece não haver dúvida quanto ao local de batismo de Gumercindo, uma vez que, no ano de 1923, foi encontrada sua certidão na Câmara Eclesiástica de Pelotas. Entretanto, o local de batismo, naquela época, não correspondia necessariamente ao de nascimento, ou seja, em muitos casos, a pessoa nascia no Uruguai e era batizada no Rio Grande do Sul e vice-versa. Tal situação reafirma que a fronteira gaúcha com o Uruguai não era percebida como divisão de modos e costumes de vida, sendo habitual ser nascido em um lado e ser batizado em outro.

Depreende-se que, fosse a nacionalidade de Gumercindo brasileira, fosse oriental, o caudilho parecia sentir-se à vontade tanto num lado como noutra daquele espaço interligado, uma verdadeira zona de interação e de identidades comuns.

No contexto desse inter-relacionamento, pode-se afirmar que Gumercindo Saraiva não era, portanto, um estrangeiro no Rio Grande; somente o foi para o pensamento que inspirou a acusação de que, aos federalistas, haviam-se unido “bandidos” de outras nacionalidades, um dos argumentos usados pelo governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos (PRR) contra os revolucionários do Partido Federalista.

Gumercindo Saraiva, ao voltar-se para o outro lado da fronteira rio-grandense e buscar estrategicamente o apoio dos *blancos* para a revolução de 1893, tomava uma atitude, de certo modo, esperada. Suas afinidades com os *blancos* firmaram-se ainda mais após ter sido apoiado por seu irmão, Aparício. Combatendo juntos, encamparam a causa dos federalistas contra o governador Castilhos, constituindo, os Saraiva ou *Saravia*, como eram conhecidos no Uruguai, um reforço importantíssimo para a luta, tanto no que diz respeito às suas investidas no território rio-grandense quanto no que se refere ao papel representado pelos departamentos do norte uruguaio, na logística de guerra.

Guardadas as diferenças, pode-se afirmar que os federalistas, em 1893, abriram um ciclo revolucionário que os aproximava dos *blancos*, o qual consistia na impossibilidade de manifestação pela via legal. De maneira que a oposição federalista não tinha como se manifestar em razão da hermética estrutura político-repressiva firmada pelo castilhismo; os *blancos* encontravam-se imobilizados em virtude da manipulação político-eleitoral realizada pelo governo colorado.

O apelo à violência revolucionária representou o papel de liame unificador entre os federalistas de Gaspar Silveira Martins e os *blancos* de Aparício Saraiva. Não se tratava tão somente de um assalto ao poder. O fator que deflagrou essas revoluções foi a total impossibilidade da disputa política pela via política-eleitoral. No caso dos federalistas, a perseguição que lhes foi impingida pelo governo castilhista desencadeou uma perseguição sem trégua à oposição. Calcula-se que, nesse momento, havia, segundo Joseph

Love, dez mil e, de acordo com documentos da Legação Brasileira em Montevidéu, remetidos para o Ministério das Relações Exteriores, quinze mil rio-grandenses exilados no país vizinho. Por sua vez, a situação uruguaia dizia respeito a um país dividido praticamente em duas partes: o governo blanco, instalado no departamento de Cerro Largo, representativo dos interesses da campanha, e o governo instalado em Montevidéu, ao redor do qual gravitavam os negócios da cidade-porto.

No Uruguai, os federalistas mantinham boas relações tanto com o Partido Nacional, também alcunhado *Blanco*, quanto com o Partido Colorado, que à época ocupava a presidência da república. Parte considerável das lideranças federalistas possuía propriedades no país vizinho. Em levantamento realizado no ano de 1890, tem-se que em Cerro Largo e em Rivera havia forte predomínio de proprietários de terra e capitais investidos de origem brasileira, na ordem de 60% de capitais brasileiros para 30% de uruguaios.

E será justamente do norte uruguaio que o líder federalista Gaspar Silveira Martins comandará a invasão ao Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1893. Os preparativos para a incursão foram feitos com relativa tranquilidade naquele país, e as autoridades uruguaias não tomaram conhecimento dos apelos feitos pelo governo castilhistas para conter os revolucionários em suas fronteiras. A imprensa, uruguaia e rio-grandense, acompanhava com interesse a evolução dos acontecimentos.

Uma vez invadido o Rio Grande do Sul pelos federalistas através da fronteira, o conflito espalhou-se por outras regiões do estado, como a Serra e o Litoral, tendo essas regiões, porém, envolvimento menos direto na contenda. No Uruguai, os departamentos do norte foram o palco principal das agitações federalistas e participaram diretamente das alianças contraídas entre Aparício Saraiva e outros líderes locais, com os federalistas liderados por Silveira Martins e Gumercindo Saraiva. Doações vindas de Rivera, Salto e San José ajudaram a preparar a revolução. E aqueles que não contribuíram com dinheiro, ofereciam ao Comitê Revolucionário homens para a luta e, inclusive, títulos de suas propriedades.

Participação fundamental na guerra foi a do irmão Aparício, que passaremos a narrar agora.

O uruguaio-rio-grandense, Aparício Saraiva

Aparício, o quarto filho de dom Chico, nasceu em 16 de agosto de 1856, em Cerro Largo. Aos treze anos abandonou a escola para engajar-se no exército de Timóteo Aparício, no qual obteve a graduação de cabo, e, aos dezenove, participou da Revolução Tricolor. Posteriormente, engajou-se nas tropas federalistas, ao lado do irmão Gumercindo, tendo destacada atuação na guerra, percorrendo mais de três mil quilômetros e lutando mais de setenta combates.

A revolução federalista eclodiu no dia 2 de fevereiro de 1893, quando um grupo de mais de quatrocentos homens – cuja formação impressionava pelo número de uruguaios que ostentavam divisas do Partido Blanco, que vinha da serra de Aceguá, em território uruguaio, sob o comando de Gumercindo, seguido pelo irmão Aparício – transpôs a fronteira em direção ao Rio Grande do Sul.

Especula-se as razões de Aparício ter se unido aos federalistas. Em uma versão, fala-se de que havia interferido na política rio-grandense pensando que, mais tarde, poderia unir o Uruguai ao Rio Grande em um só estado independente. Em outra, a mais provável, aponta que Aparício queria adquirir experiência, prestígio pessoal e conhecimentos de estratégia militar para, mais tarde, mobilizar, em sua pátria, seu próprio exército.

Sem nos estendermos nas motivações pessoais de Aparício, é certo que o tempo em que permaneceu lutando lhe trouxe muita experiência. A guerra estendeu-se por muito tempo: foram cerca de 30 meses, desde seu início em 2 de fevereiro de 1893 até o final, em 24 de junho de 1895, na batalha do Campo de Osório, em Livramento. A paz foi assinada em 23 de agosto de 1895.

Durante esse período, Aparício foi ganhando prestígio entre os federalistas, ao ponto de, quando Gumercindo foi abatido, em 10 de agosto de 1894, em Carovy, os chefes federalistas escolheram, como seu sucessor, Aparício. À frente de mil e trezentos homens, seguiu rumo à Argentina, ainda enfrentando alguns combates. Ao chegar a Misiones e Corrientes, preparou a entrada

no Uruguai e ali permaneceu três meses, enquanto a luta continuava no Brasil.

Em janeiro de 1895, o almirante Saldanha da Gama, que havia se incorporado aos federalistas, vai até a estância onde estava o então coronel Aparício Saraiva e, em nome do Diretório da Revolução, o promove a general e o nomeia Comandante Chefe do primeiro corpo do Exército Libertador.

No final de fevereiro, Aparício voltou ao Rio Grande e, em março, assumiu o comando dos três corpos do exército federalista. A luta prosseguiu até junho, nas piores condições possíveis, sem armas, sem cavalos, com as tropas em estado de miséria. No fim desse mês, Saldanha da Gama foi vencido e aniquilado por João Francisco Pereira de Souza, que degolou o almirante e seus trezentos homens. No início de julho, firmou-se um armistício e, em 23 de agosto, foi assinada a paz.

No final de outubro, quase três anos depois de acompanhar seu irmão Gumercindo na invasão ao Rio Grande, o general Aparício, com trinta homens, regressou ao Uruguai pelo mesmo caminho pelo qual havia partido, a serra de Aceguá.

A realidade que Aparício Saraiva encontra ao regressar ao Uruguai, após ter lutado ao lado dos federalistas, é, em poucas palavras, a da exclusão política vivida pelos blancos. Fazendo um balanço da situação no Uruguai, constatava que uma minoria ilustrada, vinculada aos capitais estrangeiros, impulsionava o governo a uma política de sacrifícios para o povo. Atravava o presidente Idiarte Borda a esse grupo, ao qual havia realizado grandes concessões em transações financeiras escandalosas.

O general da revolução federalista avaliava o grupo que estava no poder como privilegiados “que sugam tudo quanto podem e no qual participam não somente colorados, senão também alguns blancos”. A insatisfação de Aparício tinha a ver, também, com a própria estrutura de seu partido que apresentava uma clara diferença entre os doutores da cidade e os caudilhos da campanha.

A imprensa destacou o retorno, tendo um redator do diário *La Razón*, de Montevideú, feito uma entrevista, na qual Aparício afirmou que não pensava mais em envolver-se em revoluções, considerando os boatos que corriam nesse sentido como “loucuras”. Os acontecimentos posteriores encarregaram-se de

desmentir Saraiva, provando que não era de todo infundado o rumor corrente, desde os idos de 1893, que atribuía parte de seu envolvimento na guerra civil rio-grandense a um grande ensaio para sua estreia como condutor da revolução em seu próprio país.

Nessa entrevista, espantosamente, o general Aparício desmentiu qualquer ligação com os federalistas que permaneciam em Montevideú. Parecia querer livra-se de compromissos com os derrotados e, até mesmo, abrir caminho para aproximação com os vencedores, os castilhistas. Possivelmente, pensava em como organizaria a logística de sua própria revolução, que viria a seguir.

O regresso do caudilho Blanco e outra revolução (1897)

A partir de seu regresso, Aparício passou a analisar a própria situação do Partido Blanco que, então, atacava o sistema que havia colocado todos os dispositivos eleitorais em mãos do Executivo, e à sua crítica não escapava nenhum ato da administração colorada. A falta de coesão política em torno da administração do presidente Idiarte Borda era inegável. Exacerbadas críticas faziam-se a ela, principalmente no que tange à lisura de seu governo. Acusações referentes a graves desonestidades financeiras e à aquisição de propriedades em seu benefício pululavam na imprensa e nos círculos políticos de Montevideú.

É preciso que se diga que essa aludida corrupção talvez não fosse nem maior nem menor do que a conhecida em outros tempos. Contudo, o que havia mudado era o contexto no qual esses fatos aconteciam. Os questionamentos acerca da honestidade do presidente Borda colocaram-no numa situação propícia para torná-lo o bode expiatório das culpas de todo um regime que, embora ele não houvesse criado, tampouco permitiu que se transformasse, sendo, isso sim, inflexível na sua manutenção.

À crise política somavam-se as dificuldades enfrentadas no âmbito da economia e das finanças uruguaias. Enquanto a zona da fronteira norte sofria com o processo de pauperização, em Montevideú faziam-se certas melhorias, tais como projetos no porto, nacionalização da usina, canalização das águas em muitos arroios e rios, construção dos primeiros trechos de vias calcetadas

e até a criação do Banco da República. A aparência de progresso, no entanto, era quase toda montada sobre o endividamento externo, cujo transtorno no pagamento seria sentido anos mais tarde.

Aparício iniciou a marcha revolucionária em 23 de novembro de 1896, data escolhida, supõe-se, para perturbar as eleições marcadas para o dia 29. O caudilho rumou em direção à sua estância em Coronilla, a sudoeste do departamento de Rivera, distante apenas seis ou sete léguas da fronteira com o Rio Grande do Sul. No dia seguinte, saiu um proclama, ditado por Saraiva e lido por Sergio Muñoz, um dos poucos homens ilustrados que o cercavam, conclamando à revolução.

Aparício Saraiva esperava encontrar em Coronilla uma numerosa reunião. No entanto, a polícia proibiu o ajuntamento e aqueles que haviam comparecido acabaram se retirando. Começam, então, a movimentar-se em busca de incorporações, obtendo apenas um contingente de mil homens armados de lança, com algumas dezenas de carabinas e pouca munição. À marcha juntam-se, também, alguns grupos vindos de Montevideú, de outros departamentos e de Buenos Aires.

Após quase duas semanas e mil e duzentos quilômetros percorridos, o movimento tem de reconhecer-se fracassado. A falta de armamento apropriado, em sua maioria composto por lanças, os diversos grupos revolucionários em número aproximado de mil homens limitaram-se a efetuar sua marcha pelas regiões próximas a Cordobés, nos departamentos de Cerro Largo e Durazno, e ao norte do Rio Negro, na região de Caraguatá, e na Coronilla, no departamento de Tacuarembó.

Por sua vez, o exército governista, armado de modernos fuzis e carabinas tipo Mauser, foi encurralando os revolucionários em direção à fronteira gaúcha que, nos primeiros dias de dezembro, atravessaram através de Aceguá.

Em que pese o fracasso militar, o movimento de 1896 teve importantes resultados morais e políticos, pois reavivou o movimento popular armado. A revolução, nas palavras de Aparício, “recém começava”.

Os preparativos revolucionários passaram a incluir o Rio Grande do Sul como ponto de apoio. Contatos foram mantidos entre Aparício Saraiva e rio-grandenses, e sua chegada ao município de

Dom Pedrito foi informada pelo jornal *Gazeta da Manhã*, de Bagé, bem como a estada em Santa Maria, acompanhado de oito homens.

Para despistar, Aparício espalhou boatos que lhe davam como futuro fazendeiro rio-grandense, porém todos já sabiam que o propósito oculto dessa viagem era o de obter armamento com alguns chefes federalistas, seus antigos companheiros de armas, para sustentar os planos que já se faziam contra o governo de Idiarte Borda. Em um primeiro momento, passou por Dom Pedrito, com a intenção de ver o estado das armas deixadas em Alegrete, ao final da revolução gaúcha. O contato específico, entretanto, aconteceu com Torquato Severo, grande amigo e companheiro federalista, homem de sua absoluta confiança. O encontro ocorreu em Santa Maria, tendo o general blanco regressado ao Uruguai contando com a palavra de Torquato de que colaboraria com homens e armas.

Se a atitude de Torquato tranquilizava Saraiva quanto à questão do armamento, outro problema afligia o caudilho: e no caso de fracassar o levante e necessitar abrigar-se no Rio Grande? Prepara, então, o terreno político que lhe permitisse, em situação de necessidade, radicar-se temporariamente no território vizinho. Solicita a Abelardo Márquez, líder blanco de Rivera, que conhecia “meio Rio Grande”, que falasse com Julio de Castilhos e que lhe transmitisse que, uma vez morto Gumercindo, “considerava-se desligado dos federalistas”.

Momentaneamente, isto bastou para acalmar os republicanos gaúchos, já um tanto ansiosos com a presença do caudilho no estado. Seguro de ter plantado uma base de aprovisionamento, regressou a Melo e continuou nos preparativos que desencadearam nos acontecimentos do final de 1896.

Por seu turno, os federalistas gaúchos também faziam questão de desvincular-se dos acontecimentos uruguaios, deixando claro que nada tinham a ver com a revolução no Uruguai. Atribuía qualquer auxílio que eventualmente pudesse ser dado a uma das facções em combate à responsabilidade individual de seus filiados; ou seja, o partido em si declarava-se neutro na contenda. Diziam os federalistas, através de seu órgão de imprensa, *A Reforma*, que “lutaremos nas urnas e pelas armas faça quem quiser, sem coparticipação do partido republicano federalista, quer

direta, quer indiretamente. Aos rio-grandenses nossos correligionários aconselhamos a mais rigorosa abstenção na luta armada”.

As previsões de Aparício, sobre um eventual fracasso militar do levante, confirmaram-se; bem como a necessidade de debandar rumo ao Rio Grande. As promessas de Torquato Severo não foram cumpridas, bem como o apelo a outro federalista, Estácio Azambuja, também não surtiu efeito, tendo este alegado que estava “espionado e ameaçado de internamento”.

O contato entre Aparício e castilhistas, mediados por Abelardo Márquez, que se deslocou várias vezes entre Porto Alegre e a estância de El Cordobés, resultou positivo. E, diante da possibilidade de que a guerra civil no Uruguai oportunizasse uma nova ação dos federalistas gaúchos lá assentados, Castilhos julgou mais interessante ter os blancos como aliados do que correr o risco de vê-los novamente junto aos federalistas. Dessa forma é que, desde os primeiros momentos da revolução, os blancos terão ampla liberdade de movimento na fronteira gaúcha. As autoridades castilhistas, discretamente, faziam vistas grossas aos preparativos bélicos dos blancos, permitindo que, de sua chácara em Bagé, Aparício comandasse todos os aprestos da rebelião que desencadeou em 1897.

Previendo um agravamento da situação e sabendo que a revolução poderia eclodir a qualquer momento, Saraiva comprava armamento e treinava sua gente. O local escolhido para o adestramento militar de seus homens foi justamente o Rio Grande do Sul, precisamente a propriedade de João Francisco Pereira de Souza, chamada Parque Oriental. Ali, com a conivência das autoridades rio-grandenses, se preparavam os futuros oficiais do exército revolucionário.

A correspondência entre Castilhos e o coronel João Francisco, comandante do batalhão do Cati, atesta que o governo castilhista acobertava os planos dos insurrectos orientais, porém, cercando-se de todas as precauções para não tornar o fato oficial.

O governo castilhista acompanhava cada movimento ocorrido no país vizinho. O temor de uma provável reação federalista contra o governo gaúcho era constante. Tudo deveria ser feito para desestabilizar essa cogitação, inclusive aliar-se aos antigos desafetos orientais. O que não podia, no entanto, era oficializar

esse fato, mesmo que já o fosse de conhecimento público, uma vez que comprometeria constrangedoramente as relações de governo a governo.

Por sua vez, os federalistas, que permaneciam no Uruguai, avaliaram que seria mais vantajoso seguir mantendo ligações estreitas com o governo colorado, que os abrigava em Montevideu e que, durante os sucessos de 1893-1895, havia desconsiderado os inúmeros protestos do governo rio-grandense para que coibisse sua ação no país.

A revolução de 1897, de fato, contou com a ajuda do governo castilhista. Se, inicialmente, Castilhos acreditou que o levante poderia ir contra seus interesses e supôs que Saraiva, ao apoderar-se do governo uruguaio, em seguida estenderia suas pretensões ao Rio Grande do Sul, logo se convenceu de seu equívoco.

A mudança de posição ocorreu com ajuda de hábeis trabalhos diplomáticos, como a já citada intermediação de Abelardo Márquez, como, também, da intercessão do delegado da Junta de Guerra que funcionava em Buenos Aires, Duvimoso Terra. Este se deslocou a Porto Alegre para entrevistar-se com Castilhos, tendo obtido êxito em suas gestões. O resultado das conversações entre os chefes revolucionários e o governo rio-grandense levou a um acordo tácito, segundo o qual as autoridades da fronteira ignorariam as atividades revolucionárias ali desenvolvidas.

Os rebeldes necessitavam contar com a passividade do Rio Grande: sem ela não era possível preparar a revolução. E para Castilhos, o que o levou a consentir o favorecimento ao seu ex inimigo, Saraiva? De acordo com Gálvez, “sinceramente, o sempre atual prazer dos deuses: a vingança”. Para o autor, o governo do Uruguai nada havia feito durante a guerra no Rio Grande para impedir que em seu território se formassem verdadeiros exércitos. Durante três anos, as estâncias uruguaias da fronteira, algumas delas pertencentes a brasileiros, haviam sido arsenais e quartéis dos federalistas. Assim sendo, Castilhos via a hora de cobrar do governo colorado, apoiando o antigo desafeto, Aparício Saraiva.

O trânsito dos revolucionários blancos na fronteira rio-grandense preocupava o corpo consular uruguaio, que se mostrava atento aos movimentos naquela zona, visto ser por ali que passavam armas e munições aos rebeldes. Alguns cônsules, po-

rém, custavam a admitir a existência de um grosso tráfico revolucionário nos limites de suas jurisdições. Rebatendo o noticiário da imprensa montevidéana, o representante em Uruguiana dizia serem inverídicas as informações de que por ali seguia material bélico para abastecer as tropas de Saraiva. Alegava, o cônsul Suarez, que era impossível ter passado armamentos por ali, visto “ser a costa do Uruguai muito bem guarnecida, o que torna difícil a passagem”. Quanto ao afluxo de cidadãos orientais à fronteira brasileira, Suarez atribuía “ao simples temor de uma revolução, mas não com o fim de alistar-se nas filas revolucionárias”.

Mais tarde, porém, os fatos provariam ao cônsul oriental que a movimentação revolucionária tinha passado despercebida. Em seguida, Suarez iria rever sua posição, o que fica explicitado em sua correspondência com o Ministro em Montevidéu, já no mês de março, logo após o espocar da revolução.

A partir do primeiro mês de guerra, percebe-se, pela documentação analisada, que o foco recaiu sobre o apoio do governador Castilhos à revolução. O teor da correspondência consular indicava profundo desagrado pelo fato. Acompanhando a movimentação insurgente, os cônsules relatavam que “as autoridades, da mais alta hierarquia, já não se preocupam em manter as aparências, e fazem escárnio da boa harmonia internacional, amparando e protegendo [...] a revolução oriental”.

Embutido nas críticas ao governo rio-grandense estava o temor de comprometimento das relações internacionais entre Uruguai e Brasil. Já se nota, perfeitamente, um clamor pela intervenção do governo federal nos assuntos rio-grandenses que dizem respeito ao Uruguai. Da mesma forma que Castilhos cobrava neutralidade do Uruguai, por ocasião dos sucessos de 1893-1895, agora era a vez de as autoridades uruguaias fazerem o mesmo, em relação ao governador.

As reclamações e queixas provenientes dos vice-consulados uruguaios na região fronteiriça sucederam-se durante todo o ano de 1897. As manobras de guerra eram indisfarçáveis, e ocorriam sob as vistas dos rio-grandenses. O foco das reclamações recaía sobre a cidade de Livramento. Dali, o representante oriental anotava a passagem de líderes blancos, tais como Eduardo Acevedo Díaz, Luis Gil, Juan Francisco e Ignacio Mena, sobre os quais

recaíam pedidos de internação imediata por parte do governo uruguaio que eram, em quase todos os casos, ignorados pelo Rio Grande que, por seu turno, “prestava-lhes decidida ajuda [...], sem molestá-los, nem desarmá-los”.

É inegável que Aparício Saraiva comandou os episódios de 1897, com relativo sucesso, em razão da possibilidade de transitar livremente pelo território rio-grandense e pelo apoio, não declarado, de Castilhos. Se não é possível afirmar que os blancos revolucionários foram vencedores nesse embate, também não é correto considerar que foram vencidos. O embate acabou gerando um acordo político entre o governo de Cerrito e o de Montevidéu: o Pacto da Cruz. Porém, o ponto mais importante do acordo não estava escrito, fazendo parte da velha prática do acordo verbal e resumindo-se à concessão de seis chefaturas departamentais aos blancos, ratificando-se, assim, o princípio da coparticipação dos partidos no governo, estabelecido há vinte e cinco anos, na Paz de Abril.

Mais do que outorgar a administração de alguns departamentos aos blancos, o Pacto da Cruz implicou a afirmação da coexistência de dois governos: do presidente Cuestas, em Montevidéu, e do caudilho Saraiva, em El Cordobés. Daí a instabilidade do acordo, pois bastava que o presidente quisesse governar, de fato, o país para que a guerra civil se tornasse uma ameaça.

Considerações finais

Na etapa revolucionária que compreende o período 1893 a 1897, a presença de Aparício Saraiva como condutor dos conflitos políticos na fronteira é um fato. No que tange à conexão com os federalistas, foi destacado estrategista militar, responsável pela longa duração do conflito, principalmente após assumir o lugar do irmão, Gumercindo. Os acontecimentos no Rio Grande foram, de fato, uma experiência que validaria a iniciativa de revolução no seu país, como líder dos blancos na fronteira norte. Dali, liderou o levante, assombrando as autoridades de Montevidéu. Não teve pejos em aliar-se aos seus antigos inimigos castilhistas. Essa aliança deveu-se ao fato de ser um caudilho que lutou em primeiro lugar pelos

interesses de sua bandeira. Por isso, a aliança com as autoridades rio-grandenses era estratégica e, até certo ponto, inevitáveis. Não foi fiel aos seus aliados de outrora, os federalistas, assim como eles também não puderam honrar a antiga aliança com Saraiva e acabaram associando-se ao governo colorado.

No contexto analisado, emerge com total saliência o fato de que a fronteira Rio Grande do Sul-Uruguai constituiu uma área de intenso trânsito político, tendo as contendas daqui repercutido lá e vice-versa. Pelos interesses comuns e pelas alianças estabelecidas, a neutralidade política em ambos os lados se configurou em uma impossibilidade, a despeito do que recomendavam as chancelarias.

Referências

AROCENA OLIVEIRA, Enrique. *El desgaste de las levitas*. Entre el Quebracho y la elección de Batlle (1886-1903). Montevideo: Barreiro y Ramos, 1988.

CESAR, Guilhermino. Júlio de Castilhos ao coronel João Francisco. WERNECK, Américo et al. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Emma/DAC/SEC/RS, 1978.

DORNELLES, Sejanos. *Gumercindo Saraiva: o guerreiro pampeano*. Caxias do Sul: EducS, 1988.

FONSECA, Manuel. *Gumersindo Saravia: el general de la libertad*. Montevideo: Florensa & Lafon, 1957.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

GARCIA, Nepomuceno Saravia. *Memórias de Aparício Saravia*. Montevideo: Medina: 1956.

GOYCOCHEA, Luis F. *Gumercindo Saraiva na guerra dos maragatos*. Rio de Janeiro: Alba, 1943.

LEONI, Francisco. *Gumersindo Saravia*. Montevideo: Epopeya, 1894.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, v. 8.

MENNA SEGARRA, Enrique. *Aparício Saravia*. Las últimas patriadas. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: A revolução além fronteira. GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, AXT, Gunter (Orgs.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, tomo 1.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A diplomacia marginal*. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904). 2 ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2015. Disponível em www.upf.br/editora.

REYS ABADIE, Washington. *Crônica de Aparício Saravia*. Montevideo: El Nacional, 1989.

A fronteira platina: guerra, política e identidade regional

Jeremyas Machado Silva

Introdução

Presentemente, nota-se a instabilidade do mundo globalizado. Além disso, discute-se a impermanência de países em blocos político-econômicos, separatismos e nacionalismos. Desse modo, é indispensável entre os historiadores discorrer sobre a História Regional. Este artigo apresenta uma revisão teórica sobre o assunto com o objetivo de pensar o uso amplo do conceito de região, considerando-se que esse conceito, assim como o que representa, é sempre detentor de historicidade, porquanto, a região é estabelecida politicamente.

Leva-se em consideração a delicada sistematização cultural e política do regional em diferentes tempos históricos, especialmente, no século XIX e na experiência da pós-modernidade, considerando-se, assim, a construção da identidade regional. Realiza-se, portanto, uma crítica ao modo de se compreender a região e a identidade cultural nela produzida como meios imutáveis.

Considerando-se que a contemplação político-econômica de uma região, nela mesma e em relação ao seu exterior, é sempre pauta de debates, discursos ou diálogos que abrangem a História, as Ciências Humanas ou Sociais, neste artigo entende-se a região como um espaço estabelecido historicamente, porém inacabado e em movimento; percebe-se tal espaço como uma parte em oscilação, momentaneamente em tensão, momentaneamente em quietação com o todo.

A complexidade da esfera regional e, de tal modo, a propriedade científica que a insere na historiografia como objeto de pesquisa mostram-se essencialmente particulares aos estudiosos que se preocupam em compreender processos históricos atrelados a aspectos de formação de fronteiras. Assim sendo, toma-se

como modelo as demarcações das fronteiras da região platina no processo histórico da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

Considerando esses fatos, utiliza-se a expressão “fronteira platina” para designar um espaço de navegação compartilhado entre quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai na temporalidade citada. No aspecto regional, o espaço considerado fronteiriço pode ultrapassar as determinações de limites geopolíticos, pois a fronteira é um lugar de relação. Nesse sentido, a cultura produzida na região movimenta-se em direções e nacionalidades opostas.

Para alicerçar essa reflexão, apresenta-se um sucinto referencial teórico, com estudos e publicações de autores tais como Bauman (2009), Carbonari (2009), Chartier (1991), Chiaramonte (2008), Fernández (2009), Golin (2004 a,b), Hall (2011), Heredia (2007), Oliven (2006), Bourdieu (1989), Reckziegel (2015) e outros.

Na primeira parte, discute-se o conceito de região na historiografia e os seus aportes teóricos. Além disso, apresentam-se algumas considerações sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), considerando-se o viés regional desse tema e a investigação que está em curso no Doutorado.

Na segunda parte, critica-se o uso do conceito para distanciar ou rotular culturalmente uma região ou, além disso, a identidade cultural dos grupos que nela vivem em relação ao nacional ou internacional. Neste texto, apresenta-se uma reflexão sobre o uso do conceito de região na História, sem a pretensão de engessá-lo em uma definição única e fechada.

O conceito de região

Para muitos historiadores, é complexo utilizar ou discutir o conceito de região. Na maioria das vezes, a região representa um espaço geográfico com características próprias, como as planícies da campanha, por exemplo. “Este espaço, enquanto quadro natural, é representado pelo Pampa, os campos situados mais ao sul da bacia do Rio da Prata, onde predominam relevos de planície” (PANITZ, 2010, p.20). Etimologicamente, “pampa, na língua *quíchua*, significa região plana, é o espaço em comum que envolve

o Brasil, a Argentina e o Uruguai” (SILVA, 2015, p.8). Considerando-se a influência do determinismo, “por entonces, la región fue entendida desde los componentes físicos de la naturaleza; es decir, desde los factores climáticos y geomorfológicos que determinaban el recorte espacial” (CARBONARI, 2009, p. 21). Nesses casos, toma-se um conceito desenvolvido na Geografia.

Além disso, o emprego do termo “região” representa uma construção histórica ou cultural. Nesse sentido, região refere-se a um espaço construído e imaginado historicamente, legitimado por múltiplas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Essa ideia foi ampliada pela geografia humana francesa, o “possibilismo” de La Blache. “Así, la región era una construcción histórica y se fundía en el paisaje” (CARBONARI, 2009, p. 21). A região é um espaço estabelecido simbolicamente pelos indivíduos. Um “organismo” político, social e cultural de relação e interação. Etimologicamente, origina-se do latim *regio*: limite, lugar; *regere*: dirigir, reger.

Atualmente, dedicando-me a compreender a representação da Guerra da Tríplice Aliança, nas crônicas do jornalista paraguaio Efraím Cardozo, não tenho a pretensão de universalizar o conceito de região, no entanto, procuro estabelecer um ponto de vista elucidativo em minha pesquisa. Como já foi mencionado na parte introdutória deste texto, entende-se por região um espaço construído historicamente, inacabado e em movimento, ocorrendo por conta das culturas híbridas que, na pós-modernidade, emergem de uma relação heterogênea: uma parte em oscilação, momentaneamente em tensão, momentaneamente em quietação com o todo. Viscardi, citando Bourdieu em seu trabalho, ressalta que “a divisão regional não existe na realidade, pois esta mesma realidade é a representação que dela fazemos. Desta forma, a delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem” (VISCARDI, 2010, p. 88).

Por conseguinte, a região não é uma categoria real empírica, é uma representação necessária que vincula um sentido histórico temporário e inacabado a uma territorialidade, a fim de se tornar facilitador de relações políticas, sociais, econômicas ou culturais. Para Chartier, a representação encontra-se no discurso. Do mesmo modo, a representação é entendida como a relação entre uma imagem presente e um objeto ausente (CHARTIER,

1991). Vale acrescentar que, por sentido histórico, entende-se a contextualização (espaço-tempo) e sua apropriação pelos indivíduos regionais. A condição empírica da região será por meio da relação, ou seja, da experiência em articular-se com o todo. Conforme Viscardi:

Quanto aos critérios de delimitação do espaço regional, acreditamos que, sendo a região um *constructo* de seus agentes, suas fronteiras delimitativas são fluídas e variam em função das circunstâncias em que são delineadas. Portanto, no estudo da História Política, cabe ao historiador, na definição dos limites do seu recorte regional, se apropriar de uma região simbolicamente construída no período estudado, capaz de responder aos seus questionamentos, levando-se em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo, entre eles, o que melhor se adequa aos seus objetivos de pesquisa. Tais critérios são principalmente políticos e secundariamente econômicos, geográficos e culturais. Esta hierarquia se justifica em função de que a ampliação ou retratação dos limites regionais dependem de acordos e/ou disputas que ocorrem na esfera do poder político. (2010, p. 96).

Diante da crise dos paradigmas da História envolta por crises econômicas, políticas e democráticas, e diante de novos processos de imigração e delimitação de limites, xenofobia, fundamentalismo, extremismo, entre outros fatos, o tema região tem sido problematizado por diversos núcleos da academia. Na História, essa verdadeira inquietação caracteriza-se por História Regional. “A História Regional não se constitui em um método e nem possui um corpo teórico próprio” (VISCARDI, 2010, p. 84). A História Regional é a abordagem do particular. Sendo assim, sem o anseio de obter respostas fechadas, questiona-se: Como o historiador define a sua pesquisa em História Regional? Na Argentina, de acordo com Carbonari:

[...] el debate sobre región e historia regional irrumpió en la academia cuando interesaba hacer una historia total, con fuerte impronta en lo económico, que buscaba extrapolar

los recortes políticos administrativos estatales, sean estos nacionales o provinciales. Por ello surgía como crítica a esa historia que no incluía o que minimizaba particularidades espaciales que quedaban desdibujadas detrás de la construcción política, es decir, se pretendía hacer coincidir la historia con la territorialidad de la jurisdicción estatal (2009, p. 21).

Deverá o historiador utilizar-se de conceitos para não somente demarcar ou delimitar o seu tema, mas relacioná-lo ou expandi-lo do âmbito regional para o nacional ou internacional. “Cuando hablamos de *regiones* y tratamos de precisar el término, surge necesariamente su comparación con el concepto de *nación* y de *territorio nacional*, en tanto se trata de espacios que se inter-relacionan y hasta se asemejan, pero también se diferencian” (HEREDIA, 2007, p. 201). Para exemplificar esse pensamento, expõe-se uma síntese histórica da região platina, na segunda metade do século 19, com ênfase na Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai.

A aliança formada entre Brasil, Argentina e Uruguai, em 1865, **não correspondia a uma tradição histórica**. Essa aliança resultou de um jogo obscuro de interesses políticos e econômicos, que teve como cenário principal a região da fronteira platina, composta pelos Rios Paraná, Paraguai e Uruguai. No século 19, a navegação desses rios concebia o “pulso” econômico do Cone Sul, composto por uma rede de comércio conectada aos portos de Buenos Aires e Montevideú. Essa conjuntura, ajustada pela geopolítica e pela economia, aprimorou relações e instigou conflitos entre os países que, de modo inevitável, dependiam economicamente da navegação.

Desde o período colonial, o Prata conectou o interior da América do Sul ao Oceano Atlântico, de tal modo que as disputas pela supremacia político-econômica dessa região conservou-se no transcurso do século XIX, quando se formaram os Estados nacionais independentes no sul do continente americano. Os limites, por vezes, não foram estabelecidos em consenso recíproco, e o fracionamento político não ressalvou “o lugar e o papel das classes populares no interior dos novos arranjos políticos insti-

tuídos” (GOUVÊA, 2011, p. 85). Apesar de que, considerada a exceção paraguaia durante o governo de José Gaspar Rodríguez de Francia, entre 1814 e 1840, observa-se que esse modelo também foi autocrata.

É importante destacar que, na América espanhola, “[...] a noção de revolução foi descartada, na medida em que os grupos sociais incrustados nos altos escalões das hierarquias de poder permaneceram inalterados ao longo do processo de eliminação do vínculo colonial [...]” (GOUVÊA, 2011, p. 85). O mesmo ocorreu na América portuguesa que, além disso, sustentou o status de monarquia. Na região da fronteira platina, a instabilidade das relações internacionais, suscitada pelo impacto do fracionamento político sul-americano pós-colonial e pelos reflexos danosos da Guerra da Cisplatina (1825 - 1828) para o Império do Brasil, persistiu ao menos até 1870.

Pouco antes da Guerra da Tríplice Aliança, o cenário político-econômico nessa região havia mudado profundamente, a partir da queda de Rosas na batalha de Monte Caseros, em 1852, uma vez que inexistiu um poder político que interferisse, naquele período, nos interesses do Império do Brasil ou das elites de Buenos Aires. Segundo Golin, o Brasil exerceu uma política de territorialidade nessa fronteira (2004a). A inédita aproximação entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires materializou-se no Tratado Secreto da Tríplice Aliança, firmado na capital argentina em 1º de maio de 1865. Contudo, a manutenção da hegemonia político-econômica regional foi que esteve em jogo desde a guerra contra a Argentina rosita.

O Império do Brasil consolidou sua supremacia na fronteira platina, quando depôs Manuel Oribe do governo do Uruguai, em 1851, e venceu a guerra contra Juan Manuel de Rosas, em 1852, conservando uma aliança com as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes. Apesar disso, anos mais tarde, a decadência da hegemonia brasileira culminou no golpe republicano de 1889, enquanto, entre 1880 e 1910, a Argentina se modernizou e se tornou o país mais avançado da América do Sul. (LUNA, 1995), com enfoque em Buenos Aires.

É necessário, portanto, compreender a importância dos limites fronteiriços estabelecidos em zonas de navegação,

espaços de comércio e, sobretudo, criação de gado, como no Brasil Meridional, na fronteira com o Uruguai. Nessa perspectiva, de acordo com Golin:

Durante a Guerra Grande na República Oriental do Uruguai (1838-1851), o império brasileiro socorreu com empréstimos o Partido Colorado contra os *blancos*, impondo, entre outros, a assinatura do tratado de limites. Consequentemente, em 1851, tomou-se a fronteira da Cisplatina como parâmetro, alterando-se os espaços na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão, que passaram a pertencer integralmente ao Brasil, e o arroio São Miguel ao Uruguai (2012, p. 7).

Em 1863, o general uruguaio Venancio Flores, do Partido Colorado, apoiado por D. Pedro II, estabeleceu uma revolta armada contra o então presidente do país, Bernardo Prudencio Berro, do Partido Blanco. Berro logo solicitou o apoio político de Solano Lopez que, em seguida, invadiu e declarou guerra ao Brasil. Para prosseguir, o exército paraguaio deveria passar pela Argentina, porém não recebeu a autorização solicitada ao governo Mitre, que, ao contrário, permitiu a passagem de tropas brasileiras por território argentino. O Paraguai, portanto, acabou em guerra com a Argentina.

No dia 1º de maio de 1865, em Buenos Aires, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança legitimando a união militar entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Essa aliança fortaleceu o governo Flores no Uruguai, que recebeu o apoio do Brasil para derrotar Aguirre e governar o Uruguai até 1868.

O Partido Colorado do Uruguai havia apoiado Mitre em 1861; por sua vez, o Partido Blanco foi desfavorável diante do delicado processo político de unificação argentino. Já o Império do Brasil tinha por intenção proteger os interesses econômicos dos estancieiros do Rio Grande do Sul e do monopólio do comércio na fronteira. Essa conjuntura político-econômica levou o Partido Blanco a fortalecer a sua aliança com o governo paraguaio.

A intervenção do Império do Brasil, no Uruguai, foi rejeitada por Solano Lopez. Tal crise de diplomacia resultou na expansão do exército paraguaio em terras argentinas e a invasão dos

territórios do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. A combinação desses e outros fatores aumentou o clima de tensão e causou uma guerra que deixaria cicatrizes profundas na América Latina.

Na banda oriental, cresciam os problemas econômicos herdados da guerra civil gerada pelas desavenças entre conservadores (blancos) e liberais (colorados). “O governo autonomista blanco negara-se a reconduzir os acordos draconianos impostos pelo Império em 1851 – 52, quando da intervenção contra Manuel Oribe/Juan Manuel de Rosas.” (MAESTRI, 2013, p.5). No Uruguai, buscava-se reestruturar a economia por meio de impostos cobrados aos estancieiros brasileiros que ocupavam o norte do país. Além disso, a utilização da mão de obra escrava tornava o custo da produção favorável para as elites brasileiras. Os brasileiros que viviam e criavam gado no Uruguai (fronteira) seguiam as leis brasileiras e não aceitavam o que era imposto pelo governo uruguaio. Desse modo, também pressionado pelos criadores uruguaio, o governo da banda oriental adotou medidas que desagradaram as elites brasileiras, por exemplo, a proibição do trabalho escravo nas estâncias e a cobrança de impostos sobre o gado criado no Uruguai.

Após a câmara dos deputados do Império do Brasil aprovar a intervenção no Uruguai o imperador enviou a Montevideu, para negociar um acordo com o governo do Uruguai, o conselheiro Antônio José Saraiva, que propunha uma conciliação entre blancos e colorados. Em 1864, Venancio Flores, do Partido Colorado, apoiado por D. Pedro II, desmantelou o governo de Atanásio Aguirre do Partido Blanco – naquele momento, o então sucessor de Prudencio Berro “cuja administração seria o primeiro governo real do Uruguai desde a independência” (RECKZIEGEL, 2015, p.105), consolidada somente em 1825 – e ocupou a presidência do país oriental. O governo paraguaio não interveio imediatamente no Uruguai, porquanto precisava de uma declaração oficial do governo uruguaio de que as forças brasileiras haviam invadido o seu território. Além disso, uma expedição seria possivelmente hostilizada pela marinha imperial brasileira e, na passagem da ilha de Martin Garcia, dominada pela Argentina. (MAESTRI, 2013). Apesar disso, se o intento militar paraguaio

foi chegar à República Oriental do Uruguai, para reestabelecer o governo blanco, fracassou derradeiramente em 1865.

O governo do Paraguai recusou a interposição do Império do Brasil nos assuntos políticos do Uruguai e lavrou um documento de protesto em 30 de agosto de 1864. O ministro de Relações Exteriores do Paraguai José Berges expediu a nota ao diplomata brasileiro César Sauvan Vianna de Lima. No documento, a República do Paraguai posicionou-se contra a ocupação militar do Brasil no Uruguai.

No acampamento militar de Cerro León, Solano López ordenou, no dia 11 de novembro de 1864, o sequestro do vapor brasileiro Marquês de Olinda. A bordo do navio estava o Coronel Frederico Carneiro de Campos, encarregado do governo da província do Mato Grosso. Campos foi feito prisioneiro dos paraguaios e faleceu em 4 de novembro de 1867, na Fortaleza de Humaitá, no Paraguai.

Na banda oriental, aumentavam as desavenças entre os blancos (conservadores) e colorados (liberais) apoiadores do Império. As alianças configuraram-se um pouco antes. Em 1861, no Uruguai, o Partido Colorado havia apoiado Mitre, e, ao contrário, o Partido Blanco foi desfavorável, ponderando o delicado processo da unificação da Argentina. O Império do Brasil acobertava os interesses econômicos dos estancieiros do Rio Grande do Sul que sustentavam negócios no Uruguai, portanto, naquela circunstância, o Partido Blanco aproximou-se do Paraguai.

Solano López avaliou a invasão ao Uruguai como um atentado ao equilíbrio dos países que mantinham as suas fronteiras no Prata. Em decorrência dessa avaliação, em 23 de dezembro de 1864, o Paraguai mobilizou uma ofensiva militar e invadiu o território do Império do Brasil, atacando a província do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Além disso, pediu autorização, negada pelo governo argentino, para avançar com suas tropas pela Província de Corrientes e chegar ao Rio Grande do Sul. Contudo, as províncias argentinas, mesmo antagonistas ao governo Mitre, não realizaram nenhum acordo político com o governo paraguaio. Em abril de 1865, após Mitre negar a passagem do exército paraguaio que buscava a restauração do governo do partido Blanco no Uruguai, o Paraguai declarou guerra à Argentina, in-

vadindo Corrientes, a qual, naquele período, mantinha relações políticas e econômicas com Assunção.

Considerando um clima político favorável em Corrientes, Lopez contava com o apoio militar de Urquiza e outros caudilhos do interior da Argentina. Porém, embora não existisse uma consciência política nacional na Argentina, a precipitada ação do exército paraguaio fortaleceu a aliança de Buenos Aires com o Império do Brasil e levou ambos à guerra. “A Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações” (DORATIOTO, 2002, p. 23). Por esse motivo, o tema continua sendo polêmico aos historiadores e precisa de constantes revisões.

Com o exército brasileiro posicionado na fronteira com o Uruguai e pronto para defender os interesses dos súditos do Império do Brasil e dos membros do Partido Colorado, o presidente Aguirre consolidou a aliança do Partido Blanco com Solano Lopez. Solano Lopez considerou a invasão ao Uruguai um atentado ao equilíbrio dos países que mantinham as suas fronteiras na região platina. Assim, a crise política uruguaia, relacionada à intenção do Império do Brasil na fronteira platina, as disputas entre blancos e colorados e os limites geopolíticos estabelecidos entre Argentina e Paraguai foram fatores que influenciaram a guerra (1864-1870). Em relatório contendo importantes feitos das forças armadas brasileiras na campanha contra o Paraguai, entre 1864 e 1866, o Imperador anotou: “[...] 6 de dezembro, 1º ataque de Paysandú. [...] 2 de janeiro, 2º ataque e tomada de Paysandú.”

No mesmo período, escasseava-se a consistência política entre as províncias argentinas, mesmo após o Pacto Federal de 1831. Não havia uma identidade nacional na Argentina, por conseguinte, a guerra foi um meio de consolidar certa coesão político-econômica em parâmetros nacionais. Além disso, amparou a delicada diplomacia entre Buenos Aires e Rio de Janeiro a respeito do Paraguai. A política da região esteve complexa desde as vésperas do conflito. Brasil e Argentina buscavam um acordo político e econômico comum. De acordo com Golin, na década de 1840, a estratégia de intervenção de Rosas no Paraguai foi impedida pelo Brasil, Inglaterra e França. Em 1844, um ano após o cerco

a Montevideu, o governo brasileiro reconheceu a independência paraguaia (GOLIN, 2005). Na década de 1850, permaneceram abertas as tensões políticas entre Brasil e Argentina, tensões excitadas por meio dos artigos de José Maria da Silva Paranhos, autor que influenciava a opinião pública. Golin observa que

Com a crise do Prata, o jovem jornalista encontrou para a sua coluna, aparentemente inconsistente, um objeto. Sem perder o estilo, misturou o *Facundo* de Sarmiento com tratados de mitologia greco-romana e passou a defender a política externa do visconde do Uruguai, fortalecida pela nomeação do autoritário Honorio Hermeto Carneiro Leão, futuro visconde e marquês do Paraná, para ministro plenipotenciário especial no Rio da Prata. Com as ações concretas do gabinete e com a argumentação pública centrada no jornalismo de Paranhos, desencadeou-se a campanha em defesa de uma ofensividade imperial contra Rosas. No prefácio da edição que organizou das *Cartas* com os artigos de Paranhos, em 1953, José Honório Rodrigues concluiu que, “no tratamento dos negócios do Rio da Prata, elas alcançaram grande aceitação e crítica”. (2005, p.6).

Por sua vez, a Argentina não estava favorável à guerra, sobretudo até o Paraguai manifestar repúdio à ocupação e intervenção no governo do Uruguai, uma vez que Solano Lopez temia o impedimento econômico do Paraguai na fronteira platina. De acordo com Pomer:

No final de 1857, os planos bélicos do Brasil com relação ao Paraguai parecem não encontrar eco favorável em Buenos Aires. A opinião de Mitre – manifestada em seu jornal *Los Debates* – se expressará da seguinte maneira: ‘O que interessa a Buenos Aires é a paz entre o Paraguai e o Brasil. A guerra é contra os seus interesses. Os amigos do Brasil em Buenos Aires, ao incitá-lo à guerra com o Paraguai, atraíam os interesses de Buenos Aires, cujo comércio se ressentiria com tal rompimento sem que as vantagens futuras compensem as falências presentes’ (1981, p. 133).

Em abril de 1865, após Mitre negar a passagem do exército paraguaio que buscava a restauração do governo do Partido Blanco no Uruguai, o Paraguai declarou guerra à Argentina. O Paraguai, então, invadiu a cidade argentina de Corrientes, a qual mantinha relações políticas e econômicas com Assunção. Considerando um clima político favorável em Corrientes, Solano Lopez contava com o apoio militar de Urquiza e outros caudilhos do interior da Argentina, porém, embora não existisse uma consciência nacional na Argentina, a precipitada ação do exército paraguaio fortaleceu a aliança de Buenos Aires com o Império do Brasil e levou o país à guerra contra o Paraguai.

A Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai foi um episódio vergonhoso da história latino-americana. Recentemente, desenvolveu-se uma historiografia crítica sobre a guerra e, do mesmo modo, vêm sendo realizadas discussões acerca da geopolítica da região platina, das relações internacionais, das representações, dos interesses políticos e econômicos dos países na região da fronteira platina.

Entre 1º de fevereiro de 1965 e 1º de março de 1970, as crônicas do jornalista paraguaio Efraím Cardozo destacaram-se nas páginas do jornal *La Tribuna*, em Assunção. Cardozo publicou a coluna *Hace 100 años, na qual* narrou diariamente alguns episódios da Guerra da Tríplice Aliança. Uma crônica é uma narrativa histórica que pressupõe a História. Compreender o contexto político do Paraguai na região platina e os desafios internos enfrentados no período das publicações de Cardozo contribui para a compreensão da representação política de sua obra. Mais uma vez, o historiador depara-se com o particular, o discurso, o insólito.

Para tanto, utiliza-se o conceito de região para denotar e discutir a instabilidade do espaço platino, outrora palco da guerra. Tal instabilidade regional evidencia o quanto a sua definição pode significar um espaço aberto, inacabado e em movimento. “El espacio regional, no es, por tanto, un espacio fijo, sino un espacio social con conjuntos heterogéneos en continua interacción” (CARBONARI, 2009, p. 28), portanto, um espaço com historicidade e objeto do historiador.

Identidade e dominação

Considerando-se a região como um espaço com historicidade, é necessário refletir sobre uma categoria de cultura regional fabricada e cuidadosamente imposta como verdadeira, que estabelece rótulos regionais ou, do mesmo modo, estereotipa a identidade, elevando-a a miserável condição de subalterna do conservadorismo. Se a região é um espaço inacabado e em movimento, a cultura nela produzida será naturalmente inacabada e em movimento. O clichê da identidade (cultural/regional) acabada e inflexível é intelectualmente pobre e intencionalmente empregado como instrumento de dominação. É nesse universo de instabilidades que Hall explicita não haver mais representações culturais e identitárias fixas, estáticas. Há de se levar em consideração que

[...] a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’. (HALL, 2011, p. 38).

Embora a definição de Hall sobre a identidade cultural como algo ininterruptamente “em processo” indique um fenômeno pós-moderno, é impossível deixar de considerar que, como fenômeno histórico, isto sempre aconteceu na humanidade. Para Heráclito de Éfeso (século 6º), tudo permanece em constante mudança. Segundo ele, o mundo é um fluxo permanente em que nada continua a ser idêntico a si próprio. “É impossível entrar no mesmo rio duas vezes”, pois as águas do rio percorreram caminhos, são outras, os indivíduos já não são mais os mesmos, tiveram experiências distintas e transformaram-se.

Esse processo ininterrupto, como caracterizado anteriormente, não acontece por acaso, uma vez que os indivíduos buscam referências na construção de suas identidades – perto ou longe –, sendo que a identidade é uma concepção própria e individual. Uma leitura obrigatória para os interessados na discussão

sobre a identidade no mundo contemporâneo é a produção do sociólogo Zygmunt Bauman. O autor enfatiza que vivemos “tempos líquidos”, em que “nada é feito para durar”. Diante disso, todos são responsáveis por definir constantemente a sua própria identidade. Conforme Bauman,

[...] a ‘identidade’ só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, ‘um objetivo’; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente ocultada (2005, p. 21-22).

Uma crise de paradigmas é evidente na atualidade. Assim, a tendência é a busca por orientações no passado ou, ainda, a evocação da tradição (OLIVEN, 2006) que pode estar perigosamente arraigada no senso comum. Considerando-se a cultura do tradicionalismo “fabricada” no Rio Grande do Sul, cabe analisar a discussão levantada pelo historiador Tau Golin, que escreveu: “[...] a sociedade rio-grandense (e sua representação cultural) é conservadora e não tradicional” (2004b, p. 8). Como já mencionado, de tal modo estereotipa-se a identidade elevando-a à condição miserável de subalterna do conservadorismo. Ainda segundo Golin:

O tradicionalismo é uma extensão da cultura de massa, e não o prolongamento de uma sociedade tradicional. A sua força cultural, agregando elementos da pós-modernidade, como a centralidade da imagem na representação da identidade – a exterioridade volátil – potencializa ainda mais o seu comportamento estilístico, no qual o ‘parecer’ se converteu em um dos aspectos predominantes da dimensão do ser. A escolha de ‘parecer-ser’ conforme o arquétipo conveniado recentemente é a condição que conecta o conservadorismo à pós-modernidade (2004a, p. 10).

A necessária busca pós-moderna pelo “parecer-ser” e a “centralidade da imagem na representação da identidade” (GOLIN, 2004b, p. 10) são princípios que podem ser relacionados à discussão sobre o emprego da representação, levantada por Chartier, em que ela, a representação, significa a “ausência” do que ela própria representa (CHARTIER, 1991). Essa é, portanto, uma leitura necessária, pois, nesse sentido, a representação do regional pode ser fabricada. Por isso, importa observar que, quando se fabrica uma representação, pode-se estar intencionalmente excluindo determinadas culturas ou fatores históricos relevantes.

A região não é apenas um espaço de relações, uma parte análoga com o todo e em oscilação. Ao mesmo tempo, é objeto de representação, no qual é exercido o poder simbólico. O poder simbólico opera de maneira ortodoxa e regulariza a supremacia de uma classe dominante. Logo, a representatividade dominante exerce autonomamente (em benefício próprio) o poder político. Assim, o poder político é instrumento de dominação simbólica em determinada região. As propriedades simbólicas podem ser usadas em razão dos interesses materiais e simbólicos do portador (BOURDIEU, 1989). Além disso, a própria região é uma construção simbólica.

A identidade regional é uma construção coletiva ou a combinação da aceitação e negação de valores socioculturais. Os valores são orientados pelo discurso (estruturas estruturadas) daqueles que possuem o poder simbólico como instrumento de dominação em uma região ou país (BOURDIEU, 1989). A identidade é bem mais o resultado de um processo de aceitação e negação do que de invenção, no entanto, a identidade é propriedade única e particular daquele que a origina. A respeito da dominação simbólica, Bourdieu observa:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer (1989, p. 125).

Preservar a identidade não significa “emancipar-se” da sociedade. Significa tornar-se fiel a si próprio. Estar amarrado a uma identidade estereotipada e fundamentada em uma história sem historicidade é o mesmo que ser violentado e privado de liberdade. Estabelecer uma história sem historicidade (tradicionalismo) em uma região é comum àqueles que desempenham o poder simbólico de dominação. Os fatores internos de uma região não são definitivos no seu processo de construção política, econômica, social e cultural. Apesar disso, é necessário refletir sobre o que é idealizado, escrito ou representado em determinado contexto regional. Regulada por instrumentos de dominação, toda a História pode ser fabricada, do mesmo modo, a região.

Considerações finais

É indispensável efetivar-se uma profunda revisão nas produções acadêmicas, pois nem sempre os pesquisadores que tematizam a região esclarecem o seu conceito. O conceito de região tem sido tomado emprestado da Geografia, no entanto, ele precisa ser discutido no campo teórico e metodológico por historiadores ou por outros pesquisadores que utilizam o enfoque regional em seus trabalhos.

Com pesquisa sobre a historiografia da Guerra da Tríplice Aliança em andamento no âmbito do doutorado, percebeu-se a necessidade de se discutir o conceito de região, porquanto a guerra foi consequência de disputas regionais.

Pontuando, destaca-se que as práticas culturais e as acomodações políticas desempenhadas na região da fronteira platina, desde a formação dos Estados independentes da América do Sul, movimentam-se para além de uma construção consistente de nacionalidades, uma vez que, como afirmado, a fronteira é um lugar de relação. Destarte, a cultura produzida na região da fronteira platina movimenta-se em direções e nacionalidades opostas, provocando, com o passar dos séculos, um complexo enredo político, econômico e cultural que constitui a sua historicidade.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CARBONARI, María Rosa. De cómo explicar la región sin perderse en el intento: Repasando y repensando la Historia Regional. In: *História Unisinos*, São Leopoldo, jan./abr. 2009.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Texto publicado com a permissão da Revista *Annales*, nov./dez. 1989, n.6, p. 1505-1520. (O original em francês encontra-se à disposição do leitor no IEA, para eventual consulta. Estudos avançados, 1991.)
- CHIARAMONTE, José Carlos. Sobre el uso historiográfico del concepto de región. *Estudios sociales*, Santa Fe, 2008.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra*: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FERNÁNDEZ, Sandra. Los mundos ocultos. Los estudios regionales en la enseñanza de la Historia en la Argentina. *História Unisinos*, São Leopoldo, jan./abr. 2009.
- GOLIN, Luiz Carlos Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2004a. v.2.
- GOLIN, Luiz Carlos Tau. *Identidades*: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo. Passo Fundo: Clio; Méritos, 2004b.
- GOLIN, Luiz Carlos Tau. Cartografia da geopolítica e das guerras: Brasil Meridional. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 11. ANPUH-RS, Rio Grande, 2012.
- GOLIN, Luiz Carlos Tau. Instrumentalização política de Facundo pelo Brasil na guerra contra Rosas. JORNADAS LATINOAMERICANAS DE HISTORIA DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES UNIVERSIDAD DE VALPARAISO, 3., Chile, Universidad de Viña del Mar, 2005.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e independências: notas sobre o conceito e os procesos revolucionários na América espanhola. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELI, Ronald. (Orgs.). *História das Américas*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. 304 p.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HEREDIA, Edmundo A. Cono Sur: el fin de las regiones de frontera. *Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro, 2007.

LUNA, Félix. *Breve história dos argentinos*. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Brasil-Argentina, 1995, 221p.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2006.

PANITZ, Lucas Manassi. *Por uma geografia da música: o espaço geográfico da música popular platina*. Porto Alegre: UFRGS; PPGEA, 2010.

POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense*. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1981.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

SILVA, Jeremias Machado Silva. A milonga e as narrativas na região do pampa. *Estudios Históricos*, Uruguai, ano VII, n. 15, 2015.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus, revista de História*, Juiz de Fora, v.3, n.1, p. 84-97. 2010.

Documentos

Apontamentos do Imperador D. Pedro II sobre a campanha contra o Paraguai. Fonte: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/7960> acesso em: 21/01/2019.

História regional: perspectivas históricas e metodológicas a partir da redução e estância San Francisco Xavier

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos

Introdução

A história regional é amplamente discutida quando se escreve a história Latino Americana. Pensar a história regional envolve elementos que transpõem as barreiras que conhecemos por micro história e história global, podendo envolver em seu contexto relações que interligam de alguma forma essas conexões históricas.

A história regional começou a ser debatida no final dos anos 80 com a terceira geração dos *Annales*, em torno da crise que a história Global estava sofrendo com os novos pensamentos. Com essa crise, novas abordagens de fazer história começaram a surgir, a partir dos debates. Tudo passou a ser história, e não se fazia mais a história do todo, mas procurava-se saber tudo sobre o objeto que seria estudado.

A terceira geração talvez possa ser dita pós, estruturalista, também de forma impura. Sob a influência da antropologia, prefere descrições, narrativas, indivíduos, biografias, excluídos, periféricos, marginais, sexo, bruxaria, mundos históricos micro... não se busca mais um sentido global para a história e considera-se impossível a integração da consciência em uma totalidade. (REIS, 2006.p.80)

Sendo assim, a abordagem da história regional permite que o objeto a ser estudado possa ser tanto parte de uma história total, como uma história em menor escala, mostrando suas particularidades, que compõem um mosaico de uma história total, como a história da América Latina. Eric Van Young, apresenta as suas hipóteses dos tipos regionais e suas implicações.

Antes que continúe ilustrando mi hipótesis sobre los tipos regionales y sus implicancias, necesitamos dar un paso atrás por un momento hasta el concepto básico de región, en función de aclarar el supuesto central. Dado que como he sugerido más arriba las regiones se definen adecuadamente por la escala de cierta clase de sistema interno a las mismas ydad que las sociedades humanas se constituyen típicamente con un gran número de clases diferentes de sistemas mutuamente influyentes, ¿cuál es el sistema a elegir par a definir las regiones? Rápidamente, uno puede traer muchos candidatos posibles a la mente, incluyendo las pautas de la geografía física, la distribución y el tipo de producción económica, la estructura política, el intercambio o las relaciones de mercado. Es este último sistema - la estructura de intercambio o los mercados - el que permanece en el corazón de la teoría del emplazamiento central, que a su turno provee la base para la mayoría de los recientes trabajos teóricos sobre el análisis regional. (YOUNG, 1991, p.265)

Ao pensarmos a história regional a partir de uma perspectiva conceitual e metodológica, é necessário entender como os conceitos de região são abordados por outras disciplinas e também dentro da história. O objeto de estudo que pretendo desenvolver é a estância e o povo de São Francisco Xavier. E é para melhor entendermos a maneira como foi criada essa estância pela província jesuítica do Paraguai, através de um projeto reducional implementado pelos jesuítas, com apoio da coroa espanhola nos séculos XVII e XVIII, que justificamos a necessidade de aprofundamento de conceitos como o de “região”, dentro de uma perspectiva de História Regional, pois existe a necessidade de entender as relações sociais, políticas, econômicas e culturais do objeto proposto.

Para compreendermos a maneira que os povoados das reduções e estâncias missioneiras se formaram e ocuparam os espaços regionais, é necessário analisar a conceituação e o “tratamento da geografia física e humana, que irá identificar a região com base em critérios de delimitação da paisagem natural e étnica,”

(NORONHA, 1992, p.25). Também podemos considerar “los factores geográficos, cuya historia hay que considerar, solo adquieren una importancia decisiva cuando se les relaciona com otros datos, económicos, sociales, culturales”. (BRAUDEL, 1992,p.115)

Segundo Reckziegel, há uma tendência entre os historiadores de assimilar e utilizar os conceitos produzidos pelos geógrafos, mas, entre as muitas vertentes explicativas para o termo região, há um ponto consensual de que região seria a particularização dos lugares, a sua individualização. Portanto, poderíamos aceitar como válido o conceito de região “como um espaço de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em torno de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial”. (RECKZIEGEL,1999, p.20)

Essa é uma questão importante da história regional que se encaixa com objeto, porque São Francisco Xavier era uma de várias estâncias, porém precisamos entender as particularidades desse lugar, e sua individualização, ou seja, como, internamente e externamente, aconteciam as relações desses povos, para podermos particularizá-la. Para tanto, é necessário perceber todas as suas movimentações no âmbito da América Espanhola, da província jesuítica do Paraguai e dentro do contexto de catequização dos jesuítas na América. Para que isto possa acontecer, é também necessário que o pesquisador se debruce sobre as documentações em Arquivos e bibliografias sobre o tema, respaldado pelos conceitos e teorias da história e de outras disciplinas, caso sejam necessárias.

O objeto de pesquisa envolve uma comunidade que pertence a uma região denominada, no passado, como província jesuítica do Paraguai, hoje atual estado do Rio Grande do Sul, e Argentina, que já teve seus espaços particularizados e individualizados pela situação imposta pelos conquistadores, dentro de um contexto ocupação de espaços pela coroa espanhola, com o intuito de bloquear o avanço dos portugueses em direção à colônia do sacramento. Nesse período, embora tivéssemos os tratados, nossos limites políticos não estavam bem definidos, o que aconteceu somente mais tarde, pela criação da fronteira do Rio Grande do Sul com a província de Corrientes, tendo o rio Uruguai como uma fronteira natural, pois a

[...] região, ao invés de ser apenas um referente (no caso específico da delimitação a um tipo de configuração geográfico-espacial), passa a ser um modo de proceder – um tratamento metodológico – que visa estabelecer uma relação específica no âmbito de uma cartografia simbólica, que deverá incluir os níveis do local, do regional, do nacional e do transnacional. (NORONHA, 1998, p.26)

Noronha aponta para algumas questões fundamentais quando se determina uma região a ser estudada, pois o pesquisador deve se ater às transformações que os indivíduos realizaram naquele espaço. E, a partir das perguntas feitas ao objeto, vai-se determinar o que se chama aqui de ato do pensar metodológico. Portanto, a minha pergunta que irá determinar a minha região, e que essa região deve ser pensada em níveis: a) local, que seria, internamente, as relações dentro da estância com sua redução; b) o regional, podemos aqui definir como as relações existentes da estância/redução com as outras estâncias e reduções; c) o nacional, as suas relações com toda a província jesuítica do Paraguai e com a administração colonial espanhola na América; d) o transnacional seriam as relações da estância/redução com a comercialização, mesmo que ilegal, com os portugueses e com a Metrópole.

Dentro da história, definimos região como um espaço, enquanto, para a história regional, o espaço não é só físico, pois é cultural, social, político, econômico e ideológico. É produzido para a sociedade sob uma base territorial determinada, portanto, esse espaço é balizado por identidades comuns, sendo a história encarregada de caracterizar esse espaço.

[...] el énfasis en el ‘aislamiento’ como una de las características primordiales de las regiones resulta ser algo muy relativo, pues éstas están vinculadas con otras unidades sociales por razones de fronteras, redes mercantiles y movimientos demográficos. Sin embargo, en relación con el centro del estado colonial o el estado republicano, como ideología, el ‘aislamiento’ forma parte del imaginario regional, preocupado por definir su identidad a partir de la diferencia. (ARRIOLA, 2008, p. 197)

A região está configurada como uma fração estruturada do todo, que possui uma identidade e personalidade regional construída historicamente pelas relações existentes entre os indivíduos que ali estão e essa identidade é construída gradativamente pelos seus atores, Manuel Castells entende “por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevale(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, por haver identidades múltiplas.” (2010, p. 22).

A região é um espaço de resistência porque ela tem sua identidade construída ao longo do tempo e envolve relações de disputas de poder, e essas representações de poder, em certos momentos, são assimiladas pelo restante da sociedade, por meio dos grupos dominantes, razão pela qual teremos o que chamamos de ideologia. Quando trabalhamos na perspectiva da produção do conhecimento da história regional, é necessário compreender o seu conceito, suas metodologias e seus processos de abordagem.

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, a história regional era pensada de forma que os seus limites não ultrapassavam os limites da geografia nacional e, assim, reforçando apenas uma história nacionalista, onde a região histórica se delimitava geograficamente.

De esa manera, la historia de la región no era otra cosa que la sumatoria de las historias de las provincias supuestamente involucradas en ella. En otros casos, la región se asimilaba a unidades territoriales concebidas como parte de la regionalización a que dieran lugar en América Latina el auge de las políticas territoriales y de planificación en las décadas de 1960 y 70. (BANDIERI,2017 p.17)

Quando se fala em história regional, logo remetemos a um pensamento de que o objeto de estudo é uma região, pré-definida conceitualmente pela geografia, pois a região em geografia pode ser criada para estudar as características de um determinado território. Já a região historiográfica não tem seus conceitos pré-definidos; como menciona Eric Van Young, “las regiones son como el amor, son difíciles de describir, pero las conocemos cuando las vemos” (1991, p. 255)

Así, se ha transitado desde el determinismo geográfico decimonónico, para el cual el medio natural condicionaba a la sociedad y la región era un espacio previamente delimitado, sólo reconocible por los elementos físicos que la distinguían, hasta las interpretaciones más modernas y diferenciadas de la anterior, que la consideran un espacio abierto al cual sólo es posible acceder comprensivamente a través del estudio de las relaciones que establecen los sujetos sociales en la dinámica del proceso histórico. En la medida en que el espacio pasó a ser entendido por la geografía crítica como una construcción social, la región dejó de ser y por ende debería serlo para quienes hacen historia regional un ámbito acotado, previamente definido por el historiador, para convertirse en una derivación de su propio objeto de estudio. En el medio de perspectivas tan extremas, y más recientemente aún, surgieron otras posiciones neopositivistas para las cuales la delimitación previa de la región parece seguir siendo el único recurso metodológico posible. (BANDIERI, 2017, p. 12-13)

Mas não podemos descartar outras disciplinas, quando o objeto for região dentro do que abrange a história regional, pois esse assunto, primeiramente, foi uma fusão bem-sucedida, pela escola dos *Annales*, entre a história e a geografia humana, ambas tratando suas particularidades em um sentido interdisciplinar.

Incluso nessa particularidade, nos deparamos com a história regional. Cometem-se vários equívocos ao utilizar conceitos, pois o uso de conceitos sempre trouxe a sua carga de abstrusos para os historiadores, pois utilizar um conceito, sem definir a sua carga geral e histórica de significados, poderá resultar em um anacronismo.

O uso dos conceitos, principalmente pelos historiadores, deve estar bem claro quando e em qual tempo e época foram atribuídos, e se esse conceito tem o mesmo significado fora da História. Três termos utilizados, quando se escreve história regional, por terem a grafia ou até mesmo os significados parecidos, mas que não são análogas, principalmente no que tange à Geografia e à História, são: a região, a regionalidade e o regionalismo. A região, definida como espaço geográfico, tem uma definição diferenciada

da história; dentro dos estudos geográficos, a região é uma área ou um espaço fragmentado, seguindo critérios específicos, para melhor ser estudado, por exemplo, regiões definidas pelo COREDE.

Já a região definida dentro da história regional tem um significado muito particular, pois a região que um historiador escolher para trabalhar vai depender de sua delimitação e de sua pergunta para o tema proposto, então a região vai ser delimitada e definida pelo indivíduo, e não pelas fronteiras e demarcações pré-estabelecidas, principalmente pela geografia.

A região enquanto processo, em constante rearticulação – e da propriedade de ‘ser’ regional, já a regionalidade oferece um caráter literalmente fenomenológico, ‘visto a partir da grande diferenciação cultural e da enorme desigualdade social produzida mesmo num mundo tido como globalizado e, portanto, pretensamente mais homogêneo. Não há como, genericamente, pretender estipular uma única grande racionalidade ou ‘teoria’ da regionalização, a não ser que mantenhamos os velhos padrões economicistas com que, muitas vezes, a região foi trabalhada – como se apenas a reprodução e acumulação do capital pudesse dar conta de toda a diversidade regional em que estamos inseridos. (HAESBAERT, 2010, p. 05)

Dessa maneira, o regionalismo é construído pelos sujeitos, que moldam o espaço conforme suas particularidades, de forma que a singularidade de cada região está atrelada aos laços criados por esses indivíduos, dando origem a uma identidade que é associada à região.

E, por fim, regionalismo é um conceito que está presente na construção de uma identidade regional, e pode ser percebido pela linguística, construindo um dialeto de forma histórica, através das várias culturas presentes em determinadas regiões. Acreditamos que o regionalismo, em si, define-se como um comportamento político de defesa de interesses, por autores que compartilham uma identidade historicamente construída. Ele pode ser um dos elementos que unificam e mobilizam grupos sociais nas disputas do jogo político. (VISCARDI, 1992, p.90)

Percebe-se que o uso dos conceitos tem de estar bem claro para o historiador, se não estiver esclarecido, ao fazer a historiografia, o historiador pode facilmente cair em um anacronismo, ou forçar o uso de conceitos, que não se encaixam em sua delimitação temporal histórica.

Visto que a região é um conceito que não tem apenas uma definição, e que depende das suas particularidades para delimitar e delimitá-la, com a história regional não é diferente. Segundo Arturo Taracena Arriola:

Las regiones no son innatas ni eternas. Son construídas por sujetos sociales en un tiempo y un espacio determinado. En conclusion, si la historia regional ententa explicar las regiones en plural, el dilema está, premero, en saber qué características comparten y, segundo, en saber cuántas formas de ellas existen. (ARRIOLA, 2008, p.189)

O conceito de região está delimitado pela particularidade que tem cada uma, não tem uma forma definida, quando se trata do assunto, pois cada uma, em específico, é região justamente pela sua singularidade. A região não depende só de fatores naturais e econômicos de limite de fronteira, imposto pelo estado, ela vai muito além desses limites; uma região pode ser delimitada por outros fatores, como língua e cultura.

Trataremos, agora, da identidade e a representação de elementos para uma reflexão crítica sobre a região.

A região não é uma totalidade observável como tal. É um produto, um acto de totalização, que deve constituir como fechado e perfeitamente separado um campo de significações, cujos limites não se impõem nunca por si mesmos. E, se é verdade que os factores objectivos contribuem, por vezes fortemente, para distinguir dois grupos vizinhos, a definição estrita e precisa de região forja o recurso a uma estrutura simbólica e às relações semânticas de oposição que esta organiza. (MARTINS, 1993, p.100)

Pensando na construção histórica da região, não podemos deixar de mencionar, de uma maneira mais aprofundada, ao dis-

correr sobre identidade ou as identidades que os sujeitos sociais construíram em um determinado espaço, para que esse fosse considerado uma região, com particularidades além das existentes naturalmente.

A região sem os fatores culturais e sociais apenas seriam espaços naturais, pois é a ação do sujeito perante um determinado espaço que, ao longo do tempo, constrói a região. Dessa maneira, uma identidade regional, como coloca Burdieu, não é simplesmente o espaço natural, mas sim o tempo e a história que se constituem nesse local.

Mas, mais profundamente, a procura dos critérios 'objectivos' de identidade 'regional' ou 'étnica' não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objecto de representações mentais, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. Por outras palavras, as características que os etnólogos e os sociólogos objectivistas arrolam funcionam como sinais, emblemas ou estigmas, logo que são percebidas e apreciadas como o são na prática. (BURDIEU, 2010p. 112)

Levando e consideração os fatores que compõem a identidade de um local, e que, ao longo do tempo, se constrói uma região histórica, faz que essa região se torne particular, perante os demais espaços constituídos, assim os critérios reconhecidos e aceitados por um grupo, em determinado espaço, passam a se tornar uma identidade grupal, de uma região.

Fazer história regional não quer dizer que se fará uma história específica, (micro história) e nem explicar o todo (história global), mas sim manter um diálogo entre o geral e o particular, entre o contexto e a especificidade, permitindo flexibilizar mode-

los políticos econômicos ou de estrutura mental, repensando as modelagens e técnicas de abordagens.

O tempo e espaço, para a construção de uma história regional, faz o historiador ter a necessidade de deter-se nas especificidades dessa região, ou seja, a economia, a política, cultura e os sujeitos que a compõem. Como uma região, ela é explicada historicamente, mas ela não é permanente em suas características, pois vai se transformando com a ação do homem e do tempo. Um mesmo território pode historicamente abarcar regiões diferentes.

Un primer elemento a tener en cuenta es que la noción de Historia Regional remite necesariamente a dos áreas de conocimiento: la Historia y la Geografía, es decir que contiene en sí misma las dos coordenadas - tiempo y espacio - que la caracterizan. Ambas disciplinas han pasado sucesivamente por enfoques teóricos equivalentes desde el positivismo del siglo XIX en adelante, que han variado la concepción de región desde posiciones tan encontradas como diferentes. (BANDIERI, 2017, p. 12-13)

Vendo dessa maneira, vamos introduzir o estudo de história regional e seus conceitos, em um espaço ocupado no período colonial, pelos Jesuítas, que se denomina missões jesuíticas, e, dentro desse território, buscou-se definir especificamente uma região histórica a ser investigada que é a redução e estância São Francisco Xavier.

Para a construção da redução de São Francisco Xavier (estamos falando da ocupação de parte noroeste do estado que hoje conhecemos como Rio grande do Sul e Argentina), que será tratada aqui, obviamente, não consideraremos as mesmas características regionais que o mesmo espaço reocupado recentemente por Europeus, vindos pela política de ocupação de terras no século XIX e XX.

Tratando-se de delimitar a região que está sendo investigada, é necessário verificar os fundamentos históricos que ajudaram a delimitar e a constituir as missões jesuíticas e, principalmente, a redução e a estância São Francisco Xavier. Alguns dos elementos são: a economia, a cultura, as conexões exteriores, língua e os conflitos que ocorreram.

Para essa abordagem, tomaremos o autor Erick Van Young, que expõe algo bem significativo em seu trabalho, quando fala de algumas cidades do México colonial e seu sistema de economia, que, por assim dizer, era muito parecido com o sistema colonial Jesuíta compreendido no território do Prata. Quando se coloca em pauta a construção do espaço regional, tendo em vista a economia como ponto principal, tem-se:

En consecuencia, la estructura comercial y mercantil de la región desplegab las características que se esperarían encontrar aproximadamente en el tipo olla a presión/solar. Entonces a pesar de la tendencia reduccionista de las relaciones comerciales centradas en la ciudad regional primaria, los poblados rurales tenían al menos algunos lazos laterales en términos de las relaciones crediticias, los comerciantes itinerantes, las ferias periódicas, etc. Por otro lado, la especialización productiva intra-regional, aunque existía, estaba limitada. (1991, p.275)

Não diferente dessas relações comerciais existentes em Gadalajara, no México, a região, tida como “os 30 povos missionários”, mantinha sua relação comercial, em razão de suas particularidades de exportação, mercado interno, com produtos propriamente locais; de certa forma só era possível manter as reduções devido a essa rede de comércio mantida entre as reduções (internamente) e a que as reduções mantinham com a coroa espanhola (externamente).

Sendo assim, a escolha dos espaços era definida, justamente, quando havia meios de subsistência e de produção e escoamento dos produtos. E esse meio coincide com as reduções estarem em sua maioria paralelamente com o rio Uruguai, facilitando a comunicação e o comércio com a metrópole.

Mas a consolidação desse espaço por parte dos Jesuítas e dos Guaranis não era feito com facilidade. Existia um estudo aprofundado e prévio, para a fundação da redução e, mesmo dessa forma, eram suscetíveis a conflitos entre os povos originários que não eram reduzidos, e dos bandeirantes, por parte dos portugueses, que se deslocavam capturando índios para a de mão de obra, no Brasil.

Os conflitos gerados pelos grupos étnicos já existentes eram decorrentes das fronteiras simbólicas determinadas por esses grupos e, quando não se respeitavam esses limites, como em quaisquer outras etnias, o conflito por disputa de espaços culturais eram inevitáveis.

O território missionário se constitui de várias etnias, que se diferem, em inúmeras características, já antes da chegada do homem europeu. Neste espaço os conflitos eram recorrentes, visto que, na concepção destes povos, não existia uma fronteira jurídica, como se tinha em civilizações europeias, que já estavam vivendo na modernidade. Mas os territórios eram demarcados por fronteiras simbólicas, onde cada espaço se adequava de melhor maneira com seus costumes.

Assim, as regiões podem ser delimitadas por fronteiras étnicas. Fredrik Barth menciona que as fronteiras étnicas são definidas pelo critério de uma identidade de pertencimento a um grupo, ou de exclusão do próprio, por mais que possa haver delimitações territoriais. As fronteiras étnicas canalizam a vida social das mais diversas formas de grupos étnicos; desta maneira, as fronteiras étnicas se delimitam por meio de acordos entre as mais diversas culturas.

[...]a fronteira étnica que define o grupo e não o espaço cultural por ela delimitado. As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial. Se um grupo mantém sua identidade quando seus membros interagem com outros. Disso decorre a existência de critérios para determinação do pertencimento, assim como as maneiras de assinalar este pertencimento ou exclusão. (BARTH, 2000 p.34)

Barth, descreve que as fronteiras étnicas vão muito além dos espaços territoriais, visto que um grupo pode ser facilmente reconhecido fora da região em que se constituiu. Ao contrário do que se pensa, a etnia está muito mais atrelada às diferenças entre os grupos do que às semelhanças culturais existentes entre eles. Neste caso, as diferenças são claramente percebidas. Basta comparar as características físicas e culturais dos grupos guarani e kaingang.

Desta maneira, trataremos da construção da região histórica em que está situada a estância de São Francisco Xavier e a redução do período colonial de 1627, onde temos a primeira tentativa de construção de um espaço. Milton Santos conceitua espaço como um fato social, produto da ação humana, uma natureza socializada. Por isso, trataremos a construção e a evolução desse espaço como uma região com suas características particulares.

É o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica. E, num determinado lugar, não há técnicas isoladas, de tal modo que o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras. (2001, p.36)

Já por volta 1629, devido a conflitos entre os Kaingang e os guarani, que, já antes da tentativa de fixação da redução, possuíam divergências, constituindo etnias rivais, a ocupação de outro espaço, dentro do mesmo território, foi inevitável: os jesuítas, temendo mais conflitos, fixaram a redução de São Francisco Xavier, na banda oriental do rio Uruguai, e a estância permaneceu na banda oriental.

Em 1627, alguns elementos ajudaram a firmar um espaço reducional, e em uma região de missões Jesuíticas, na banda ocidental, os padres e índios reduccionados fundaram a primeira redução de povoamento. Mas, devido a ataques de povos originários, não foi possível manter a redução no mesmo curso que esses povos habitavam. Aurélio Porto descreve como ocorreu a declaração de posse de terras por parte D. João Blazquez, governador do Paraguai.

Além de outras terras á margem direita do Uruguai, que ficavam entre os rios taquararé e Mborore, declara que 'para as suas estancias lhes dou e assinalo por terras as que há de outra banda do rio Uruguai, que são as que estão desde o dito rio até ijuí acima, com todos os seus matos, entradas e saídas que de direito lhe pertencem e mando que nenhum outro que não for este mencionado Povo entre nas ditas teras, etc.' 178). (PORTO, 1954,p. 322)

vacum e a erva mate eram as principais fontes de subsistência dos povos jesuíticos guaranis.

A redução foi se desenvolvendo constantemente, e um dos fatores que ajudaram no desenvolvimento da redução e em sua subsistência foi a erva mate, que existia em abundância dentro da estância e próxima a ela.

Conclusão

Sabe-se que a história regional já era discutida por volta dos anos 70, através dos *Annales*, e, com a decadência da história global, que já não conseguia resolver os questionamentos feitos pela história, despontou uma história fragmentada, na qual tudo era história, fazendo parte de um mosaico de uma história global mais detalhada.

A história regional na América do Sul vem sendo amplamente difundida, sendo um recurso que torna as histórias da América mais homogêneas e detalhadas, mostrando as conexões particulares existentes entre suas etnias e seus territórios, ao longo dos séculos.

Nessa perspectiva, escrever sobre as estâncias jesuíticas pertencentes às missões, e as conexões existentes, mostrando suas particularidades, perante as demais missões efetivas no período, expressa que a estância tem seu particular com uma ampla rede de comércio, que demonstra mais uma particularidade de uma região histórica da América Latina.

Uma determinada região historiográfica requer que o historiador, em primeiro passo, tenha esclarecido o que é uma região, tanto em sentido histórico quanto geográfico, para que sua delimitação não caia em equívocos, quando desenvolver o tema. São eles: região, regionalidade e regionalismo, que, podendo ter ortografia semelhante, no sentido historiográfico, pode levar o historiador a erros.

Para se definir a região, é necessário perceber como os espaços são percebidos e construídos, historicamente, pelos sujeitos, demonstrando que fatores culturais, como a língua, são aspectos primordiais que constituem a identidade de uma etnia, formando assim uma região simbólica, que também é uma região histórica.

Fazer história regional, com um tema em específico, não significa que será uma história reduzida, mas sim que se pretende mostrar o quanto de significados carregam aqueles espaços, dando uma maior densidade histórica ao fato estudado, assim mostrando o quanto é importante estudar o particular para entender o todo.

Por fim, a estância e a redução do espaço de São Francisco Xavier, uma região em particular, que fazia menção às missões jesuíticas, é um exemplo de história regional, que surgiu de uma construção indentitária, étnica religiosa, em que os sujeitos se identificavam com aquele espaço construído.

Tratando-se do tema em questão, é importante salientar que o objeto de estudo em foco, ou seja, a estância de São Francisco Xavier, estava situado, em parte do Noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul. Trazer à tona essa história mostra uma outra perspectiva histórica regional na formação desse espaço, compreendendo os processos históricos, que ocorriam no século XVII, com a fundação das reduções jesuíticas, demonstrando assim que aquele espaço, em específico, teve uma significativa importância nesse processo.

Referências

- ARRIOLA, Arturo Taracena. Propuesta de definición histórica para región. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, n. 35, enero-junio/2008, p. 181-204.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *Sistema de la economía colonial, mercado interno, regiones y espacio económico*. Impreso en el Perú, 1ra. Edición, abr.1982.
- BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas*. (Organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000
- BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo: el espacio y la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p.115.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. (Tradução de Fernando Tomaz), 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CARBONARI, Maria Rosa. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*, v.13, n.1, p.19-34, jan. /abr. 2009. © 2009 by Unisinos – doi: 10.4013/htu.2009.131.02

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares*, n. 3, jna./jun. 2010. P. 2-24.

MAEDER, J. A. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaranis*: Argentina, Paraguay y Brasil - Atlas territorial e urbano das missões jesuíticas dos guaranis: Argentina Paraguai e Brasil / Ernesto J. A Maeder, Ramon Gutierrez (Coords). Instituto Andaluz de patrimônio histórico; colabora, Instituto do Patrimônio artístico Nacional do Brasil(IPHAN) – Sevilla: Cinsejeria de Cultura, 2009.

MARTINS, M. L. Identidade regional e local e dinâmica cultural. O papel da autarquia. In: II CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 1993, Lisboa. Estruturas sociais e desenvolvimento. *Actas...* Lisboa: Fragmentos, 1993.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *O uso dos conceitos* (uma questão de interdisciplinaridade). Bagé: FAT/FUNba, 1983, 176p.

NORONHA, Márcio Pizarro. Região, identificações culturais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo: EDIUPF, jun. 1998, v.1, n.1. p.25.

YOUNG, Erick Van. Haciendo historia regional: consideraciones metodológicas y teóricas. In: Pérez H., Pedro (Comp.). *Región e historia en México (1700-1850)*. Instituto Mora/UAM, 1991

RECKIZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Historia ambiental de la campanha: Características geográficas y paisajísticas de la localidad arqueológica Touro Passo

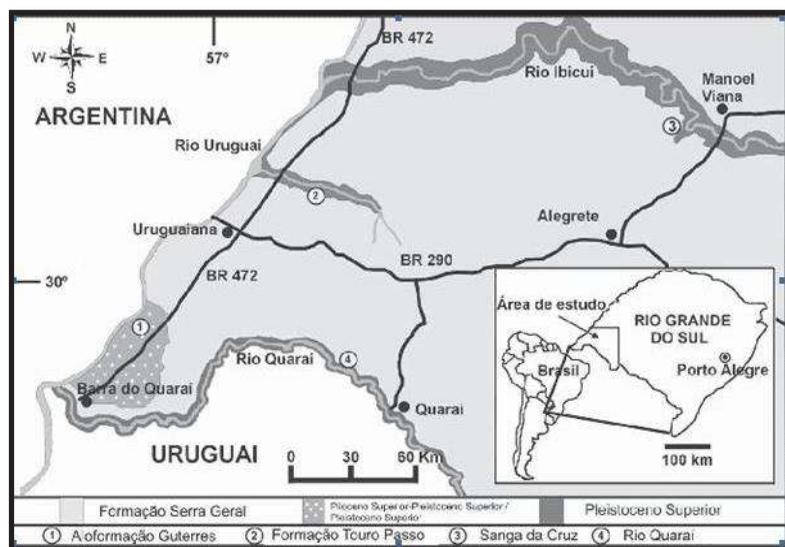
Viviane Pouey Vidal

Ubicación geográfica

La localidad Touro Passo, área del estudio geoarqueológico realizado, se ubica en la zona rural de la municipalidad de Uruguaiana/RS, bajo las coordenadas geográficas: 29° 30' 29" 45" S 57° 00' 56" 45" O. La ciudad, es parte de la región de la Campanha, ubicada a sudoeste de Río Grande do Sul, representa la porción más avanzada para este y para el sur del Dominio Morfoestructural de las Cuencas y Coberturas sedimentares. La zona geomorfológica ocupa parte este y sudoeste, balizada por los ríos Uruguay e Quarai. El término Campanha es una denominación regional, que define la región geográfica a sudoeste de la provincia por vegetación campestre – hojas SH. 21 Uruguaiana (IBGE, 1986).

Esta región es relativamente plana y cubierta por vegetación campestre, abarca un área de 30.395 km². Al Oeste de la Campanha, el río Uruguay, principal recurso hídrico de la región, hace frontera con Argentina; al sur, a través del río Quarai, comparte frontera con Uruguay. A este están las cuencas hidrográficas que drenan para el océano Atlántico y aquellas que fluyen para el río Uruguay y al norte con el río Ibicuí y relativos afluentes de la margen derecha. Esa zona ocupa un área de 30.395 km².

Figura 2 – Sección Geológica de la Región. Referencias consultadas en Kaul (1990)



Geología del área de estudio

El municipio de Uruguaiana, situado en la región de la Campanha, corresponde geológicamente al grupo São Bento, compuesto por formaciones Sierra General y Botucatu. La Formación Sierra General, la parte superior de la secuencia estratigráfica de la Cuenca del Paraná en Río Grande do Sul, es el registro de la actividad volcánica provocada por la ruptura del supercontinente de Gondwana, dando lugar al Océano Atlántico Sur. El espesor medio de este paquete volcánico es de 800 m, llegando hasta los 1.500 metros, y ocupa, en su totalidad, 1.280.000 km², con 1.200.000 km² de estos en América del Sur, ocupando las zonas del sur de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay (ROISENBERG Y VIERO, 2000).

Esta formación consiste en una serie de derrames de lava basáltica y toleítico, intercalados con algunos andesíticos y riódacíticos, sobre todo hacia la parte superior de la secuencia. Existen registros de magmatismo subordinado de afinidad picrítica y alcalina. Las rocas volcánicas de la Formación Sierra General recubren areniscas eólicas de la Formación Botucatu, pero también

se encuentran en contacto directo con rocas Pérmico-Triásico de la Cuenca del Paraná e incluso el basamento cristalino, los bordes de la cuenca (ROISENBERG Y VIERO 2000; HOELTZ, 2005).

Figura 2 – Sección Geológica de la Región. Referencias consultadas en Kaul (1990)



Según Stewart et al. (1996), las dataciones radiométricas ⁴⁰Ar-³⁹Ar sitúan un intervalo de tiempo del 10 al 12 Ma para la Formación Sierra General, que va desde 138 Ma hasta 127 Ma, ubicando temporalmente la Fm. en el Cretácico Inferior. Para el autor estas edades isotópicas sirven como el límite superior de edad para la Formación Botucatu. Aunque no se conozca una edad precisa para el inicio de la sedimentación eólica, su estrecha relación con la Formación Sierra General y su reducido espesor en la provincia sugieren que la deposición se produjo en un período de sólo unos pocos cientos de miles años (SCHERER, 1998). La presencia de lentes de arenisca intertrápicas en la Fm. Sierra General indica que las condiciones desérticas persistieron durante el volcanismo (MILANI et al, 1998; SCHERER et al., 2000).

La Formación Botucatu es formada en la base por depósitos de capas de arena eólica y flujos torrenciales que ocurren como lentes discontinuas con espesuras de menos de 1,0 metro. Estos depósitos están recubiertos por estratos cruzados grandes, interpretados como depósitos residuales de dunas simples a localmente compuestas y dunas complejas (SCHERER et al., 2000). En la región de la Campanha, área de esta investigación, la For-

mación Botucatu corresponde a la litología más antigua, formada por arenisca y feldespato y macroscópicamente con textura media y, en general, bien ordenados, siendo los granos redondeados a subredondeados (EIA-SBS LTD, 1997).

Figura 3 – Representación estratigráfica de las Formaciones Botucatu y Sierra General. Fuente consultada en Milani (1997). A la derecha personas como escala



La piedra arenisca proveniente de la Fm. Botucatu se compone principalmente de granos de cuarzo (mineral resistente) intercaladas por un cemento predominantemente de limonita (mezcla de óxidos e hidróxidos de hierro), lo que le da una buena resistencia, y de color rojizo. La piedra arenisca de la Fm. Botucatu se fusionó al entrar en contacto con las lavas efusivas de la Fm. Sierra General, originando piedra arenisca silicificada (DIAS, 2003). De acuerdo con Hoeltz (2005), en la estructura característica de estas areniscas se produce estratificación cruzada tangencial grande y “estas rocas son las materias primas empleadas preferentemente por los grupos prehistóricos en la región en la producción de sus artefactos líticos” Sin embargo, dependiendo de la exposición a la intemperie y los efectos de la erosión, esta materia prima puede perder este cemento limonita generando una piedra arenisca friable o arena (HOELTZ, 2005, p.141).

Geomorfología y solos de la región de la Campanha

Como se ha mencionado anteriormente, la morfología plana que caracteriza a la región de la Campanha fue tallada en las

rocas efusivas de la Formación Sierra General y más tarde en las areniscas de la Formación Botucatu (RAMBO, 1956; BOMBIM, 1976). Los estudios geomorfológicos reportan la ocurrencia de un aplanamiento retocado desnudado en las áreas interfluviales identificadas como “coxilhas”, destacando las del Santana da Cruz, Macambara, el Espinilho y Caverá y una amplia superficie de planeo en situaciones topográficas más altas que declinan hacia a las extensas terrazas fluviales del Río Uruguay. El área entre los dos niveles de aplanamiento se relaciona con una disección representada por las formas de colinas con pequeños canales de los valles que están asociados con la erosión fluvial, en las nacientes de desagües de orden inferior, que constituyen en la variable más importante en la degradación del relieve. Estos desagües constituyen afluentes del Río Uruguay, destacando-se los ríos Piratini, Icamaquã, Butuí, Ibicuí, del mediano curso hacia la boca y sus afluentes los ríos Itu y Ibirapuitã, además del Quaraí (HERMANN & ROSA, 1990).

Para Hermann & Rosa (1990), una de las principales características de la unidad es la presencia de extensas áreas de depósitos aluvionales holocénicos, que inciden en ambos los bordes de estos ríos, compuestos de arenas, gravas y sedimentos siltico-arcillosos, formando, en la mayoría de los casos, terrazas fluviales y planicies. Entre las áreas geomorfológicas de destaque en esta unidad es posible mencionar el relieve residual del Cerro del Jaraú, ubicado en el sur de la Campanha, entre los interfluvios de los arroyos Quaraí-Mirim y Garupa, afluentes del Río Quaraí. Segundo los autores, el cerro del Jaraú tiene una estructura circular interiormente erosionada y recortada por entalles fluviales profundos, con aspectos de parte de un domo estructural de forma elíptica y asimétrica, debido a la borda norte más elevada. La altitud se sitúa entre 200 y 300 m, con desnivel superior a 100 m en relación a las áreas relativamente planas que lo circundan, las cuales son constituidas por rocas efusivas básicas. El cerro del Jaraú, ubicado bajo las coordenadas geográficas: 30° 12' 46.19 "S 56° 30' 17.65" O, expone en su interior areniscas y siltitos de la Formación Rosário do Sul y, en los bordes elevados, rocas arenísticas de la Formación Botucatu:

Figura 4 – Cerro del Jarau, municipalidad de Quaraí/RS.



Fuente: www.apolo11.com

En esta región también es posible visualizar áreas en constantes procesos de arenización, denominado erróneamente, por algunos autores, como “desertificación”, como ocurren en los municipios de Alegrete, Rosário do Sul y Quaraí, debido a serios problemas de desequilibrio ambiental. Estos locales están relacionados a la presencia de la arenisca de la Fm. Botucatu. La acción del viento moviliza las partículas de material no-consolidado compuesto por arenas finas, amontonándolas en forma de mantos y vestigios eólicos, formando una especie de pequeñas dunas. En la ciudad de Quaraí, al norte, los arroyos Quaraí-mirim y Garupá, afluentes del río Quaraí, son los responsables por la mayor degradación del relieve. Los referidos arroyos tienen orientación general E-O y están encajados en sedimentos cuaternarios que componen las llanuras fluviales (HERMANN & ROSA, 1990; SUERTEGARAY, 1995).

Figura 5 – Relieve con proceso de arenización en el municipio de Alegrete, cerca al río Ibicuí.



Fuente: Graeff, 2012

En cuanto a los tipos de suelos de la Campanha, basado en el sistema de clasificación de suelos brasileño, se entiende que el relieve suave con predominio de basalto proporciona un paisaje compuesto por Neosuelos Litólicos en las zonas más altas donde hay menos penetración de agua. Los Vertisuelos Ebánicos o Chernosuelos Ebánicos se producen en las zonas planas o mesetas del relieve, en las bases de mayores áreas de lixiviación, donde hay la formación de los suelos oscuros ricos en calcio y magnesio que contiene altas cantidades de arcillas expansibles (BRASIL, 1973).

En esta región, la pequeña cantidad de agua excedente (precipitación - evapotranspiración potencial) disponible para la intemperización (alrededor de 350 mm año⁻¹), influyó en la composición química y mineralógica de estos suelos. Los suelos de la Campanha son poco intemperizados predominando arcillominales 2:1 (Vertisuelos), con pH arriba de 6,0 y saturación por bases elevada ($\geq 50\%$) (REINERT, 2007).

El material de origen es también otro factor pedogenético que merece ser mencionado en las regiones de la Depresión Central y Campanha de RS. Estos suelos son regiones constituidas por las rocas basálticas de meteorización (Formación Sierra Ge-

neral), que se caracterizan por el espesor, arcillosos y alta saturación de bases, como las UM Escobar, Pedregal y Uruguaiana. Los suelos compuestos de rocas sedimentarias (Formación Santa María, Rosario do Sul y Botucatu), se caracterizan por un mayor perfil de profundidad, textura media a de arena y generalmente baja saturación de bases, además, presentan una alta susceptibilidad a la erosión (BRASIL, 1973).

En los municipios con formación de arenales como Quaraí, Alegrete y Rosário do Sul predominan los suelos Arcillos Rojos, Latosuelos Rojos y Neosuelos Quartzarénicos. Los dos primeros son formados de la arenisca Botucatu, mientras el Neosuelo Quartzarénico tiene su formación sobre los depósitos arenosos recientes (KLAMT & SCHNEIDER, 1995).

Características actuales del clima y paisaje

El clima de la frontera oeste del Río Grande do Sul, es cálido subtropical templado, con lluvias bien distribuidas y estaciones bien definidas, de acuerdo con el esquema de Köppen (1918). La precipitación media es de 1.525 mm por año y la precipitación intensa, en un plazo de 24 horas, es de hasta 115 mm. La temperatura media anual es de 18,6 ° C, que oscila entre 13,1 ° C en julio y 35,8 ° C en enero. Las formaciones de heladas se producen entre mayo y septiembre y la humedad relativa promedio es de aproximadamente 75% en todos los meses del año (IBGE, 1986). La presencia de barreras montañosas al norte y al este protege la Campaña Gaucha de masas de aire tropicales (PASTORE Y RANGEL FILHO citados LEITE & KLEIN, 1990).

La vegetación de esta región se caracteriza por la estepa homóloga de climas templados. En el territorio del sur de Brasil, la estepa se somete a un clima de doble estacionalidad, causada por un período frío (invierno), alternado por un período de sub-húmedo y cálido (verano). La estepa campestre se caracteriza principalmente por gramíneas cespitosas (Hemicriptófitas), bosques de ribera discontinua a lo largo de los ríos y arroyos y arbustos y matorrales que forman alrededor de los afluentes. Esta vegetación cubre la topografía plana de la tierra y suavemente ondulado, con altitudes que van de 50 a 300 m (IBGE, 1986).



(A)

(B)

La palabra “Estepa” de origen Rusa significa, comúnmente, “desierto”. Inicialmente ha sido usada para definir la vegetación de la Zona Holártica caracterizada por dos períodos de estacionalidad fisiológica distinta, causados uno por el frío y el otro por la sequía. En la reunión de Yangambi en 1956, se oficializó el nombre Estepa, para la zona paleotropical, a los tipos de vegetación sometidos a doble estacionalidad. Así, herboso estacional de las áreas tropicales fue considerado homóloga de la Estepa de la vegetación leñosa decidual, en general espinosa, de plantas suculentas y con alfombra herbácea de áreas templadas, por los fitogeográficos africanos.

De acuerdo con Rambo (1956) la región de la estepa Campaña abarca las fuentes del Río Negro, el brazo brasileño de Quaraí, toda la cuenca sur Ibicuí y la cuenca norte de las mismas a los pies de la Sierra General. Así, los límites son: al este, la divisoria de aguas entre la cuenca del Atlántico y el río Uruguay; norte, la pendiente de la meseta del sur de Brasil; al oeste, el río Uruguay; al sur, la frontera con la República de Uruguay. Abarca los municipios de Livramento, Uruguaiana, Quaraí, Alegrete y Rosario do Sul y parte de Bagé, Dom Pedrito e Itaqui. Para el autor, esta es la región de la provincia que más presenta el carácter del campo sur-brasileño, pues la vegetación selvática solamente en el borde septentrional forma un bosque virgen, dejando todo el resto a la flora herbácea, con tenues filamentos de galerías (RAMBO, 1956).

Según Hueck (1972) las condiciones climáticas de la Sur Pampa de Río Grande do Sul deberían permitir la formación de floresta, ; sin embargo, la historia revela la presencia de campos de pastoreo totalmente sin árboles, desde el inicio de su ocupación

territorial. Los mecanismos y las diferencias paleoclimáticas fundamentales entre la probable situación glacial y glácio-estática del final del Pleistoceno y la interglaciación actual son evidenciados por Damuth y Fairbridge (1970). Una de las diferencias básicas evidenciadas es que la corriente Falkland (fría) en el Pleistoceno más allá del Trópico de Capricornio, mientras que en el período actual, ni siquiera llega a la latitud de Montevideo; y la corriente cálida del Brasil, que hoy va más allá de la latitud 35° Sur, en el Pleistoceno no alcanzó el Trópico de Capricornio. En estas circunstancias, es de suponer la aparición de grandes zonas de estepa fría y del desierto en el extremo sur del país a finales del Pleistoceno (hace 13.000 a 18.000 años), así como la penetración de la capa de hielo hasta el paralelo 45° Sur, al norte de Comodoro Rivadavia, Argentina (AB'SABER citados LEITE & KLEIN, 1990).

Leite y Klein (1990) señalan que a pesar de estas consideraciones todavía necesitan de grandes confirmaciones para ser aceptada como verdad científica, ofrecen posibilidades de explicaciones para temas interesantes, como la aparición de campos en la región de clima típicamente forestal y la dinámica de sucesión de formaciones fitoecológicas a través del tiempo geológico, que culminó en el mosaico actual de la cobertura vegetal del país. Un aspecto significativo de la fisionomía de la Estepa es la grande uniformidad del relieve, que condiciona la formación de una cobertura vegetal tipológicamente simples. En su inmensa mayoría, la estepa cubre una formación típica Herbárea-Lenhosa típica, con ausencia de agrupaciones de arbustos de los árboles significativos. Estos cuando se producen están asociados con accidentes más pronunciadas del terreno y / o microambientes más dotados y / o más protegidas de los vientos. Entre las especies más comunes de las estepas se pueden mencionar: La hierba Caninha (*Andropogon lateralis* y *sellowianus* *Andropogon*), la hierba del mechón (*Sporobolus indicus*) y *Eragrostis baiensis*, así como numerosas especies de los géneros *Stipa*, *Aristida*, *Panicum*, *Erianthus*, *Piptochaetium* etcétera (LEITE & KLEIN, 1990, p. 10).

También es posible observar grandes áreas de relieve plano a deprimido y ondulado, a veces con algún problema de hidromorfismo y aireación del suelo en general sometidos a uso y manejo intenso. En estos lugares se observa el predominio de

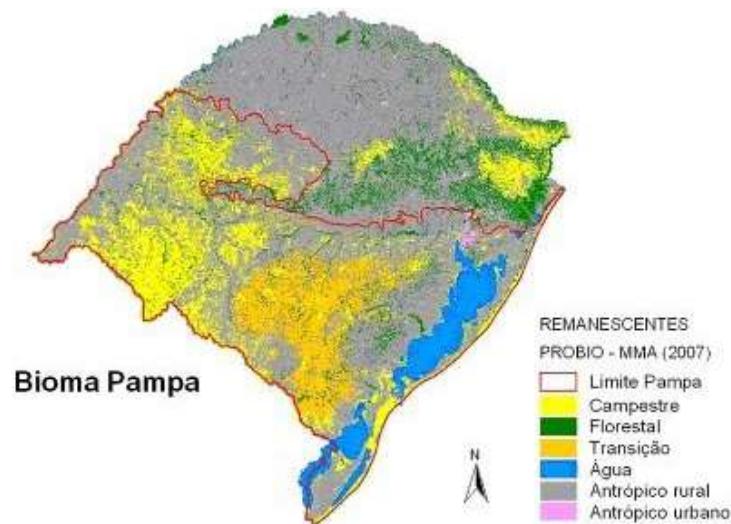
gramíneas rizomatosas (*Geophytas*), principalmente hierba-tenedor (*Paspalum Nonatum*) y la hierba por los jesuitas (*Axonopus fissifolius*), ambos con amplia dispersión en el sur del país. La vegetación de árboles y arbustos en lugares particulares pueden adquirir mayor propensión formando los llamados Parques de la Estepa, como el "Parque do Espinillo" como resultado de una expansión prolongada de la estepa chaqueña de Argentina (RAMBO, 1956).

Entre las especies de árboles más comunes se pueden citar: el algarrobo (*Prosopis algarobilla*), Espinillo (*Acacia caven*), quebracho blanco (*Aspidosperma Quebracho blanco*) y sombra de toro (*acanthosyris spinescens*) generalmente deciduas y Espinosa (RAMBO, 1956). Las sociedades vegetativas de la Campanha de Río Grande do Sul están adaptadas a las siguientes condiciones de vida: crecimiento en lugar abierto, terreno caliente pobre en agua, poca precipitación. En estos casos, la vegetación debe ser considerada como xerófita, o sea, campo. Siendo necesario observar que la formación principal de la Campanha no es una sociedad uniforme (LINDMAN citó RAMBO, 1956). Está compuesto principalmente por las familias de las gramíneas, compostas y leguminosas que generan grandes variedad de formaciones de, siendo difícil una definición detallada.

En el área de la meseta en la parte superior, la vegetación es escasa en especies; en la parte posterior de coxilhas es uniforme y denso; las llanuras es alta, muy cerrados, entremezclados con arbustos y árboles, con la transición a bosque pantanoso. Los paisajes más típicas pueden ser observadas en el municipio de Quaraí, Alegrete y Uruguaiana (RAMBO, 1956). Los campos de la región de la Campanha ofrecen una grande diversidad de formaciones locales, mediante las varias distinciones de solo. Presentan la característica de desarrollo en altitudes de hasta 300 metros y son utilizadas principalmente con pecuaria (SUDESUL, 1978).

Fauna nativa en la región de la Campanha

Figura 7 – Bioma Pampa. Fuente: Ministerio del Medio Ambiente, 2007



La región de Campanha constituye el hábitat principal de una porción significativa del sur de Brasil y la fauna, en particular, de Rio Grande do Sul, donde el ecosistema ocupa una superficie más grande. Algunas de las especies más populares y emblemáticas de la fauna gaucha son esencialmente animales del campo como el ñandú (*Rhea americana*), la perdiz (*Nothura maculosa*), la avefría (*Vanellus chilensis*), la cotorra (*Myiopsitta*), el hornero (*Furnarius rufus*), el zorrillo (*Conepatus chinga*) y zorro pampeano o “Zorro” (*Lycalopex gymnocercus*). Entre los mamíferos, al menos 25 de alrededor de 96 especies continentales no voladora de Rio Grande do Sul, habitan en los campos, siendo 14 de forma exclusiva y 11 opcional o en combinación con otros hábitats. Entre las aves, 120 de las 578 especies nativas continentales son principalmente adaptadas a hábitats de campo o sabanas, lo que representa el 21% del total (datos no publicados basados en diversas fuentes y la experiencia personal del autor) (BENKE, 2009).

De acuerdo con las largas investigaciones de expertos como Rambo (1956); Paula Couto (1975); Jacobus (1991) y Kern (1991), especies reconocidas de fauna terrestre, acuática y anfibia en la región de campanha eran ardillas, liebres, coipos, pacas, agutíes, carpinchos, gatos salvajes, pumas, perros salvajes,

cuatíes, nutrias, tapires, venados, pecaríes, zarigüeyas, monos aulladores, monos tití, armadillos, osos hormigueros, cocodrilos, lagartos, murciélagos, sapos, ranas, avestruces, búhos, perdices, abejas, peces y mariscos, entre otros.

Según Benke (2009) las informaciones disponibles no permiten estimaciones tan precisas para otros grupos de vertebrados. Sin embargo, los estudios realizados por García et al. (2007) han reunido una lista de 50 especies de anfibios para los campos de eco regiones, o *Uruguayan Savanna* (sensu WWF 2001), que cubre la parte brasileña del bioma Pampa, además de Uruguay y de una parte de la provincia argentina de Entre Ríos. Según los autores, son característicos de esta región los sapitos del género *Melanophryniscus*, asociados a los ambientes del campo con las inundaciones temporales. Este género, con más o menos 24 especies conocidas, tiene una alta tasa de endemismo y tiene su centro de diversidad ubicado en formaciones abiertas de zona subtropical América / templada del Sur, donde hay 16 especies (FROST, 2009).

En respecto a reptiles, Bernils et al. (2007) mencionan la gran riqueza de la provincia biogeográfica de la Pampa (sensu Morrone, 2001) en comparación con las otras provincias del sur de Sudamérica. De acuerdo con los autores mencionados, la región es el abrigo de 97 especies de reptiles, número inferior solamente al que se encuentra en el Chaco y en los bosques subtropicales de la cuenca del Paraná, al sur del Trópico de Capricornio, pero superior, en la misma latitud, a las forestas atlánticas y de araucarias, las yungas y las formaciones montañosas. Estas especies serían predominantemente heliophila y campestres.

Para Benke (2009) los peces anuales de género *Austrolebias* (Rivulidae) son un componente único de la fauna pampeana, aunque no estén relacionados directamente con los campos. Estos peces habitan solamente los charcos temporales poco profundos de los humedales y llanuras de inundación insertados en el campo o áreas costeras del sur de Brasil (COSTA, 2002). Sin embargo, el género no se encuentra en otras regiones de Brasil, pero sólo en las zonas adyacentes de Uruguay y Argentina, además del Chaco (COSTA, 2002). El pez anual tiene este nombre pues es encontrado en la etapa de adultos para un período relativamente corto del año, sobreviviendo en el momento de falta de

agua en forma de huevos, que permanecen enterrados en el barro (REIS et al., 2003 citado en BENKE, 2009). En la mitad sur de Rio Grande do Sul son conocidos, hasta la fecha, 18 especies de *Austrolebias*, de los cuales unos siete viven en paisajes continentales con predominio de campos (COSTA, 2002; REIS et al. 2003; BUCKUP et al., 2007; FERRER et al., 2008).

Abejas nativas *Andrenidae* familia (Arhysosage, género) y *Colletidae* (Bicolletes género o Perditomorpha) son otro grupo importante a destacar. Para Blochtein y Harter-Marques (2003) estas pequeñas abejas solitarias mantienen una relación de mutua dependencia estrecha con algunas especies de plantas que se encuentran en la Pampa, en algunos casos protagonizando ejemplos notables de la coevolución. Por ejemplo, el género *Arhysosage* es especializado en flores de cactus y se restringe a la zona subtropical / templada del sur de Sudamérica (ENGEL, 2000). En Rio Grande do Sul, *A. cactorum* es responsable por la polinización de muchas especies de cactus de géneros *Parodia* y *Gymnocalycium* en la región de la Serra do Sudeste (BLOCHTEIN & HARTER-MARQUES 2003).

Según Kern (1991) las características distintivas de los paisajes Rio Grande do Sul compuestas de campos, bosques y bañados evidencian que “las especies de fauna fueron adaptadas a diferentes ambientes y todas pasaron por la gran crisis ambiental que dio lugar a la extinción de la megafauna sin sufrir grandes transformaciones” (KERN, 1991, p 48).

La colonización europea: fauna introducida

Los paisajes de la Campanha gaucha empezaron un nuevo ciclo con la llegada de europeos y la introducción del ganado. Las Misiones Jesuíticas fueron establecidas a partir de 1605 por estancieros. En 1737 ocurrió la creación de un pueblo oficial. En este caso, aproximadamente 7.000 años después de la extinción de la mega fauna, los nuevos colonizadores aportaron nuevos grandes herbívoros para el bioma Pampa, principalmente bovinos y equinos (CRUZ & GUADAGNIN, 2010).

El examen de las consecuencias ecológicas de la introducción de especies exóticas en la pampa, propuesto por Crosby (1993), informó que en 1638, los jesuitas abandonaron un com-

plejo con 5.000 cabezas de ganado. Según el mismo autor, el gran naturalista español Félix de Azara estima que en 1700 había 48 millones de cabezas de ganado en la pampa. El jesuita Thomas Falkner (citado CROSBY, 1993) informó que en el año 1744 él y cuatro indígenas permanecieron durante quince días completamente rodeados de caballos salvajes, por lo numerosos que eran. En su informe señala que a veces los rebaños eran tan grandes que pasaron al galope durante tres horas. Felix Azara también señaló que la práctica de la quema anual de los campos, el pastoreo y el pisoteo estaban eliminando los altos pastos y ampliando el camino para las especies invasoras tales como el cardo (*Cynara cardunculus*), malva (*Malva* spp.) y otras invasoras.

El naturalista Charles Darwin describió cientos de kilómetros cuadrados de áreas dominadas por los cardos en Uruguay impenetrable para los jinetes (DARWIN, 2010). En la misma obra, Darwin describe los efectos de una grave sequía que se produjo entre 1827 y 1830, en el que sólo en la Provincia de Buenos Aires, se perdieron al menos un millón de cabezas de ganado, y que, en ese momento, todo el país parecía un camino polvoriento.

Los informes realizados por diferentes naturalistas, en distintos periodos, permiten la construcción de una hipótesis sobre la dinámica del sistema en respuesta a los nuevos trastornos del sistema. La descripción Azara Felix permite interpretar cómo fue el ajuste de la vegetación con la reintroducción de una fauna herbívora de grande porte en los campos que estaban a 7.000 años sin presión de selección por el pisoteo y pastoreo. Así, es posible imaginar que, después de la propagación de ganado bovino y equino en los campos, sin que hubiese predadores especializados y con amplia abundancia de alimentos, hubiese un crecimiento exponencial de las poblaciones, que rápidamente, durante un período de 42 años, aumentó de 5.000 cabezas para 48 millones de cabezas (tasa de crecimiento exponencial anual de 17,8%) (CRUZ & GUADAGNIN, 2010).

El crecimiento rápido de la población salvajes de bovinos y equinos, asociado con el fuego utilizado por los indios para la caza y por ganaderos para renovar los pastos, debe haber causado una gran presión sobre las especies hemiptófitas que dominaban los campos. Es probable que tenga ocurrido una grande pér-

dida de cobertura vegetal. La reducción de la cobertura vegetal puede haber creado las condiciones para la expansión de especies oportunistas, incluyendo los cardos exóticos (CROSBY, 1993).

De acuerdo con Asunción (2007), después de la introducción del ganado en la Pampa en 1638 hasta el viaje de Darwin, han pasado 194 años. Sin embargo, los informes del naturalista indican que había señales de que los campos no habían alcanzado ajustar su composición al nuevo régimen de perturbación establecido. Esto puede deducirse en relación con la escasa cobertura vegetal en algunos lugares y las grandes extensiones de tierra cubiertas con una cobertura homogénea de oportunistas exóticas. Pero, poco a poco la especie geophytas que dominaron el campo al final del Pleistoceno fueron extendiéndose y permitiendo la existencia de una vegetación continua y resistente a la sequía, el pisoteo y pastoreo. El fuego fue utilizado por los ganaderos para controlar el proceso de sucesión.

En este contexto, es probable que el proceso de ajuste se ha logrado, en algunas regiones de la Pampa, el establecimiento de una nueva fase de estabilidad. Sin embargo, también es posible que la mayor parte de la región pampeana no ha tenido tiempo suficiente para poner en práctica esta fase de estabilidad de forma plana. Esto ocurre porque el régimen de perturbación no se mantuvo relativamente constante durante un periodo suficiente.

Las mudanzas económicas y el crecimiento poblacional humano han tenido un papel coadyuvante en este proceso. Durante este período, diversas fases fueron regulando el manejo de los campos. En la primera etapa, los rebaños de ganado salvaje fueron cazados por los gauderios y indígenas restantes de las misiones jesuíticas, que utilizaban el ganado para la alimentación, para obtener el cuero para el vestuario y construcción de toldos, así como los estancieros para la industria del charque, exportado para el sudeste de Brasil (ASUNCIÓN, 2007).

Consideraciones finales

La revisión presentada en este artículo tuvo como objetivo conocer la diversidad del medio ambiente de la región de Campaña en Río Grande do Sul, incluyendo los aspectos geográficos,

geológicos, el clima, la fauna y la flora que forman el área de estudio. Por lo tanto, se buscó conocer la inserción ecológica del municipio de Uruguaiana / RS en un contexto más amplio, buscando resaltar las diferentes escalas de diversidad en ámbito regional y local. En relación al área de estudio el objetivo ha sido conocer e identificar esta diversidad de la cobertura vegetal, las unidades de relieve y distribución de la fauna en microambientes que componen los lugares donde se encuentran los sitios arqueológicos. En esta perspectiva, la revisión se centró en la caracterización del medio ambiente, con el objetivo de conocer las peculiaridades de la zona rural de Uruguaiana / RS, en términos de acceso a una amplia gama de recursos en un área espacialmente limitada.

Como se puede ver en este artículo, los detalles de los paisajes presentes en la Campaña gaucha han permitido la adaptación de numerosas especies faunísticas y florísticas a diferentes ambientes. Este proceso de adaptación de las especies ha proporcionado considerables recursos alimentarios para los grupos humanos que ocuparon la región durante diferentes períodos pre-coloniales.

En relación a la distribución y disponibilidad de materias primas líticas, se observó que la área de esta investigación corresponde geológicamente al Grupo São Bento compuesto por las formaciones Sierra General y Botucatu. En este caso, las actividades prospectivas realizadas en un trayecto de 50 kilómetros ha permitido la identificación de varios afloramientos rocosos, lajeados, playa de guijarros con la disponibilidad de basalto, arenisca silicificada, arenisca metamórfica y veos intraestratificados de sílex, cuarzo y calcedonia. Como se mencionó anteriormente, estas rocas eran las materias primas utilizadas por los grupos pre-coloniales en la producción de sus artefactos líticos.

Referencias bibliográficas

ASSUNÇÃO, F.O. *Historia del Gaucho*. El Gaucho: Ser y Quehacer. 2 ed., Buenos Aires: Ed. Claridad, 2007. 309 p.

BENCKE, G.A. Diversidade e conservação da fauna dos Campos do Sul do Brasil. In: PILLAR, V. de P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. de S.; JACQUES, A. V. A. (Eds.). *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.101-121, 2009.

- BOMBIN, M. Modelo Paleoecológico evolutivo para o neoquaternário da região da Campanha-Oeste do Rio Grande do Sul (Brasil) - a Formação Touro Passo, seu conteúdo fossilífero e a pedogênese pós-deposicional. *Comunicações do Museu de Ciências PUCRS*. Porto Alegre, v.15, 1976. 190p.
- BLOCHTEIN, B. & HARTER-MARQUES, B. Himenópteros. In: FONTANA C.S., BENCKE G.A. & REIS R.E. (Eds.). *Livro vermelho da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2003, p. 95-109.
- BUCKUP P.A. et al. *Catálogo das espécies de peixes de água doce do Brasil*. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2007.
- BRASIL, Ministério da Agricultura. 1973. Divisão de Pesquisa Pedológica. Levantamento de reconhecimento dos solos do Rio Grande do Sul. Recife: DNPEA-MA, 431p. (*Boletim Técnico, n.30*).
- CRUZ, R. C.; Guadagnin, D. L. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: COSTA, Benhur Pinós da; DIECKEL, Mara Eliana Graeff (Eds.). *A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas*. Santa Maria, RS.: UFSM, PPG Geografia e Geociências, Dep. de Geociências, 2010. p.154-178.
- CROSBY, A.W. *Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 336 p.
- DIAS, A. S. *Sistema de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. 2003. Tese (Doutorado) -Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003. 403 p.
- EIA-EBE LTDA. Sistema de Interligação Brasil – Argentina. *Volume I – Estudo de Impacto Ambiental*. JAAKKO PÖYRY ENGENHARIA LTDA. Empresa Brasileira de Energia Ltda, São Paulo, 1997.
- FERRER J. et al. Austrolebias paucisquama (Cyprinodontiformes: Rivulidae), a new species of annual killifish from southern Brazil. *Neotropical Ichthyology*, v.6, 2008, p.175-180.
- FROST D.R.2009. *Amphibian species of the world: an online reference-Version 5.3*. American Museum of Natural History, New York. Disponível em: <http://research.amnh.org/herpetology/amphibia> Acesso em: março/2009.
- HERMANN, M. L. P, Rosa, R. Relevô. In: IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Geografia do Brasil: Região Sul*. Rio de Janeiro, 1990. p. 59-83.
- HOELTZ, S. E. *Tecnologia lítica: Uma proposta de leitura para a compreensão das indústrias do Rio Grande do Sul, Brasil, em tempos remotos*.2005. Tese (Doutorado Internacional de arqueologia) - Programa de Pós Graduação em História, PUC/RS, Porto Alegre, 2005.
- HUECK, K. *As florestas da América do Sul: ecologia, composição e importância econômica*. São Paulo: Polígono, 1972.
- IBGE. 1986. Levantamento de Recursos Naturais: folha SH.22 Porto Alegre e parte das folhas SH.21 Uruguaiana e SI.22 Lagoa Mirim. Rio de Janeiro, RJ. 796p. (inclui mapas geológico, geomorfológico, exploratório de solos, vegetação, capacidade de uso dos recursos naturais renováveis, avaliação do relevo) (*Levantamento de Recursos Naturais, 33*).
- JACOBUS, A. A utilização de animais e vegetais na pré-história do RS. In: KERN, A. A. (Org.). *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 63-87.
- KERN, A. A. Paleopaisagens e povoamento pré-histórico do Rio Grande do Sul. In: Kern, A. A. (Org.). *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1991. p. 13-61.
- KLAMT, E. & Schneider, P. Solos suscetíveis à erosão eólica e hídrica na região da Campanha do Rio Grande do Sul. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n.11, p. 71-80, jul./dez. 1995.
- LEITE, P.F. & Klein, R.M. Vegetação. In: *Geografia do Brasil: Região Sul*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, v. 2, 1990. p.113-150.
- MARCHIORI, J.N.C.; LONGHI, S.J. & GALVÃO, L. Composição florística e estrutura do parque de inhanduvá no Rio Grande do Sul. Santa Maria. *Centro de Ciências Rurais*, v.15, n.4, 1985a, p.319-334
- MARCHIORI, J.N.C.; LONGHI, S.J. & GALVÃO, L. 1985b. Estrutura fitossociológica de uma associação natural de parque inhanduvá com quebracho e cinacina, no Rio Grande do Sul. Santa Maria, *Ciência e Natura*, v. 1985b.p.147-162.
- MILANI, J. E. *Evolução tectono-estratigráfica da Bacia do Paraná e seu relacionamento com a dinâmica fanerozóica do Gondwana Sul-Occidental*.1997. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.
- PAULA COUTO, C. de. Mamíferos fósseis do Quaternário do sudeste brasileiro. *Boletim Paranaense de Geociências*, v.33, 1975, p.89-132.
- RAMBO, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. 2ed. Selbach, Porto Alegre, 1956.
- REINERT, José Dalvan et.al. *Principais Solos da Depressão Central e Campanha do Rio Grande do Sul: guia de excursão*. 2ed. Santa Maria: Departamento de Solos – UFSM, 2007.
- ROISENBERG, A. & VIERO, A.P. O vulcanismo Mesozóico da Bacia do Paraná no Rio Grande do Sul. In: HOLZ, M.; DE ROS, L. F. *Geologia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p.355-374.

SCHERER, C. M. S.; FACCINI, U. F. & LAVINA, E. L. Arcabouço estratigráfico do Mesozóico da Bacia do Paraná. In: HOLZ, M. & DE ROS, L.F. *Geologia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p.335-354.

SCHERER, C. M. S. *Análise estratigráfica e litofaciológica da Formação Botucatu (Neocomiano) no Estado do Rio Grande do Sul*. 1998. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

SUDESUL. Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul. *A Vegetação Atual da Região Sul*. Porto Alegre: SUDESUL, 1978.

SUERTEGARAY, D. M. A. O Rio Grande do Sul descobre os seus “desertos”. *Ciência & Ambiente*, v.11, 1995. p. 33-52.

STEWART, K.; TURNER, S.; KELLEY, S.; HANKESWORTH, C.; KIRSTEN, L. & MANTOVANI, M. 3-D 40 Ar- 39 Ar *geochronology in the Paraná continental flood basalt province*. Earth and Planetary Science Letters, v.143, 1996. p. 95-109.

VIDAL, Pouey Viviane. 2018. *La Ocupación Cazadora - Recolectora Durante La Transición Pleistoceno-Holoceno En el Oeste de Rio Grande do Sul-Brasil: Geoarqueología de los Sitios en la Formación Sedimentaria Touro Passo*. (Tesis Doctoral en Arqueología). Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - Olavarría.

Considerações sobre o projeto de extensão *Admirável mundo novo: quebrando paradigmas através da educação* edição 2018

Carolina Oliveira Dias¹

Danilo Pedro Jovino²

Ronaldo Bernardino Colvero³

Introdução

O presente trabalho tem como propósito desenvolver uma análise a respeito do projeto de extensão “Admirável mundo novo: quebrando paradigmas através da educação”, que tem por objetivo geral analisar as relações entre os jovens do terceiro ano do Ensino Médio do Instituto Padre Francisco Garcia de São Borja com a realidade social indígena. Além disso, busca possibilitar a discussão sobre políticas públicas para a juventude e para as comunidades indígenas, a fim de promover uma interação saudável entre essas comunidades, auxiliando na relação sociedade-governo. Essas discussões permitem o desenvolvimento da consciência crítica em São Borja, cidade pertencente à região dos Sete Povos Missionários. O município possui raízes indígenas que, se não estudadas e discutidas, tendem a ser esquecidas ou tratadas pura e simplesmente como história. Esse quadro pode se tornar ainda

- 1 Graduanda em Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, bolsista de pesquisa FAPERGS. E-mail: carolinaoliveira164@gmail.com.
- 2 Cientista Político pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Mestre em Políticas Públicas e graduando em Licenciatura em Ciências Humanas pela mesma instituição. E-mail: danilopedro_gda@hotmail.com
- 3 Doutor em História pela PUCRS. Professor do curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, campus São Borja – RS. Também professor do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) pela mesma instituição e professor do Programa de Pós Graduação em Memória e Patrimônio (PPGMP) pela Universidade Federal de Pelotas.- UFPEL; pesquisa sobre história. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br

pior quando verificamos que não há aldeias indígenas no entorno da cidade, o que distancia a população de uma realidade que está presente em outras cidades da região. Para maior abrangência do projeto, utilizamos temas transversais, como, por exemplo, questões referentes a diversidade. No intuito de instigar maior participação e interesse dos participantes nos debates, também foi abordada a questão de desigualdade de gênero, do racismo contra negros e preconceito contra indígenas e imigrantes, acrescentada ao desenvolvimento dos debates, ao tratar amplamente de empatia social e respeito no que tange a diversidade étnica e cultural do Brasil. É relevante abordar esses temas durante a execução do projeto em São Borja, visto ser uma cidade conhecida popularmente por ter, historicamente, fortes raízes patriarcais, e por demonstrar altos índices de violência contra a mulher. Além disto, a cidade recebe um grande número de imigrantes, principalmente de origem árabe. Abordando esses assuntos, torna-se possível quebrar uma consciência ingênua a respeito da gravidade dos temas referentes ao feminicídio e à xenofobia.

Cabe ressaltar, como parte importante do desenvolvimento do projeto, que, ao longo do século XXI, alguns dispositivos legais foram sancionados para que se pusesse obrigatoriamente em pauta a educação indígena, bem como a discussão sobre a presença das inúmeras etnias que compuseram a sociedade brasileira desde a colonização. Nesse sentido, por exemplo, em 2008, alterou-se o Artigo 26, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o qual passou a ter a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (D.O.U., nº 48, 11/03/2008, p. 1)

Assim, governos estaduais e municipais foram incitados a proporcionar meios na educação do ensino fundamental e médio, para que os alunos tivessem contato com culturas muitas vezes escamoteadas do complexo cenário social. Posteriormente, na LDBEN (Lei 9.394, de 20/12/1996), ficou decidido que o Estado deve proporcionar um ambiente no qual os aspectos étnico-culturais sejam ressaltados, oferecendo educação bilíngue aos indígenas, procurando garantir que eles possam manter suas tradições e crenças. Todos esses elementos salientam a necessidade do Estado em focar também os indígenas como cidadãos brasileiros, respeitando e valorizando seus elementos culturais próprios, pois constituem parte fundamental na organização social.

Tratar desses temas em sala de aula, especialmente no ensino médio, em que os alunos já possuem uma visão política mais desenvolvida, torna-se fundamental para a compreensão do complexo social e para a discussão de políticas públicas que abranjam diferentes etnias – sem, contudo, alterar seus aspectos de vida – as quais permaneceram por tanto tempo alijadas das decisões estatais. É preciso destacar que uma parcela expressiva dessa população faz parte do ensino público estadual de escolas da periferia da cidade, e esses jovens estão, de certa forma, desarticulados do universo político do município.

O projeto pretende possibilitar, aos participantes, elementos que os levem a refletir sobre diversas questões sociais que os rodeiam, por meio de conceitos e debates pela proposta de educação libertadora. Tal proposta pode proporcionar um caráter reflexivo e formador e formar cidadãos mais conscientes e críticos, participativos na política local, aprimorando, em consequência, a comunidade da qual fazem parte. Além disso, planeja analisar e debater as ações do Estado em relação às políticas públicas direcionadas para a educação e desenvolvimento da cidade em diversos aspectos, incluindo o cultural. Finalmente, o projeto proporciona uma maior integração da UNIPAMPA à comunidade de São Borja, cooperando para o desenvolvimento de uma cidadania participativa.

Esse projeto é desenvolvido pela contribuição teórica da Educação Popular, desenvolvida por Paulo Freire. Trata-se de uma educação comprometida e participativa, orientada pela

perspectiva de realização de todos os direitos do cidadão, contrariamente à educação imposta friamente desde o século XVI, visando à formação de mão de obra barata, com certo nível de especialidade demandada pelo capitalismo, que carrega como valores a disciplina e a individualidade. A educação popular se baseia no saber da comunidade, incentivando a formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para afirmação do sujeito. Seu método consiste em aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele.

Metodologia

O projeto foi desenvolvido de maneira interdisciplinar, sendo um estudo qualitativo e quantitativo, que engloba as disciplinas de ciências humanas, ministradas em sala de aula pelos professores da rede pública de ensino, cujo eixo principal é formado pela discussão dos temas relacionados às etnias indígenas e as políticas públicas aplicadas a elas. No total, o projeto conta com 21 estudantes da turma 311 do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia – São Borja, RS. A primeira etapa do projeto conta com a coleta de dados, por meio de um questionário para avaliação do perfil dos jovens, eixo para conduzir a organização e a prática das atividades a serem desenvolvidas na segunda etapa. A segunda etapa consiste em debates e oficinas a serem organizados com os alunos, com a finalidade de conscientizá-los politicamente do seu papel como cidadãos, visando a debater acerca das políticas públicas, que compreendem o papel da democracia, voltadas para as esferas sociais em diversos setores, como educação e cultura.

Oficinas realizadas

Com o intuito de passar o conhecimento de uma forma mais fácil e interativa, elaboraram-se oficinas divididas por temas para uma melhor compreensão e aprofundamento das temáticas. A seguir, apresentam-se a organização e a distribuição das oficinas executadas pelo projeto.

OFICINA	Objetivo Geral e Objetivos Específicos
História local	<p>Objetivo Geral: Trazer aos participantes pontos de vista e conteúdo sobre a história missioneira da cidade e do seu período durante a ditadura militar.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorização das origens da cidade - Incentivar a participação e consciência cidadã em relação aos problemas sociais da cidade - Entender o que foi e como ocorreu a ditadura
Consciência política e cidadã	<p>Objetivo Geral: Proporcionar aos alunos conhecimento sobre seus direitos e deveres políticos/ sociais e sobre como funcionam as instituições políticas.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a participação em ações de cultura e políticas públicas - Mostrar a importância dos direitos políticos e liberdade de escolha dos cidadãos - Incentivar a transformação social e participação cidadã através de debate e reflexão
Empatia social e respeito	<p>Objetivo Geral: Proporcionar aos alunos dados sobre problemas socioeconômicos e sobre a importância do respeito como parte do exercício da cidadania.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar os participantes sobre os problemas socioeconômicos que atingem o Brasil e suas proporções - Trazer os conceitos de empatia e respeito para debate e reflexão - Mostrar formas de exercer sua cidadania com empatia social e a importância de participação como comunidade - Trazer para reflexão a importância dos movimentos de luta social contra desigualdades e respeito às diferenças de vida/opinião

OFICINA	Objetivo Geral e Objetivos Específicos
Etnia e raça	<p>Objetivo Geral: Proporcionar aos alunos conhecimentos sobre a diferença entre etnia e raça, a fim de quebrar uma possível visão etnocêntrica e racista da parte dos jovens.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trazer os conceitos de etnia e raça e a diferença entre eles para reflexão e debate - Dar suporte teórico para tratar da presença dos negros na formação histórica do Brasil - Debater sobre a presença de imigrantes em São Borja e a importância da globalização, sendo o Brasil em si um “país de imigrantes” - Trazer dados e informações sobre exclusão social e racial, e de como isso tem se modificado na sociedade brasileira - Expor para reflexão dados estatísticos sobre racismo e xenofobia - Incentivar uma transformação social tendo o conhecimento como ator de ação cultural e social
Etnias e culturas indígenas	<p>Objetivo Geral: Proporcionar aos alunos o conhecimento sobre as etnias indígenas do Rio Grande do Sul e principalmente região de São Borja.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aproximar os alunos das realidades indígenas - Apresentar pontos sobre a sua cultura e história - Romper com preconceitos a respeito dos grupos indígenas - Levar suporte teórico para embasar reflexão e debate por parte dos alunos - Incentivar a consciência social, usando do conhecimento para a transformação cidadã

OFICINA	Objetivo Geral e Objetivos Específicos
Cotas e representatividade Diversidade e ocupação de espaços públicos	<p>Objetivo Geral: Proporcionar aos alunos uma maior visão e consciência de mundo sobre culturas e sobre a ocupação de minorias em espaços públicos como posição política.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desmitificar noções pré-concebidas de forma errônea - Trazer conhecimento sobre outras culturas/raças e sobre outras regiões - Trazer conhecimentos sobre a diversidade religiosa no mundo e no Brasil, a fim de romper pré-julgamentos causados por falta de informação - Mostrar a importância de ter representatividade política de minorias - Trazer embasamento teórico e estatístico sobre cotas e sua importância para debate - Levar à consciência a relevância de ocupar espaços públicos e ter participação social
ENEM	<p>Objetivo Geral: Proporcionar aos alunos do terceiro ano do ensino médio maior conhecimento sobre o ENEM e outras instituições de ensino e como utilizá-los.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular o interesse dos jovens pela participação no processo seletivo - Esclarecer a forma de inscrição e acompanhamento pelo Sisu - Informá-los sobre os programas de ensino que podem ser inscritos a partir do ENEM - Levar os alunos a compreender a importância social do ensino superior - Mostrar aos alunos os cursos disponíveis na UNIPAMPA; - Provocar reflexão sobre a importância da UNIPAMPA em São Borja.

Resultados e discussão

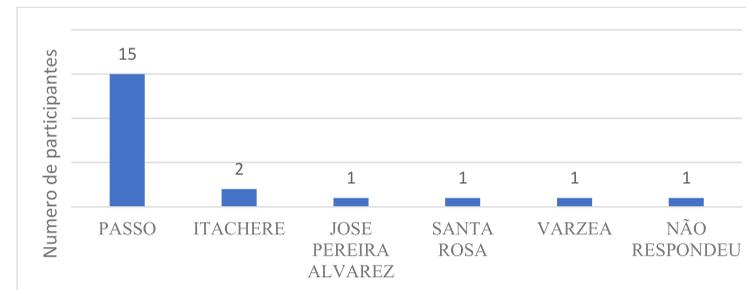
Com base nos questionários aplicados no Instituto Estadual Padre Francisco Garcia – São Borja – RS, em agosto de 2018 (inicial) e em dezembro de 2018 (final), e no desenvolvimento

das oficinas e debates realizados com a turma 311, foi possível levantar o perfil dos 21 participantes (desses, 13 se identificaram como do sexo feminino e 8 do sexo masculino). Verificou-se, pelas respostas, se existia racismo em relação a negros e indígenas, sexismo para com a mulher, assim como a forma que se identificam perante essas questões, além da visão política deles a respeito desses assuntos. As primeiras 6 perguntas do questionário inicial se referiam aos dados básicos sobre os estudantes, como sexo, idade, bairro, profissão do responsável, se faz atividade fora da escola etc... As questões de 7 a 18 contemplaram as questões raciais e de gênero, de 19 a 22, sobre política, e finalmente de 23 a 25, a respeito das pretensões para o ensino superior, embora estas últimas sejam irrelevantes para esta análise.

Foi questionada a idade dos participantes para melhor desenvolver o perfil da turma e, como se trata de um projeto que envolve conscientização política, para ver quantos já teriam idade legal para votar. Foi constatado que todos têm idade para votar (sendo o voto facultativo a partir dos 16 anos), tendo 12 (57%) participantes com 17 anos (podem votar facultativamente, maioria da turma), 8 participantes (38%) com 18 anos e apenas 1 participante com 19 anos. Por meio do questionário, verificou-se que todos os estudantes participantes moram em bairros considerados de classe média/baixa em São Borja (a maioria de 15 participantes – quase 75% – mora no bairro Passo, onde se localiza a escola), com exceção de 1 participante que não respondeu. Também pode se constatar que praticamente metade da turma (10 participantes, 47,6%) faz atividade fora da escola, como trabalhar, realizar cursos ou outros, além de estudar (23,8%).

O Gráfico 1 representa a materialização das respostas a essa pergunta, para uma melhor visualização e comparação entre os resultados.

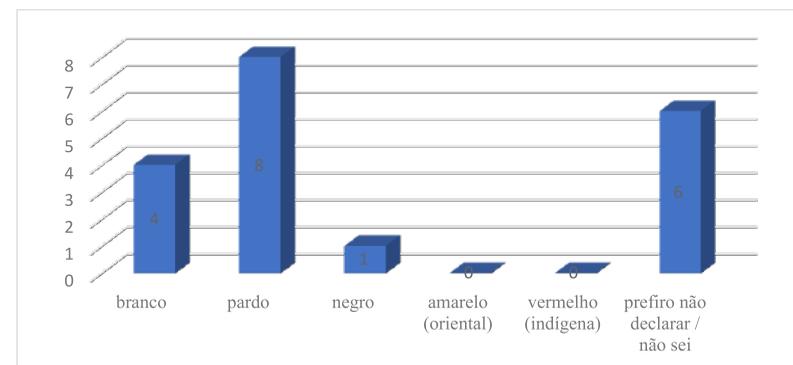
Gráfico 1 – Bairro em que reside



Fonte: Os autores, 2018

Pode-se perceber dificuldade de alguns participantes perante termos como “etnia”, por conhecerem apenas o termo “raça”, sendo então necessário que esse termo seja aplicado com mais clareza no cotidiano. Por essa razão, será trabalhado o termo ao longo do projeto, a fim de que se forme uma melhor compreensão por parte dos alunos. Com o perfilamento dos participantes, foi possível direcionar melhor as oficinas que estão sendo aplicadas ao longo do desenvolvimento do projeto. Alguns dados se mostraram bem relevantes e claros, demonstrando a necessidade de que esses temas sejam debatidos em sala de aula, como se pode observar nos gráficos a seguir.

Gráfico 2 – Em relação à cor da pele, você se considera

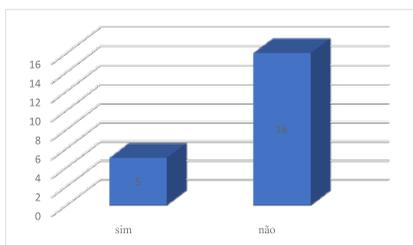


Fonte: Os autores, 2018

Aqui é possível observar que a questão da identificação racial se dá de forma muito confusa para os participantes, já que 6 participantes (28,57%) escolheram não declarar ou que não sabe. De outro, a maioria de 8 participantes (38%) declarou-se

pardo. Sabe-se que essa questão sempre se deu de forma confusa no Brasil, em decorrência da grande miscigenação presente na nossa sociedade ao longo da história, mas também pelos preconceitos percebidos ao se identificar como negro ou indígena, situação que costumava ser evitada e vista com maus olhos pela sociedade brasileira, pelo nosso histórico de escravidão e exploração dessa população. Foi acrescentado por um estudante, durante um encontro de debate, que ele costuma escutar, desde criança, que ser indígena ou “bugre” é algo negativo. Em relação, na questão 15, “Você já foi vítima de algum tipo de preconceito de ordem étnica?”, 24% dos participantes (5 estudantes) apontaram já ter sofrido preconceito de alguma forma, em relação à cor da sua pele.

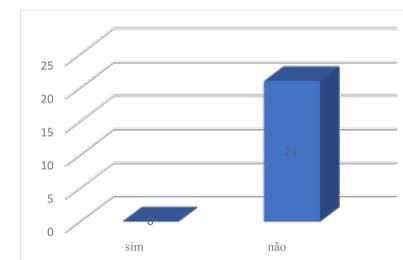
Gráfico 3 – Você já foi vítima de algum tipo de preconceito de ordem étnica?



Fonte: Os autores (2018)

Ademais, na questão 11, “Você acha que, no Brasil, negros, brancos, indígenas são tratados da mesma forma?”, os participantes foram unânimes ao responder que há de fato desigualdade racial na sociedade brasileira, mostrando certa consciência política já desenvolvida por parte deles. Quanto ao debate sobre a questão da igualdade de gênero, apenas 1 participante (5%) acredita que há igualdade entre homens e mulheres no Brasil, resultado esperado e de certa forma satisfatório, pois mostra consciência da maior parte da turma a respeito dos problemas da desigualdade de gênero. A seguir, explicitamos, no Gráfico 4, como se exemplificaram essas respostas.

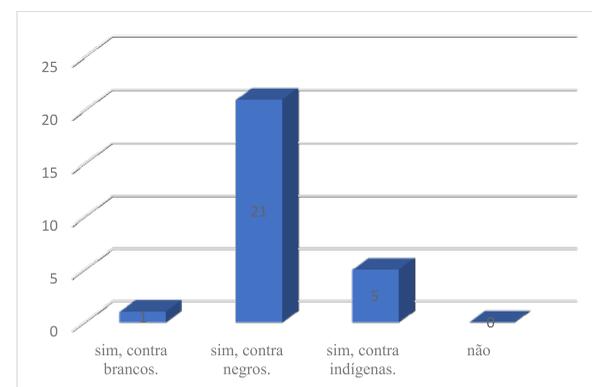
Gráfico 4 – Você acha que, no Brasil, negros, brancos, indígenas são tratados da mesma forma?



Fonte: Os autores (2018)

A questão 14 aponta a existência de preconceitos étnicos no Brasil, e a totalidade da turma (21 participantes) apontou existir preconceito contra negros. Além disso, 24% (5 estudantes) apontaram existir preconceito contra indígenas, e 5% (1 participante) apontou existir preconceito contra brancos. Essas respostas refletem a necessidade da abordagem do tema juntamente com a turma, para que seja mais bem compreendida a questão do preconceito contra o indígena. Como, na sociedade brasileira, esse preconceito se mostre tão claramente que já esteja enraizado, ele quase não é percebido como preconceito pelos estudantes, como constatado. Além disso, a maioria dos participantes mostrou uma visão otimista, declarando acreditar que os preconceitos existem, porém estão diminuindo gradativamente, conforme avançamos como nação consciente de suas raízes e de sua diversidade étnica.

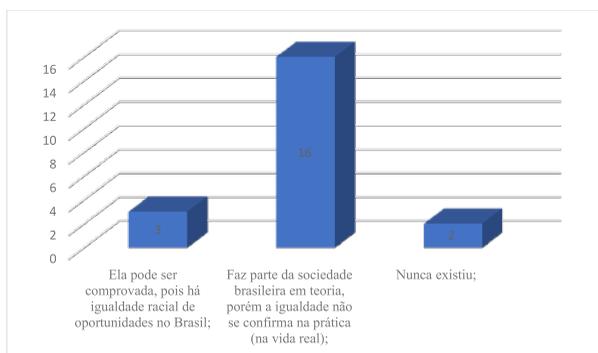
Gráfico 5 - Você identifica no Brasil algum preconceito de ordem étnica? (mais de uma resposta possível)



Fonte: Os autores, 2018

Mostra-se ainda necessário debater sobre as oportunidades no mercado de trabalho e de estudo, pois a maioria (16 participantes) concordou que a igualdade só existe em teoria, não fazendo parte da realidade social vivida no Brasil. Em contrapartida, 3 participantes apontam existir igualdade de oportunidades para todos no Brasil. O gráfico a seguir representa a materialização das respostas a essa pergunta, para uma melhor visualização e comparação entre os resultados.

Gráfico 6 – Em relação à ideia de haver igualdade de oportunidades para todos os grupos étnicos (brancos, negros, indígenas etc) no Brasil, você diria que:



Fonte: Os autores, 2018

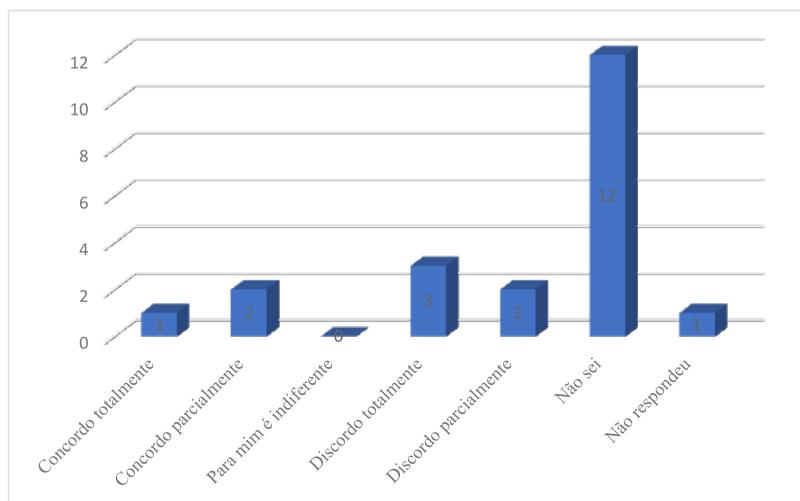
A questão 17, do Gráfico 7, mostra, em suas respostas, de forma geral, esperança da parte dos participantes, visto que a maioria (13 participantes) aponta que o preconceito étnico vem diminuindo no Brasil. Já 52,38% apontam que os preconceitos ainda são fortes, porém estão diminuindo; 9,5% apontam que o preconceito não é mais tão forte, pois tem diminuído bastante. Em contrapartida, 23,8% apontam que os preconceitos já não são mais tão fortes, porém ainda vão demorar para diminuir; e 14,28% apresentam uma visão um pouco mais “pessimista”, ao apontar que os preconceitos são fortes na sociedade brasileira e que isso não vai mudar.

Gráfico 7 – Você acredita que as formas de preconceito étnico e racial no Brasil...



Em relação às cotas raciais, foi surpreendente constatar que a maioria dos alunos desconhecia a existência delas ou não sabia como funcionavam. Isso pode ser observado no Gráfico 8, onde 12 participantes (57%) marcaram a opção de “não sei”, e um participante não respondeu (5%), mas depois justificou: “não sabia o que era, então preferiu não responder”; 3 pessoas (14%) responderam que concordam totalmente ou parcialmente com as cotas, e 23,8% discordam totalmente ou parcialmente com a existência de cotas. Esses resultados refletem a necessidade forte e clara de discutir o tema em sala durante o projeto, pois é possível que essas respostas contrárias à existência das cotas para universidades federais ocorram por haver uma concepção errônea a respeito do que realmente são e como funcionam, e também para aqueles que declararam não saber, para que tomem conhecimento do assunto.

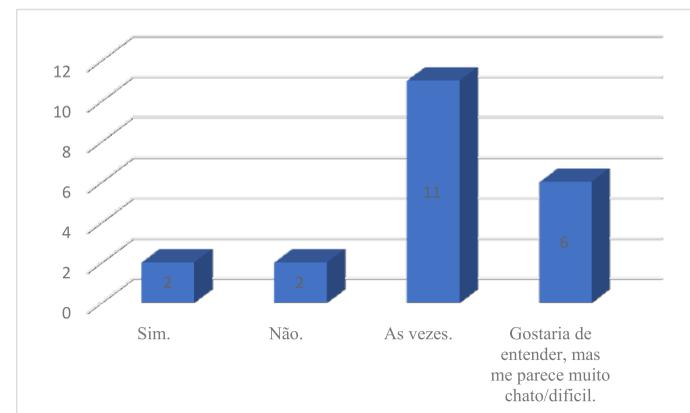
Gráfico 8 – Qual a sua opinião sobre cotas raciais nas Universidades Federais?



Fonte: Os autores, 2018

As perguntas a seguir tratam mais diretamente da opinião dos participantes sobre política e representatividade. Na questão 19, do Gráfico 9, podemos constatar que 2 pessoas (9,5%) se interessam por política sempre, e outros 2 participantes (também 9,5%) não se interessam nunca por política. A maioria dos participantes (11 pessoas, 52,38%) se interessa parcialmente pelas questões políticas do Brasil, e 6 participantes (28,57%) declararam que até gostariam de entender as questões políticas, porém acham difícil ou chato tratar do assunto. Nesse quesito, o projeto se mostra de extrema importância, pois, como tem como proposta a conscientização política dos participantes, ele deve tornar mais fácil a compreensão das notícias a respeito, dos temas que a política envolve (como, por exemplo, quais as competências do judiciário, executivo e legislativo, o que é privatização, políticas públicas etc), melhorando, dessa forma, o interesse em política, que se mostra presente no cotidiano.

Gráfico 9 – Você se interessa pelas questões políticas do país?

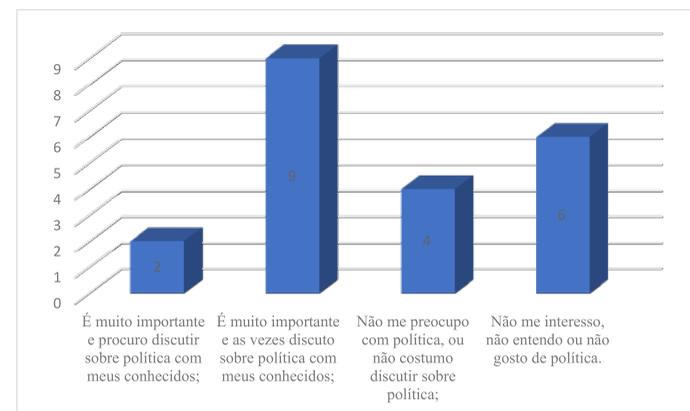


Fonte: Os autores, 2018

Observamos que as respostas dos alunos nos apresentam um grave problema da sociedade atual:, o da falta de conhecimento a respeito da política. É importante saber sobre a organização da sociedade atual, pois é de bem comum, e entendê-la nos deixa a par do futuro do nosso país/estado/município. A minoria se interessa pela temática, o restante ou não se interessa ou não compreende o assunto, sendo o reflexo da sociedade brasileira atual, pois há um grande desinteresse e/ou descrença na política, o que favorece a presença de regimes totalitários.

A seguir, o Gráfico 10 apresenta a extensão da pergunta anterior, amplificando a temática política.

Gráfico 10 – Que papel você acredita que a política tem na sua vida?

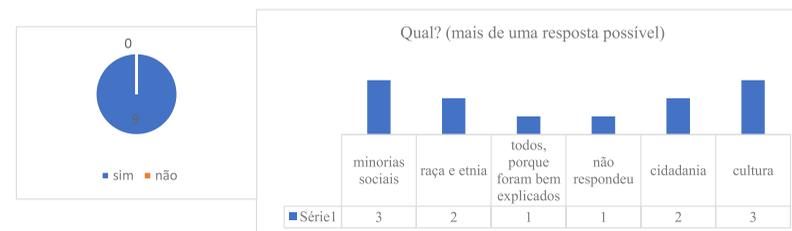


Fonte: Os autores, 2018

Em geral, a maioria dos participantes também demonstraram reconhecer a importância da política em sua vida, e entendem razoavelmente as questões políticas do país. Em contraste, uma parte significativa de 6 participantes declarou não entender ou não gostar de política (dado obtido pelo questionário e pelo diálogo com os estudantes). Os dados aqui expostos mostraram, assim, a necessidade de explicar e debater o que são e como se aplicam políticas públicas na sociedade, além de introduzir, durante as oficinas, conceitos básicos em política, como, por exemplo, quais as competências do judiciário, executivo e legislativo, o que é privatização, o que são cotas, entre outros, a fim de aumentar a compreensão e, por consequência, a participação política dos jovens estudantes em São Borja.

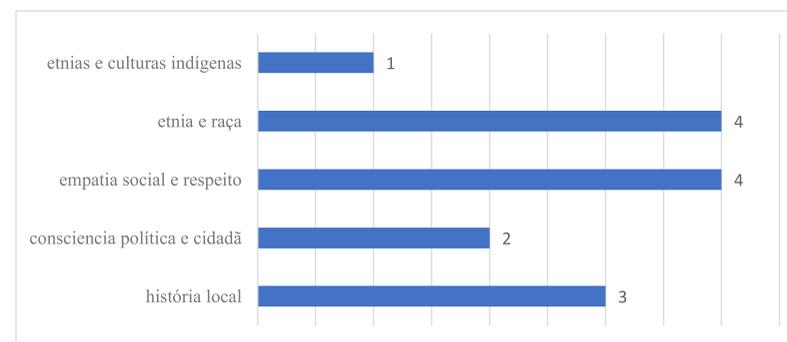
O questionário final, referente à execução do projeto, foi aplicado com apenas 9 dos participantes da turma, pois, por ser um período próximo das férias, muitos já haviam encerrado suas atividades escolares. Esse questionário tinha por objetivo verificar, de forma sucinta, a importância e o impacto do projeto para os alunos participantes, a respeito da vida deles como cidadãos. Ao analisar as respostas, todos os participantes avaliaram que o projeto foi bom ou muito bom para eles e os ajudou a entender melhor as questões sociais trabalhadas. Todos responderam que o projeto os ajudou a entender melhor a cidadania e o papel deles como cidadãos, além de terem considerado importante debater assuntos sociais, o que demonstra, de certa forma, uma mudança da visão exposta no início do projeto, quando acreditavam que a política e a cidadania eram algo fora da realidade deles. Agora, porém, e durante a execução, mostraram-se abertos a debates e a pesquisas a fim de aprofundarem seus conhecimentos, de modo a compreender, de forma mais clara, como a participação deles se torna necessária para causar uma mudança significativa no cenário político e social em que estão inseridos.

Gráfico 11 – O projeto te ajudou a entender melhor algum assunto? (cultura, diversidade, políticas públicas, cidadania, minorias sociais, raça e etnia, etc.) Se sim, qual?



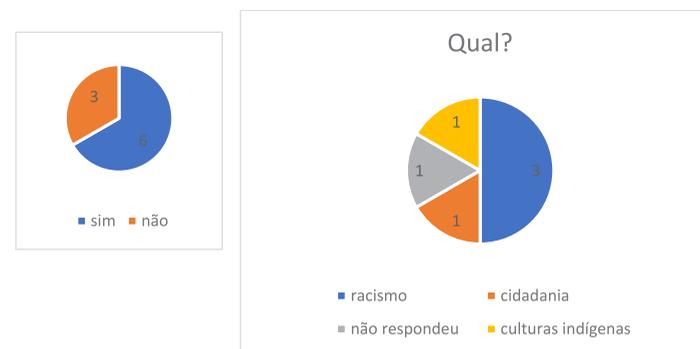
Fonte: Os autores, 2018

Gráfico 11 – Qual oficina foi mais útil para você? (mais de uma resposta possível)



Fonte: Os autores, 2018

Gráfico 10 – O projeto te ajudou a mudar de opinião sobre algum assunto? Qual? (Sexismo, racismo, cotas, preconceito, cidadania, política, outros.)



Fonte: Os autores, 2018

Considerações finais

Por meio do questionário inicial, tornou-se possível construir um perfil atual do jovem estudante do ensino médio de São Borja, para então repensar o quanto evoluiu ou regrediu a participação da juventude nas questões políticas no Brasil, especialmente em temas que envolvem o desenvolvimento social do país e principalmente da comunidade que habitam. Tal atitude está ligada à necessidade de chamar a atenção dos órgãos públicos competentes para a necessidade de implementação e melhora de políticas públicas, voltadas para a educação, indígena ou não, para que esses jovens possam melhor desenvolver seu senso crítico e cidadania, afastando-os de situações de risco. Assim, pode-se verificar que havia certa consciência dos jovens participantes do projeto a respeito de certos assuntos trabalhados, como feminismo, políticas sociais e afins, porém esses assuntos se encontravam de forma rasa e baseados em argumentos de senso comum, demonstrando a necessidade de aplicação do projeto na escola para que os participantes desenvolvessem sua habilidade de debater, utilizando-se de argumentos plausíveis, e seu senso crítico. Em geral, pode-se compreender que o projeto teve importância para os alunos, pois os ajudou a compreender melhor o papel deles como cidadãos e como a política pode ser algo próximo a eles, se demonstrarem interesse no assunto. O projeto, então, cumpriu o objetivo de aproximá-los da sua realidade social e da realidade social indígena, que se apresenta no Brasil atualmente, aproximando-os das questões que atingem as minorias sociais. Finalmente, podemos chegar a essas conclusões com a análise das respostas finais dos participantes, os quais demonstraram ter desenvolvido de fato os conhecimentos apresentados e construídos com base em suas próprias necessidades.

Referências

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacyr. *A educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- GENTILI, Pablo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. In: *Pesquisa metodológica: potencialidades e limites; metodologias alternativas – algumas pistas introdutórias*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GADOTTI, Moacyr. *A educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- LOMBARDI, José Claudinei. *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas: Autores Associados: Histedbr; Caçador, SC: UnC, 2000.
- MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.
- MELIÀ, Bartomeu. Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena. In: EMIRI, Loretta; MONSERRAT, Ruth (Orgs.). *A conquista de escrita*. São Paulo: Iluminuras, 1989, p. 9-16.
- EMIRI, Loretta. Bilingüismo e escrita. In: D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (Orgs.). *Leitura e escrita em escolas indígenas*. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1997, p. 89-104.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 2003.

A rede pública municipal de educação: análise de Indicadores Educacionais no município de São Borja-RS

Evandro R. Guindani¹
Yáscara M. N. Koga Guindani²

Introdução

Este texto apresenta resultados e análise de indicadores educacionais das escolas municipais da cidade de São Borja-RS. As escolas municipais analisadas foram aquelas que o Portal Ideb do Inep (BRASIL, 2017) disponibilizou quando realizada a referida pesquisa, sendo elas: EMEF Ivaí, EMEF Liôncio Silva Pereira Aquino, EMEF Sagrado Coração de Jesus, EMEF Ubaldo Sorrilha da Costa, EMEF Duque de Caxias, EMEF Vicente Goulart. Com relação à localização das escolas, três estão localizadas em regiões mais periféricas da cidade: Ubaldo S da Costa, Duque de Caxias e Vicente Goulart. A escola Sagrado Coração de Jesus localiza-se no centro da cidade e, conseqüentemente, numa região economicamente mais favorável. A Escola Vicente Goulart não está muito distante do centro, porém atende uma população de um bairro com um nível socioeconômico inferior ao do centro da cidade. A Escola Ivaí e Lioncio S P Aquino são escolas rurais. A localização geográfica das escolas é importante para a compreensão dos indicadores educacionais analisados, tais como: média de alunos por turma, distorção idade/série, taxas de aprovação e reprovação, taxas de abandono e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.

-
- 1 Professor do Curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Pesquisa sobre políticas educacionais. E-mail: evandroguindani@unipampa.edu.br
 - 2 Professora do Curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Pesquisa sobre políticas educacionais e formação de professores. E-mail: yascarakoga@unipampa.edu.br

Os indicadores educacionais assumem um importante papel para uma compreensão mais aprofundada sobre o sucesso e fracasso escolar dos jovens e adolescentes. Para a construção de políticas educacionais, torna-se extremamente relevante a compreensão de todos os fatores que se relacionam com o processo educacional. Muitas vezes, é comum se ouvirem expressões que colocam a educação com um papel “salvador” da sociedade, e tal concepção conseqüentemente atribui aos gestores e professores das escolas a responsabilidade pela melhora dos níveis da qualidade de ensino. Essa concepção não corresponde à realidade educacional brasileira, quando analisados os indicadores educacionais. Esta pesquisa, onde se apresentam os resultados, proporcionou a construção de uma relação entre os indicadores educacionais e a realidade social mais ampla. Em pesquisa anterior, os autores Guindani, Guindani e Nascimento (2017) já apontaram essa relação, com base em uma análise comparativa da realidade educacional entre municípios da região fronteira e da região central/serrana do Estado do Rio Grande do Sul. Os autores afirmam que, numa análise comparativa entre as regiões (fronteira e serra/centro), são possíveis vários apontamentos. O primeiro deles refere-se aos IDEBs, em que a média dos municípios da fronteira alcança o índice de 3,79; já na região central e serrana, essa média sobe para 4,42. Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, a média da região de fronteira é menor do que a da região serrana/central. Com relação ao percentual de pobreza, dos dez municípios que ultrapassaram o índice de 10% de pobres, nove deles estão na região de fronteira. A comparação entre esses dois grupos de municípios revela uma regra geral: aqueles com maior índice de pobreza apresentam os piores indicadores educacionais.

A apresentação e a análise dos indicadores serão feitas na seguinte ordem: Média de alunos por turma, Distorção idade/série, Aprovação, Reprovação, Abandono e Ideb.

Média de alunos por turma

Tabela 1 – Média de alunos por turma

	Média de alunos por turma*											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ESTADO DO RS		22,4	22,4	22,3	22,1	21,8	21,3	20,8	20,5	20,4	20,6	20,7
EMEF IVAÍ		18,8	16,7	20,8	22	17,8	13,5	15,5	15,8	15	17,0	14,3
EMEF LIONCIO SILVIO PEREIRA AQUINO		20,3	18,8	15,2	15,8	10,6	14	13	15,3	12,8	11,8	-
EMEF SAGRADO CORACAO DE JESUS		24,4	24,9	23,4	24,7	26,3	20,9	27,3	19,6	20,7	19,0	19,0
EMEF UBALDO SORRILHA DA COSTA		21,5	22,2	20,9	27,3	18,4	19,3	18,9	16,3	19,3	19,6	15,5
ESC MUN ENS FUND DUQUE DE CAXIAS		-	-	-	-	21,1	21	19,3	21,9	22,2	19,3	20,5
ESC MUN ENS FUND VICENTE GOULART		24,1	18,3	23,6	21,9	20	19,1	19,3	20,3	20,3	18,9	16,6

Fonte: INEP (2018)

*Ano de 2006 não disponível

Com relação à média estadual, o que se percebe é que, até 2015, há uma queda no índice, o qual passa a subir a partir de 2016. Comparando as escolas dentro da década 2007 – 2017, é possível afirmar que todas tiveram uma queda na média de alunos por turma. Em nenhuma delas houve uma queda uniforme, porém, todas decresceram sua média em relação a 2007; e também todas, em 2017, possuem uma média de alunos, por turma, inferior à média estadual. Com exceção da Escola Ivaí e Ubaldo Sorrilha da Costa, todas as demais escolas sofrem uma queda sucessiva na média de alunos a partir do ano 2015. De acordo com dados do IBGE (BRASIL, 2019), em 2010, a população de São

Borja era de 61.671 habitantes. O Instituto faz uma estimativa, para 2018, de que esse número caia para 60.557 habitantes

Fazendo uma análise quanto à média de alunos por turma em relação à localização das escolas, é possível perceber que as Escolas Sagrado Coração de Jesus e Duque de Caxias apresentam os maiores índices. Interessante observar que, a partir de 2014 até 2017, a Escola Duque de Caxias supera a Escola Sagrado Coração de Jesus. Cabe salientar que a Escola Duque de Caxias localiza-se numa região periférica e a Sagrado, na região central. Hipoteticamente, pode-se afirmar que, tanto no centro quanto na periferia, há uma mesma realidade quanto ao número de alunos em sala de aula.

Distorção idade-série

Tabela 2 – Distorção idade-série

	Distorção idade-série											
	5ª a 8ª / 6ª ao 9ª											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ESTADO DO RS	25,1	31,5	24,2	24,5	23,8	23	22,8	23	24	24,3	23,5	23,6
EMEF IVAÍ	30,8	43,4	35	30,8	23,9	18,3	11,1	16,1	17,5	21,7	19,1	24,6
EMEF LIONCIO SILVIO PEREIRA AQUINO	32,9	32,1	33,3	32,9	44,4	35,8	28,8	16,7	23,2	19,6	19,1	26,1
EMEF SAGRADO CORACAO DE JESUS	16,9	2,2	19,6	1,2	3,4	1,9	18,6	17,7	18,5	18,7	16,4	20
EMEF UBALDO SORRILHA DA COSTA	41,4	36,6	38,7	41,4	48,7	50,5	44,8	39,4	32,3	26,7	27,0	48,9
ESC MUN ENS FUND DUQUE DE CAXIAS	-	-	-	-	34,9	39,1	36,7	34,4	33,1	32,7	30,2	29,8
ESC MUN ENS FUND VICENTE GOULART	56,4	57,4	60	56,4	51	43,8	52,3	49,4	44,7	69,6	40,9	39,5

Fonte: INEP (2018)

No que tange à distorção idade-série, observa-se que, com exceção das Escolas Sagrado Coração de Jesus, Ivaí e Lioncio Aquino, todas as demais escolas possuem índices acima da média estadual em todos os anos. A Escola Sagrado Coração de Jesus sempre esteve abaixo da média estadual. Um dos fatores que justifica tal desempenho é o fato de que o público atendido pela escola é da região central da cidade, com um melhor nível socioeconômico do que o das demais escolas. A escola que se destaca com os mais altos índices é a Escola Vicente Goulart, e um dos fatores também é o socioeconômico, já que a população atendida pela escola está entre o público mais vulnerável economicamente, comparando às demais escolas. As três escolas que atendem um público com menor nível socioeconômico (Ubaldo, Duque de Caxias e Vicente Goulart) são aquelas que possuem o maior número de índices na casa dos 30, 40 e 50. Percebe-se que o Estado, de 2008 a 2016, não ultrapassou a casa dos 24,5, enquanto, principalmente as três escolas citadas, no mesmo período, com exceção da Ubaldo, nos anos de 2015 e 2016, nunca baixaram à casa dos 30.

A Unicef (2018), em seu documento intitulado “Panorama da distorção idade-série no Brasil”, de acordo com o Censo Escolar 2017, afirma que o Brasil possui mais de 35 milhões de estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio, nas redes pública e privada. Entre eles, mais de 7 milhões estão em situação de distorção idade-série, ou seja, têm dois ou mais anos de atraso escolar. São quase 5 milhões no ensino fundamental e mais de 2 milhões no ensino médio. O documento ainda afirma que o fenômeno da distorção idade-série coloca luz sobre a necessidade de garantir não só o acesso à escola, mas a qualidade da educação. De acordo com a legislação brasileira, a faixa etária de escolarização obrigatória vai dos 4 aos 17 anos. Por lei, aos 4 anos, a criança deve ingressar na educação infantil, aos 6 anos, no ensino fundamental e, aos 15 anos, no ensino médio.

O documento ainda ressalta que dados da Pnad 2015 mostram que 97% das crianças de 6 anos de idade estavam frequentando a escola, evidenciando que o atendimento educacional nessa idade estava praticamente universalizado. Ou seja, segundo o documento, a grande maioria das crianças entra no sistema educacional na idade correta.

Com o passar dos anos, no entanto, muitas delas vão ficando para trás. Segundo o Censo Escolar 2017, 12% dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental têm dois ou mais anos de atraso escolar. Nos anos finais do fundamental, o índice passa a 26% e, no ensino médio, chega a 28%. O documento ressalta que a distorção idade-série pode ser considerada como um termômetro e um indicador de outras situações de violações de direitos que ocorrem na vida dessas meninas e desses meninos. Também é possível perceber que as maiores taxas de distorção estão em estados da região nordeste do Brasil. Esse dado vem ao encontro desta pesquisa, que revela maiores índices de distorção nas escolas mais periféricas da cidade, ou seja, públicos mais vulneráveis economicamente. O documento da Unicef também aponta que a distorção cai no ensino médio, porém, o que o documento conclui é que essa queda está relacionada aos altos índices de abandono nesse nível. Um dado interessante levantado pela Unicef é a relação entre distorção e raça/etnia. Segundo a Unicef, meninas e meninos negros (pretos e pardos) têm taxas de distorção idade-série maiores do que brancos. Além disso, há que se olhar para as populações indígenas. Embora elas representem apenas 1% das matrículas, são as mais impactadas pela distorção idade-série. A partir do Censo Escolar de 2017, a distorção entre brancos, na zona urbana, alcança o índice de 12,6%, enquanto, entre pretos e pardos, os índices chegam a 29,4 e 23,4 respectivamente. Na zona rural, a diferença é ainda maior, sendo 18% entre os brancos e 35% entre os pretos. A Unicef também analisa a distorção na perspectiva de gênero e aponta que a distorção é maior entre meninos do que entre as meninas.

Em um estudo sobre distorção idade-série, Soares (2015) apresenta a relação entre distorção, avaliação e reprovação, apontando que, por meio da avaliação, há uma responsabilização que recai sobre o aluno quanto à sua reprovação e, consequentemente, quanto à sua condição de fazer parte desse índice de distorção idade-série. A escola, por meio de seu modelo meritocrático de avaliação, justifica a reprovação e retenção, bem como a aprovação, com o argumento de que são os “mais empenhados” que são aprovados. Não há uma política que discuta para além da meritocracia o problema da retenção e, consequentemente,

da distorção. O que precisa ser entendido, segundo a autora, é que muitas vezes a falta de aprendizagem não decorre da falta de dedicação. Ainda de acordo com a autora, para tentar combater a distorção, o MEC tem investido em programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC – e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – PNEM, lançados em 2012 e 2014, respectivamente. O MEC tem também defendido a organização escolar em ciclos para os anos iniciais.

Taxas de aprovação

Tabela 3 – Taxas de Aprovação

	Taxas de Aprovação*											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ESTADO DO RS		77,7	75,8	76,3	76,7	76,8	77,6	78,7	79,7	79,6	80,1	80,6
EMEF IVAI		94,2	95,4	98	97,6	97,1	100	96,9	93,4	94,8	84,5	90,3
EMEF LIONCIO SILVIO PEREIRA AQUINO		84,5	85,5	75,3	96,5	96,2	96,1	98,1	100	100	95,8	100
EMEF SAGRADO CORACAO DE JESUS		78,6	85,7	83	85,2	83,1	78,7	84,1	91,2	82	87,2	85,6
EMEF UBALDO SORRILHA DA COSTA		77,7	65,4	78,7	68,4	84	72,6	73,6	85,4	78,8	82,8	65,8
ESC MUN ENS FUND DUQUE DE CAXIAS		-	-	-	68,3	58,7	75,4	85,2	78	86,7	89,5	72,5
ESC MUN ENS FUND VICENTE GOULART		63,2	71,7	71,8	77,4	67,9	76,2	71,6	72,9	63,9	79,2	76,1

Fonte: INEP (2018)

*Ano de 2006 não disponível

Com relação à taxa de aprovação, percebe-se que as três escolas localizadas em regiões mais periféricas da cidade (Ubaldo Serrilha da Costa, Duque de Caxias e Vicente Goulart), nos dez anos, apresentam as menores taxas. Por outro lado, a Escola Sagrado Coração de Jesus e as duas escolas rurais (Ivaí e Sílvia Pereira Aquino), em todos os anos, apresentam taxas maiores que a média estadual.

Taxas de reprovação

Tabela 4 – Taxas de reprovação

	Taxas de Reprovação*											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ESTADO DO RS		19,8	21,4	21	20,7	20,6	19,9	18,9	17,9	18,3	18	17,5
EMEF IVAI		2,9	2,8	0	1,2	3,8	0	3,1	4,9	3,4	15,5	9,7
EMEF LIONCIO SILVIO PEREIRA AQUINO		13,1	9,2	24,7	3,5	2,9	3,9	1,9	0	0	4,2	0
EMEF SAGRADO CORACAO DE JESUS		20,9	13,6	17	14,5	16,9	21	15,9	8,8	18	12,8	14,4
EMEF UBALDO SORRILHA DA COSTA		21,6	30,2	18,5	26,8	13,8	26,7	26,4	14,6	21,2	16,4	19
ESC MUN ENS FUND DUQUE DE CAXIAS		-	-	-	29,1	37,7	22,1	12,2	20,5	11,4	9,2	25,7
ESC MUN ENS FUND VICENTE GOULART		34,5	22,6	22,4	20,6	28,4	23,2	18,7	23,6	11,3	20	22,2

Fonte: INEP (2018)

*Ano de 2006 não disponível

Assim como as taxas de aprovação, com relação à reprovação, as três escolas de zona mais periférica da cidade apresentam

as maiores taxas. A Escola Sagrado Coração de Jesus e as duas escolas rurais (Ivaí e Sílvia Pereira Aquino) apresentam as menores taxas em praticamente todos os anos.

De acordo com os autores Ribeiro, e outros (2018), alguns pesquisadores afirmam que há uma associação entre fracasso escolar e algumas características dos alunos, entre elas sua origem social e racial (ALVES; ORTIGÃO; FRANCO, 2007; MACHADO; GONZAGA, 2007; LOUZANO, 2013). Para Souza et al (2010), os altos índices de reprovação são entrave à universalização do acesso e da conclusão na idade adequada do ensino médio no Brasil e constitui problema antigo da educação nacional. Nos anos de 1960 e 1970, estados como Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro adotaram políticas que visavam reverter os altos índices de reprovação (ARELARO, 1988). Sem continuidade, essas propostas ajudaram a colocar em pauta o debate sobre a reprovação escolar.

Essas considerações de Ribeiro e outros (2018) vêm ao encontro de um estudo realizado por Guindani e outros (2016), na Escola Municipal Vicente Goulart da cidade de São Borja. O estudo analisou dois alunos da mesma série, o aluno A, com maior rendimento, ou seja com as melhores notas, e uma aluna B, com menor rendimento, tendo as notas mais baixas da turma. Os dois alunos pertencem à mesma escola, porém, o que o estudo revelou foi que a aluna com menor rendimento possui uma família mais vulnerável economicamente do que o aluno com maior rendimento. Enquanto a família do aluno A está presente na vida escolar do filho, isso não acontece com a aluna B. Ao fazer um estudo sobre a escola justa, Dubet (2008) faz uma crítica à prática meritocrática das escolas, no que se refere à avaliação dos alunos, ou seja, quando se aprovam alunos com as melhores notas, fica evidente que os alunos promovidos serão aqueles que já possuem melhores condições sócio econômicas, como revelou a pesquisa com os dois alunos. A meritocracia não valoriza a igualdade de oportunidades, ela valoriza a competição e, além disso, a igualdade de oportunidades não leva em conta muitas coisas, que fazem a diferença na hora da competição dita meritocrática. “Uma escola justa não pode se limitar a selecionar os que têm mais mérito, ela deve também se preocupar com a sorte dos vencidos” (DUBET, 2008, p. 10). Os alunos desprovidos de capital

cultural são os que na escola precisam se esforçar mais, precisam despende mais tempo e recursos para entrar no mesmo nível dos alunos cuja família possui um bom capital social e cultural.

Em todos os países, mas em graus diversos, os alunos originários das categorias sociais mais privilegiadas, os mais bem munidos em capital cultural e social, apresentam um rendimento melhor, cursam estudos mais longos, mais prestigiosos e mais rentáveis que os outros. (DUBET, 2008. p.27)

De acordo com Guindani e outros (2016), os alunos menos favorecidos socialmente almejam estudos mais curtos ou técnicos, que, por sua vez, são menos rentáveis. Há, portanto, uma seleção dentro da própria escola visto que “[...] a escola não conseguiu neutralizar os efeitos das desigualdades culturais e sociais sobre as desigualdades escolares” (DUBET, 2008, p. 28). Reduzir as desigualdades sociais é um importante meio para reduzir as diferenças de escolaridade, pois a escola não consegue se livrar das condições sociais de seus alunos. Os grupos sociais que têm um maior capital social e cultural incentivam e desenvolvem nas crianças estímulos favoráveis à vida escolar, pois seus pais já têm uma vivência e cultura escolar, e as diferenças escolares refletem claramente diferenças sociais.

Essas considerações dos autores ajudam a entender os dados de reprovação presentes na pesquisa, pois as regiões mais periféricas da cidade de São Borja possuem uma população mais vulnerável e, conseqüentemente, com menor capital cultural e social, propiciando assim condições pedagógicas menos favoráveis ao aumento das taxas de aprovação.

As desigualdades sociais geram as desigualdades escolares independente da igualdade de oportunidades. A igualdade das oportunidades não produz, portanto, a igualdade dos resultados. Ainda que essa constatação seja desencorajadora, é melhor considerá-la um fato. Aliás, ela nos leva a pensar que, sozinha, a escola não pode criar a igualdade das oportunidades e, sobretudo, que a redução das desigualdades sociais permanece o meio mais seguro de criar a igualdade das oportunidades escolares. (DUBET, 2008. p. 31-32)

Essa afirmação de Dubet esclarece que a avaliação meritocrática, baseada numa aparente igualdade de oportunidades, é um fator que reproduz na escola as desigualdades sociais. Ribeiro e outros (2018), numa pesquisa sobre crença de professores em relação à reprovação, concluiu que professores que aderem à reprovação tendem a aderir ao princípio de justiça meritocrático e à avaliação normativa. Esse princípio de justiça meritocrático pressupõe que todos os alunos estão em condição de igualdade para alcançar um bom rendimento nas avaliações, o que não procede, de acordo com a pesquisa de Guindani e outros (2016) e de Dubet (2008). Os alunos socialmente mais vulneráveis não estão em condições de igualdade com alunos socialmente mais privilegiados, então, por esse motivo, uma mesma avaliação para todos os alunos não é um instrumento justo para promover a aprovação e reprovação.

Taxas de abandono

Tabela 5 – Taxas de abandono

	Taxas de Abandono*											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ESTADO DO RS		3,5	2,8	2,7	2,6	2,6	2,5	2,4	2,4	2,1	1,9	1,9
EMEF IVAI		2,9	1,8	2	1,2	0	0	0	1,7	1,8	0	0
EMEF LIONCIO SILVIO PEREIRA AQUINO		2,4	5,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EMEF SAGRADO CORACAO DE JESUS		0,5	0,7	0	0,3	0	0,3	0	0	0	0	0
EMEF UBALDO SORRILHA DA COSTA		0,7	4,4	2,8	4,8	2,2	0,7	0	0	0	0,8	15,2
ESC MUN ENS FUND DUQUE DE CAXIAS		-	-	-	2,6	3,6	2,5	2,6	1,5	1,9	1,3	1,8

	Taxas de Abandono*											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ESC MUN ENS FUND VICENTE GOULART		2,3	2,7	5,8	2	3,7	0,6	9,7	3,5	24,8	0,8	1,7

Fonte: INEP (2018)

*Ano de 2006 não disponível

Com relação às taxas de abandono, também se verifica que a Escola Sagrado Coração de Jesus possui as menores taxas, enquanto as maiores taxas também estão entre as três escolas mais periféricas da cidade. Importa destacar que tanto a Escola Sagrado Coração como a Escola Ivaí possuem números sempre abaixo da média estadual, nesse item. A pesquisa revela que o abandono escolar é maior em regiões onde a população é economicamente mais vulnerável. Algumas hipóteses podem ser levantadas como a necessidade das famílias em aumentar sua renda, precisando assim da contribuição dos filhos que, desde cedo, partem para o mundo do trabalho, abandonando os estudos. De acordo com Silva Filho e Lima Araújo (2017), o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH, e a menor média de anos de estudo entre os países da América do Sul. De acordo com os autores, a evasão e o abandono “representam um processo muito complexo, dinâmico e cumulativo de saída do estudante do espaço da vida escolar. Nesse sentido, o fracasso escolar implica uma visão contextualizada e ampla da abordagem qualitativa e quantitativa.” Existem alguns fatores ligados ao contexto do aluno que podem promover um processo de abandono, conforme apontam os autores:

Fatores intrínsecos e extrínsecos à escola, como drogas, sucessivas reprovações, prostituição, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdos escolar, alcoolismo, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho influenciam diretamente nas atitudes dos alunos que se afastam da escola. Esses obstáculos, considerados, na maioria das vezes, intransponíveis para milhares de jovens, engrossam o desemprego ou os contingentes de mão de obra barata.

Em pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas/ FGV, Neri (2009) afirma que o mercado de trabalho é um ator importante na tomada de decisão desse jovem que teima em continuar seus estudos para que possa ser absorvido por ele, ou desiste e torna-se uma mão de obra desqualificada para garantir sua sobrevivência. As escolas não ficam isoladas desse contexto. (SILVA FILHO; LIMA ARAÚJO, 2017, p. 37)

Arroyo (apud SILVA FILHO; LIMA ARAÚJO, 2017) faz uma consideração apontando a classe social como principal fator que marca as grandes diferenças entre as escolas e os alunos. Para o autor, as políticas sociais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar. Os dados desta pesquisa vêm ao encontro do que afirma Arroyo pois as escolas mais periféricas apresentam maiores índices de abandono.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb

	IDEB											
	2005	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ESTADO DO RS												
EMEF IVAÍ				4,4		4,3						
EMEF LIONCIO SILVIO PEREIRA AQUINO				2,7								
EMEF SAGRADO CORACAO DE JESUS	3,7	3,9		3,8		4,3		3,9		4,3		4,6
EMEF UBALDO SORRILHA DA COSTA	3,1	3,4		3,8								

	IDEB											
	2005	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ESC MUN ENS FUND DUQUE DE CAXIAS						2,6		4,3		4,0		
ESC MUN ENS FUND VICENTE GOULART		2,5		3,3		2,5						

Fonte: INEP (2018)

Com relação ao Ideb, é possível observar que a Escola Sagrado Coração de Jesus da região central apresenta – com exceção de 2013 – os melhores índices durante todo o período de 2005 a 2017, corroborando a mesma análise realizada nos indicadores anteriores. A escola periférica Vicente Goulart apresenta – com exceção de 2009 – os menores índices dentre as demais.

Em outro estudo sobre a relação entre Ideb e a realidade sócio econômica, Guindani e outros (2014) apontam que as formas de avaliação em larga escala precisam ser compreendidas e analisadas na perspectiva da totalidade, no contexto entre aluno, família e sociedade. Tal análise justifica-se principalmente pelo fato de que as políticas educacionais, bem como as concepções pedagógicas, sempre refletem e são determinadas por um contexto socioeconômico mais amplo. O que se verifica atualmente em relação aos reflexos da avaliação em larga escala é uma culpabilização das escolas e professores por parte dos gestores públicos.

Conclusão

A análise dos indicadores aponta para uma reflexão em torno das políticas educacionais que buscam promover uma melhoria na qualidade do ensino. A indissociabilidade entre realidade social e rendimento escolar demonstra que há uma grande complexidade a ser enfrentada por gestores públicos, quando se pretende alcançar melhores índices de qualidade educacional.

Conclui-se com esta pesquisa que os dados contribuem para questionar o modelo meritocrático de avaliação. Os dados também servem como subsídios para o poder público municipal

pensar políticas sociais mais amplas, que possam amenizar a desigualdade social no município. Escolas situadas na periferia não podem ser avaliadas da mesma forma que as escolas da região central. Os dados apontam que o poder público municipal precisa ter um olhar diferenciado para escolas periféricas e evitar qualquer forma de culpabilização de gestores e professores pelo desempenho escolar dos alunos nessas escolas.

É importante observar que, diante da crise de um sistema econômico, renova-se o discurso de dominação e da busca de bodes expiatórios para a crise. O primeiro elemento que fortemente passa a compor esse bode expiatório é o indivíduo e sua capacidade de superação da crise, que deve se dar por meio da busca por qualificação profissional. Cabe a ele e ao seu talento, criatividade e caráter inovador, a possibilidade de conquistar um espaço nessa sociedade do conhecimento e, ao mesmo tempo, da incerteza. No caso da educação, esse indivíduo é o professor, o qual recebe uma pressão social que injustamente o responsabiliza pela melhoria da qualidade no ensino.

Ao defender o discurso de uma educação de qualidade ou mesmo do papel importante da educação como catalizadora de mudanças sociais, Dourado (2007) reforça que o desafio está em conferir ao termo “qualidade educacional” uma conotação sócio histórica, não reduzida apenas à questão do rendimento escolar. Nesse sentido, para o autor, pensar a qualidade social da educação implica assegurar um processo pedagógico pautado pela eficiência, eficácia e efetividade social, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos, em articulação com a melhoria das condições de vida e de formação da população. Logo, a melhoria da qualidade da educação brasileira estará envolta em princípios, que são tanto técnicos quanto políticos, e na produção e implementação de ações, como a distribuição de renda e políticas de inclusão social que promovam condições de melhoria educacional.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. IDEB – *Resultados e Metas*. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/> Acesso em jul./2018

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Indicadores Educacionais*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais> Acesso em jul./2018

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.28, n.100 – Especial, p. 921-946, out. 2007.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. *Panorama da distorção idade-série no Brasil*. 2018. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2018/08/panorama_distorcao_idadeserie_brasil.pdf. Acesso em 3fev.2019

GUINDANI, E.R.; KOGA, Y; GRENDENE, F. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e as influências da realidade socioeconômica no contexto escolar do aluno. *Rev. educ. PUC - Camp*. Campinas, v.19, n.2, p.133-144, maio/ago., 2014. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/2687/1926>. Acesso em 20maio2019

GUINDANI, E.R; GUINDANI, Y; SCHNEIDER, M. As políticas educacionais e o rendimento escolar: Um estudo de caso numa escola municipal de São Borja-RS. *Rev. Fac. Educ* (Universidade do Estado do Mato Grosso). v.26, Ano14, n.2. p.79-99. jul./dez.2016. Disponível EM: http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_26/artigo_26/79_99.pdf. Acesso em 20 fev.2019

GUINDANI, E.R; GUINDANI, Y.K; NASCIMENTO, S.G. Desigualdades no Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Educação e Fronteiras* (Universidade Federal da Grande Dourados). v.7, n.20. 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/7455>>. Acesso em 20 jun.2019

RIBEIRO, V. M. et al. Crenças de professores sobre reprovação escolar. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v.34, e173086, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100115&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 23 maio 2019. Epub 18-Jan-2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698173086>.

SOARES, E.R.M. A distorção idade-série e a avaliação: relações. 37ª REUNIAO NACIONAL DA ANPED – 4 a 8 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT13-3571.pdf>. Acesso em 05fev2019

SILVA FILHO, R, B; LIMA ARAÚJO, R, M. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. *Educação por escrito*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito>>. Acesso em 20 maio 2019.

Integração fronteiriça e Políticas Educacionais entre as Cidades Gêmeas de São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina

Muriel Pinto

Lisianne Sabedra Ceolin

Domingos Sávio de Azevedo

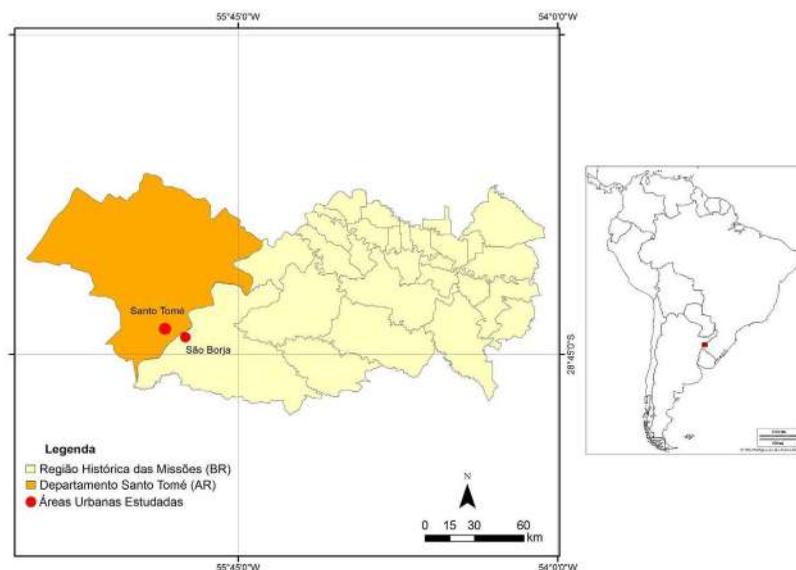
André Iser Siqueira

Realidades socioespaciais e naturais na região ribeirinha entre São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina

A região fronteiriça em estudo, as cidades gêmeas de São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina, teve o início de seu processo de colonização e consequente formação urbana e territorial a partir da implementação das Reduções Jesuítico-Guarani de São Francisco de Borja e Santo Tomé, durante o século XVII. Desde o período reducional, esses territórios realizam comunicações socioculturais que demarcam uma semelhança étnico-cultural entre esses povos nas margens do rio Uruguai.

O recorte estudado, pela sua localização estratégica no curso médio do rio Uruguai, assim como pela sua grande extensão de áreas para a criação de gado, despertou diversos interesses pelo atual território. Cabe destacar que as iniciativas de apropriação socioterritorial regional contribuíram para a produção e transformação dos espaços sociais fronteiriços que, em diversas ações, propiciaram a segregação socioespacial das comunidades nativas.

Figura 1 – Cidades Gêmeas de São Borja-Brasil/ Santo Tomé-Argentina.



Fonte: Nola Gamalho in PINTO, Muriel (2015).

Entre esses momentos, destacam-se: a instalação das Reduções Jesuítico-Indígenas; o final das Missões e a constituição dos processos de colonização dos países Ibéricos; a consolidação da estância como espaço socioeconômico; a construção de obras de infraestrutura nas margens do rio Uruguai. Com esses novos processos colonizadores, muitas comunidades primitivas foram segregadas pelo empoderamento das áreas centrais e da divisão fundiária em grandes propriedades rurais.

O espaço social missioneiro no entorno de São Borja-RS caracteriza-se, portanto, pela reprodução social e cultural de elementos identitários vinculados ao período reducional, assim como está enraizado na constituição dos marcadores vivenciais ribeirinhos, estancieiros e políticos ideológicos (PINTO, 2015).

As comunidades ribeirinhas locais, desde as missões até a atualidade, possuem relações de parentescos com as comunidades de Santo Tomé, e as trocas sociais entre elas possibilitaram a constituição de uma territorialidade vivencial e de uma identidade ribeirinha nas margens do rio Uruguai.

Segundo Pinto (2015), por mais que venha sofrendo constantemente com alteridades impostas por relações de for-

ça política, ideológica e econômica, advindas das centralidades estancieiras, a identidade missioneira ainda mantém práticas tradicionais enraizadas nas vivências nativas.

Por meio da análise das representações sociais e da redes territoriais regionais, Pinto (2015) destaca que a reprodução contemporânea dos sentidos do mundo social missioneiro se utilizam das materializações culturais como artifícios de transcendência espiritual e cultural.

Esse espaço possui, portanto, relação direta com os comportamentos sociais, assim como com as técnicas produtivas (FERNANDEZ, 1992; SOUZA, 2013). A produção do espaço social o torna vivido, móvel, envolvendo câmbios culturais, e possibilita a constituição das diferenças sociais, o que vem ao encontro das palavras de Frémont (1980), que descreve o espaço vivido como movimento.

Bonemaïson (2012) reafirma que a produção do espaço social está vinculada ao comportamento social. Esse processo pode, nesse sentido, ser refletido na implementação de novos processos de transformação socioespacial.

Os processos de produção do espaço social envolvem, portanto, enquadramentos sociais, a partir da constituição de estatutos sociais, os quais contribuem para a constituição das alteridades sociais (BONEMAISON, 2012).

Antes de partirmos para discussão sobre as comunidades ribeirinhas fronteiriças, torna-se necessária a reflexão sobre os conceitos de comunidades tradicionais. Para Brandão e Leal (2012), a comunidade tradicional pode ser pensada como um coletivo de vivência que se instituiu após as comunidades primitivas. Os autores defendem a pluralização dos estudos dessas comunidades pela diferenciação de cada formação social que tenha algo em comum, como a comunidade indígena e urbana (BRANDÃO; LEAL, 2012).

Brandão e Leal (2012, p. 83) destacam que o que “qualifica uma comunidade tradicional é o fato que ela se tornou legítima através de um trabalho coletivo de socialização da natureza”. As comunidades tradicionais habitam um espaço natural transformado em lugar social: “são aqueles que se reconhecem e identificam como herdeiros legítimos, através de relações contínuas de parentesco e descendência, de ancestrais fundadores de um lugar”.

No que se refere às relações sociais fronteiriças, Pinto (2015) observa que as comunidades apresentam sociabilidades de compadrios, de vizinhança e de parentesco, que são a base das comunidades que se formaram na região. Na fronteira, observam-se diversas famílias que possuem o mesmo sobrenome.

Figura 2 – Comunidades nativas de Santo Tomé em 1913.



Fonte: Jornal Opinión de 03/08/1913.

As comunidades que vivem nas imediações do rio Uruguai assemelham-se nos modos de vida, pois se caracterizam por vivências humildes, comunitárias, identificação com a natureza, assim como possuem um perfil étnico de descendentes indígenas.

Após análise de imagens de jornais e de fotos contemporâneas, constata-se que o perfil étnico das comunidades periféricas da fronteira indica que muitos habitantes dessa região são de descendência indígena. Esses grupos foram retirados das áreas centrais em virtude da entrada de colonizadores na região, que acabaram se apossando das antigas áreas urbanas das reduções.

A imagem da Figura 2 retrata um grupo de mulheres de Santo Tomé, que apresentam um perfil étnico indígena. Cabe destacar que essas fisionomias são bastante comuns nessa fronteira. Conforme algumas narrativas emitidas em São Borja, esses descendentes vêm sendo chamados de bugres.

Atualmente, ao analisar-se como estão constituídas essas fronteiras sociais no recorte estudado, destaca-se que as áreas de periferia dessa região possuem modos de vida próprios, onde se observam diversos espaços populares, o que possibilita pensar

a relação dessas comunidades com os processos de segregação social, impostos após o final das missões (PINTO, 2015).

Neste estudo, procurou-se centrar as discussões desses espaços segregados a partir das comunidades ribeirinhas da fronteira, as quais apresentam características sociais que permitem pensá-las como sendo comunidades tradicionais. Um fator de destaque, no que toca aos modos de vida dessas comunidades, são suas relações coletivas de socialização do rio Uruguai. Atualmente, essas comunidades estão geograficamente localizadas no bairro do Passo de São Borja.

A pesca é uma prática social que constantemente é visualizada nessa região. Muitos moradores desse bairro são membros da Colônia de pescadores (Z21) e da Associação dos Pescadores. Essas instituições caracterizam-se como movimentos sociais que vêm atuando em defesa da cultura da pesca e da identidade ribeirinha fronteiriça.

Como se percebe, a produção pesqueira regional vem sendo realizada através de processos solidários de produção. Com base nas conversas com moradores locais, observa-se uma preocupação popular com a recuperação e preservação da biodiversidade no rio, assim como com as consequências que serão geradas pela construção da Usina Hidrelétrica Garabi-Panamby. Esse engajamento popular na preservação do rio permite pensar a atividade da pesca como uma prática social sustentável.

A pesca nessa região apresenta práticas produtivas e sociais que se identificam com uma pesca artesanal, destacando-se, entre suas principais características, a utilização da pesca manual em pequena escala.

Esse conhecimento ecológico tradicional das comunidades ribeirinhas contribui para relações de pertencimento destas para com seus espaços sociais. Fernandez (1992) destaca que a natureza desperta no homem sentimentos de imensidade (o homem tende a metamorfosear em sentimentos e em sonhos as imagens que a natureza origina). Esse pensamento de Fernandez (1992) está adequado à realidade pesqueira da região, uma vez que foram emitidas narrativas de pertencimento dos pescadores ao rio, assim como relações topofílicas deles para com a biodiversidade ribeirinha.

Figura 3 – Pescador no rio Uruguai



Fonte: PINTO, Muriel (2013)

As comunidades ribeirinhas possuem práticas sociais informais que se voltam para a subsistência, assim como apresentam modos de vida humildes. Suas residências são casas de madeira, que representam sua forma rudimentar de vida. A Figura 3 nos mostra um dos pescadores artesanais no rio Uruguai em Santo Tomé.

Como exemplo dessas práticas, destaca-se a coleta, a pesca, a espiritualidade, as crenças, a religiosidade, a coletividade, a agricultura urbana, o transporte via bicicleta, cavalo e carroça, entre outros. A criação de animais, como galinhas, cavalos, porcos, assim como o cultivo de produtos alimentares, são práticas produtivas que remetem a uma agropecuária urbana na fronteira.

Pela análise das práticas sociais dessas comunidades tradicionais, foram levantados costumes, saberes e modos de vida relacionados às crenças, às formas de produção no trabalho, às relações com o meio natural, aos tipos de convivência, entre outros.

As expressões artísticas ribeirinhas são fatores que expõem as representações sociais do bairro, pois se observa a produção de arte nos elementos culturais vinculados ao rio, como o artesanato de escama de peixe e a construção de réplicas de madeiras que simbolizam as balsas.

A realização de festividades artístico-culturais nessa região ribeirinha é um fator que merece destaque, a exemplo da Festa do Peixe, do Festival de Musica de Carnaval Apparício Silva

Rillo, Festival Barranca, Festival Ronda de São Pedro (São Borja) e Festival do Folclore Correntino, em Santo Tomé.

Nos últimos anos, vem sendo realizada a festa do Peixe de São Borja. Essa festividade apresenta diversos atrativos que estão relacionados à cultura da pesca na cidade, como: jantar à base de peixe; corrida de chalana no rio; elaboração de chalana; pesca na barranca; passeios de chalana; concurso de causos de pescador; entre outros. Tal evento está na sua quinta edição e, até então, não havia um evento que pudesse representar as diversas práticas e os modos de vida das comunidades ribeirinhas e pescadoras. A realização dessas atividades geralmente ocorre no cais do porto e nas margens do rio Uruguai.

Portanto, os contatos da comunidade com o rio se dá em várias situações, como: na prática da pesca; nas crenças profano-religiosas; nos passeios de barco, para a apreciação do pôr-do-sol; nas festividades artísticas, entre outras. Esses contatos com o rio despertam relações topofílicas da comunidade perante esse corpo d'água. Em diversos discursos, foram emitidas narrativas de pertencimento ao rio: o rio como um espaço de espiritualidade, espaço sagrado, espaço místico.

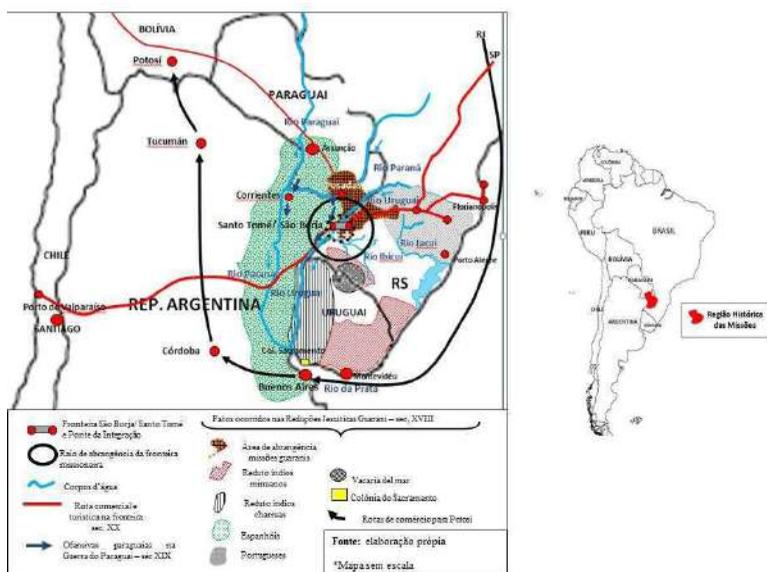
Ao observar-se o cotidiano das comunidades ribeirinhas de São Borja, foram levantadas práticas sociais, costumes e festividades identificadas com a cultura gaúcha. Na região ribeirinha de São Borja, também foram identificados diversas práticas sociais, ritualidades, saberes e crenças, enraizados nos espaços sociais. Essa exposição torna-se interessante para este momento, pois, conforme caminha esta pesquisa, sustenta-se que muitas crenças e manifestações profano-religiosas podem ter relação com os processos de evangelização e reconhecimento espiritual advindos do período reducional.

Durante o estudo, foram identificadas as seguintes procissões: São João Batista; Nossa Senhora de Navegantes; São Francisco de Borja (São Borja); Procissão de Imaculada Concepción de Itati e *Gauchito* Gil (Santo Tomé). Em relação aos oratórios, foram levantados diversos lugares de exaltação a santos e mitos, como os diversos santuários a *Gauchito* Gil, em Santo Tomé, assim como a Nossa Senhora dos Navegantes, no bairro do Passo de São Borja.

Nessa região ribeirinha percebem-se diversos espaços sagrados, entre os quais se destacam: Igreja Imaculada Conceição; Santuário de Nossa Senhora de Navegantes; Santuário de Iemanjá; Igreja Matriz de São Francisco de Borja; Fonte Missioneira de São João Batista (São Borja); Igreja Central e santuários de Gaucho Gil e Nossa Senhora de Itatí (Santo Tomé); cemitérios locais, além do rio Uruguai.

A localização estratégica da atual região missioneira, em territórios das antigas Reduções Jesuítico-Guaranis, e entre a mesopotâmia do Rio Paraguai, Paraná e Uruguai, contribuiu para despertar diversos interesses internacionais na região durante os últimos séculos. Durante os séculos XVI e XVII, foram fundadas pela Coroa Espanhola, através da Companhia de Jesus, trinta povoados Jesuítico-Guarani, nas proximidades da Bacia do Prata.

Figura 4 – Mapa das relações geoestratégicas da fronteira missioneira Santo Tomé - São Borja entre os séculos XVIII e XX.



Fonte: Elaboração de Muriel Pinto

Direito à integração cultural e educacional fronteiriça: o caso do comitê de integração fronteiriça São Borja-Bra / Santo Tomé-Arg.

Os dados revelam uma inegável interação entre os povos de São Borja (Rio Grande do Sul) e de Santo Tomé (Corrientes). Entende-se que esses dados, colhidos no projeto analisado, podem servir de subsídio, também, para a ampliação da abrangência da preservação do patrimônio cultural missioneiro, em uma perspectiva binacional, que valorize a zona de fronteira, aqui entendida como “o espaço geopolítico construído pelas interações locais e regionais” (FURTADO, 2013, p. 45). A riqueza das influências mútuas, dos cruzamentos históricos, políticos e sociais que marcam o patrimônio dessa “zona” pode ser palco para o desenvolvimento, inclusive no que tange ao turismo, como pontuam Steiman e Machado (2002, p. 11), com apoio em Miossec:

A interpenetração de culturas que lhes é peculiar, com seu bilingüismo e costumes próprios, é em muitos países explorada para a indústria do turismo. Levando-se em consideração que a maior parte dos turistas são habitantes de grandes cidades, o isolamento das regiões de fronteira permite paisagens mais preservadas que podem funcionar como um atrativo importante, especialmente se ela estiver próxima a áreas densamente povoadas (MIOSSEC apud PRADEAU, 1994).

Imprescindível que se registre que a proteção do patrimônio cultural brasileiro constitui mandamento insculpido na Constituição Federal de 1988, cujo artigo 216 se entende relevante trazer à colação:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras,

objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. § 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: [...] Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. [...]

A República Argentina também reconhece a importância da preservação tanto do patrimônio natural quanto do cultural, como se verifica em seu artigo 41:

Artículo 41o.- Todos los habitantes gozan del derecho a un ambiente sano, equilibrado, apto para el desarrollo humano y para que las actividades productivas satisfagan las necesidades presentes sin comprometer las de las generaciones futuras, y tienen el deber de preservarlo. El daño ambiental generara prioritariamente la obligacion de recomponer, segun lo establezca la ley.

Las autoridades proveeran a la proteccion de este derecho, a la utilizacion racional de los recursos naturales, a La preservacion del patrimonio natural y cultural y de La diversidad biologica, y a la informacion y educacion ambientales. Corresponde a la Nacion dictar las normas que contengan los presupuestos minimos de proteccion, y a las provincias, las necesarias para complementarlas, sin que aquellas alteren las jurisdicciones locales [...].

Embora não haja menção expressa à cooperação transfronteiriça em relação ao patrimônio cultural, ambas as Cartas Constitucionais deixam clara a relevância contida em tais bens, bem como atribuem aos entes federados competência comum para preservá-los.

A percepção aqui adotada acerca da mencionada cooperação caminha no sentido destacado por Emily Lange da Silva, que a concebe ancorada em distintas motivações:

[...] baseia-se primeiro na prossecução de interesses e objetivos comuns entre os parceiros envolvidos, nomeadamente a troca de informação e experiência, a projeção regional, a divulgação, proteção e promoção de determinado valor ambiental, arquitetónico, patrimonial, etc.; mas também a resolução de problemas que afetem os territórios envolvidos, como seria o caso da poluição fluvial de um rio transfronteiriço, por exemplo; ou a própria prevenção de conflitos futuros; procurando sempre, de alguma forma, um maior desenvolvimento destes territórios.

No entanto, a cooperação transfronteiriça não se destina apenas a trabalhar divergências regionais, e ajudar áreas desfavorecidas, mas numa continuação desse próprio esforço, melhorar a vantagem comparativa econômica [...].

É nessa esteira que cumprem seu papel os acordos multi ou bilaterais. Tal entendimento vai ao encontro da conjuntura atual vivenciada pelas cidades gêmeas de São Borja e Santo Tomé. Com efeito, no início de 2016, restou promulgado o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Puerto

Iguazú, em 30 de novembro de 2005. Os dois municípios citados figuram entre os apontados como vinculados, e, a partir do Decreto n. 8.636, de 13 de janeiro de 2016, possuem condições de estreitar sua integração.

O Decreto supracitado apresenta como fundamento os objetivos de facilitar a convivência das localidades fronteiriças vinculadas e impulsionar sua integração por meio de um tratamento diferenciado à população em matéria econômica, de trânsito, de regime trabalhista e de acesso aos serviços públicos e de educação. Também salienta que a fluidez e a harmonia do relacionamento entre tais comunidades constituem um dos aspectos mais relevantes e emblemáticos do processo de integração bilateral, bem como que a história desse relacionamento precede ao próprio processo de integração, devendo as autoridades da Argentina e do Brasil proceder ao seu aprofundamento e dinamização (BRASIL, 2016).

Para atingir os mencionados desideratos, o Acordo Bilateral, agora em vigor no Brasil, prevê cooperação em distintas áreas, incluindo a educativa, como se infere do seu artigo VII:

2. As Partes promoverão a cooperação em matéria educativa entre as localidades fronteiriças vinculadas, incluindo intercâmbio de docentes, alunos e materiais educativos. O ensino das matérias de História e Geografia será realizado com uma perspectiva regional e integradora. Ao ensinar Geografia se procurará enfatizar os aspectos comuns, ao invés dos limites políticos e administrativos. No ensino de História se buscará ressaltar os fatos positivos que historicamente uniram os povos através das fronteiras, promovendo nos alunos uma visão de vizinho como parte de uma mesma comunidade.

Tal integração, além de conhecido e estudado, é objeto de exploração em termos econômicos, promovendo o desenvolvimento regional, como sugerido alhures, com o turismo, por exemplo. Nessa senda, também vale mencionar a determinação, constante no artigo VIII, de que as partes “promoverão em acordo a elaboração e execução de um ‘Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto’ nas localidades fronteiriças vinculadas onde seja

possível ou conveniente”, o qual terá como um de seus objetivos “o fortalecimento de sua imagem e de sua identidade cultural comum” (art. VIII, 2, d).

Inegável que São Borja e Santo Tomé possuem entrelaçamentos histórico-culturais que permitem atribuir a tais localidades uma identidade cultural comum, não obstante, por certo, as diferenças também existentes.

Nessa perspectiva, entende-se que os dados levantados por meio do convênio IAPH-IPHAN constituem sólido subsídio para se pensar em uma política pública que integre o que fora inventariado em solo brasileiro com elementos presentes do outro lado da “fronteira”, mas que pertencem à mesma “zona” em termos culturais.

Não se pode manter postura ingênua no sentido de que tal política seria de fácil implementação, posto que esbarra em aspectos administrativos, jurídicos e burocráticos. Todavia, o suporte dos Estados, por meio do acordo bilateral, poderia alavancar a superação do problema destacado por Steiman e Machado, com supedâneo no pensamento de Pradeau:

A morosidade de atuação na escala local pode ser explicada também pela impossibilidade jurídica *a priori* do que constitui uma zona/região de fronteira. É necessária coerência para que não sejam atropeladas as funções legais e de controle, junto com a função fiscal que se pretende amenizar ou eliminar. Mas essa coerência é tida como burocrática, sem agilidade nem flexibilidade para resolver os problemas cotidianos de comunidades com frequência artificialmente repartidas (Pradeau, 1994).

Os municípios fronteiriços mencionados possuem instâncias comuns que buscam a integração há décadas. Podem ser citadas a Associação de Produtores e Empresários de São Borja e Santo Tomé (APESS), pessoa jurídica fundada em 9 de outubro de 1986, congregando várias organizações dos dois municípios fronteiriços, e a Câmara Binacional São Borja-Santo Tomé, formada por representantes dos poderes legislativos de ambos os municípios, composta por vereadores da Câmara Municipal de São Borja e *concejales* do *Honorable Concejo Deliberante de Santo*

Tomé, os quais buscam discutir e deliberar sobre questões de interesse comum às cidades gêmeas.

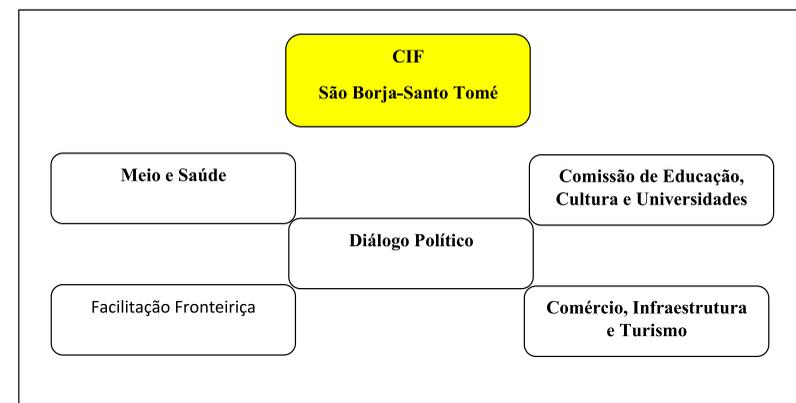
Mais recentemente, em atenção ao Decreto n. 8.636/2016, os municípios instituíram o Comitê de Fronteira de Localidades Fronteiriças Vinculadas, órgão que promove eventos para discutir a implementação do acordo promulgado pelo citado Decreto. Talvez esse seja o instrumento institucional apto a promover, dentre outras atividades, a tão almejada integração em relação ao patrimônio cultural.

Comitê de integração fronteiriça de São Borja-Brasil / Santo Tomé - Argentina (CIF)

Conforme o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, os Comitês de Fronteira compreendem comissões temáticas que, reunidas, estabelecem metas a serem alcançadas e desafios a serem superados, com vistas à melhor qualidade de vida e prosperidade das populações das cidades irmãs.

As cidades gêmeas em estudo tiveram, no ano de 2018, chancelados pelos Governos brasileiro e argentino, a oportunidade de implementar o Comitê de Integração fronteiriça São Borja-brasil e Santo Tomé-ARG (CIF). Em 14 de junho de 2018, se instala o 1º CIF de São Borja e Santo Tomé. O devido evento ocorreu no formato de curso, na sede do Centro nativista Boitaitá. Como organizadores centrais do evento, estiveram à frente o Consulado Argentino de Uruguaiana, a Prefeitura de São Borja-Brasil e a Universidade Federal do Pampa. O comitê foi organizado em cinco grandes comissões:

Figura 5 – Composição das Comissões do CIF de São Borja-Brasil/ Santo Tomé-ARG.



Fonte: PINTO, Muriel (2019).

Como se observa na Figura 5, o CIF de São Borja e Santo Tomé está constituído, nesse primeiro momento, em cinco comissões:

- Comissão de Educação, Cultura e Universidades;
- Comissão de Comércio, Infraestrutura e Turismo;
- Comissão de Meio Ambiente e Saúde;
- Comissão de Facilitação Fronteiriça;
- Comissão de Diálogo Político

Destaca-se que as comissões têm autonomia para realizar reuniões técnicas de trabalho, assim como realizarem ações diplomáticas e eventos. Conforme proposto pelas Chancelarias, cada ano cabe a um país coordenar as atividades. No ano de 2018, coube ao Consulado Argentino organizar as ações no lado brasileiro; já em 2019, cabe ao Consulado brasileiro organizar as ações no lado de Santo Tomé.

A sistemática de trabalho do 1º Comitê de São Borja-BRA/ Santo Tomé-ARG foi organizada em quatro momentos: credenciamento dos participantes; momento de fala das autoridades; reuniões técnicas de trabalhos entre as Comissões; fala das Comissões e fechamento das Atas.

Com base nas atas, se formalizaram as prioridades que cada comissão está solicitando para os governos nacionais e sub-nacionais.

Nos comitês de integração fronteiriça, algumas comissões têm mais participação que outras, conforme palavras do Consul Brasileiro Sérgio Tamm, no 1º CIF de São Borja-Santo Tomé: “os comitês só têm vida se as comissões forem ativas”. No caso do CIF em estudo, observa-se que a Comissão de Educação, Cultura e Universidades vem tendo uma participação decisiva para o Comitê em estudo, pois ela vem mantendo reuniões técnicas de trabalho mensais, além de articulações políticas e diplomáticas.

A devida comissão de Educação, Cultura e Universidades vem tendo uma dinâmica participativa interessante, considerando que, nestes últimos anos, as cidades gêmeas de São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina se consagraram como polos Universitários na região fronteiriça e missioneira.

Quadro 1 – Censo de estudantes matriculados nas Instituições Superiores, Técnicas e formação de Professorado das cidades Gêmeas de São Borja-Brasil/Santo Tomé-Argentina

Instituições	Nº. de Matrículas (2019)
Instituto de Formación Docente. Jorge L. Borges (Santo Tomé)	950
Anhanguera - EAD (São Borja)	480
Unintter - EAD (São Borja)	400
Unipampa (São Borja)	1990
Fundación Bachelo (Santo Tomé)	3000
Unne (Santo Tomé)	279
UERGS (São Borja)	122
IFfar – São Borja	1030
Senac	900
Total	9.151

Fonte: Muriel Pinto e André Iser Siqueira (2019), com base em dados repassados pelas Instituições

Nos últimos vinte anos, com a institucionalização de Instituições Públicas Superiores, Técnicas e de formação de professorado, além de Universidades privadas, constata-se o aumento gradativo de cursos de Graduação, Pós-Graduação, Técnicos e Licenciaturas, fator este que vem contribuindo para o grande número de estudantes matriculados nas cidades gêmeas.

Nesta pesquisa, foi realizado um censo dos estudantes matriculados nas Instituições Superiores, Técnicas e de formação de Professorado das cidades Gêmeas de São Borja-Brasil/Santo Tomé-Argentina. Conforme o Quadro 1, foram identificadas oito instituições de ensino na coleta: seis Universidades, um Instituto Federal de Educação no Brasil e um Instituto para formação de Professores em Santo Tomé.

Os cursos que estão na região se aproximam e formam os acadêmicos para as seguintes áreas: Ciências Sociais; Ciências Sociais Aplicadas (Comunicação Social e Serviço Social); Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Políticas Públicas; Ciência Política; Educação e formação de professores; Estudos culturais; Gestão Ambiental; Turismo, Lazer e Gastronomia; Sistemas de Informações; Indústria Criativa; Direito, estudos de fronteira, entre outros.

Conforme os dados expostos no Quadro 1, observa-se que, no início de 2019, as cidades vinculadas de São Borja e Santo Tomé possuem 8.251 estudantes matriculados nas principais instituições da região. Com esse cenário, a Comissão de Educação, Cultura e Universidades torna-se uma instância de governança estratégica para as questões educacionais e culturais dessas cidades gêmeas, pois os desafios são grandes, no que diz respeito às governanças educacional, onde todo o sistema educacional já é público, desde a educação infantil até a Pós-Graduação *Scriptu Sensu*.

Figura 6 – Mosaico de ações da Comissão de Educação, Cultura e Universidades do CIF de São Borja-Brasil/ Santo Tomé-Argentina;





Fontes: Muriel Pinto; Consulado Argentino.

Principais ações da Comissão:

- 1ª Reunião Técnica de Trabalho da Comissão de Educação, Cultura e Universidades;
- Visitas diplomáticas aos Consulados Brasileiro e Argentino na região;
- Início de Curso Binacional de Especialização;
- Secretaria de Assuntos Universitários na Municipalidade de Santo Tomé;
- Reuniões de trabalho com deputados da Província de Corrientes-Arg;
- Proposição da Comissão da criação da Secretaria de Educação Superior e Universitária Santo Tomé, que está ativa atualmente;
- Realização de pesquisa sobre as políticas educacionais transfronteiriças entre São Borja-Santo Tomé;
- Organização de eventos e palestras entre as instituições;
- Proposições de soluções de problemáticas educacionais constantes da primeira ata da Comissão de Educação, Cultura e Universidades do 1º CIF de São Borja-Santo Tomé: que se respeitem as remunerações (pisos salariais dos professores fronteiriços), Escolas interculturais Bilingue; necessidade de formar professores para as línguas portuguesa, espanhola e Guaraní, aproveitando a diversidade linguística da região; solicitação aos Governos municipais a destinação de recursos para publicações de livros didáticos e materiais pedagógicos que investiguem sobre a História, Geografia, Artes e Literatura, das Cidades de Santo Tomé e São Borja.

Como se observa, o Comitê de Integração Fronteiriça (CIF) em estudo traz para a discussão como que processos de governança participativos e com múltiplos atores trazem uma diversidade de olhares e ideias para os problemas públicos, ainda mais em espaços que estão em periferias espaciais, distantes dos grandes centros decisórios. Nessa perspectiva, o comitê de fronteira de São Borja e Santo Tomé vem contribuindo para uma gestão pública e territorial das cidades gêmeas, pois por muitas vezes várias temáticas, problemáticas e soluções públicas são encaminhadas para os consulados e governos nacionais, assim como as demandas também alcançam outras escalas governamentais, como as estaduais (provinciais), municipais, e internacionais, assim como a iniciativa privada.

Torna-se prudente ressaltar que muitas discussões dos Comitê de Integração entre Brasil e Argentina estão amparados legalmente no Decreto 8.636, que trata das cidades vinculadas desses países. Esse decreto traz o direito ao trabalho, educação e saúde, como prioridades para os processos de integração, e faz valer a obrigatoriedade do ensino de História e Geografia da fronteira para os fronteiriços.

Considerações finais

O texto proposto problematizou como as políticas e as cooperações internacionais vêm contribuindo com a governança cultural e educacional das cidades gêmeas de São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina. A escolha das ações para análise do 1º CIF se deu em virtude de essas ações terem sido um projeto que possui como escopo a cidadania participativa nos processos decisórios, além de ser uma ação que vem contribuindo para recomendações, pareceres, estudos técnicos, laudos e até mesmo a criação de leis.

A análise dos dados e documentos públicos permitiu alcançar a importância da constituição de um pólo educacional na região, pois essas instituições, além de contribuir na formação acadêmica, preparando profissionais para colaborar com a região, também atuam de forma técnica em assessorias, cursos, formações, organização do Comitê de Integração (CIF), parcerias

nas áreas Educacionais e na Integração Fronteiriça, com as municipalidades e consulados regionais.

A Política Internacional do Comitê de Integração Fronteiriça (CIF) é um organismo reconhecido pelos governos nacionais brasileiro e argentino que se volta para a integração binacional. Historicamente, as cidades de São Borja e Santo Tomé foram constituídas uma com amparo da outra, desde o período reducional. Foi com a consolidação dos Estados Nacionais que elas tiveram um maior distanciamento. O CIF regional apresenta-se como instrumento novo nos processos de planejamento e gestão públicos, que se caracteriza pela complexidade de suas escalas de poder e diplomacias, como a binacional, municipal, regional, estadual, federal e internacional.

Em relação aos atores que vêm participando das ações do CIF de São Borja e Santo Tomé, observa-se uma maior atuação dos argentinos, principalmente nas comissões binacionais, mas, surpreendentemente, no 1º Comitê de Integração Fronteiriça, houve uma expressiva participação de diversos atores das mais variadas instâncias de governo, sociedade organizada, conselhos, instituições educacionais, intendências, atores estes que, como se observa nas atas, apresentaram seus mais variados interesses e agendas propositivas para o desenvolvimento da região.

A comissão de Educação, Cultura e Universidades do CIF vem desenvolvendo diversas ações burocráticas, reuniões técnicas de trabalho, proposição de cursos Binacionais, validação de títulos similares nos dois lados, conforme as últimas recomendações do Mercosul Educacional e Arcu-Sul (Acreditação de Cursos Universitários do Mercosul).

O desempenho dessa comissão e uma análise inicial de convênios, acordos de cooperação, projetos de ensino, pesquisa e extensão das Universidades e Institutos de Educação Fronteiriços, demonstram que a região possui forte rede estratégica de trabalho com essas instituições, contribuindo para uma nova realidade da governança fronteiriça, amparada por Legislações em vigor, como o Decreto 8636 e Lei Federal Argentina 25.623, que tratam das cidades vinculadas do Brasil e da Argentina. Nessa perspectiva, sustenta-se que as relações – até então, por muitas vezes, paradiplomáticas entre os atores fronteiriços – vêm desde

2018, com o Comitê de Integração Fronteiriça, estabelecendo relações diplomáticas com as chancelarias brasileira e argentina.

Conforme o Censo Educacional Regional, percebe-se que as cidades gêmeas possuem mais de 9 mil estudantes universitários, muitos deles moram de um lado e estudam do outro lado da fronteira, necessitando de políticas educacionais e de integração que pensem nessas comunidades Universitárias. Como exemplo concreto desse processo de governança, destaca-se a implantação da Secretaria Municipal de Assuntos Universitários na Municipalidade de Santo Tomé, uma demanda gerada pelo Comitê, perante essa nova realidade Educacional Regional Fronteiriça.

No entanto, ainda se observa, de modo geral, uma resistência dos gestores regionais em virtude dos processos descentralizados de poder e gestão, como são as governanças públicas, que envolvem construção de conhecimento e redes colaborativas de trabalho. De fato, essas políticas ainda necessitam de articulação e desenvolvimento científico e técnico, para fazer frente à complexidade de uma região fronteiriça em pleno desenvolvimento educacional.

Para finalizar, cabe a reflexão sobre os modelos de desenvolvimento e planejamento de organismos internacionais, os quais, embora muitas vezes cristalizados e padronizados, em muitos pontos podem ser considerados, pois contribuem para novas metodologias de olhares para as realidades regionais. As metodologias de análise das paisagens culturais e as tramas políticas e diplomáticas do Comitê de Integração Fronteiriça instigam novos olhares e possibilidades para esses espaços vividos do Prata. Precisamos entender que a Fronteira é um espaço dinâmico, de troca de experiências educacionais, culturais, internacionais, de relações familiares entre pessoas de países diferentes, onde a interação deve ocorrer constantemente, fazendo da fronteira um espaço de abertura e integração.

Referências

ARGENTINA. Constituição Nacional Argentina. Buenos Aires. Disponível em: <<https://www.casarsada.gob.ar/images/stories/constitucion-nacional-argentina.pdf>> Acesso em 28 de Fevereiro de 2019.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. En *Geografia Cultural: uma antologia*. CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. (Eds.). v.1. Rio de Janeiro: EUERJ, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. *Revista da Anpege*, v.8, n.9, 2012. <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/205>

BAUDELLE, Guy et alii. Développement territorial: finalités et spécificités. In: *Le développement territorial en Europe*. Concepts, enjeux et débats. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p.13-27, 2011.

BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL, 2016. Decreto 8.636 de 13 de janeiro de 2016. Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005. *Diário Oficial* da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de janeiro de 2016.

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA SÃO BORJA-SANTO TOMÉ, 2018. Ata da Comissão de Educação, Cultura e Universidades. São Borja, Brasil. 2018.

FERNANDES, Antônio Teixeira. Espaços social e suas representações. *Revista da Faculdade de Letras Sociologia*. Porto: Universidade do Porto, v.2, 1992. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6661.pdf>

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL BRASILEIRO. Portaria 125 de 21 de março de 2014 que Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Brasília, 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. 2018. Comitês de Integração fronteiriça. Brasília. URL http://pasodeloslibres.itamaraty.gov.br/pt-br/comite_de_integracao_frenteirica.xml>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

PINTO, Muriel. *A identidade socioterritorial missioneira da cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções Jesuítico-Guarani*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. URL <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131160/000980214.pdf?sequence=1>

PINTO, Muriel. *A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no sul do Brasil*. 2011. 154f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopez. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SILVA, Emily Lange. *A cooperação transfronteiriça como oportunidade de desenvolvimento das regiões de fronteira*. 2015. Da Raia Ibérica à Eurorregião Galiza-Norte de Portugal. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2015.

STEIMAN, R.; MACHADO, L.O. Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica. *Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil*. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ, 2002.

NOGUEIRA, Carmen R.; D. BURKHARD, Daniela. Políticas públicas de Turismo para o desenvolvimento Local/ Regional. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, v.2. n.2, p. 1-32. URL, 2008.http://www.eca.usp.br/turismocultural/Retc04_arquivos/Carmen_Missoes.pdf

VILLEGAS, Mathilde. Evolução e Diagnóstico dos recursos de interesse patrimonial da Região da Missões. In: *Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões*. IPHAN-IAPH-URI (Eds). Santo Ângelo: 2008, p.9. URL <http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file669.pdf>

Política pública de atenção à saúde: contextualizando a rede de atenção à saúde do trabalhador em uma cidade de fronteira

Fernanda Cristina Foss De Zorzi¹
Angela Quintanilha Gomes²

Apresentando o estudo

A saúde é vista como setor estratégico que influencia no desenvolvimento sustentável de regiões, principalmente em fronteiras. Por essa razão, a saúde chamou a atenção dos formuladores de políticas voltadas para integração de regiões fronteiriças, resultando na certeza de que, sem planejamento de saúde nesses locais, as dificuldades de desenvolvimento não poderão ser resolvidas (GADELLA; COSTA, 2007).

Os mesmos autores afirmam que os municípios de fronteira do Brasil têm grande dificuldade de prover a saúde integral de sua população, resultado de insuficiência de recursos humanos, materiais e estruturais, assim como de procedimentos de média e alta complexidade. Outros fatores que dificultam são as distâncias das cidades e dos centros de referência, além da população flutuante nessas áreas de fronteira que diminuem recursos de repasse do SUS, sendo o cidadão fronteiriço o principal prejudicado. Nesse contexto, pode-se utilizar o texto a seguir, o qual abrange também um pouco do Mercado Comum do

-
- 1 Mestre em Políticas Públicas pela Universidade do Pampa/Unipampa São Borja(2018). Este trabalho compõe um dos capítulos da dissertação do referido Mestrado. Doutoranda em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde - Unipampa/Uruguaiiana.
 - 2 Doutora em Ciência Política, orientadora da pesquisadora durante o desenvolvimento do Mestrado.

Sul (MERCOSUL)³ do qual o Brasil é membro, refletindo, assim, nas cidades de fronteira:

A realidade individual, política e econômica dos países do MERCOSUL não representa obstáculo às negociações do bloco. O respeito à soberania e as diversidades existentes nos países é fundamental para que a integração ocorra de forma democrática e bem estruturada, convergindo para a consolidação de uma Ibero-América mais forte e pacífica. A Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Paraguai, ao assinar este acordo, alcançaram um grande avanço na integração da América Latina. Nunca houve um projeto de interconexão tão profundo como o MERCOSUL, que incluiu, posteriormente, a participação de Bolívia, Chile, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela (MENDES et al, 2016, p. 158).

A cidade de São Borja/RS nasceu do desmembramento do município de Rio Pardo, em 1682, passando a ser a Comarca desmembrada com o núcleo habitacional permanente mais antigo do território do Rio Grande do Sul, e conta com uma população de 61.671 habitantes (IBGE, 2010; DATASUS, 2016). O texto complementa: “Limita-se ao Norte com as cidades de Garruchos e Santo Antonio das Missões, ao Sul, faz fronteira com as cidades de Macambará e Itaqui; a Leste com as cidades de Itacurubi e Unistalda e, a Oeste, com a cidade de Santo Tomé na Argentina (divisa demarcada pelo Rio Uruguai)” (PMS, 2014, p 15).

Cidade fronteira com a cidade de Santo Tomé da Argentina, que compõe as cidades gêmeas, amparado pela Portaria 123 de 21 de março de 2014, e o Decreto 8.636 de 13 de março de 2016 que aborda o acordo de cidades vinculadas entre o Brasil e a Argentina. Tal acordo abrange alguns benefícios aos moradores da fronteira dos dois países, como: o comércio, o trabalho, a educação, o Trânsito Fronteiriço Vicinal, a saúde, o desenvolvimento e a infraestrutura. Quanto às cidades gêmeas, é possível considerar que:

3 O MERCOSUL surge como uma variação latino-americana dos processos de globalização e integração regional, servindo como instrumento de modernização e inserção competitiva da região na nova economia mundial, além de garantir e destacar a temática social na agenda deste processo (MENDES et al, 2016, p 157).

Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL, 2014).

O sistema de saúde municipal, ou seja, as ações e serviços de saúde pública dentro do Sistema Único de Saúde - SUS, abordados na lei 8.080/1990, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente (baixa, média e alta complexidade); e a gestão desses serviços também acontece de forma descentralizada, uma vez que no município acontece pela secretaria de saúde. (BRASIL, 1990). O texto abaixo nos diz que:

Conta com um espaço importante de discussão, planejamento, fiscalização, programação, e deliberação orçamentária para que ações de saúde aconteçam, principalmente as ações de saúde voltadas ao trabalhador (a): o Conselho Municipal de Saúde, criado através da lei 8142 de 1990 - órgão deliberativo das ações e investimentos na política de saúde, com constituição paritária, representantes do governo, trabalhadores em saúde, instituições e usuários, atuando no fomento à participação e controle social (ZORZI;PINTO, 2016, p. 2).

Em 2010, é sancionada a portaria 4.279, estabelecendo diretrizes para organização da Rede de Atenção a Saúde (RAS), sendo definida como arranjos organizados de ações de saúde com diferentes tecnologias, com apoio técnico, logístico e de gestão, que buscam garantir a integralidade do cuidado. Possui como objetivo promover integração sistêmica de ações e serviços de saúde com provisão de atenção contínua, integral, de qualidade, responsável e humanizada, bem como incrementar o desempe-

nho do sistema, em termos de acesso, equidade, eficácia clínica e sanitária e eficiência econômica (BRASIL; 2010).

Este estudo é uma pesquisa social (GIL, 2007) que possui como objetivo contextualizar a rede de atenção à saúde do trabalhador em uma cidade de fronteira, demonstrando a realidade social em que está inserido o trabalhador(a) dessa região. Pesquisa descritiva com delineamento estatístico da demonstração de números sociais (renda, acidentes, mortes de trabalhadores) (GIL, 2007; MARCONI; LAKATOS, 2007). No desenvolver do texto, apresentamos capítulos dispostos de forma a demonstrar a descrição da rede de atenção à saúde, o perfil do trabalho no município de fronteira, a realidade dos acidentes do trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul, e, como fechamento, as considerações finais.

A rede atenção à saúde

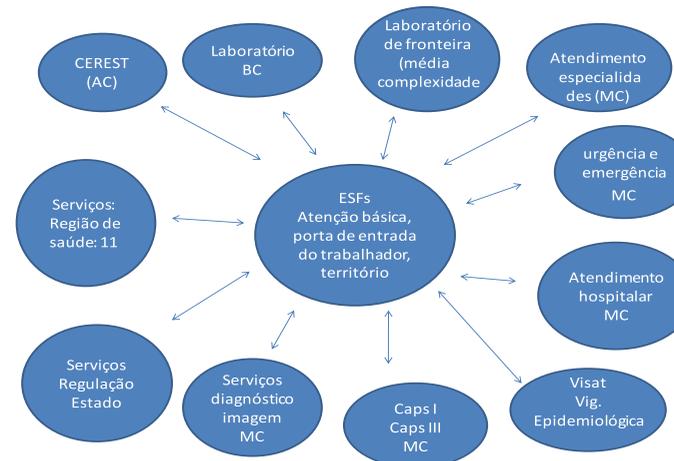
O município desenvolve a gestão plena da saúde desde 2009, que possibilita gerenciar, monitorar, avaliar e auditar todos os recursos vindos para desenvolver ações, programas que garantam a promoção, proteção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, inclusive atenção básica, média complexidade e alta complexidade. Além disso, os repasses dos recursos federais podem ser acompanhados pelo Fundo Nacional da Saúde. Os recursos estaduais repassados ao município são referentes aos programas existentes no município e aos incentivos na área hospitalar (PMS; 2014, p.44).

A rede de atenção à saúde municipal está organizada por meio de estabelecimentos de saúde e equipes de saúde e/ou profissionais prestadores de serviços, os quais estão distribuídos em atenção básica (baixa complexidade), média e alta complexidade

(ações que fogem da resolutividade da porta de entrada), que é a unidade básica de saúde⁴.

Essas redes são caracterizadas por relações horizontais entre pontos de Atenção Primária à Saúde (APS) e as necessidades em saúde de uma população, pela responsabilização na atenção contínua e integral e pelo cuidado multiprofissional. A seguir, figura demonstrando a rede de acesso à saúde do trabalhador:

Figura 1 – Rede de atenção à saúde do trabalhador (Básica e MAC)⁵



Fonte: Elaborado pela autora

- 4 Baixa complexidade ou básica: Estratégia de Saúde da Família, equipes (ESF), (Núcleo de Apoio à Saúde da Família com ênfase na interdisciplinaridade (NASF) e Estratégia Agentes Comunitários (EACs), imunização. Média complexidade: laboratório de fronteira; especializações médicas contratualizadas para serviço de referência e contra-referência; Pronto Atendimento Hospitalar; Serviço de diagnóstico e Imagem (tendo procedimentos de alta complexidade e sendo referência regional para outros municípios); Hospital Geral (média e alta complexidade Centro de Terapia Intensiva (CTI) referência regional através da central de regulação; Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I e CAPS III AD – Fronteira; Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) sendo referência para região; farmácia Básica, (popular e especializada); Centro de Atenção Materno Infantil; Serviço de Atendimento Especializado em doenças transmissíveis (SAE)
- Alta complexidade: Clínica Hemodiálise; CTI; Laboratório de fronteira; Centro de Diagnóstico e Imagem (CDI) (realização de tomografias e de ressonâncias).
- 5 Elaborado pela autora através da observação participante e entendimento do fluxo de atendimento.

Pertinentes às ações de saúde do trabalhador no SUS, foram desenvolvidas no decorrer dos anos diferentes formas de organização e estratégias nos três níveis de gestão. A criação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), em 2002, foi um marco importante, evidenciando o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Os CERESTs foram considerados locais privilegiados de execução, articulação e pactuação de ações de saúde, intra e intersetorial, aumentando a visualização da área de saúde do trabalhador junto aos gestores e no controle social (CEREST, 2010). Serviço de apoio para a atenção à Saúde do Trabalhador e constante em lei, atua de forma regionalizada, e desenvolve seu trabalho por meio da referência de serviços em saúde, educação aos profissionais da área de saúde, assim como suporte e desenvolvimento de pesquisa.

São Borja pertence ao CEREST de Ijuí, na Macrorregião Missioneira, que realiza suas atividades desde janeiro de 2004, com serviço especializado na área de saúde do trabalhador, objetivando principalmente a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Integra 80 municípios, com população aproximada de 890.250 habitantes. Nessa região, a economia é principalmente agrícola (soja, trigo, milho, fumo, feijão, aveia e hortaliça), além de encontrarem-se empresas com atividade metal-mecânica e agronegócio. (CEREST / página Internet). O texto a seguir complementa:

[...] o CEREST Ijuí, localizado na região missioneira e referência para 52 municípios, sendo 03 deles de região de fronteira com a Argentina. São eles: Porto Xavier – San Javier (Argentina), Roque Gonzales – Itacaruaré (Argentina), **São Borja – Santo Tomé (Argentina)**. As atividades ocupacionais de maior representatividade são: agricultura, pecuária, serviço público, comércio varejista, construção civil, marcenaria, transportes, beneficiamento de alimentos e cooperativas (MENDES et al., 2016, p. 165) (grifo nosso).

O CEREST necessita ser entendido como estratégia possível de disseminação de práticas em saúde do trabalhador na rede do SUS, enquanto região de saúde. Representa, no território, um pólo transmissor de cultura especializada na relação processo de pro-

dução – saúde – trabalho – meio ambiente, com função de apoio científico aos profissionais dos serviços da rede SUS, gerando orientação nas práticas de atenção, concretizando-se em práticas conjuntas como: a intervenção especializada, a vigilância e a assistência especializada de maior complexidade) (CEREST). Veja na Figura 2:

Figura 2 – Mapa região CEREST/RS



Fonte: <http://www.cevs.rs.gov.br/informacoes-de-saude-do-trabalhador-no-territorio>

Outra região de participação, planejamento de ações e desenvolvimento da atenção à saúde é a região do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), na cidade de São Borja, cujo espaço situa-se pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento (COMUDE), que se insere no COREDE Fronteira Oeste, na região 6, e que tem a participação de 13 municípios. Esses municípios possuem comprometimento com a regionalização e desenvolvimento das regiões, por meio de investimentos, orçamento e políticas públicas no Estado, com a participação da sociedade (COREDE, 2010).

O município apresentou uma carta com propostas e metas estratégicas de desenvolvimento para o quadriênio 2011 a 2014, no fórum estadual dos COREDES e, estratégias sociais-saúde, e referiu como meta: “Ampliar as políticas de promoção da saúde, através da prevenção, da atenção básica, do atendimento regionaliza-

do à média e alta complexidade e da eficaz resposta em situações emergenciais ou de risco de epidemias” (COREDE, 2010, p. 43).

É possível evidenciar que as questões pertinentes à regionalização da saúde datam da efetuação da Constituição Federal de 1988, e ficam mais abrangentes com a Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), em 2001, e também pela Portaria 399, de 2006. Chamada de Pacto pela Saúde, essa NOAS é composta por três elementos: o pacto pela vida, evidenciando ações direcionadas a grupos de risco, doenças e atenção básica; o pacto em defesa do SUS, constituindo diretrizes e ações; e o pacto de gestão que define: a) diretrizes para a gestão do SUS, trazendo questões como planejamento, organização, descentralização e regionalização; e b: responsabilidade sanitária das instâncias gestoras do SUS.

O Pacto pela saúde (2006), direcionado à gestão, apresenta alguns objetivos da regionalização, entre eles: garantir o acesso, a resolutividade e a qualidade das ações e serviços de saúde, cuja complexidade e contingente populacional transcendam a escala local/municipal; garantir o direito à saúde; reduzir desigualdades sociais e territoriais e promover a equidade; garantir a integralidade na atenção à saúde, ampliando o conceito de cuidado à saúde no processo de reordenamento das ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, com garantia de acesso a todos os níveis de complexidade do sistema; potencializar o processo de descentralização, fortalecendo estados e municípios para exercerem papel de gestores e para que as demandas dos diferentes interesses loco-regional possam ser organizadas e expressadas na região, entre outros.

Quanto às regiões de saúde, a mesma portaria (2006) apresenta as Regiões de Saúde como recortes territoriais inseridos em um espaço geográfico contínuo, identificadas pelos gestores municipais e estaduais, pelas identidades culturais, econômicas e sociais, de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados do território. Essas regiões de saúde organizam a rede de ações e serviços de saúde, a fim de assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais de universalidade do acesso, da equidade e da integralidade do cuidado.

A organização da Região de Saúde deve, ainda, fortalecer o controle social. Nesse sentido, envolve a constituição de uma rede de atenção à saúde regionalizada em uma determinada região, pela pactuação, entre todos os gestores envolvidos, do conjunto de responsabilidades não compartilhadas e das ações complementares. O conjunto de responsabilidades não compartilhadas refere-se à atenção básica e às ações básicas de vigilância em saúde, que deverão ser assumidas em cada município e, quando a suficiência em atenção básica e parte da média complexidade não forem alcançadas, deverá ser considerada no planejamento regional a estratégia para o seu estabelecimento, junto com a definição dos investimentos, quando necessário (BRASIL,2006).

No que se refere à região de fronteira, é estabelecido o seguinte: regiões fronteiriças são formadas pelo municípios limítrofes com países vizinhos. Nesses casos, o Ministério da Saúde deve somar esforços para promover articulação entre os países e órgãos envolvidos, na busca de implementação do sistema de saúde, a fim de organizar a atenção nos municípios fronteiriços, gerenciando e estimulando a formação dessas regiões, bem como participar do Colegiado de Gestão Regional (BRASIL, 2006).

O conceito de território transcende a dimensão de espaço geográfico fixo. Ele está em permanente construção, apresentando características epidemiológicas, demográficas, políticas e sociais dinâmicas, que se traduzem no confronto cotidiano entre as demandas de saúde, expressas pelos atores sociais, e a oferta de serviços. Porém, mesmo esse enfoque ampliado de territorialização tem sido criticado por não contemplar toda a complexidade dos fatores de risco para a saúde, decorrentes de processos produtivos, e as possibilidades de ação. (DIAS et al., 2009) p. 2066.

Quando se refere ao desenvolvimento regional e à cidadania, em território de fronteira, precisamos elencar o entendimento desta quanto aos aspectos de formação, de estrutura física do município, de desenvolvimento social e econômico, e, não menos importante, dos aspectos culturais, que formam as características e as necessidades de seus habitantes.

Apresentando um perfil do trabalho no município de fronteira

É apresentado neste momento um pouco da realidade do binômio trabalho/trabalhador no contexto local e regional, levando em consideração que este deve ser entendido dentro de aspectos demográficos e de desenvolvimento socioeconômico, como disposto nos quadros que seguem:

Quadro 1 – Arranjo Populacional (2010)⁶

Município	População Total	População Urbana	População Rural	População País vizinho	Pessoas que trabalham e estudam
Internacional de São Borja	61.671	90,2%	9,8%	25.824	40.874

Fonte: IBGE cidades: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia_urbana/arranjos_populacionais/tabelas.shtm

A partir desse quadro, vemos que a grande maioria da população está na área urbana, e que, seguindo a referência da pesquisa realizada no ano de 2010, tínhamos mais que o dobro de população do país vizinho, representado pela cidade de Santo Tomé, Argentina. As informações referentes a São Borja são:

Quadro 2 – Perfil São Borja

Característica populacional	Dados
População estimada (2017)	62.808 pessoas
População último censo (2010)	61.671 pessoas
Densidade demográfica (2010)	17,05 hab/km ²

Fonte: IBGE cidades (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>)

O Quadro 2 faz um comparativo entre a população real, constatada no censo do ano de 2010, e a perspectiva da mesma, para o ano de 2017, considerando que não há um crescimento muito elevado, provavelmente devido à saída de pessoas do município em busca de trabalho em outros lugares. No Quadro 3, a seguir, há uma demonstração do trabalho e rendimento.

Quadro 3 – Trabalho e rendimento

Característica	Números
Pessoal ocupado (2015)	10.898
Taxa de População ocupada (2015)	17,3%
Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2015)	2,4 salários mínimos
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de ½ salário (2010)	37%

Fonte: IBGE cidades (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>)

Os dados do Quadro 3 nos dão uma noção da realidade econômica do trabalhador de São Borja, ou seja, de aproximadamente 62.000 habitantes, somente 10.898 são considerados como População Economicamente Ativa - PEA⁷, significando 17,3% destes, e a média salarial fica em torno de 2,4 salários mínimos. Mas o dado de maior expressividade é reconhecer que 37% das pessoas possuem rendimento mensal menor que meio salário. Tal realidade econômica da população, que muitas vezes nem é reconhecida como economicamente ativa, pode expressar uma situação de estar na informalidade. No entanto, considerando a quantidade de empresas cadastradas, temos o seguinte:

Figura 3 – Cadastro Central de empresas (2015)

UNIDADES LOCAIS	1.692	unidades
NÚMERO DE EMPRESAS ATUANTES	1.623	unidades
PESSOAL OCUPADO	10.898	pessoas
PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO	9.119	pessoas
SALÁRIO MÉDIO MENSAL	2,4	salários mínimos
SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES	235.662,00	(x 1000) R\$

Fonte: IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/pesquisa/19/29765?indicador=29764>)

Os dados demonstrados pela Figura 3, relacionados aos da Figura 6, evidenciam que, apesar de tantas unidades de empresas formalizadas, ainda é baixo o total de pessoas ocupadas e

⁷ População Economicamente Ativa (PEA) - É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

⁶ Quadros construídos pela autora

assalariadas no município. No quadro a seguir, é demonstrada a situação socioeconômica, principalmente o índice de Gini⁸:

Quadro 4 – Dados socioeconômicos da cidade São Borja

Características	Números
PIB per capita (2015)	25.602,16 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas (2015)	74,4%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010)	0,736
Total de receitas realizadas (2008)	70.638 R\$ (x1000)
Total das despesas realizadas (2008)	65.063 R\$ (x1000)

Fonte: IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>)

Identificamos aqui, através do índice de Gini = 0,736, a presença da desigualdade social no município de uma forma média a elevada, apesar de o PIB per capita registrar e revelar rendimentos em torno de R\$ 25.602,16, 00 por habitante, o que não reflete a realidade da maioria das pessoas.

Realidade dos acidentes do trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul e em São Borja

Nesse momento, houve uma tentativa de aproximar o contexto do território estudado com os acidentes que acontecem e são notificados na cidade fronteira. Os dados foram buscados no Anuário de Acidentes do Trabalho - AAT, do ano de 2016, elaborado pelo Instituto Nacional da Seguridade Social-INSS, conforme Quadro 5:

Quadro 5 - Quantidade total de acidentes - 2014/2016

Ano	2014	2015	2016
Brasil	712.302	622.379	578.935
Rio Grande do Sul	60.020	52.272	50.373
São Borja	117	137	149

Fonte: Anuário de acidentes do Ministério da Previdência Social, 2016, <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/AEAT-2016.pdf>

8 Usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico Corrado Gini em 1912, onde apresenta dados entre 0 e 1; quanto mais próximo de zero, mais igualdade. Índice de Gini - medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). IBGE.

No Quadro 5, é verificada a situação de trabalho dos trabalhadores, cujos dados revelam mais de meio milhão de pessoas acidentadas entre os anos de 2014, 2015 e 2016, assim como, de forma local, na cidade estudada, aconteceram mais de 100 acidentes em cada ano. Não se especifica o tipo de acidente, ou, mesmo, se é grave e ou fatal (BRASIL, 2016). No Quadro 6, temos outros dados, que são os acidentes registrados, neste caso, contando com maior detalhamento:

Quadro 6 - Quantidade total de acidentes com Comunicação de Acidente de Trabalho- CAT registradas no Brasil - 2014/2016

Ano /Motivo	2014	2015	2016
Acidente típico	430.454	383.663	354.084
Acidente de trajeto	116.230	106.039	108.150
Doença do Trabalho	17.599	13.240	12.502
Total	564.283	502.942	474.736

Fonte: Fonte: Anuário de acidentes do Ministério da Previdência Social, 2016, <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/AEAT-2016.pdf>

No Quadro 6, conseguimos demonstrar a realidade dos tipos de acidentes registrados em CAT. Esse é um direito do trabalhador, pois é um meio pelo qual se informa o Ministério do Trabalho sobre os acidentes que estão acontecendo e onde. Segundo o Ministério da Previdência Social, nesses dados de acidentes registrados com CAT, como também os acidentes registrados no INSS¹, não são contados o reinício do tratamento do trabalhador, ou o afastamento por agravamento de lesão (BRASIL 2015). Dentro desses registros, temos os tipos de acidentes, como observado no texto seguinte:

Acidentes Típicos – são os acidentes decorrentes da característica da atividade profissional desempenhada pelo segurado acidentado. Esse dado somente está disponível para acidentes que foram registrados por meio da CAT; **Acidentes de Trajeto** – são os acidentes ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa. Esse dado somente está disponível para

1 O responsável por emitir a CAT é sempre o empregador, e, para isso, tem 24 horas úteis após o acidente ocorrer. Porém, se o empregador não o fizer, o trabalhador pode preencher, e para isto não há prazo.

acidentes que foram registrados por meio da CAT; **Doença do Trabalho** – são as doenças profissionais, aquelas produzidas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho peculiar a determinado ramo de atividade (BRASIL, 2016).

Foi considerado importante demonstrar dados sobre o estado do Rio Grande do Sul e, principalmente, sobre o município estudado, visto que é necessário perceber a realidade no território do trabalhador. Conforme o Quadro 7:

Quadro 7 - Quantidade total de acidentes com CAT registradas no Rio Grande do Sul - 2014/2016

Ano/Motivo	2014	2015	2016
Acidente típico	36.351	32.732	31.213
Acidente de trajeto	7.248	6.628	6.855
Doença do Trabalho	1.395	1.205	1.086
Total	44.994	40.565	39.154

Fonte: Anuário de acidentes do Ministério da Previdência Social, 2016, <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/AEAT-2016.pdf>

Nesse quadro, verificamos que no Rio Grande do Sul as taxas de acidentes ainda são altas, e que os acidentes diretamente ligados ao ambiente do trabalho, ou melhor, aos processos produtivos, são os mais prevalentes. Em segundo lugar, estão os acidentes de trajeto, ou seja, aqueles relacionados aos deslocamentos do trabalhador de sua residência para o trabalho ou vice-versa. No Quadro 8 verificamos a realidade local:

Quadro 8 - Quantidade total de acidentes com CAT registradas em São Borja - 2014/2016

Ano /Motivo	2014	2015	2016
Acidente típico	83	79	77
Acidente de trajeto	18	17	16
Doença do Trabalho	2	1	0
Total	103	97	93

Fonte: Fonte: Anuário de acidentes do Ministério da Previdência Social, 2016, <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/AEAT-2016.pdf>

A realidade local apresentada no Quadro 8 demonstra que, a cada ano, há uma média de 100 trabalhadores acometidos por

acidentes dentro dos locais de trabalho ou mesmo desenvolvendo um processo produtivo; em segundo lugar, durante seu deslocamento, como descrito anteriormente, e, em último lugar, as doenças ocasionadas pelo ambiente de trabalho. A realidade dos gráficos relacionados aos números apresentados do país, do estado e do município traz o acidente típico em primeiro lugar nos dados.

Nesse contexto, é utilizado o texto de Mendes et al, em seu estudo sobre a saúde do trabalho nas regiões de fronteira do Rio Grande do Sul, que qualificam os números do Quadro 8:

Dentre os segmentos que representam maior risco para a saúde estão: trabalhadores rurais, devido aos agrotóxicos e à exposição solar; trabalhadores da área de saúde, devido à exposição diária às doenças e aos materiais biológicos; e trabalhadores de beneficiamento de alimentos, devido à exposição ao pó produzido durante o processamento dos grãos e ao esforço repetitivo com peso, além dos trabalhadores estivadores, que atuam nos galpões de seleção e limpeza de cebolas. Entre os principais agravos notificados, estão os relacionados aos acidentes de trabalho rural, principalmente os decorrentes do uso de ferramentas manuais (enxada, foice, motosserra). Cabe destacar que, em alguns municípios, os casos de acidentes ou adoecimentos decorrentes do trabalho não passam pela secretaria de saúde porque o trabalhador não chega a procurar a unidade básica de saúde (MENDES et al, 2016, p.165).

Podemos verificar, no quadro a seguir, o número de acidentes ocorridos no país sem registros; os trabalhadores ficaram sem o direito que lhes cabe, pois, muitos desses acidentes são subnotificados. E, por vezes, o trabalhador desconhece o direito de comunicar, ou seja, que ele pode ser o agente da notificação do próprio acidente, caso o empregador, em seu dever legal que lhe cabe, não o fizer. Como demonstrado no Quadro 9:

Quadro 9 - Quantidade total de acidentes sem CAT registradas - 2014/2016

Ano	2014	2015	2016
Brasil	148.019	114.626	104.199
Rio Grande do Sul	15.026	11.707	11.219
São Borja ²	14	14	17

Fonte: Anuário de acidentes do Ministério da Previdência Social, 2016, <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/AEAT-2016.pdf>

Os dados revelam que o número de trabalhadores acidentados sem registro de acidentes, no INSS, é muito alto, mesmo que no ano de 2016 tenha havido uma queda perceptível dessas ocorrências. Essa situação de ausência de registro, possivelmente, leva o trabalhador a arcar com os custos de suas lesões, traumas, danos ou afastamentos do trabalho. Também contribui para outro fator importante: a falta de informação e formação do trabalhador pela empresa, que deveria passar-lhe conhecimento sobre o direito do registro do acidente e ou doença. O texto a seguir demonstra um pouco da realidade:

Nessa nova lógica pós-moderna ou pós-fordista, como queiram, que legitima uma ampla reestruturação produtiva, onde os salários sofrem cada vez mais reduções e a educação emerge como 'salvadora' e principal ferramenta da atualização, o trabalho torna-se cada vez mais precário e seletivo. O Estado vem, mediante uma ideologia neoliberal, retirar e diminuir benefícios e direitos do trabalhador, modificando a relação capital-trabalho; surgem, então, novas relações, como o contrato de trabalho por tempo determinado e várias formas de terceirização, que geram, desse modo, o subemprego e o trabalho informal, novas ameaças ao trabalhador, que antes tinha a garantia de alguns direitos historicamente consolidados (HELOANI, 2004, p.3).

2 Segundo o Anuário de Estatísticas de Acidentes do trabalho, em 2014, São Borja teve um óbito por acidente de trabalho e, em 2016, teve dois óbitos. (BRASIL, 2016, p. 650).

Quadro 10 - Quantidade total de acidentes distribuídos por sexo no Rio Grande do Sul - 2013/2015

Ano/ Sexo	2013	2014	2015
Feminino	21.269	21.875	19.394
Masculino	38.681	38.145	32.636
Total	59.950	60.020	52.030

Fonte: Anuário de acidentes do Ministério da Previdência Social, 2015, <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/aeat15.pdf>

Quando trazemos para a realidade regional (âmbito estadual), apesar de o PNSTT enfatizar a questão da trabalhadora, assustamos com o número dos acidentes que realmente acontecem, ou seja, é notável a diferença nos acidentes segundo o sexo. Cabe aqui destacar que, ao buscar os dados epidemiológicos do trabalho, pelos CEREST, no banco de dados da Secretária Estadual da Saúde, não foram encontrados dados específicos da cidade, pois só há dados referentes a acidentes e doenças da 13ª região de saúde, e São Borja faz parte da 11ª região de saúde.

Considerações finais

O município estudado possui referência para tratamento e reabilitação dos trabalhadores acometidos por doenças ou acidentes, além de poder solicitar suporte para capacitação de suas equipes, mas esse recurso não possui dados que demonstrem a situação do processo saúde/doença dos trabalhadores que atende, falando especificamente da região de São Borja. Nesse contexto, também é abordado o Pacto Pela Saúde de 2006, que abrange a saúde em territórios de fronteira e a necessidade do trabalho contínuo e esforços para organizar os serviços de saúde que se articulem aos municípios vizinhos.

Considerando que São Borja é município de fronteira, e território de abrangência de um dos CEREST do Rio Grande do Sul, o fato de, no momento da pesquisa, este não possui dados sobre doenças e acidentes que acometem ao trabalhador é preocupante. Nesse momento, surge então como relevante a continuidade da pesquisa voltada ao contexto de morbidade e dados desta, relativos ao trabalhador.

Referências

- BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acessado em: jan. 2016.
- BRASIL. Decreto 8636, de 13 de janeiro de 2016. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8636.htm> Acesso em: 27 jul.2016.
- BRASIL. Lei 8080, outubro 1990. **Lei Orgânica da Saúde**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm> Acesso em: jan. 2016.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. *Anuários estatísticos de acidente de trabalho*. Ministério da Fazenda , Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/aeat15.pdf> Acesso em: 10 dez.2017.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. *Anuários estatísticos de acidente de trabalho*. Ministério da Fazenda , Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/AEAT-2016.pdf>> Acessado em: 10 dez.2017.
- BRASIL. Portaria 123, de 21 de março de 2014. Brasília, DF. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. N 56. p. 45. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014&captchafield=firistAccess>> Acesso em: 27 jul.2016.
- CEREST. Centro de Referência à Saúde do Trabalhador Missioneiro. Ijuí. Disponível em: < <http://www.cerestijui.com/publicacao-1346-ocerest.fire> > Acesso em: 27 jul. 2016.
- COREDE. Fronteira Oeste: *Planejamento estratégico (2010-2020)*. 2010. Disponível em: < <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=vfr0AWuoGM4%3D> > Acesso em: 27 jul.2016.
- COREDE. Pró- RS IV: *Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)*. 2010. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=ZLSG7-e8ceE%3D&tabid=5363&mid=7972>> Acesso em: 27 jul.2016.
- DATASUS. M. S *Cadastro nacional de estabelecimentos de saúde por município gestor* , maio/2016. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/atencrs.def> > Acesso em: 20 jul. 2016.
- DATASUS. M.S. *Cadastro nacional de estabelecimentos de saúde região de saúde e município*. maio 2016. Disponível em: < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/atencrs.def> > Acesso em: 20 jul. 2016.
- DIAS, E.; RIGOTTO, R.; AUGUSTO, L.; CANCIO, J.; HOEFEL, M. Saúde ambiental e saúde do trabalhador na atenção primária à saúde, no SUS: oportunidades e desafios. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.14, n.6, dez.2009, p. 2061-2070. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/630/63012431011.pdf>> Acessado em: 10 jul.de 2017.
- GADELLA, C.A.G; COSTA,L. Integração de Fronteira: a saúde no contexto de uma política nacional de desenvolvimento. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, n.23, sup. 2: 5224-5226. 2007. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v23s2/10.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- HELOANI. R. Assédio moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. *RAE-eletrônica*, v.3, n.1, Art.10, jan./jun. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a12>>. Acessado em: 10 dez.2017.
- IBGE. *Histórico do Município de São Borja*. 2010. Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431800&search=||infrgr%E1ficos:-hist%F3rico> > Acesso em: 20 de julho de 2016.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MENDES, J.; WÜNSCH D.; MACHADO, F; GIONCO, C.; MARTINS, J. A saúde do trabalhador na região de fronteira do RS: a experiência do diagnóstico situacional. *Pensamento americano*, v. 9, n.16, 2016. Disponível em: <http://www.coruniamericana.edu.co/publicaciones/ojs/index.php/pensamientoamericano/article/view/344/308> Acessado em: fev. 2018.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretária Estadual da Saúde. *12 Coordenadoria de Saúde*. Santo Ângelo. Disponível em: < [http://www.saude.rs.gov.br/lista/169/12%C2%AA_CRS_\(Santo_%C3%82ngelo\)](http://www.saude.rs.gov.br/lista/169/12%C2%AA_CRS_(Santo_%C3%82ngelo))> Acesso em: 20 jul.2016.
- SÃO BORJA. *Plano municipal de saúde*, Secretaria da Saúde, 2014-2017.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Desenvolvimento de ações de Saúde do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde*: aspectos históricos, conceituais, normativos e diretrizes. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: < http://www.saude.rs.gov.br/upload/1337000708_Desenvolvimento%20de%20A%C3%A7%C3%B5es%20de%20Sa%C3%BAde%20do%20Trabalhador.pdf > Acessado em: 18 jul.2016.
- ZORZI, F. PINTO, M. Sistema de saúde da fronteira (São Borja): organização da atenção à saúde voltada ao trabalhador no contexto fronteiriço. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS- CIÊNCIA POLÍTICA. 2016. *Anais: IV Buscando o Sul*. Unipampa, São Borja, 2016, p.1-15. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BxmEs-b3eg3XAbThXMVhuRjllN28/view> > Acessado em: abr. 2018.

Comunidades temáticas da cidadania no Brasil: uma exploração inicial a partir do scielo (1987-2016)

Augusto Junior Clemente¹

Geovana Stella Vilharquide²

Introdução

Este texto tem como objetivo uma tentativa inicial de mapeamento da produção do conhecimento sobre cidadania no Brasil, no campo das Ciências Sociais (que integra a Ciência Política, a Sociologia e a Antropologia), tendo como foco suas principais comunidades temáticas e agendas de pesquisa. Para tanto, foram tomados como objeto de análise artigos científicos que percebem a cidadania enquanto uma questão de preocupação. O material empírico que compôs o corpus de análise foi coletado na base Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*), que congrega grande parte das revistas especializadas e legitimadas pelo campo acadêmico nacional.

Para montagem do corpus de análise, buscamos artigos que possuíam o termo “cidadania” como uma de suas palavras-chaves ou que estivesse presente nos títulos dos artigos, em periódicos editados no Brasil. O recorte temporal obedeceu à própria disponibilidade de periódicos do Scielo, o que abarcou um montante de 159 artigos, de 1987 a 2016.

Para os propósitos desta investigação, consideramos a presença no Scielo um *proxy* do impacto potencial de um artigo, pois revistas científicas possuem um sistema de controle da produção científica e uma garantia de reconhecimento e originalidade do trabalho dos pesquisadores (MELO, 1999). Logo, periódicos científicos constituem núcleos privilegiados de produção do conhecimento.

1 Professor do curso de Administração Pública, pela Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. Pesquisa sobre Teoria Política, Políticas Públicas e Análise de Redes Sociais. augustoclemente@ufpr.br

2 Graduanda do curso Gestão Ambiental, pela Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. Foi bolsista da Fundação Araucária no Projeto “Recepção e usos conceituais da cidadania: um recorte a partir das Ciências Humanas no Brasil”. gevilharq@gmail.com

A problemática de pesquisa colocada se traduz pelos seguintes questionamentos: quais as principais comunidades temáticas e agendas de pesquisa sobre cidadania nas Ciências Sociais brasileira? Como se organizam as comunidades temáticas que se formam na rede de pesquisadores do campo do apreço? Para responder tais questões, foi realizada uma “radiografia” da produção do conhecimento sobre cidadania, tendo como foco a análise da rede semântica formada pelos títulos dos artigos que compõem o banco de dados.

A Ciência da Informação é a área que mais tem desenvolvido trabalhos nesse campo, como exemplificam Fadigas *et al.* (2009) e Souza (2015), mostrando como os títulos de artigos científicos podem ser usados para mapear a produção do conhecimento. O estudo de mineração de palavras iniciou-se com Zipf (1972), pela contabilização das palavras nos textos. Com o avanço da teoria de análise de redes e da teoria dos grafos, se tornou possível não apenas a verificação frequencial dos termos, mas também a associação entre as palavras (SILVA E SILVA, 2016). Dmitry Paranyushkin (2011) desenvolveu esse método de maneira ímpar, a fim de “evitar qualquer influência subjetiva ou cultural no processo de construção do gráfico [...] revelando as estruturas de sentido do texto em si” (SILVA e SILVA, 2016, p. 135).

O texto está dividido da seguinte forma: inicialmente será apresentada a discussão teórica sobre cidadania, que, longe de se esgotar, traz os principais autores que se debruçam sobre esse tema. Em seguida, informa-se sobre as etapas metodológicas e as técnicas utilizadas, enfatizando a potencialidade da análise de redes para a cientometria. Discutem-se, ainda, os resultados alcançados junto à apresentação das redes temáticas de agendas de pesquisa. Por fim, são apontadas as principais conclusões desta investigação.

Breve revisão da literatura

Como teoria propriamente dita, a cidadania obteve maior repercussão no período pós Segunda Guerra Mundial, pela obra de Marshall (1949), que asseverou que os processos de modernização provocaram a autonomização de normas que se formalizaram em torno de três noções de direitos: Civis, Políticos e Sociais.

O elemento civil é composto por direitos necessários à liberdade individual — liberdade da pessoa, liberdade de fala, de pensamento e fé, o direito de propriedade e de concluir contratos válidos, e o direito à justiça [...] as instituições mais diretamente associadas aos direitos civis são as cortes de justiça. Por direitos políticos eu entendo o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um corpo investido de autoridade política ou como eleitor de membros de tal corpo. As instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos locais de governo. Quanto ao elemento social entendo ser toda uma gama de direitos, desde um modicum de segurança e bem-estar econômico até o direito de compartilhar por completo a herança social e de viver a vida de um ser civilizado conforme os padrões prevaletentes na sociedade. As instituições mais conectadas a ele são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL, 1949, p.8)

Tais conjuntos de normas se institucionalizaram em períodos específicos devido às pressões que advinham de atores distintos: os direitos civis se institucionalizaram no século XVIII, seguidos pelos direitos políticos no século XIX e os direitos sociais no decorrer do século XX. Sua teoria é construída em termos de posse de direitos, sendo a cidadania uma maneira de garantir que todos sejam tratados como completos e iguais membros da sociedade. Ao violar esses direitos, com efeito, se estaria incapacitando as pessoas de participar da riqueza e da vida comum da sociedade prevaletente.

Ao ressaltar a ideia de uma vida comum da sociedade, outra dimensão da teoria de Marshall desponta: a noção de pertencimento a uma comunidade política, ou seja, uma nação. O cidadão, portanto, é quem possui direitos e é membro de uma comunidade política, na qual é integrado mediante o reconhecimento da sua identidade e dos seus direitos.

A teorização de Marshall (1967) ganhou repercussão e ainda hoje possui influência. A cidadania continua sendo fortemente vinculada à fruição de direitos e suas instituições correspondentes, bem como a um senso de pertencimento a uma comunidade política. Contudo, a hegemonia do liberalismo se fez sentir nos anos 1970, com a publicação de *Uma teoria da justiça* (1971),

de John Rawls, reverberando nos próprios conceitos de cidadania. Com isso, além das esferas dos direitos e do pertencimento, outra dimensão central para a cidadania passou a ser a da justiça. Ressaltam Kymlicka e Norman (1997) que a maior parte da produção teórica do pós-guerra se voltou para os conceitos de democracia (para avaliar os procedimentos de decisão) e de justiça (para avaliar os seus resultados). Desse modo, “um cidadão é alguém que tem direitos democráticos e exigências de justiça” (KYMLICKA; NORMAN, 1997, p.16) (tradução do autor).

As concepções sobre o que é justo envolvem como valor último a noção de igualdade, por isso interagem de perto com a cidadania. Seguiu-se, desse modo, a compreensão de Dworkin (2003; 2005) que avalia que, em certo sentido, todas as tradições teóricas contemporâneas são igualitárias, de um modo ou de outro: “Enquanto os esquerdistas acreditam que a igualdade de renda ou riqueza é uma pré-condição para tratar as pessoas como iguais, aqueles posicionados à direita acreditam que direitos iguais sobre seu trabalho e propriedade é uma pré-condição para tratar as pessoas como iguais” (KYMLICKA, 2002, p. 4) (tradução do autor).

Porém, nos anos 1990, os debates em torno da cidadania apontaram para outras questões, que eram provenientes de situações como: o aumento da apatia do eleitor, o ressurgimento de movimentos nacionalistas, as tensões criadas e aumentadas pelo multiculturalismo, a falha de políticas ambientalistas, as decepções com a globalização, a perda de soberania de algumas nações etc. Tal cenário mostrou que a estabilidade das democracias modernas não depende somente dos desenhos institucionais ou estruturas de justa distribuição, mas das atitudes dos seus cidadãos. Ou seja, suas práticas e comportamentos. Por exemplo: como os cidadãos lidam com o sentido de comunidade, nação, identidade religiosa; se são capazes de tolerar e trabalhar em conjunto com “outros” diferentes de si; se desejam participar de processos políticos de tomadas de decisão e assegurar a *accountability*; se têm responsabilidade nas suas escolhas pessoais em relação ao meio ambiente etc (KYMLICKA; NORMAN, 1997).

As decisões políticas em múltiplas maneiras dependem das práticas e comportamentos dos cidadãos. O Estado será incapaz

de prover cuidados sanitários, se os cidadãos não atuam responsabilmente com sua própria saúde. Ele não pode proteger o meio ambiente, se as pessoas não aceitarem reduzir o consumo e contribuir com a reciclagem em suas casas. Igualmente, tentativas de criar uma sociedade mais justa sofrerão tropeços, se os cidadãos exibirem uma intolerância crônica perante a diferença. Kymlicka e Norman (1997) têm razão para afirmar que: “a promoção da cidadania responsável é um objetivo de primeira magnitude para as políticas públicas” (p.16) (tradução do autor).

No Brasil, o debate acadêmico a respeito da cidadania no Brasil, de forma bastante resumida, pode ser dividido em dois grandes grupos. O primeiro são os que se debruçam estritamente sobre as teorias da cidadania, podendo ser separados por abordagens teórico-metodológicas distintas, focados: (i) numa análise da institucional histórica sobre direitos (SANTOS, 1987; CARVALHO, 2001); (ii) nas limitações da cidadania de cunho liberal perante o capitalismo dentro de uma crítica marxista (SAES, 2001); (iii) nos potenciais da participação política para despertar a noção de “direito a ter direitos” (DAGNINO, 1994; 2004; TELLES, 1994), e; (iv) nas perspectivas que se colocam como críticas aos modelos explicativos com aportes na modernidade eurocêntrica (SOUZA, 2006; TAVOLARO, 2005; 2008; 2009).

O segundo grupo pode ser formado por autores que não se ocupam diretamente das teorias da cidadania, mas, indiretamente, contribuem para o referido debate, partindo de conceitos estabelecidos para explicar o fenômeno social que se ocupam de investigar, e que galgaram algum destaque devido à relevância de suas contribuições, por exemplo, os estudos sobre: movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1999; 2011; JACOBI, 1989; GOHN, 1997), arranjos institucionais participativos (AVRITZER, 2002; DAGNINO, 2004; LÜCHMANN, 2005; 2008), educação (FREIRE, 1967; 1987), conflitos no campo (VIEIRA, 2008) e assim por diante.

Este texto adota uma metodologia diversa, que oferece um olhar interno sobre como uma parte da comunidade científica, centrada nas Ciências Sociais, trabalha com o tema da cidadania. A análise proposta procura compreender a forma pela qual se tem dado o processo de produção de conhecimento sobre cidadania no Brasil. Sobretudo, importa-nos investigar como os pesquisa-

dores têm percebido e construído as grandes “questões” de sua época, e para usar os termos de Rosanvallon, como eles têm se deparado com os “campos históricos-problemáticos” (1995, p. 16).

Materiais e métodos

Há diversos *softwares* e técnicas de pesquisa que têm como objetivo criar matrizes de dados utilizando textos. Aqui seguimos as orientações de Silva e Silva (2016)³ para coleta e organização de dados, por meio do emprego de *softwares* livres (gratuitos e multiplataformas). A primeira ferramenta é o RQDA (*R Qualitative Data Analysis*), do pacote estatístico “R”, que possibilita criar matrizes de dados a partir de textos, dando-lhes atributos e códigos para os conteúdos no interior dos textos. Como *software* de análise de conteúdo, o RQDA possibilita transformar as codificações feitas nos textos em vértices (nós) e arestas (laços) para realizar a posterior análise de redes.

Após a codificação feita no RQDA, exportamos o banco para a interface do *SQLite Manager* que, por sua vez, gera planilhas que podem ser exportadas em formato CSV (*Coma-separated Values*), para serem tratadas em uma planilha de cálculo (no pacote *LibreOffice*, recomenda-se o programa *Calc*). Em seguida, utilizamos como ferramenta de mineração de palavras o *OpenRefine*. Duas operações relevantes são feitas no *OpenRefine*: (i) a retirada das *stopwords*: palavras sem sentido próprio fora do contexto das frases (em geral artigos, preposições, advérbios, conjunções etc)⁴; e (ii) normalizar as palavras a partir de seu radical. Por exemplo: “democratização”, “democratizando”, “democratizado”, “democrata”, “democrático” são termos que foram agrupados como “democracia”. Obviamente, deve-se adequar esse procedimento aos objetivos de cada pesquisa. O importante, todavia, com essas operações, é deixar apenas as palavras canônicas, isto é, termos significativos e com sentido intrínseco (FADIGAS et al, 2009; SOUZA, 2015).

3 Silva e Silva (2016) descreveram em detalhe todos os procedimentos aqui usados: um verdadeiro tutorial de como realizar e preparar as planilhas para a realização das redes semânticas.

4 É possível encontrar facilmente na internet listas de *stopwords* em língua portuguesa, que facilitam o trabalho do pesquisador.

Uma vez tratados e ajustados os dados na planilha do *OpenRefine*, ela foi importada para dentro do *software* de análise de redes Gephi. Silva e Silva (2016), com base em Bardin (1995), destacam a relevância do contexto para a análise de conteúdo: as palavras só fazem sentido no contexto em que são empregadas, que pode ser a frase em que estão inseridas. Em nosso caso, consideramos como contexto o próprio título dos artigos. Nesse sentido, as redes foram formadas conectando “títulos” (vértice fonte) com suas palavras (vértices alvo): Título \Rightarrow Palavra. No entanto, por meio de uma operação que o Gephi disponibiliza como *plugin*, transformamos as redes do formato *dual mode* (rede bipartida) – feitas com dois tipos de vértices – para o formato *one mode* (rede monopartida) no qual eliminamos os vértices “Títulos”, conectando diretamente as palavras: Palavra \Rightarrow Palavra.

No que tange às estatísticas de análise de redes, utilizamos: (i) centralidade de grau, que se dá pela quantidade de arestas dirigidas para um determinado vértice; (ii) centralidade de intermediação, que aponta para qual vértice tem posição estratégica por integrar outros vértices e grupos de vértices, calculando o quanto ele age como “ponte” ao longo dos caminhos mais curtos da rede (NEWMAN, 2010); e (iii) a medida de modularidade, que encontra as subredes, ou seja, as comunidades formadas pelos padrões de semelhanças e proximidades entre os vértices. A partição é feita com um algoritmo que detecta sucessivamente as arestas com maiores graus de intermediação e as divide, subdividindo então a rede (NEWMAN, 2010; BLONDEL et al., 2008). Enquanto as medidas de centralidades de grau e de intermediação permitem uma análise topológica, no sentido dos seus “cumes” e hierarquias de nós, a modularidade permite a análise temática por aproximações de nós semelhantes. Essa medida foi a mais relevante na detecção das principais agendas de pesquisa sobre cidadania no Brasil, a seguir apresentadas.

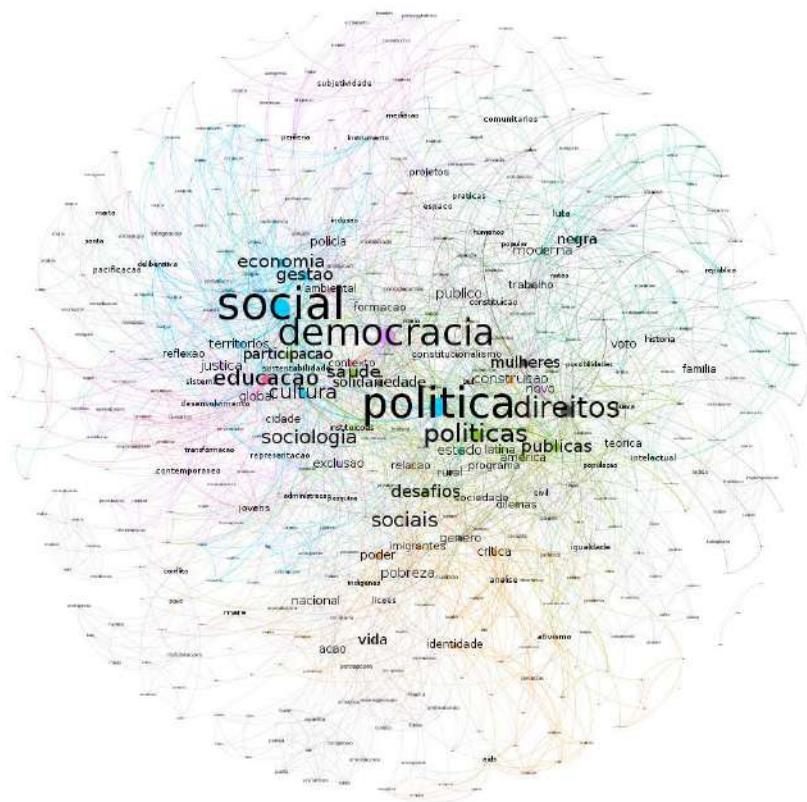
Resultados e discussão

Os resultados até o momento alcançados pela construção das redes semânticas dos títulos dos artigos (Grafo 1), indicam que a agenda de pesquisa em cidadania entre os cientistas sociais

brasileiros é heterogênea. Mesmo com a forte centralidade de um conjunto restrito de termos, há relativa concentração temática. Tal fato observa-se pela baixa densidade da rede aqui analisada (0,022) e composta por um componente gigante (98,9% dos vértices) e dois outros menores, com menos de 1% de vértices cada. Ao todo, a rede contempla 427 vértices e 2269 arestas.

O algoritmo de modularidade, responsável por detectar as subredes nos vínculos mais fortes entre os vértices, encontrou 17 comunidades (no Grafo 1 elas estão representadas por cores distintas), utilizando resolução de 1.0 – quanto menor a resolução, mais partições o algoritmo faz entre as arestas com maiores graus de intermediação, gerando assim um maior número de comunidades. No que se segue, destacamos as oito principais, responsáveis por 71,2% da rede.

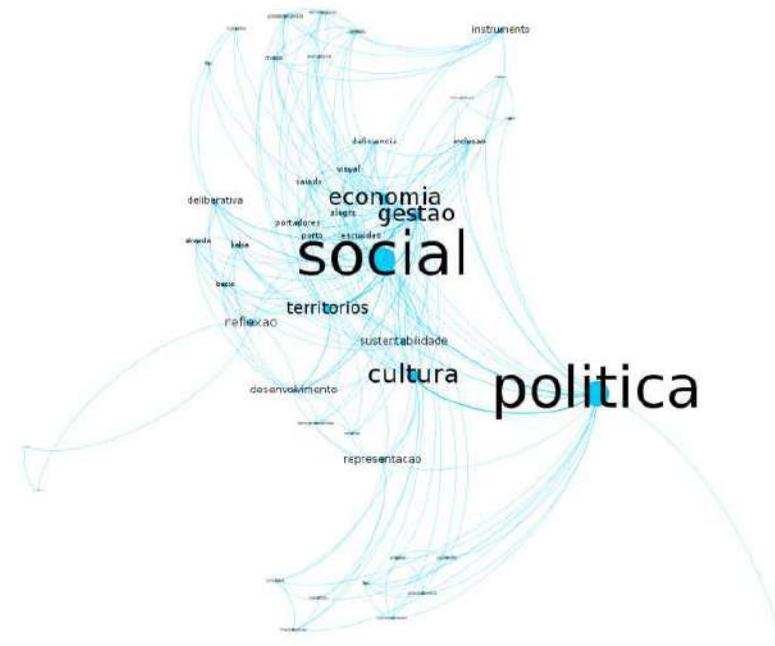
GRAFO 1 – Rede semântica dos títulos dos artigos (1987-2016)



Fonte: os autores a partir do Scielo

O Grafo 2 traz a comunidade temática que tem os termos que fazem parte do rol de pesquisas sobre gestão, políticas sociais e economia. Destacam-se como vértices de maiores centralidades de grau de entrada: “social” (89), “política” (84), “cultura” (36), “economia” (36), “gestão” (31) e “territórios” (25). Os dois primeiros, ainda, são as palavras com maiores centralidades de intermediação de toda a rede (0,13 e 0,14, respectivamente), ou seja, são os vértices que mais se relacionam com outras comunidades de vértices, dando densidade ao grafo. Os artigos que fazem parte dessa comunidade articulam as políticas públicas (em temáticas diversas), tensionando as dimensões da gestão, economia e do território.

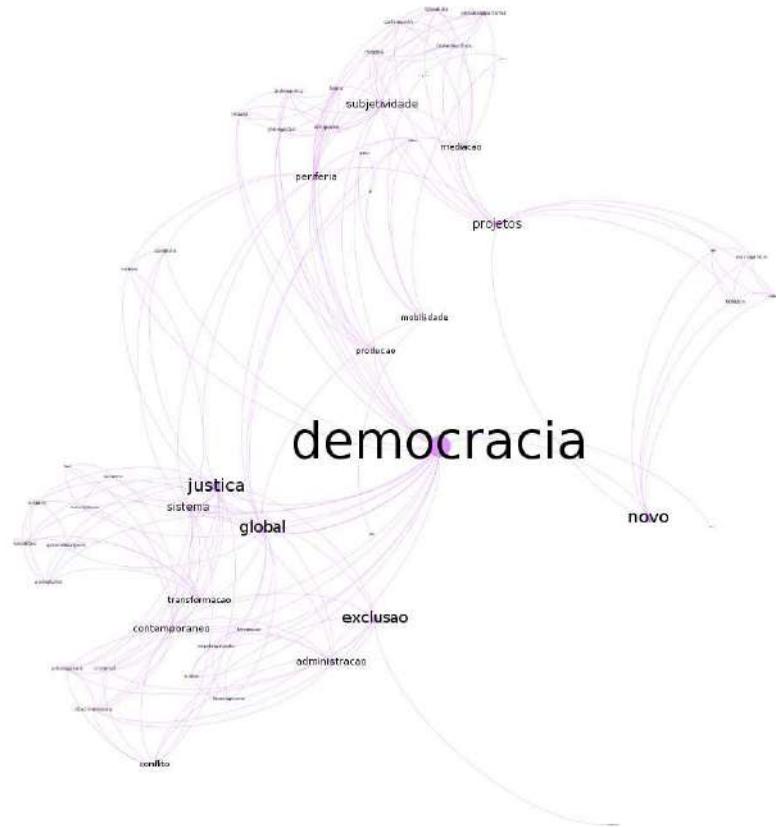
GRAFO 2 – Políticas Públicas, Economia e Gestão



Fonte: os autores a partir do Scielo

No Grafo 3, também temos outra comunidade voltada para o campo das políticas públicas, revelando alta concentração dessa agenda de pesquisa que se associa ao conceito de cidadania. Porém, nesse caso, as políticas públicas são interpeladas pela via da participação política, sobretudo, no que tange aos Conselhos de Saúde no Brasil, que têm longa história de participação cidadã.

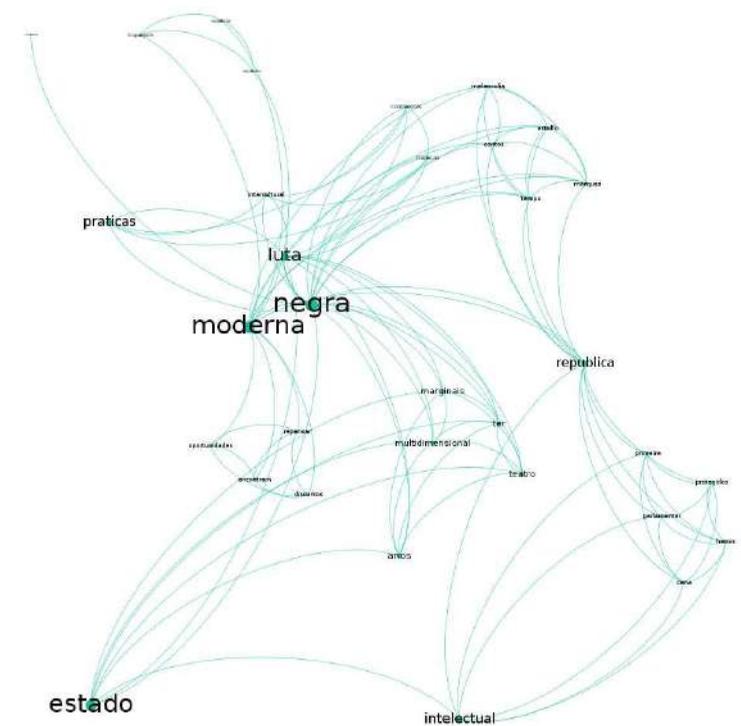
GRAFO 5 – Democracia e justiça global



Fonte: os autores a partir do Scielo

A comunidade temática representada no Grafo 6 aponta para agendas de pesquisa que confluem para o pensamento social brasileiro e a formação da cidadania no Brasil. O tema da modernização periférica, sobretudo a maneira pela qual a população negra foi inserida na sociedade brasileira, faz parte do rol de preocupações dos cientistas sociais brasileiros no que se refere aos desafios da cidadania no país. São termos com centralidade de grau nessa comunidade: “moderna” (27), “negra” (27), “estado” (26) e “luta” (18).

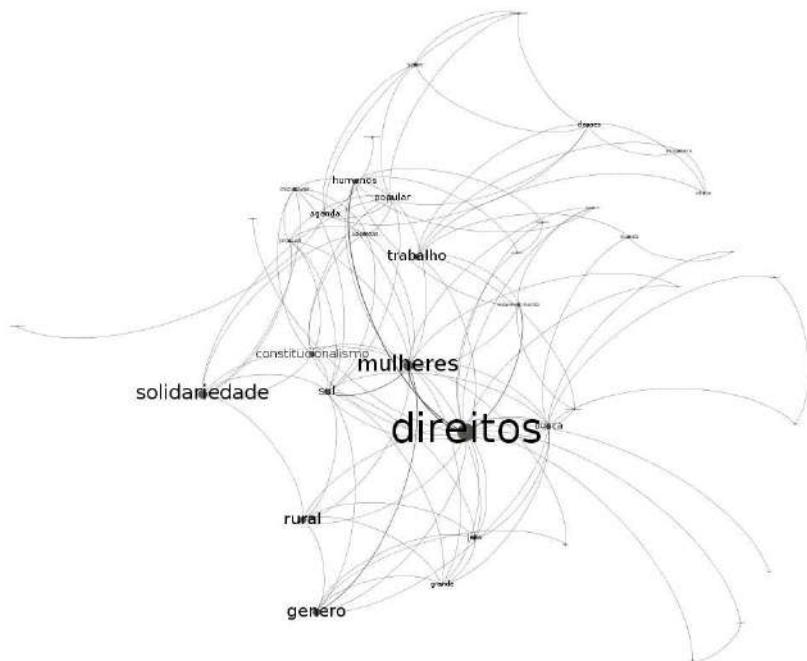
GRAFO 6 – Modernidade periférica



Fonte: os autores a partir do Scielo

Da mesma forma que a subrede anterior, a comunidade temática que o Grafo 7 traz agendas de pesquisa a respeito de mais uma pauta cara e candente da sociedade brasileira, que são os direitos das mulheres e de gênero. Palavras que estreitaram seus laços nessa comunidade: “direitos” (grau 57 e intermediação 0,09), “mulheres” (31), “solidariedade” (27) e “gênero” (22).

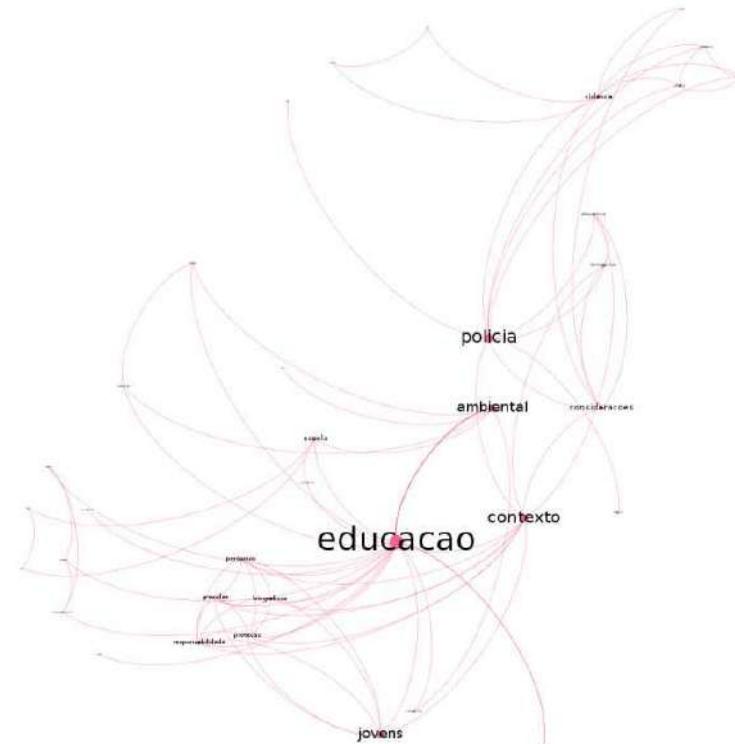
GRAFO 7 – Direitos e gênero



Fonte: os autores a partir do Scielo

No que tange ao Grafo 8, os termos com maiores centralidades de grau de entrada são: “educação” (45), “polícia” (23), “ambiental” (20) e “jovens” (16). O fato de o algoritmo de modularidade ter encontrado tais termos com forte aproximação entre si pode ser explicado pela centralidade do fato de o tema da “educação” ser multidisciplinar e, portanto, visto como a resposta para todas as mazelas que impossibilitam a cidadania no país: tanto para um futuro ambientalmente sustentável, quanto para uma sociedade mais segura.

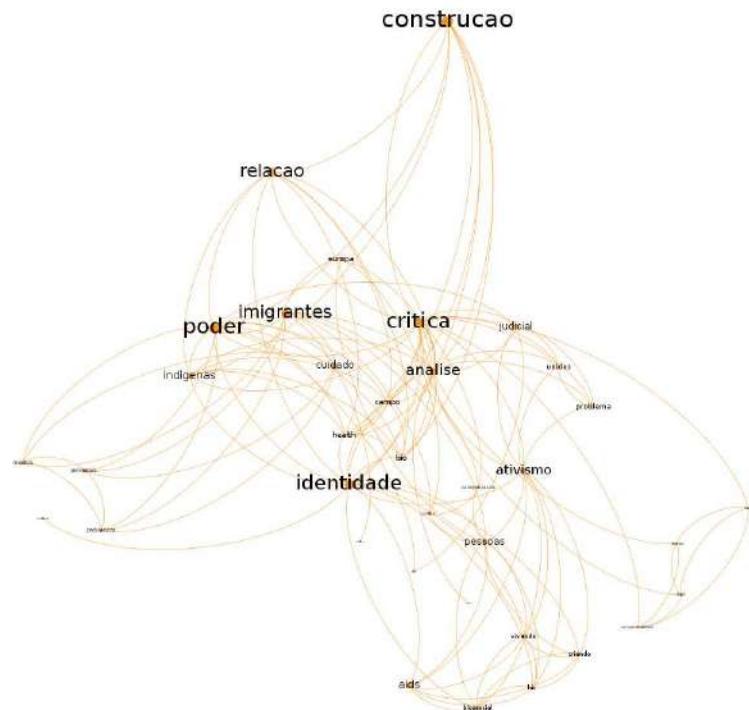
GRAFO 8 – Educação, Violência e Meio Ambiente



Fonte: os autores a partir do Scielo

Por fim, pode-se denominar a última comunidade temática de Construção Identitária pelo fato de que, em tal subrede, a rede semântica traz artigos sobre a construção das identidades, tensionando um elemento fundamental do conceito de cidadania, que é o pertencimento a uma comunidade política e os desafios criados pelos fenômeno da imigração e dos refugiados. Os termos mais centrais dessa agenda de pesquisa são: “construção” (grau 28), “poder” (grau 25), “crítica” (grau 24), “identidade” (grau 23), “relação” (grau 21) e “imigrantes” (grau 20).

GRAFO 9 – Construção Identitária



Fonte: os autores a partir do Scielo

Conclusão

Esta pesquisa ainda está em desenvolvimento e em fase de construção de hipóteses, com base em um raciocínio estatístico-indutivo proporcionado pela análise de redes. Devido à ambição do projeto, ainda estamos em fase de testes e de exploração das potencialidades que a metodologia aqui adotada pode oferecer. Mas, mesmo em fase incipiente, alguns “achados” puderam ser observados com o material coletado e apresentado. Por exemplo, ao longo das três décadas das publicações aqui analisadas, os núcleos temáticos dos artigos que trazem o conceito de cidadania à baila são formados por agendas de pesquisa que ou impedem a fruição de direitos ou demandam mais democracia na sociedade brasileira: vulnerabilidade social, violências, desigualdades étnicas e de gênero, políticas públicas, participação política, meio ambiente etc.

Outro achado é que o termo cidadania, apesar de polissêmico, foi associado mais fortemente a um conjunto relativamente restrito de palavras. Isto é, os vértices preponderantes e com vínculos fortes entre si foram: “social” (grau 89 e intermediação 0,13), “política” (grau 84 e intermediação 0,14), “democracia” (grau 75 e intermediação 0,14), “direitos” (grau 57 e intermediação 0,09), “políticas” (grau 53), “educação” (grau 45). Por essa perspectiva, verifica-se que, ao longo dos 30 anos, que abrange nosso recorte de tempo, a produção acadêmica brasileira no campo das Ciências Sociais sobre cidadania esteve atrelada à própria realidade, para além dos muros da academia, debruçando-se e refletindo sobre os principais problemas públicos do país, desde a sua redemocratização.

Referências

- AVRITZER, L. Orçamento participativo: As experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- CARVALHO, J. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.
- DWORKIN, Ronald. *A Virtude Soberana: a teoria e a prática da igualdade*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DWORKIN, Ronald. “Equality, luck and hierarchy”. In: *Philosophy & Public Affairs*, v.31, n.2, p.190-198, 2003.
- FADIGAS, Inácio de Sousa et al. Análise de redes semânticas baseada em títulos de artigos de periódicos científicos: o caso dos periódicos de investigação em Educação Matemática. *Educação Matemática Pesquisa*, EMP. v.11, n.1, 167-193, set, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo : Loyola, 1997.

KYMLICKA, W. & NORMAN, W. El retorno del ciudadano: una revisión de la producción reciente en teoría de la ciudadanía. In: *Agora*, Buenos Aires, n.7, 2002 [1997].

LÜCHMANN, L. H. H. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 21, p. 87-97, 2008.

LÜCHMANN, L. H. H. Sociedade civil e construção de espaços participativos de gestão pública no Brasil. *Humanas* (Porto Alegre), Porto Alegre, v.26/27, n. 1/2, p. 193-229, 2005.

MARSHALL, T. H. [1949]. *Cidadania, classe Social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELO, M. P. C. *Quem explica o Brasil*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

NEWMAN, Mark E. J. *Networks: an Introduction*. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2010.

RAWLS, John. *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1999 (revised edition).

ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 30, p. 9-22. São Paulo, 1995.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAES, D. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n.42, p. 379-410, 2001.

SANTOS, W. G. *Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2011.

SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SILVA, E. A.; SILVA, J. M. Ofício, engenho e arte: inspiração e técnica na análise de dados qualitativos. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v.7, n.1, p. 132-154, jan./jul., 2016.

SOUZA, J. C. *Utilizando artigos científicos na construção de redes semânticas para caracterizar áreas de pesquisa*. 2015. Dissertação (Mestrado em Informática) – Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2015.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TAVOLARO, S. B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.20, n.59, p. 5-22, 2005.

TAVOLARO, S. B. F. Para além de uma 'cidadania à brasileira': uma consideração crítica da produção sociológica nacional. *Revista de Sociologia e Política*, v.17, n.32, p. 95-120, 2009.

TAVOLARO, S. B. F. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. *Novos Estudos*, Cebrap, n. 81, p. 117-136, 2008.

TELLES, V. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ZIPF, George Kingsley. (1972). *The principle of Least Effort: an introduction to human ecology*. New York: Hafner Publishing Company.

Reforma trabalhista, sindicato dos metalúrgicos e relações industriais no Vale do Rio dos Sinos

Davide Carbonai¹
Thais Rezende Machado²

Introdução³

Desde Fernando Collor, os governos sempre sofreram grande pressão para uma reforma do sistema de relações de trabalho; FHC e Lula foram os que tentaram as mudanças mais significativas, sem sucesso (COSTA, 2005). As mudanças ocorreram, depois do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, com os grandes empresários visando às medidas liberais propostas no documento *Uma ponte para o futuro*⁴ e nas *101 Propostas para Modernização Trabalhista* do Conselho Nacional da Indústria (CNI)⁵, que serviram de base para as Leis 13.467 e 13.429/2017 de 2017.

Aprovada em 2017 – depois de protestos e greves gerais (CARBONAI, 2019) – a reforma trabalhista, carro-chefe do governo Temer, prometia modernização nas condições de trabalho e nas relações sindicais, além de uma esperada retomada da economia, gerando mais postos de trabalho. Mais de um ano após entrar em vigor, estudos do IBGE mostraram que tanto o mer-

1 Departamento de Ciências administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Leciona nos programas de pós-graduação em Administração (UFRGS), Ciência Política (UFRGS) e Políticas públicas (unipampa).

E-mail para contato: davide.carbonai@ufrgs.br

2 Graduanda de ciências sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus do Vale. Integrante do projeto de pesquisa Relações trabalhistas na América Latina.

E-mail para contato: thaisrezendemach@outlook.com

3 O texto foi apresentado no XVI Encontro Nacional da ABET em Salvador.

4 Para maiores detalhes, veja: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE- PARA-O-FUTURO.pdf>.

5 Para maiores detalhes, veja: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-para-modernizacao-trabalhista/>.

cado de trabalho quanto a economia não responderam nos termos esperados: o desemprego segue crescendo no país, gerando instabilidade e trabalho informal (IBGE, 2019). Entre os efeitos esperados (reafirmando um antigo discurso da CNI), a diminuição das ações trabalhistas: menos de um ano após a aprovação da Reforma, o Tribunal Superior do Trabalho calculava cerca de 1 milhão de processos trabalhistas a menos (TST, 2019).

O texto explora os efeitos da Reforma nas empresas do setor metalúrgico do Vale dos Rios do Sinos (RS), no primeiro semestre de 2019: apresenta a conjuntura político-sindical (a fragilização da estrutura sindical), esboça um quadro geral das relações trabalhistas na região, aprofunda os efeitos nas condições de trabalho. O intuito é discutir a Reforma apresentando os resultados de uma análise exploratória, meramente qualitativa: análise de documentos, entrevistas com trabalhadores e sindicalistas do setor metalúrgico da região.

Nota metodológica

A pesquisa utiliza instrumentos típicos da abordagem qualitativa nas ciências sociais: a entrevista não-estruturada, a coleta de fontes documentais (principalmente sindicais) e estudos internos realizados pelo escritório regional do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Uma fonte importante como a PED-RMPA (Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre), realizada desde 1992 pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), não ocorre mais (também devido à extinção da Fundação): a PED-RMPA podia representar um instrumento mais significativo para avaliar os efeitos da Reforma.

Dada a impossibilidade de recuperar fontes documentais organizadas em banco de dados, optou-se por uma pesquisa exploratória, meramente qualitativa: nos meses de novembro e dezembro de 2018, foram realizadas cinco entrevistas em profundidade, e uma entrevista coletiva, realizada em um curso de formação sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT). As entrevistas estão organizadas da seguinte forma: E1, sindicalista CUT; E2, metalúrgico; E3, sindicalista STIMMESL; E4,

sindicalista CUT; E5, metalúrgico; e a Entrevista Coletiva 1 (nas transcrições é indicada também a letra referente às falas dos entrevistados: 1A, 1B etc.). Neste link, podem ser encontradas as transcrições: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1urDa8g7mFnOEZbYB_UxCIG0o3ZPbl1M5As organizações patronais presentes na região foram contatadas inúmeras vezes, não tendo retorno nenhum. Então, o estudo leva em conta um conjunto de informações fornecidas pelo sindicato STIMMEC (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas e Nova Santa Rita)⁶ e do STIMMESL (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Leopoldo e Região).⁷

Conforme José Dari Krein (2018), a lei n. 13.467/2017 e a lei n. 13.429/2017 (que liberaliza a terceirização e amplia o contrato temporário) terão como principal efeito, de um lado, a desconstrução dos direitos e, do outro, a fragilização das instituições reguladoras das relações de trabalho. O texto explora três dimensões apresentadas por Krein (2018): negociação e relações sindicais, fragilização da estrutura sindical, efeitos nas condições trabalhistas e no mercado de trabalho.

Negociação e relações sindicais

Geralmente, a campanha salarial inicia na Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul (FMT-RS), “onde ocorrem os debates iniciais que apresentam pontos necessário e em comum, a se discutir, nas negociações que cada sindicato realizará” (E1, sindicalista CUT). Contudo, as entrevistas sugerem um diferente cenário, em 2018: uma distinta abordagem

6 Para maiores detalhes, veja: <http://sindimetalcanoas.org.br/novo/>.

7 Para maiores detalhes, veja: <http://metalsaoleo.org.br/>. Com exceção da cidade de Novo Hamburgo, as demais cidades que possuem representação sindical na região são de responsabilidade do sindicato do STIMMESL. Um mapa com informações sobre a categoria metalúrgica do Rio Grande do Sul (base sindical, central sindical e número de trabalhadores) pode ser visualizado aqui: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1XOeMWQZfmTc97Up41BF5SEdMWFg&ll=-29.773961678929926%2C-53.439585350000016&z=6>.

perante as condutas e as práticas de negociação. Como relatado por um entrevistado:

O início da campanha salarial [...] surge na Federação, que hoje conta com 27 sindicatos e 110 mil metalúrgicos no estado do Rio Grande do Sul. Foi tentada a implementação da cláusula que barra a Reforma para todos os sindicatos da Federação, mas sem êxito. Porém [em Canoas] foi mantido o acordo válido até maio de 2019. Assim não se perde e nem se avança até maio de 2019. Isto modificou apenas questões econômicas. (E1, sindicalista CUT)⁸

O STIMMESL viu sua negociação se estender até o final de setembro 2018, devido a um conjunto de propostas da parte patronal [“quinze propostas impostas”, E1] reivindicando cláusulas da Reforma trabalhista: a retirada da adicional por tempo de serviço (quinquênio) e de um conjunto de garantias ao aposentando, a homologação das demissões (apenas na empresa), as alterações na revista pessoal, no auxílio estudante, na marcação do ponto, nas férias (parceladas em três vezes), no banco de horas individual, no trabalho aos sábados, entre outras medidas.

Na época, o presidente da FTM-RS, defendeu que:

Há uma mesa estadual, que abrange vários sindicatos da categoria, que já fechou as negociações com reajuste e manutenção dos direitos. Porém, o que acontece aqui em São Leopoldo beira a desumanidade, e é um problema de toda a classe trabalhadora. A única coisa que garante as conquistas dos trabalhadores são as nossas lutas e mobilizações. (STIMMESL, 2018)

Durante os meses em que ocorreram as negociações para o fechamento da convenção coletiva, houve até tensões e desentendimento da parte patronal (entre o sindicato patronal e os empresários): enquanto as empresas maiores da região – que poderiam suportar um tempo maior com os funcionários em

8 Cada convenção coletiva possui a vigência de dois anos, podendo entrar em vigor de forma retroativa caso a negociação seja encerrada após o prazo final de vigência do acordo anterior.

greve – pressionavam para que o sindicato patronal não cedesse às reivindicações dos trabalhadores, as pequenas empresas – que já estavam sendo afetadas pelas mobilizações – acreditavam que o melhor a se fazer era aceitar as reivindicações, e não implementar pautas relacionadas à reforma trabalhista naquele momento (E2). Como também destacado nas entrevistas:

Esse ano ocorreram bastante conflitos de ideais, por conta da demora em fechar o acordo; as empresas tiveram algumas divergências nas negociações. Com as mobilizações, algumas empresas queriam ceder às reivindicações dos sindicatos, e outras queriam segurar mais. E isso causou conflitos entre elas. (E2, metalúrgico)

Após períodos de conflitos entre sindicato patronal e dos trabalhadores, ambos não querendo abrir mão de suas reivindicações, a convenção coletiva foi encerrada, garantindo para os metalúrgicos de São Leopoldo e região um reajuste salarial de 4%: o maior reajuste da categoria no ano (STIMMESL, 2019). Contudo, parte das exigências do sindicato patronal foi garantida: é o banco de horas individual que pela parte patronal representava “uma questão indiscutível [...], a cláusula mais esperada da Reforma” (E1).

As entrevistas restituem um quadro geral, que se coloca entre a indefinição total e a mais ou menos lenta desestruturação das relações trabalhistas na região. Como sugere um entrevistado: “Daqui para frente, a cada campanha salarial, é preciso se perguntar o seguinte: o que será inegociável para o próximo período?” (E2)⁹. Como todos os entrevistados relatam, pesa a prevalência do negociado sobre o legislado (DIEESE, 2017). A Reforma expõe assim o trabalhador a uma situação de vulnerabilidade; por mais que as negociações coletivas procurem aperfeiçoar as relações trabalhistas, a legislação em si, por sua natu-

9 Um estudo do Dieese (DIEESE, 2018) apresentou uma queda das negociações coletivas no ano de 2018, que ficaram 29% mais baixas referentes ao mesmo período no ano de 2017. Com um endurecimento nas propostas dos patronais, a estratégia utilizada pelos sindicatos representantes dos trabalhadores é de defesa, evitando retroceder os anos de conquistas.

reza, possui um cunho mais protetivo: maior segurança para o trabalhador. Do outro lado, a Reforma autoriza empregadores e empregados a realizarem acordos individuais, que se sobrepõem e superam a convenção coletiva.

A Reforma, ainda, permite a criação de uma comissão, em nível de empresa, formada apenas por trabalhadores, que poderá fazer acordos abaixo da convenção coletiva. A comissão tem mandato de um ano, não possui nenhum tipo de estabilidade e também não pode concorrer no ano seguinte ao fim do seu mandato. “No município de Canoas uma empresa tentou implementar esta comissão, mas os trabalhadores se opuseram” (E1), tendo em vista que o próprio sindicato realiza acordos com as empresas individualmente, para tratar de questões como intervalo de almoço, PLR, entre outros: “esses acordos só podem ser realizados para melhorar a convenção” (E1).

A fragilização da estrutura sindical

O fim do imposto sindical jogou as organizações sindicais em uma crise financeira sem precedentes. Com a principal fonte de renda secando, os sindicatos são obrigados a realizar um forte ajuste em suas despesas, cortar serviços que favoreciam a categoria e vender patrimônio. Entre outras, o sindicato SINDIMETAL de Novo Hamburgo terá que se desfazer de uma sede recreativa para reabastecer o cofre¹⁰. As entrevistas confirmam um cenário previsível. Como levantado pelos entrevistados, trata-se de uma tendência nacional: os sindicatos do estado recorreram a demissões para conseguir se reorganizar financeiramente, como ocorreu na região do Vale do Rio dos Sinos.

O fim da contribuição obrigatória foi repentino e sem previsão de substituição de receita: “80% das despesas dependia do imposto” (E2, metalúrgico). Sendo assim, é preciso fomentar a fidelização, também por meio de campanhas de conscientização da atividade sindical, valorizar a comunicação político-sindical

¹⁰ Para maiores detalhes, veja: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2018/11/com-perdas-de-86-em-receita-apos-reforma-trabalhista-sindicatos-lutam-para-manter-contas-em-dia-cjoujq0yu0gaf01pi3sdz7jwi.html>.

e, conseqüentemente, aumentar o número de filiados. Com recursos menores, o sindicato perde a capacidade de mobilização. Uma alternativa seria uma forma de contribuição sindical como a “cota negocial”.

Como sugere um entrevistado:

A CUT sempre foi contra o imposto sindical, mas defende que quem tem que definir isso é o trabalhador; o trabalhador tem que decidir também o grau de sindicato que quer, se quer um sindicato fraco ou forte. Foi feita uma assembleia em que os trabalhadores aceitaram contribuir com o sindicato no município de Canoas, mas o ministério público impediu; mesmo o negociado prevalecendo o legislado. A média no Brasil de sindicalização é de 20% a 25%, um sindicato precisa de 50% de sindicalizados para sobreviver sem o imposto (E1, sindicalista CUT).

De todas as medidas que contribuem com a fragilização das instituições reguladoras do trabalho, o fim do imposto sindical, além de prejudicar financeiramente os sindicatos, desestrutura a parte mais débil na relação empregado-empregador. E os entrevistados relatam a significativa perda, referente ao imposto sindical.

Aliás, como relatado por um dirigente do STIMMEL:

O pessoal deixa de almoçar. Nosso povo é muito mal-acostumado. Perdemos toda uma luta que foi conquistada lá no passado. É complicado conversar com os trabalhadores. O nosso associado tem até mais consciência de classe. O não sócio não pode ser não incluído na convenção. [De um lado] isto prejudica o associado: o associado paga, o não associado não paga. (E3, sindicalista STIMMEL)

Durante a entrevista, indicando a fila de trabalhadores fazendo oposição à contribuição assistencial, alguns dirigentes sindicais comentaram:

São oito dias é sempre assim. Uma fila. De pessoas que assinam para não ter o desconto da contribuição assistencial. O pessoal, às vezes, deixa de almoçar, para vir aqui, para

fazer a oposição sindical. É triste isso. Toda uma luta feita no passado. Há um forte individualismo na nossa classe. O nosso associado não. E nós queremos fazer negociação para todos: associados e não associados. Também o patronal não fecha a convenção se não estão incluídos todos os trabalhadores. [A CUT] sempre defendeu a convenção para todos. Mas agora que não existe mais o imposto sindical. O sindicato tornou-se uma associação, para os associados. (E3, sindicalista STIMMESL)¹¹

[...] O não sócio não quer contribuir. Imagina que também o associado às vezes vem fazer a oposição [...]. (E2, metalúrgico).

A manutenção da estrutura sindical é necessária para que se assegurem direitos básicos e condições humanas de trabalho, para que o trabalhador não tenha que usar a sua dignidade como moeda de troca por uma colocação no mercado de trabalho. Enquanto, de um lado, os entrevistados destacam as dificuldades, do outro, destacam também os desafios para a manutenção da estrutura sindical:

[...] estamos prontos para luta! Sabemos que vamos ter muitas dificuldades, estamos estudando a possibilidade de uma unificação das bases. Vamos esperar para ver o que o futuro nos reserva! [...]. (E5, metalúrgica)

Também o cenário político preocupa. Além do fim do imposto sindical, o retrocesso introduzido na Reforma, o clima político não favorece uma normal prática sindical:

[...] na minha empresa, os jovens votam Bolsonaro; e querem uma arma. (Entrevista coletiva, 1a)
Há duas tendências que me preocupam: as armas e a questão religiosa. Eu diria que o 60% dos operários da minha fábrica votam Bolsonaro [...]. (Entrevista coletiva, 1b).

¹¹ Essa breve entrevista pode ser encontrada em: https://www.youtube.com/watch?v=TgRLQin_IWg

A entrevista coletiva ocorreu uma semana antes do segundo turno das eleições presidenciais. Os entrevistados relatam sobre o clima político, hostil ao sindicato, que afeta a atividade sindical na empresa (Entrevista coletiva, 1b): uma mistura de ressentimento, raiva, ódio político, fanatismo religioso, auto-verdade, que exalta Bolsonaro e sua figura.

Mercado de trabalho e direitos trabalhistas

Segundo um levantamento interno do DIEESE (2018)¹ nos municípios de Canoas e Nova Santa Rita, no período de 1 de janeiro a 30 de julho de 2018, 1419 trabalhadores foram demitidos; desses, cerca de 14,1% realizaram um acordo individual, abrindo mão de 20% do fundo de garantia, 20% da multa rescisória, 50% do aviso prévio, e perdendo o direito ao seguro-desemprego:

[...] em nível nacional um levantamento do CAGED com o ministério do trabalho calcula que 127 mil trabalhadores fizeram acordo individual no país, abrindo mão de seus direitos, mostrando que a reforma trabalhista está atingindo seus objetivos, que é as empresas liquidarem suas dívidas; e também mostra que o trabalhador está endividado. (E1, sindicalista CUT)

Nos primeiros sete meses de 2018, houve um aumento na contratação de trabalhadores temporários nos municípios de Canoas e Nova Santa Rita. Os números do período representam um aumento de 30,3% nas contratações por prazo determinado, sendo: 1.419 trabalhadores desligados, 1.464 admitidos, totalizando um saldo positivo de 45 trabalhadores. Das contratações, 443 foram contratados por prazo determinado (DIEESE, 2018). Números que “representam o desespero do trabalhador brasileiro” (E1, sindicalista CUT): aceitam-se condições piores com a intenção de garantir alguns meses de sustento. Como sugere um entrevistado:

¹ Para maiores detalhes, veja: <http://sindimetalcanoas.org.br/novo/noticias/a/era-pt-estudo-mostra-amplio-periodo-de-valorizacao-de-empregos-e-salarios-na-categoria/>.

Antes da reforma nunca havia trabalhado com temporários; hoje [o sindicato] possui 104 trabalhadores temporários; esse trabalhador ganha cerca de 40% a menos, não tem plano de saúde, não recebe o PLR – trabalhador com o contrato CLT recebe cerca de 6 mil por ano do PLR. Dentro da empresa, os trabalhadores possuem o direito de uniforme e toalhas limpas, mas o trabalhador temporário não recebe nem isso. Além de reduzir o salário, economiza no plano de saúde, no uniforme e no PLR, economiza em diversas frentes que os trabalhadores lutaram por muitos anos para conquistar, conquistas que a reforma trabalhista retirou; não se possui debate com o trabalhador temporário, já que ele trabalha em poucas condições e sabe que dentro de uns meses estará desempregado, logo [...] as empresas se aproveitam destas condições de desemprego e da grande rotatividade, para submeter os trabalhadores a condições precárias. (E1, sindicalista CUT)

No período pesquisado, o sindicato STIMMEC (Canoas e Nova Santa Rita) estava em tratativas com uma empresa do setor para tentar assegurar direitos e condições de trabalho iguais aos trabalhadores em regime CLT e aos trabalhadores com contrato por tempo determinado; caso não surgisse resultado das negociações, o caso seria levado ao Ministério Público do Trabalho:

A situação dos trabalhadores(as) terceirizados foi ponto de pauta e discussão da Campanha Salarial deste ano (2019). Na mesa das negociações, a direção do Sindicato tentou levar para a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) o direito à representação, mas os patrões foram intransigentes com a proposta e argumentaram que a iniciativa da contratação de terceiros é uma estratégia para reduzir o custo da mão de obra [...] (STIMMEC, 2019)

Enquanto os anos de 2003 a 2014 são considerados pela categoria como gloriosos (E1, sindicalista CUT), desde 2014 o que vem ocorrendo nos municípios de Canoas e Nova Santa Rita é uma alta rotatividade, o fechamento de empresas e a redução do emprego formal:

A categoria aproveitou o pleno emprego para reforçar o seu salário, mas a partir de 2014 começou a rotatividade, a perda de emprego, logo a luta de 9/10 anos foi perdida em 3 anos. (E1, sindicalista CUT).

As possibilidades de contratação que a reforma trabalhista prevê apenas se adaptam a necessidades do empregador que poderá manejar, da forma que melhor entender, os horários, dias e o tempo de trabalho do empregado; em alguns casos fazendo que trabalhadores tenham de ficar mais tempo à disposição do empregador, do que realmente trabalhando. “A reforma acaba regulamentando o que já existia na informalidade, quando você fala de jornada, quando você fala de representação, ou de contratação”. (E4, sindicalista STIMMEC). Em outros termos:

[...] apesar de serem de responsabilidade da empresa os contratos temporários, existem regras a serem seguidas e é preciso combater o uso deste modelo como uma forma de rotatividade. “Trabalhadores temporários somente para complementar serviço ou atuar em um tempo de transição, na substituição de efetivo” (STIMMEC, 2019)

A isenção fiscal, que permite às empresas trocarem de endereço com maior facilidade, é um problema antigo para os sindicatos; com a reforma trabalhista pode prejudicar ainda mais o trabalhador: “é perceptível um frequente comportamento de mudança de local nas empresas, já que, assim, pode-se baixar em até 30% um salário” (E1, sindicalista CUT).

A federação negocia para municípios que não possuem sindicato patronal, negociando com a FIERGS, o que ajuda a manter um nível de salário estadual. O sindicato patronal não consegue pensar em estratégias para alavancar a indústria no estado; em Canoas, com 8 anos de mandato do PT, foi tentado uma união com os empresários para tentar trazer empresas pro município, mas por desavença política os empresários não aceitaram e por outros fatores foram fechadas de 3 a 4 empresas em Canoas. Uma fábrica de motores e caminhões produzia motores para a GM

[General Motors], rompeu o contrato e foram 300 trabalhadores demitidos. E empresas familiares, hoje em Canoas são apenas 2 empresas; outras foram vendidas para os chineses ou americanos. Os chineses são os que mais cortam os direitos. (E1, sindicalista CUT)

Uma entrevistada de São Leopoldo relata os efeitos da reforma nas indústrias dos municípios que o sindicato abrange; a entrevistada avalia que, no primeiro ano da reforma, os trabalhadores não foram ainda atingidos; contudo, a entrevistada levanta que 2018 serviu para que seus colegas se conscientizassem e percebessem o quanto a retirada de direitos foi prejudicial para a “classe”. Sobre as medidas aprovadas pela reforma trabalhista, ela afirma que:

Muitas coisas ali já eram praticadas por várias empresas, agora só tornaram oficiais. Quem foi mais atingido ali foi os sindicatos, com a retirada da contribuição anual que tinha um dia de trabalho de cada trabalhador. Acho errado a cobrança, mas acho injusto os sindicatos lutarem por direitos para todos os trabalhadores e na hora da categoria ajudar a fortalecer o sindicato... fazer oposição! (E5, metalúrgica).

Diferente do município de Canoas, nas empresas de São Leopoldo não se implementou a terceirização da atividade-fim e o trabalho temporário, logo no primeiro ano após a provação da Reforma trabalhista; segundo trabalhadores e sindicalistas da região, até antes do mês de abril de 2019, não se tinha relato de contratações temporárias, apenas terceirizados em serviços como: portaria, limpeza e restaurante. Após esse período, uma empresa da região passou a contratar trabalhadores temporários, justificando-se com um aumento na demanda de trabalho.

Considerações finais

“It takes two to tango”, mas a Reforma mudou a lógica e os papéis dos dois principais atores das relações trabalhistas, invertendo as partes. A legislação, pesando em favor da empresa, ou seja, piorando o conjunto de direitos trabalhistas, remete ao

sistema de relações sindicais – organizações de representação, enfraquecidas – a definição do nível salarial, a qualidade do trabalho. A Reforma reconduz a convenções e acordos a possibilidade de melhorar ou piorar a legislação: mas num quadro geral confuso, com atores enfraquecidos, sobretudo o sindicato dos trabalhadores, atuando entre informalidade, precariedade, desconfiança nas instituições reguladoras do trabalho, uma cultura operária do indivíduo-trabalhador, que pensa e se organiza no ganho imediato, de curto prazo.

A reorganização das relações trabalhistas pesa em favor das organizações patronais e das empresas: a legislação reduziu os direitos trabalhistas presentes na CLT antes da Lei 13.467, possibilitando vulnerabilidade e insegurança jurídica, além de conceder ao empregador a possibilidade de contratações e demissões a baixo custo, a utilização da força de trabalho de uma maneira mais flexível, a exemplo dos contratos intermitentes.

Quando se trata das instituições e organizações reguladoras do trabalho, a reforma trabalhista conseguiu atingir seu objetivo de fragilização, opondo os trabalhadores às entidades sindicais e fazendo que os sindicatos que ainda resistem busquem forças em suas bases reduzidas. Ao abrir mão da totalidade de suas verbas rescisórias e realizar o acordo com o empregador, o empregado deixa de reivindicar seus direitos trabalhistas, apresentando conformismo com a reforma.

Na região do Vale do Rio dos Sinos, a reforma trabalhista não gerou mais empregos, apenas refletiu em uma substituição da mão de obra, com os empresários substituindo contratos CLT por jornadas flexíveis, utilizando-se da esperança do trabalhador, e assim apenas modificando as condições de trabalho em vagas já existentes, para diminuir o custo de um empregado.

Referências

CARBONAI, Davide. Labor Reform in Brazil, Politics, and Sindicatos: Notes on the General Strikes of 2017. *Journal of Politics in Latin America*, 2019. Em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1866802X19861493>.

COSTA, Márcia da Silva. O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista brasileira de*

Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 111-131, Out. 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092005000300008>.

DIEESE. A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil. *Nota técnica*, n. 178, 2017. Em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.html>

DIEESE. Retomada da economia? Onde? Quando? *Boletim da conjuntura*, n. 14, 2018. Em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2018/boletimConjuntura014.html>

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Primeiro Trimestre de 2019. 2019. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_1tri.pdf.

STIMMEL. Metalúrgicos de São Leopoldo e Região decretam estado de greve *Informativo Stimmel*, 2018. Em: <http://metalsaoleo.org.br/2018/08/31/metalurgicos-de-sao-leopoldo-e-regiao-decretam-estado-de-greve/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, São Paulo, v.30, n.1, p. 77-104, 2018.

STIMMEC. Era PT: estudo mostra amplo período de valorização de empregos e salários na categoria. *Informativo STIMMEC*. Em: <http://sindimetalcanoas.org.br/novo/noticias/a/era-pt-estudo-mostra-amplo-periodo-de-valorizacao-de-empregos-e-salarios-na-categoria/>. 2018a. Acesso em: 12 ago. 2019.

STIMMEC. *Jornal a Vez e a Voz*. n. 364. 2018. Em: <https://drive.google.com/file/d/15CiP4a00W5kGI96AuTmnezclAESceq2t/view>

STIMMEL. *Informativo STIMMEL*. Em: metalsaoleo.org.br/2018/10/04/apos-patronal-nao-respeitar-acordo-metalurgicos-de-sao-leopoldo-e-regiao-fazem-nova-assembleia-e-aprovam-rea-juste-de-4-e-clausulas-sociais. 2018a. Acesso em: 12 ago. 2019.

TST. *Primeiro ano da reforma trabalhista: efeitos*. Em: http://www.tst.jus.br/noticia-destaque/-/asset_publisher/NGo1/content/id/24724445. 2019. Acesso em: 24 abr.2019.

A gestão de resíduos sólidos em municípios de pequeno porte: um estudo multicaso¹

Gustavo de Carvalho Luiz ²

Introdução

Toda atividade humana é, por natureza, geradora de resíduos, sejam eles sólidos, líquidos ou gasosos. Tais resíduos devem ser gerenciados corretamente para reduzir o potencial de geração de problemas sanitários e ambientais. Em função da sua natureza heterogênea, os resíduos sólidos podem causar impacto sanitário, ambiental, econômico e estético durante todo o seu ciclo de vida, especialmente na etapa da destinação final (OLIVEIRA et al., 2007). Esses problemas se agravam, visto que, tanto a quantidade como a variedade de resíduos têm se modificado ao longo dos anos, impactando a saúde e a qualidade de vida das pessoas (SIQUEIRA; MORAES, 2009).

Por esses motivos, é necessário que os municípios promovam uma gestão adequada dos resíduos sólidos, no intuito de prevenir ou reduzir os possíveis efeitos negativos ao meio ambiente ou à saúde pública (ALBERTE; CARNEIRO; KAN, 2005). Porém, muitos municípios tratam a gestão de seus resíduos de forma deficitária, uma vez que ainda utilizam lixões (BARBOSA, 2017). Siqueira e Moraes (2009, p. 4) salientam que: “o lixo coletado diariamente na área urbana das cidades é transportado para as áreas de destino final onde, na maioria das vezes, é lan-

1 O presente artigo integra os resultados parciais da pesquisa realizada por Gustavo de Carvalho Luiz para a Dissertação do Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, defendida em maio/2018.

2 Administrador lotado na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja. Mestre em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: gustavocarvalho@unipampa.edu.br

çado indiscriminadamente a céu aberto, sem qualquer forma de tratamento”. O descarte inadequado dos resíduos prejudica fortemente o meio ambiente, além de afetar a perspectiva sustentável das populações (GIANNINI, 2010).

A destinação inadequada dos resíduos sólidos tem provocado a deterioração da qualidade de vida nos grandes centros urbanos (SIQUEIRA; MORAES, 2009). Nesse sentido, Guerra (2006) explica que as agressões ao meio ambiente, advindas da má gestão de resíduos, trazem transformações negativas. Para o autor, o meio ambiente vem sofrendo agressões de toda espécie e em grande volume, causando um desequilíbrio significativo que poderá, em curto prazo, comprometer a vida da pessoa humana e de todos os outros seres.

Com isso, depreende-se que a má gestão dos resíduos sólidos tem potencial para gerar graves crises ambientais. Por isso, é necessário gerir essa questão de maneira responsável, com a consciência ambiental estando na pauta permanente dos governos, que devem buscar implementar políticas públicas que tenham foco em uma governança sustentável. Com isso, torna-se cada vez mais notório que “a adoção de padrões de produção e de consumo sustentáveis e o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos podem reduzir significativamente os impactos ao meio ambiente” (JACOBI; BESEN, 2011, p. 136).

Nessa perspectiva, a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) veio fixar regras e objetivos para que os estados e municípios possam efetivar uma gestão de resíduos plena e sustentável (BRASIL, 2010, art. 1º, *caput*). Com a aprovação da PNRS, torna-se importante a investigação acerca da iniciativa dos municípios em desenvolver políticas públicas que estejam alinhadas com a referida lei federal.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o papel dos municípios

Diante de uma situação de constante crescimento da geração de resíduos sólidos no Brasil, fazia-se necessária a elaboração de diretrizes gerais que atendessem às demandas do país e que envolvessem assuntos específicos, tais como: mudanças na

cadeia produtiva, valorização dos resíduos sólidos e integração da população de forma mais ativa nesse processo. Por sua vez, o governo federal instituiu, em 2010, a PNRS, que surgiu para preencher uma lacuna dentro do contexto ambiental, considerando que, antes de sua promulgação, não havia regulamentação nacional sobre o tema, nem a definição das obrigações e responsabilidades dos agentes que integram o ciclo de vida dos produtos. Existiam, entretanto, instrumentos legais específicos que disciplinavam esparsamente a área (SOUSA, 2012).

A aprovação da PNRS, após vinte e um anos de discussões no Congresso Nacional, marcou o início de uma forte articulação envolvendo os três entes federados – União, Estados e Municípios – o setor produtivo e a sociedade em geral. A aprovação da lei qualificou e deu novos rumos às discussões sobre o tema, e também busca trazer soluções para os problemas relacionados à gestão de resíduos, que comprometem a qualidade de vida dos brasileiros (BRASIL, 2012).

Constitucionalmente, o gerenciamento dos resíduos sólidos é de competência do poder público local, ou seja, das prefeituras (IBGE, 2010a). Nesse sentido, Grimberg (2014) entende que os municípios possuem um papel central, ao serem os responsáveis não só pelo gerenciamento dos resíduos, mas também pela estruturação de estratégias que mobilizem o conjunto da sociedade para a implementação de uma gestão ambiental compartilhada e com inclusão social. Ou seja, os municípios precisam articular as metodologias necessárias para consolidar as melhores práticas ambientais, garantindo a supremacia e a relevância do bem comum, sendo um território de execução de políticas de gestão integrada, como as que envolvem os serviços de limpeza pública e de manejo de resíduos sólidos.

Procedimentos metodológicos

O presente trabalho consiste em um estudo exploratório e ao mesmo tempo prescritivo, com a abordagem qualitativa ocorrendo de forma predominante. A pesquisa exploratória buscou um aprofundamento conceitual do objeto de estudo e dos detalhes que o circundam, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e

documental. Complementou-se o estudo exploratório com uma pesquisa prescritiva, construída por um estudo de múltiplos casos, mediante a aplicação de entrevistas junto a cinco municípios de pequeno porte que possuem ações de destaque no campo da gestão de resíduos. A execução das entrevistas ocorreu mediante contato telefônico e posterior envio do questionário, via *e-mail*.

Os resultados da pesquisa permitiram a prescrição de boas práticas de gestão de resíduos sólidos a serem executadas por pequenos municípios, e que estão apresentadas na cartilha que consta no final deste estudo.

Seleção dos municípios para o estudo multicaso

Os municípios foram selecionados por conveniência do pesquisador. Para cada região do país, foi selecionado um município, com população inferior a 50.000 habitantes e com políticas públicas de destaque sobre o tema dos resíduos sólidos. Dessa forma, o enfoque da pesquisa ficou concentrado em municípios de pequeno porte.

Conforme o IBGE, os municípios de pequeno porte são aqueles que possuem população de até 50.000 habitantes. Com essa definição, a dinâmica populacional se configura como um importante indicador para as pesquisas científicas, pois está diretamente relacionada com o processo econômico e estrutural, ao mesmo tempo que reconhece as realidades e os panoramas de cada município, bem como as suas particularidades (BRASIL, 2004). Além disso, é importante investigar como os municípios de pequeno porte atuam perante as dificuldades de gerir os seus assuntos ambientais, como a escassez orçamentária para implementar as políticas públicas (CALIXTO, 2016) e a ausência de espaços físicos adequados para a destinação final dos resíduos sólidos (ROMEIRO; SOUZA; LOPES, 2014).

Tabela 1 - Detalhamento dos municípios pesquisados – estado, região e população estimada

Município	Estado	Região	População Estimada
Rodrigues Alves	Acre	Norte	17.945 (IBGE, 2017a)
Icapuí	Ceará	Nordeste	19.685 (IBGE, 2017b)
Nova Mutum	Mato Grosso	Centro-oeste	42.607 (IBGE, 2017)
Guararema	São Paulo	Sudeste	28.978 (IBGE, 2017c)
Nova Esperança	Paraná	Sul	28.084 (IBGE, 2017d)

Fonte: Elaborada pelo autor da pesquisa

A seguir, está apresentado o estudo multicaso, construído com base no referencial teórico e na aplicação do roteiro de entrevistas.

Caso 1 – Município de Rodrigues Alves/AC

Rodrigues Alves, situado no estado do Acre, possui uma população estimada de 17.945 pessoas (IBGE, 2017a). É o 13º município mais populoso do estado. A densidade demográfica é de 4,68 hab/km² (RODRIGUES ALVES, 2016). A Tabela 2 apresenta o resumo das boas práticas de gestão de resíduos sólidos que são executadas pelo município.

Tabela 2 – Resumo das boas práticas de gestão de resíduos – Rodrigues Alves/AC

Práticas	Fonte
1. Criação e aprovação do PMGIRS, em janeiro/2017	Rodrigues (2017)
2. Planejamento definido para desativação do lixão	Entrevista – estudo de caso (2017)
3. Planejamento para recuperação da área do lixão	Entrevista – estudo de caso (2017)
4. Programa de coleta seletiva em andamento	Entrevista – estudo de caso (2017)
5. Logística reversa implementada para pneumáticos	Entrevista – estudo de caso (2017)
6. Dois programas de educação ambiental em execução	Entrevista – estudo de caso (2017)
7. Quarenta e cinco pessoas empregadas no setor de resíduos	Entrevista – estudo de caso (2017)

Fonte: Elaborada pelo autor da pesquisa

A análise do caso demonstra que o município de Rodrigues Alves se encontra à frente de milhares de outros municípios de pequeno porte que sequer elaboraram os seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), uma das exigências da PNRS (BRASIL, 2010, art. 18, *caput*). Conforme Verdélio (2016), apenas 41% dos municípios do país tomaram tal providência. O estudo indica que o município se encontra num processo gradativo de adaptação à PNRS, uma vez que já implementou algumas ações específicas e possui planejamento definido para ampliar essas ações oportunamente.

Caso 2 – Município de Icapuí/CE

Icapuí localiza-se no estado do Ceará e possui uma população estimada de 19.685 pessoas (IBGE, 2017b). É o 184º município mais populoso do estado e o 5.570º do país. A densidade demográfica é de 43 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2010b). A fundação do município ocorreu no dia 22 de janeiro de 1984 (ICAPUÍ, 2017).

A cidade está incluída na área geográfica de abrangência do clima semiárido brasileiro, conforme a delimitação do Ministério da Integração Nacional, que utiliza como critérios: o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca (ICAPUÍ, 2017). Está situado a 204,9 km da capital do estado, Fortaleza. Possui clima semiárido brando, com chuvas de janeiro a maio. O seu relevo é formado por planícies litorâneas (ANUÁRIO DO CEARÁ, 2017).

O município foi selecionado para participar da pesquisa em representação à região nordeste do país. A Tabela 3 apresenta o resumo das boas práticas de gestão de resíduos sólidos que são executadas pelo município.

Tabela 3 – Resumo das boas práticas de gestão de resíduos – Icapuí/CE

Práticas	Fonte
1. Parceria com a UFERSA para qualificar a gestão dos resíduos	Diário (2017)
2. Planejamento para extinguir o lixão	Diário (2017)
3. Planejamento para restaurar a área degradada pelo uso do lixão	Diário (2017)
4. Universalização do serviço de coleta em 100% da população	Estudo de caso (2017)
5. Projetos permanentes de educação ambiental	Estudo de caso (2017)
6. Cadastramento e capacitação para catadores de materiais recicláveis	Estudo de caso (2017)
7. Investimento mensal per capita (no setor) superior à média nacional	ABRELPE (2017)

Fonte: Elaborada pelo autor da pesquisa

O estudo indica que o município possui uma gestão direcionada a atender aos princípios e objetivos da PNRS, uma vez que estabeleceu parceria com a UFERSA (Universidade Federal Rural do Semi-Árido), com o objetivo de qualificar as políticas públicas do campo ambiental, demonstrando uma iniciativa importante no sentido de agregar potencial técnico e gerencial à sua governança, além de investir em projetos permanentes de educação ambiental, com cadastramento e capacitação de catadores.

Caso 3 – Município de Guararema/SP

O município de Guararema, situado no estado de São Paulo, possui população estimada de 28.978 pessoas (IBGE, 2017c). A densidade demográfica é de 95,43 hab/km² (IBGE, 2010c). É um dos onze municípios do Alto Tietê e pertence à região metropolitana da cidade de São Paulo (GUARAREMA, 2016).

Além de estar dentro do recorte populacional pretendido para o estudo, o convite feito ao município paulista justifica-se pela existência de várias políticas públicas de destaque no campo da gestão de resíduos sólidos, apresentadas na Tabela 4:

Tabela 4 – Resumo das boas práticas de gestão de resíduos – Guararema/SP

Práticas	Fonte
1. Certificação do Programa “Município Verde Azul - PMVA”	Guararema (2017)
2. Obtenção do troféu “Governador André Franco Montoro”	Guararema (2017)
3. Implementação do Plano Mun. de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Guararema (2017)
4. Implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico	Guararema (2017)
5. Execução da coleta seletiva	Guararema (2017)
6. Ampliação de bicicletários	Guararema (2017)
7. Plantio de mudas de árvores em áreas verdes	Guararema (2017)
8. Projeto “Floresta Urbana”	Guararema (2017)
9. Possui esgotamento sanitário adequado em 71,1% do território	IBGE (2010)
10. Possui aterro sanitário próprio	Peixoto (2016)
11. Não utilização de lixão	Estudo de caso (2017)
12. Execução de logística reversa pelo Programa “Papa-pilhas e baterias”	Estudo de caso (2017)
13. Implantação de cooperativa de reciclagem apoiada pela prefeitura	Estudo de caso (2017)
14. Inserção de trabalhadores que atuam no setor de resíduos	Estudo de caso (2017)
15. Execução de programas de educação ambiental	Estudo de caso (2017)

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa

Com as boas práticas apresentadas na Tabela 4, verifica-se que o município de Guararema possui uma gestão de resíduos sólidos de grande destaque, uma vez que atende a diversas exigências da PNRS, como a utilização de um aterro sanitário próprio, programas de logística reversa e a implantação de cooperativas de reciclagem. Além disso, obtém premiações e certificações importantes, que garantem a prioridade na obtenção dos recursos estaduais. Outrossim, já implementou o seu PM-GIRS, atendendo ao artigo 18, *caput*, da PNRS, como condição para garantir o acesso aos recursos, incentivos e financiamentos federais para aplicação no setor de resíduos (BRASIL, 2010).

Caso 4 – Município de Nova Esperança/PR

Nova Esperança, situada no estado do Paraná, possui população estimada de 28.084 pessoas (IBGE, 2017d). A densidade demográfica é de 66,27 hab/km² (IBGE, 2010d). A extensão territorial é de 401,6 km² (NOVA ESPERANÇA, 2016). O município participou da pesquisa em representação à Região Sul do país.

As melhores práticas de gestão de resíduos sólidos executadas pelo município estão apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 5 – Resumo das boas práticas de gestão de resíduos – Nova Esperança/PR

Práticas	Fonte
1. Considerada a cidade “mais limpa” do país	Nova (2016)
2. 1º lugar no Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana - ISLU	SELUR (2017)
3. Não utiliza lixão	Estudo de caso (2017)
4. Transborda os resíduos para um aterro sanitário licenciado	Estudo de caso (2017)
5. Implementou o Plano Munic. de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Estudo de caso (2017)
6. Executa ações de logística reversa para vários tipos de materiais	Estudo de caso (2017)
7. Realiza ações de reciclagem e coleta seletiva	Estudo de caso (2017)
8. Orienta a comunidade para separar os materiais recicláveis	França (2017a)
9. Promove a separação de materiais recicláveis em 80% das moradias	Audi (2017)
10. Fundou a Cooperativa de Materiais Recicláveis (COCAMARE)	Estudo de caso (2017)
11. Participa do colegiado estadual de municípios denominado “R20”	Estudo de caso (2017)
12. Realizou aulas de educação ambiental para mais de 3.200 pessoas	França (2017b)
13. Promove educação ambiental: panfletagens, palestras e carro de som	Estudo de caso (2017)

Fonte: Elaborada pelo autor da pesquisa

A Tabela 5 demonstra que o município possui uma gestão de resíduos sólidos bastante qualificada, uma vez que exe-

cuta diversas ações sustentáveis que estão previstas na Lei nº 12.305/2010 (PNRS). Além disso, obteve o 1º. lugar na 2ª. edição do Índice Nacional de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU), em 2017. Tal índice mede a eficiência dos municípios brasileiros na sua gestão de resíduos (BARROS, 2016). O resultado obtido no ISLU é um indicador de que as políticas públicas desenvolvidas possuem qualidade. Conclui-se o estudo de caso sobre o município de Nova Esperança com a convicção de que esse município atende a uma série de exigências, princípios e diretrizes da PNRS, fazendo jus à conquista de títulos de destaque nacional. O município demonstra uma adaptação bastante avançada às premissas da legislação superior, servindo de referência para os demais, especialmente a partir da implementação de cooperativas de reciclagem apoiadas pela prefeitura, práticas de educação ambiental e logística reversa, bem com a utilização de aterro sanitário para a destinação dos resíduos que são gerados em seu território.

Caso 5 – Município de Nova Mutum/MT

Localizado no estado do Mato Grosso, Nova Mutum possui uma população estimada de 42.607 pessoas (IBGE, 2017). A densidade demográfica é de 3,31 hab/km² (IBGE, 2010e). As principais atividades econômicas são os serviços, a agricultura e a indústria (NOVA MUTUM, 2016). A Tabela 6 apresenta o resumo das boas práticas de gestão de resíduos sólidos desenvolvidas no município.

Tabela 6 - Resumo das boas práticas de gestão de resíduos – Nova Mutum/MT

Práticas	Fonte
1. Expandiu a coleta seletiva para 100% dos bairros	Coleta (2017)
3. Encaminha os resíduos sólidos para um aterro sanitário licenciado	Estudo de caso (2018)
4. Criou o Projeto Reciclo	Nova Mutum (2016)
5. Investimento mensal per capita (no setor) equivalente à média nacional	ABRELPE (2017)
6. Possui pontos de logística reversa para lâmpadas, pilhas e pneus	Estudo de caso (2018)
7. Possui uma cooperativa de materiais recicláveis apoiada pela prefeitura	Estudo de caso (2018)
8. Realiza programas de educação ambiental, com palestras e mídias	Estudo de caso (2018)
9. Promove a distribuição de mudas e a limpeza das áreas verdes	Estudo de caso (2018)
10. Fez parceria com a UFMT para criar um diagnóstico dos resíduos	Nova Mutum (2016)

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa

As boas práticas apresentadas na Tabela 6 demonstram que o município de Nova Mutum/MT executa uma série de ações que possuem aderência com a PNRS. A realização de parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT e a utilização de aterro sanitário indicam um avançado processo de alinhamento aos preceitos PNRS.

Considerações finais

O artigo apresentou um estudo multicaso de uma seleção de cinco municípios de até 50.000 habitantes e que possuem políticas públicas de destaque no campo da gestão de resíduos sólidos. Pela análise dos múltiplos casos, buscou-se verificar quais ações são desenvolvidas nesses municípios.

O município de Rodrigues Alves/AC, apesar de já possuir o seu PMGIRS implementado e de desenvolver ações de coleta seletiva, logística reversa e educação ambiental, ainda precisa providenciar a desativação do lixão e a recuperação da área degra-

dada. Ao desativar o lixão, o município dará um importante passo na busca pela consolidação de uma gestão de resíduos sólidos, plena e efetiva.

Quanto ao município cearense de Icapuí, é possível destacar a parceria firmada junto à UFERSA, que tem o objetivo de atingir sete grandes metas ambientais. Tais metas, assim que atingidas, farão do município uma referência no campo da gestão de resíduos sólidos. Enquanto isso, a prefeitura atingiu a universalização dos serviços de coleta e executa projetos permanentes de educação ambiental. Como ponto a ser melhorado, é possível citar a necessidade de implementar ações de logística reversa.

O município paulista de Guararema desenvolve uma série de boas práticas relacionadas à gestão de resíduos sólidos, entre elas: a utilização de um aterro sanitário próprio, a implementação do PMGIRS e os vários programas de educação ambiental existentes. Sugere-se, apenas, a inserção de outros tipos de materiais nos processos de logística reversa.

A cidade de Nova Esperança/PR é outro caso de grande destaque na gestão de resíduos. Foi considerada a cidade “mais limpa” do país em um recente estudo do ISLU – 2017. Além disso, não utiliza lixão, possui o seu PMGIRS e fundou uma cooperativa de catadores que é subsidiada pela prefeitura. O estudo ainda indicou várias outras ações de destaque no campo do meio ambiente. Como melhoria, sugere-se a realização de estudos de viabilidade para a construção de um aterro sanitário próprio, evitando a terceirização, desde que os custos de construção e manutenção se mostrem vantajosos.

Quanto ao município de Nova Mutum/MT, verificou-se que ele possui diversas ações voltadas à correta gestão de resíduos sólidos, alinhadas com a política nacional, entre elas: a logística reversa, universalização dos serviços de coleta, a utilização de aterro sanitário e a criação do Projeto “Reciclo”, entre outras ações já destacadas neste estudo. Como ponto a ser melhorado, observou-se a pendência da elaboração do PMGIRS; por outro lado, o município construiu, em parceria com a UFMT, um completo e qualificado documento intitulado: “Diagnóstico Técnico Participativo de Nova Mutum – 2016”, onde estão elencadas todas as características e necessidades do município que envolvem

o tema dos resíduos sólidos, entre outros indicadores municipais, como: saneamento, renda e empregabilidade. Tal documento direciona a prefeitura no caminho das melhores políticas públicas.

Na análise do conjunto dos municípios, existem diversas boas práticas voltadas ao tema dos resíduos sólidos, porém se verificou que o uso de lixões ainda é realidade. Por outro lado, há municípios que destinam seus resíduos a aterros sanitários, públicos ou terceirizados, demonstrando forte alinhamento com a PNRS.

O estudo também demonstrou que a totalidade dos municípios possui ações de reciclagem, enquanto a maioria executa programas de coleta seletiva e de logística reversa. A pesquisa mostrou que três municípios já possuem os seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). As cooperativas de catadores de materiais recicláveis também estão presentes em três municípios. Quanto às ações de educação ambiental, essas **são desenvolvidas nos cinco municípios pesquisados.**

Cabe destacar um ponto importante no contexto da pesquisa, que são as parcerias entre as prefeituras e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a exemplo de Icapuí, com a UFERSA, e de Nova Mutum, com a UFMT. Tais parcerias mostram-se positivas e agregam qualidade técnica e gerencial às políticas públicas voltadas ao meio ambiente.

Conforme comentado, em todos os municípios pesquisados há fatores de destaque, porém há questões que precisam ser implantadas ou melhoradas. A conclusão é que a PNRS veio qualificar a gestão de resíduos nesses municípios, pois muitas políticas públicas importantes passaram a ser colocadas em prática após a instituição da referida lei federal. Quanto à forma como vem ocorrendo a implementação da Lei, em alguns municípios há um estágio de adaptação bastante avançado, enquanto em outros existem pendências importantes. Tais pendências foram justificadas por alguns fatores, entre eles, a escassez orçamentária e o alto custo da gestão de resíduos sólidos. O estudo ainda demonstrou que alguns municípios sofrem com a ausência de espaços físicos adequados para a destinação final de seus resíduos. Diante desse fato, alternativas de gestão ganham destaque, como a educação ambiental, que visa a conscientizar a população para

evitar que o meio ambiente seja afetado pela desinformação ou pela falta de conhecimento.

Por fim, a PNRS é importante e necessária, uma vez que apresenta conceitos e estabelece diretrizes para a correta gestão de resíduos sólidos nos estados e municípios, de forma inovadora e transformadora, gerando efeitos positivos na perspectiva da sustentabilidade.

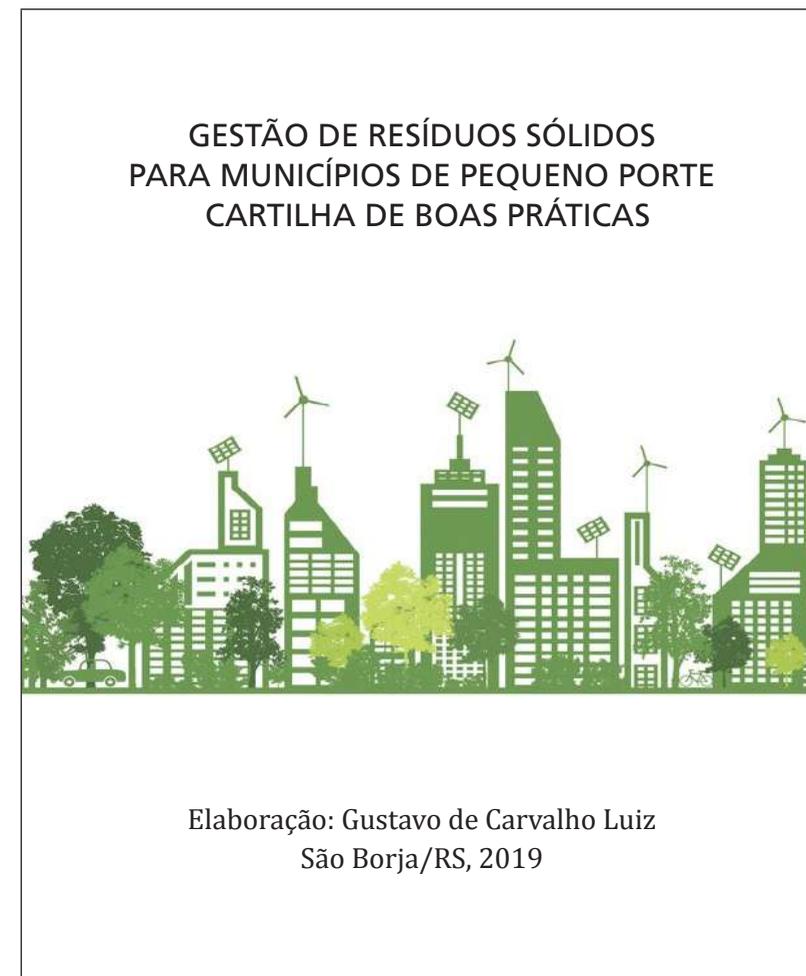
O presente estudo visa a incentivar os poderes públicos a realizarem cada vez mais reflexões e discussões, visando a atingir uma gestão de resíduos responsável e sustentável. Almeja-se, ainda, que os resultados da pesquisa possam servir como instrumento de auxílio aos pequenos municípios na formulação de seus planejamentos estratégicos voltados ao tema. Nesse sentido, como produto final de pesquisa, disponibiliza-se, no final deste trabalho, uma cartilha de boas práticas de gestão de resíduos sólidos a serem executadas por municípios de pequeno porte. A pesquisa completa, na forma de dissertação, encontra-se no repositório institucional da UFSM, no seguinte link: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15232>

Cartilha de Boas Práticas – Produto final de pesquisa

O produto final desta pesquisa consiste em uma Cartilha de Boas Práticas de Gestão de Resíduos Sólidos a ser posta em prática por municípios de pequeno porte. O presente artigo contém resultados parciais da dissertação defendida por este pesquisador, em maio/2018, junto ao Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP) da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

O PPGOP possui uma designação profissional e, por conta disso, entendeu-se como relevante a construção de um produto final de pesquisa com o objetivo de prescrever boas práticas de gestão aos pequenos municípios. Considerando que os mestrandos profissionais enfatizam os estudos e as técnicas voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional (CAPES, 2015), buscou-se construir uma cartilha direcionada aos municípios, com o intuito de contribuir na qualificação da sua gestão de resíduos sólidos.

APÊNDICE – Cartilha de boas práticas de gestão de resíduos sólidos para municípios de pequeno porte (produto final)



A presente cartilha é fruto de dissertação do Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. O trabalho intitulado: *Política Nacional de Resíduos Sólidos: uma análise da gestão em municípios de pequeno porte* teve por objetivo geral: propor as melhores práticas de gestão de resíduos para pequenos municípios, à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010.

A partir da pesquisa bibliográfica, foi possível apontar alguns problemas enfrentados por muitos municípios brasileiros, conforme a Tabela 1. Tais problemas prejudicam a efetivação de uma gestão de resíduos sólidos, plena e sustentável.

Tabela 1 - Problemáticas referentes à gestão de resíduos sólidos

Problemática	Fonte
1. Volume expressivo de resíduos produzidos	ABRELPE (2017)
2. Destinação inadequada dos resíduos sólidos	Martins et al. (2015)
3. Uso de lixão e/ou aterro controlado ¹ por 59% dos municípios	ABRELPE (2017)
4. Baixo nível de prioridade direcionada à gestão de resíduos	Siqueira e Moraes (2009)
5. Falta de vontade política com relação ao manejo de resíduos	Barbosa (2017)
6. Alto custo da gestão de resíduos sólidos	ABRELPE (2017)
7. Limitações orçamentárias dos municípios	Calixto (2016)
8. Escassez de espaços físicos para a destinação dos resíduos	Samizava et al. (2008)
9. Crescimento populacional e desenvolvimento dos municípios	Sousa (2012)
10. Aumento das taxas de consumo das famílias	Abdala (2018)
11. Impactos sociais: catadores expostos a condições precárias	Junior, Leme e Rico (2014)
12. Trabalho infantil em lixões	Arruda (2017)

Fonte: Elaborada pelo autor

¹Espécie de lixão com estrutura precária onde os resíduos sólidos são enterrados sem nenhum critério.

Diante da necessidade de combater esses problema e de implementar ferramentas para qualificar as políticas públicas

voltadas à gestão de resíduos sólidos no país, o Governo Federal instituiu a Lei 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A referida lei estabelece as diretrizes a respeito da correta gestão dos resíduos, bem como estipula prazos a serem cumpridos por estados e municípios. Com isso, a matéria constitui-se num desafio a ser enfrentado pelos gestores públicos, que normalmente convivem com uma série de dificuldades, entre elas: a escassez orçamentária e a ausência de espaços físicos adequados para a destinação final do lixo.

Nessa perspectiva, a presente cartilha busca prescrever as melhores práticas de gestão de resíduos sólidos a serem executadas por pequenos municípios. Para o levantamento dessas ações, foram consultados referenciais teóricos, bem como dados oficiais e de institutos de pesquisa. Com o objetivo de verificar o alinhamento das teorias às práticas de gestão, foram realizadas entrevistas junto a cinco municípios que possuem população de até 50.000 habitantes e que tenham ações de destaque no campo da gestão de resíduos sólidos. Para cada região do país, foi selecionado um município, por conveniência do pesquisador, conforme a tabela a seguir.

Tabela 2 - Descrição dos municípios que participaram da pesquisa

Município	Estado	Região	População Estimada
Rodrigues Alves	Acre	Norte	17.945 (IBGE, 2017)
Icapuí	Ceará	Nordeste	19.685 (IBGE, 2017)
Nova Mutum	Mato Grosso	Centro-oeste	42.607 (IBGE, 2017)
Guararema	São Paulo	Sudeste	28.978 (IBGE, 2017)
Nova Esperança	Paraná	Sul	28.084 (IBGE, 2017)

Fonte: Elaboração própria

Figura 1 - Posicionamento geográfico dos municípios pesquisados, por região



Fonte: Francisco (2018).

A seguir, estão apresentadas as melhores práticas de gestão de resíduos sólidos a serem executadas por municípios de pequeno porte, à luz do que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). As informações estão organizadas por ação específica.

1 Boas práticas relacionadas aos espaços de destinação final de resíduos:

- 1.1 Vigilância e fiscalização permanente dos lixões existentes;
- 1.2 Desativação dos lixões e recuperação das áreas degradadas;
- 1.3 Implementação de aterro sanitário;
- 1.4 Contratação de aterro sanitário particular, desde que licenciado;
- 1.5 Realização de consórcios de cooperação intermunicipal para o transbordo dos resíduos a aterros sanitários localizados em outros municípios;
- 1.6 Instalação de usinas de compostagem para o tratamento dos resíduos orgânicos.

2 Boas práticas relacionadas à reciclagem:

- 2.1 Estímulo às ações de coleta seletiva nos bairros e órgãos públicos;
- 2.2 Universalização dos serviços de coleta a todo o território municipal;
- 2.3 Instalação de recipientes para a coleta seletiva, separados por tipo de material, em pontos estratégicos do município;
- 2.4 Fundação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis apoiadas pelo poder público;
- 2.5 Inserção de catadores nos processos de reciclagem, mediante pagamento de subsídio mensal pela prefeitura;
- 2.6 Cadastramento e capacitação de catadores para atuarem com segurança nos processos de coleta e triagem de materiais recicláveis.

3 Boas práticas relacionadas à logística reversa:

- 3.1 Criação de programas de logística reversa nos bairros e órgãos públicos;
- 3.2 Instalação de pontos de devolução de materiais nos locais necessários;
- 3.3 Inclusão de todos os tipos de materiais obrigatórios no processo, como: pneus, pilhas, lâmpadas, eletroeletrônicos e embalagens de agrotóxicos;
- 3.4 Conscientização da comunidade sobre a importância da devolução dos materiais retornáveis;
- 3.5 Busca de parcerias com empresas e indústrias, visando à reinserção dos materiais retornáveis ao ciclo produtivo, ou o descarte adequado.

4 Boas práticas relacionadas à educação ambiental:

- 4.1 Realização de palestras e seminários aos jovens e adultos;
- 4.2 Oferecimento de aulas de educação ambiental nas escolas;
- 4.3 Promoção de campanhas de orientação para a separação do lixo nas residências;

- 4.4 Formação de agentes multiplicadores das questões ambientais na comunidade;
- 4.5 Organização de reuniões com o setor produtivo, a fim de articular estratégias conjuntas no campo da conscientização;
- 4.6 Realização de ações corpo a corpo, como: panfletagens e reuniões com associações de moradores;
- 4.7 Divulgação permanente das ações voltadas ao tema da educação ambiental, utilizando-se de outdoors, carros de som e demais ferramentas;
- 4.8 Publicação de campanhas nas mídias digitais sobre a importância da não geração, redução, reutilização, tratamento e disposição final adequada dos resíduos sólidos.

5 Outras práticas recomendadas:

- 5.1 Busca de parcerias com Universidades, visando a agregar valores técnicos e operacionais, trazendo resultados positivos no conjunto das políticas públicas;
- 5.2 Criação de setores específicos para o desenvolvimento de projetos ambientais;
- 5.3 Captação de recursos junto aos entes federados para aplicação no setor de resíduos;
- 5.4 Oferecimento de capacitação para servidores públicos atuarem na gestão de resíduos;
- 5.5 Ampliação do percentual do orçamento a ser alocado na gestão de resíduos sólidos;
- 5.6 Implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS);
- 5.7 Universalização dos serviços de coleta e de limpeza de todas as ruas e bairros;
- 5.8 Realização de plantio de mudas de árvores, envolvendo a participação de estudantes;
- 5.9 Construção de um diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados, contendo a origem, o volume, a caracterização e as formas de destinação final adotadas;

- 5.10 Elaboração de planejamento estratégico, tático e operacional para direcionar corretamente a gestão de resíduos sólidos, com base nos dados levantados no diagnóstico;
- 5.11 Criação de colegiados entre secretários de meio ambiente, a fim de discutir os assuntos em comum, relacionados à gestão de resíduos no contexto regional;
- 5.12 Instalação de bicicletários, visando à redução da emissão de poluentes e a melhoria da qualidade do ar.

As ações recomendadas nesta cartilha possuem o objetivo de auxiliar os municípios de pequeno porte no direcionamento de suas políticas públicas, tendo como base as boas práticas executadas nos municípios pesquisados. Ao mesmo tempo, busca incentivar a realização de mais discussões e reflexões sobre o assunto, visando a uma gestão de resíduos sólidos, responsável e sustentável para o conjunto das populações, em benefício das gerações do presente e do futuro.

Referências

- ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. *Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil. 2016*. São Paulo. ABRELPE. 2017. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2016.pdf>> Acesso em: 4 dez. 2017.
- ALBERTE, Elaine Pinto Varela; CARNEIRO, Alex Pires; KAN, Lin. Recuperação de áreas degradadas por disposição de resíduos sólidos urbanos. *Diálogos & Ciência*—Revista Eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana. Ano III, n. 5, 2005.
- ANUÁRIO DO CEARÁ 2017-2018. *Guia das Cidades*. Icapuí. Disponível em: <<http://www.anuariodoceara.com.br/cidades/icapui/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.
- AUDI, Amanda. Seminários Folha. Em cidade campeã de limpeza urbana, só lixo separado corretamente é levado. *Jornal Folha de São Paulo*. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/10/1924751-em-cidade-campea-de-limpeza-urbana-so-lixo-separado-corretamente-e-levado.shtml>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BARBOSA, Vanessa. Revista Exame. *Os números “malcheirosos” da gestão de lixo no Brasil*. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-malcheirosos-da-gestao-de-lixo-no-brasil/#>>. Acesso em: 11 dez 2017.

BARROS, Mariana. Cidades sem fronteira. 2016. Cidades pequenas da região Sul têm a melhor gestão de lixo do país, mostra estudo. *Revista Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/cidades-sem-fronteiras/cidades-pequenas-da-regiao-sul-tem-a-melhor-gestao-de-lixo-do-pais-mostra-estudo/#>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Resolução CNAS n. 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil. 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao-compilado.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. Lei n. 12.305 de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em: 13 fev. 2017.

BRASIL. *Plano Nacional de Resíduos Sólidos*. 2012. Disponível em: http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183f0e7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657>. Acesso em: 15 fev. 2107.

CALIXTO, Bruno. 2016. *Lixão que não acaba mais*. Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/07/lixao-que-nao-acaba-mais.html>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

CAPES. Ministério da Educação. *Mestrado Profissional*. 2015. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7419-mestrado-profissional>>. Acesso em: 10 maio 2018.

COLETA SELETIVA do Reciclo será estendida a 100% dos Bairros de Nova Mutum. *Cenário MT*. Assessoria. 2017. Disponível em: <https://www.cenariomt.com.br/2017/08/31/coleta-seletiva-do-reciclo-sera-estendida-a-100-dos-bairros-de-nova-mutum/>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

DIAGNÓSTICO Técnico-Participativo de Nova Mutum. Produto C. 2016. *Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB*. Prefeitura Municipal de Nova Mutum – MT.

DIÁRIO DO NORDESTE. Regional. *Icapuí faz parceria com a Ufersa para tratar resíduos*. 2017. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdes->

[mares.com.br/cadernos/regional/icapui-faz-parceria-com-a-ufersa-para-tratar-residuos-1.1809878](http://diariodonordeste.verdes-)>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FRANÇA, Alex. Nova Esperança é a primeira colocada em ranking nacional na gestão do lixo. *Jornal Noroeste*, 2017b. Disponível em: <http://www.jornalnoroste.com/ExibeNoticia/0/14590/nova-esperan-a-a-primeira-colocada-em-ranking-nacional-na-gest-o-do-lixo.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

FRANÇA, Alex. População adota novos hábitos e cidade se torna referência em coleta seletiva de lixo. *Jornal Noroeste*. 2017a. Disponível em: <http://www.jornalnoroste.com/ExibeNoticia/91/4518/-popula-o-adota-novos-h-bitos-e-cidade-se-torna-refer-ncia-em-coleta-seletiva-de-lixo.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

GIANNINI, Camila Fernanda. Gestão dos resíduos industriais e a qualidade de vida. ENCONTRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL, 4, Campo Mourão, *Anais...* Campo Mourão, Paraná, 17 a 19 de nov., 2010.

GRIMBERG, Elisabeth. *A Política Nacional de Resíduos Sólidos: a responsabilidade das empresas e a inclusão social*. 2014. Disponível em: <http://limpezapublica.com.br/textos/1177.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2017.

GUARAREMA é a única da Região Metropolitana a conquistar o selo VerdeAzul. *Oi Diário*. Redação. 2017. Disponível em: <https://oidiario.com.br/selo-verdeazul/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

GUARAREMA (Município). *Localização*. Turismo. 2016. Disponível em: <http://www.guararema.sp.gov.br/462/turismo/localizacao/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Cidades*. Panorama. População. Brasil. Mato Grosso. Nova Mutum. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-mutum/panorama>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Cidades*. Panorama. População estimada. Brasil. Acre. Rodrigues Alves. 2017a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rodriguesalves/panorama>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Cidades*. Panorama. População estimada. Brasil. Ceará. Icapuí. 2017b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/icapui/panorama>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Cidades*. Panorama. População estimada. Brasil. São Paulo. Guararema. 2017c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/guararema/panorama>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Cidades*. Panorama. População estimada. Brasil. Paraná. Nova Esperança. 2017d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/nova-esperanca/panorama>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008*. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45351.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008*. Rio de Janeiro. 2010a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45351.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Cidades*. Panorama. Densidade demográfica. Brasil. Ceará. Icapuí. 2010b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/icapui/panorama>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Cidades*. Panorama. Densidade demográfica. Brasil. São Paulo. Guararema. 2010c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/guararema/panorama>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Cidades*. Panorama. Densidade demográfica. Brasil. Paraná. Nova Esperança. 2010d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/nova-esperanca/panorama>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Cidades*. Panorama. Densidade demográfica. Brasil. Mato Grosso. Nova Mutum. 2010e. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-mutum/panorama>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

ICAPUÍ (Município). Dados do município/localização. 2017. Disponível em: <<http://www.icapui.ce.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ISLU, Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana para os municípios brasileiros. SELUR, PWC. 2. ed. 2017.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estudos avançados*, v. 25, n. 71, p. 135-158, 2011.

NOVA ESPERANÇA (Município). *Cidades*. Brasil. Paraná. 2016. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-nova-esperanca.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

NOVA MUTUM (Município). Diagnóstico Técnico-Participativo de Nova Mutum. Produto C. *Plano Municipal de Saneamento Básico* – PMSB. Prefeitura Municipal de Nova Mutum – MT, 2016.

OLIVEIRA, Alany Santos et al. A coleta e a disposição final dos resíduos sólidos urbanos no município de Capim Grosso - BA. In: FEIRA DO SEMI-ÁRIDO, 5, 2007, Feira de Santana. *Anais...* Feira de Santana: UEFS, 2007.

PEIXOTO, Gladys. Aterro de Guararema recebe licença e volta a funcionar após três anos. *G1. Notícias*. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2016/06/aterro-de-guararema-recebe-licenca-e-volta-funcionar-apos-tres-anos.html>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

RODRIGUES ALVES (Município). *Aspectos Geográficos*. 2016. Disponível em: <<http://www.rodriguesalves.ac.gov.br/a-cidade/aspectos-geograficos/>>. Acesso em 4 jan. 2018.

RODRIGUES, Iryá. Plano Municipal de Resíduos Sólidos é aprovado em Rodrigues Alves. *G1. Cruzeiro do Sul e Região*. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/cruzeiro-do-sul-regiao/noticia/2017/01/plano-municipal-de-residuos-solidos-e-aprovado-em-rodrigues-alves.html>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

ROMEIRO, Camila. SOUZA, Crisângela. LOPES, Frederico. *Discussões sobre a recuperação de áreas degradadas por resíduos sólidos urbanos*. I Simpósio Mineiro de Geografia. Das adversidades à articulação geográfica. Universidade Federal de Alfenas – MG, 2014.

SELUR. Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo. Planilha de Custo. *ISLU, Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana para os municípios brasileiros*. 2. ed. 2017. Disponível em: <<https://www.selur.com.br/publicacoes/islu-indice-de-sustentabilidade-da-limpeza-urbana-para-os-municipios-brasileiros-2a-edicao-2017/>> Acesso em: 15 dez 2017.

SIQUEIRA, Mônica Maria; MORAES, Maria Silvia de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 6, p. 2115-2122, 2009.

SOUSA, Machado. Política Nacional dos Resíduos Sólidos: uma busca pela a redução dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). *InterfaceHS. Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 7, n. 3, 2012.

VERDÉLIO, Andreia. *EBC Agência Brasil*. Governo federal defende prorrogação do prazo da lei que acaba com os lixões. 2016.

Multi, inter e transdisciplinaridade: breves reflexões teóricas

Matheus Furtado¹

Ronaldo Bernardino Colvero²

Introdução

Ao tratar sobre multi, inter ou transdisciplinaridade, muitas vezes os conceitos parecem bastante claros. Entretanto, é preciso sempre revisá-los para não cair no senso comum. Além de estarem inseridos em um processo, tais conceitos carregam em si uma complexidade. É preciso esclarecê-los antes de adotar alguma “certeza” sobre o que se pensa saber. E é fundamental manter uma postura de humildade acadêmica e reflexão constante.

De modo a tornar a presente reflexão mais objetiva, conceitos fundamentais tentarão ser esclarecidos, bem como a compreensão do processo em que se inserem. Primeiro, se tratará da pluri ou multidisciplinaridade, que muitas vezes se confunde com a interdisciplinaridade. Depois, a própria interdisciplinaridade. E, por fim, a transdisciplinaridade, que causa reflexão e vislumbre, mas que possui demasiada complexidade em termos práticos.

A discussão sobre esses conceitos vem se mostrando, a cada dia, uma necessidade. Ainda hoje não se tem um conceito uno de interdisciplinaridade, por exemplo, e a reflexão constante pode ajudar a entender melhor as diferentes perspectivas. Mas, dentre as inúmeras definições, é possível apontar um denominador comum: a interdisciplinaridade se caracteriza pela relação entre as áreas do conhecimento, em uma quebra dos muros disciplinares, numa desvalorização das diferentes disciplinas, aliado ao intercâmbio de metodologias e saberes.

1 Graduado em Ciências Humanas – Licenciatura, pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Campus São Borja. Pesquisa sobre Interdisciplinaridade. E-mail: matheusftd@gmail.com.

2 Professor Doutor no curso de Ciências Sociais – Ciências Política, na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Campus São Borja. Pesquisa sobre História Regional. E-mail: rbcolvero@gmail.com.

Dos três conceitos sob enfoque, talvez a multidisciplinaridade seja o mais familiar, em sua perspectiva de tratar um objeto sob diferentes perspectivas, sem fazer relações. Diante do fato de haver um certo engessamento das áreas do conhecimento, a perspectiva interdisciplinar se apresenta como uma possibilidade para a resolução dos problemas cada vez mais complexos da contemporaneidade. Esses problemas que a lógica estritamente disciplinar já não consegue resolver.

Junto à interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade se apresenta como possibilidade, vislumbre futuro, buscando uma unidade do conhecimento que hoje parece distante. Ao pensarmos sobre tais conceitos, mostra-se um ponto em comum: ao invés de “caixas fechadas”, de divisão para compreensão, há uma abertura. Existe uma iniciativa de diálogo entre as áreas do conhecimento. E, na transdisciplinaridade, se dá a perspectiva de *unidade* do conhecimento.

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma breve reflexão conceitual sobre a multi, a inter e a transdisciplinaridade, evidenciando a necessidade de compreendê-los de maneira conjunta. O trabalho se torna importante pela necessidade da quebra da cristalização disciplinar atual, numa perspectiva de intercâmbio de ideias e metodologias para compreensão das realidades e resolução dos problemas emergentes. Partindo de uma delimitação conceitual sobre multi, inter e transdisciplinaridade, buscamos a reflexão visando a uma prática mais acertada. Torna-se uma necessidade entender os conceitos não de forma separada, mas inter-relacionados. A metodologia se caracteriza como qualitativa, fazendo uso do método bibliográfico.

Multi, inter e transdisciplinaridade: conceitos, processo e inter-relação

Sobre a multidisciplinaridade, aponta-se a sua principal característica, nas relações em que ocorre esse tipo de abordagem: é a justaposição de ideias (BICALHO; OLIVEIRA, 2011, p. 7). A multidisciplinaridade corresponde à busca da integração de conhecimentos por meio do estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina ou por várias delas ao mesmo tempo. Esse

tipo de perspectiva diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo (NICOLESCU et al., 2000; NICOLESCU, 1999, p. 10). Dentre as principais características de experiências chamadas multidisciplinares, estão:

- a) aproximação de diferentes disciplinas para a solução de problemas específicos; b) diversidade de metodologias: cada disciplina fica com a sua metodologia; c) os campos disciplinares, embora cooperem, guardam suas fronteiras e ficam imunes ao contato (DOMINGUES, 2005, p. 22).

Há um trabalho em conjunto entre disciplinas para que se resolva um problema, compreenda-se uma realidade ou fenômeno. Isso, por si, quebra uma lógica estritamente disciplinar, de “muros” estabelecidos, que são a barreira protetora e delimitadora de cada disciplina. No caso da multidisciplinaridade, deve-se perceber, mesmo com a colaboração e aproximação entre disciplinas, que *não há intercâmbio* e sim *justaposição* de ideias. Há uma linha tênue entre a multi e interdisciplinaridade, causando confusão em relação aos conceitos, muitas vezes.

A multidisciplinaridade supõe o pôr em conjunto, o estabelecer algum tipo de coordenação, numa perspectiva de mero paralelismo de pontos de vista (POMBO, 2008, p. 13). Um exemplo bastante importante para compreender a multidisciplinaridade é o projeto de construção da Bomba A – Projeto Manhattan (DOMINGUES, 2005). Esse projeto contou com equipe formada por vários especialistas, cada um com sua tarefa determinada previamente. Havia um objetivo estabelecido, e as tarefas foram delegadas a uma equipe multidisciplinar, em um exercício multidisciplinar. O que havia em comum era o objeto, o problema e os objetivos, e não as metodologias.

Outro exemplo possível de citar é o projeto de produção em grande escala da vacina contra raiva, desenvolvido pelo Instituto Pasteur. A equipe era composta de biólogos, químicos, médicos e veterinários. E surgiu da possibilidade vislumbrada por Pasteur de reunir pesquisa básica e tecnológica em um único instituto de pesquisa, em Paris, capaz de fabricar medicamentos e, também,

vinhos (BICALHO; OLIVEIRA, 2011). E é na perspectiva de aproximação, e não de relação, que se baseia a multidisciplinaridade.

Já a interdisciplinaridade, como seu nome sugere, é uma espécie de relação entre disciplinas. Ela tem como finalidade a produção de novos conhecimentos e de respostas às questões sociais (LENOIR, 2008, p. 52). Em uma perspectiva prática, entende-se a interdisciplinaridade como estratégia de flexibilização e integração das disciplinas. Entretanto, também pode ocorrer um mal-entendido, principalmente quando ela é assumida como uma solução absoluta, anulando totalmente a existência das disciplinas. A verdadeira interdisciplinaridade não busca eliminar as disciplinas. Segundo Paviani (2008), sua função é auxiliar na compreensão, no limite e na função de cada disciplina.

[...] a finalidade da interdisciplinaridade é de ampliar uma ligação entre o momento identificador de cada disciplina de conhecimento e o necessário corte diferenciador. Não se trata de uma simples deslocação de conceitos e metodologias, mas de uma recriação conceitual e teórica (PAVIANI, 2008, p. 41).

A interdisciplinaridade, segundo o autor, pode ser uma proposta metodológica ou forma de aplicar conhecimentos de um componente curricular em outro, com uma perspectiva de intercâmbio de metodologias e relações entre os campos disciplinares, em um movimento (re)criativo. Pode ser, também, uma forma de colaboração entre professores que, por muitas vezes, buscam construir algo para além dos campos disciplinares fragmentados. Com a prática interdisciplinar, há uma mudança nos modos de perceber a realidade. E as causas principais do surgimento da interdisciplinaridade estão no excesso de rigidez, artificialidade e na falsa autonomia das disciplinas, as quais não permitem acompanhar o dinamismo da realidade atual e a produção de novos conhecimentos (PAVIANI, 2008).

Na interdisciplinaridade, há uma mudança de lógica, do modo de interpretação da realidade. Quando se fala em transcender a lógica estabelecida, não significa abandono da racionalidade, desprezo pelo método ou até pelas disciplinas. Pelo con-

trário, visa-se a uma mudança na rigidez da compreensão das realidades de maneira única e estritamente delimitada. Aqui, as subjetividades podem se incorporar à racionalidade; os saberes diversos, os contextos culturais, e tudo aquilo que, durante muito tempo, foi tido como não fundamental pela análise científica.

Indo além, na abordagem transdisciplinar a lógica clássica do pensamento e do “como conhecer” entra em crise, abalada em seu fundamento centrado na não contradição, segundo Akiko Santos. A transdisciplinaridade se coloca de forma a transcender a lógica do “sim” ou “não”, do “é” ou “não é”, em que não cabem definições como “mais ou menos” ou “aproximadamente”, e não são consideradas expressões que ficam “entre linhas divisórias” e “além das linhas divisórias”. Considera-se que há um terceiro termo no qual o “é” se une ao “não é” (SANTOS, 2008, p. 74).

A transdisciplinaridade é uma nova abordagem científica e cultural, uma nova forma de ver e entender a natureza, a vida e a humanidade. Ela busca a unidade do conhecimento para encontrar um sentido para a existência do Universo, da vida e da espécie humana. Se a Ciência Moderna significou uma mudança radical no MODO DE PENSAR dos homens medievais, a transdisciplinaridade, hoje, sugere a superação da mentalidade fragmentária, incentivando conexões e criando uma visão contextualizada do conhecimento, da vida e do mundo (SANTOS, 2005, p. 2-3).

A transdisciplinaridade é uma nova forma de conhecer, ao mesmo tempo que é uma outra maneira de interpretar e refletir sobre *como* conhecer as coisas. É *objetividade* e *subjetividade* para a produção do conhecimento. De acordo com Basarab Nicolescu (1999), a transdisciplinaridade, assim como o prefixo “trans”, estará relacionada àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, fato possível por meio de uma espécie de unidade do conhecimento (NICOLESCU, 1999, p. 11).

[...] a transdisciplinaridade significa transgredir a lógica da não-contradição, articulando os contrários: sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, matéria e consciência, simplicidade e complexidade, unidade e diversidade [...]. Ao articular esses pares binários, por meio da lógica do terceiro termo incluído, a compreensão da realidade ascende a outro nível, tomando um significado mais abrangente e sempre em aberto para novos processos (SANTOS, 2008, p. 75).

A transdisciplinaridade é radicalmente distinta da pluri e da interdisciplinaridade, por sua finalidade: a compreensão do mundo presente, impossível de ser inscrita na pesquisa disciplinar (NICOLESCU, 1999, p. 13). Esta se dá como um estágio de unidade do conhecimento. Para que isso ocorra, parte-se da lógica disciplinar, de estabelecimento rígido de objeto de pesquisa e de método característico de cada disciplina. Com isso, se dá a multidisciplinaridade, com aproximação entre disciplinas, mas sem relação metodológica ou de saberes. Gradativamente, a interdisciplinaridade se apresenta como uma relação metodológica e de ideias – necessária – entre as disciplinas, num movimento de cooperação e produção conjunta do conhecimento. E, no estágio final do processo, está o rompimento das barreiras disciplinares, a unidade do conhecimento: a transdisciplinaridade.

Mas, o que seria necessário para atingir tal estágio? Segundo Akiko Santos, perante uma fragmentação do mundo, o diálogo entre disciplinas se faz necessário para que se breque o domínio da fragmentação demasiada do conhecimento. A ideia de um compartilhamento universal não ocorre sem a autotransformação, apoiada nos sentimentos de tolerância e abertura. Ambas são atitudes fundamentais para o diálogo entre os diferentes saberes, diferentes culturas, teorias e os diferentes modos individuais de ser (SANTOS, 2005, p. 4). É necessária uma atitude caracterizada por um *objetivo transdisciplinar comum*. Faz-se urgente uma ação que vise ao desenvolvimento humano e do conhecimento para benefício de todos os contextos – em toda sua complexidade.

No processo onde se insere a transdisciplinaridade, há um rompimento dos muros disciplinares, com uma fluidez que possibilitaria compreender o mundo presente, a complexidade das múltiplas realidades atuais. Seria uma mudança na forma de conhecer. Esta passaria a ser pautada em uma epistemologia objetiva, subjetiva, cooperativa e de inter-relação, inserindo-se em um processo de reflexão conceitual, no qual as definições não devem ser tratadas separadamente.

A ideia é a de que as tais três palavras, todas da mesma família, devem ser pensadas num continuum que vai da coor-denação à combinação e desta à fusão. Se juntarmos a esta continuidade de forma um crescendo de intensidade, teremos qualquer coisa deste gênero: do paralelismo pluridisciplinar ao perspectivismo e convergência interdisciplinar e, desta, ao holismo e unificação transdisciplinar [...] Na verdade, o problema que pela palavra interdisciplinaridade se dá a pensar tem a ver com um fenômeno característico da nossa ciência contemporânea. Uma clivagem, uma passagem, um deslocamento no modelo analítico de uma ciência que se construiu desde os seus começos como a procura de divisão de cada dificuldade no seu conjunto de elementos ínfimos, isto é, que partiu do princípio de que existe um conjunto finito de elementos constituintes e que só a análise de cada um desses elementos permite depois reconstituir o todo (POMBO, 2008, p. 14-16).

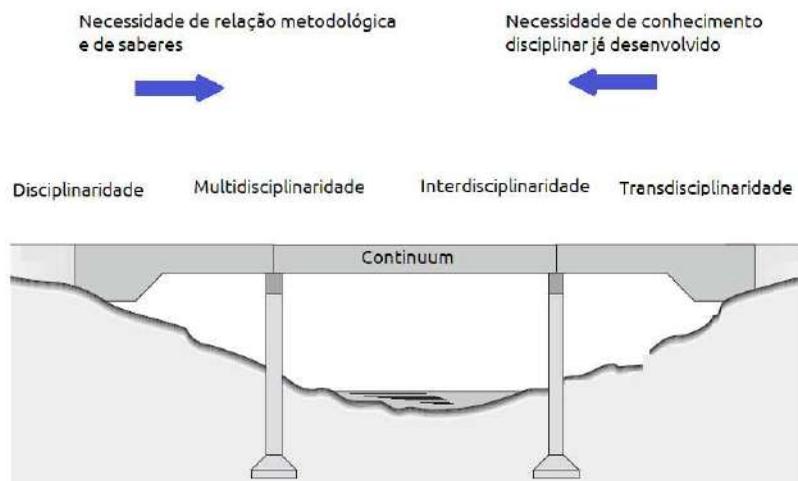
A reflexão conceitual auxilia na construção e organização sobre “o que é o quê”, em relação à multi, trans e interdisciplinaridade. Entretanto, esses três conceitos fazem parte de um processo. Não se separam, pois estão interligados e correlacionados. Muitas vezes, são apresentados como conceitos individuais isolados, o que traz grande dificuldade de compreensão, se não os tivermos como objetos deste *continuum*.



Fonte: elaborado pelos autores

De acordo com Olga Pombo, vem sendo observável uma mudança na ciência, onde a centralidade e as especificidades das disciplinas científicas (Biologia, Física, História) não dão mais conta da resolução dos problemas. Esse modelo analítico, que deu inegáveis frutos que não podem deixar de ser reconhecidos, estaria a se revelar hoje insuficiente. E, se é assim, cabe uma mudança profunda, um deslocamento no modo de fazermos ciência (POMBO, 2004; POMBO, 2008, p. 16). Com isso em mente, há necessidade de uma transição da rigidez das disciplinas, onde as fronteiras disciplinares eram mantidas, para o intercâmbio, para a relação entre os saberes. Dessa forma, vislumbra-se uma unidade do conhecimento, que dê conta dos problemas e realidades complexas atuais e dos tempos futuros.

Quando tratamos da lógica do processo, observa-se um *continuum*, que vai da multi à inter, e, por fim, à transdisciplinaridade. É um processo gradativo. E, sobre tal, é possível pensar que não há somente um movimento unidirecional, pois existe uma espécie de lógica de ida-e-volta. Ao mesmo tempo que o processo vai em uma direção, gradativamente, é preciso que se retorne. Para compreender isso, é possível imaginar que os conceitos estão em uma espécie de ponte, e se está tentando praticar a interdisciplinaridade, ou a necessidade desta acaba se apresentando, por exemplo.



Fonte: adaptado de Marchetti (2018, p. 1).

Pressupõe-se que a interdisciplinaridade está em um dos lados da ponte. Para que seja possível fazer o que se pretende, é necessário um conhecimento disciplinar, uma coordenação de perspectivas disciplinares, para daí fazer as relações entre disciplinas, levando a outro ponto da ponte. Nesse processo, existe a necessidade da interdisciplinaridade (ida), junto à necessidade de compreensão e coordenação do disciplinar para fazer o interdisciplinar (volta). Tudo isso acontece em um *continuum*, indo da coordenação (multi) à combinação (inter) e desta à fusão (trans), como coloca Olga Pombo (2008).

Esse processo ocorre de forma holística, ou seja, exige um olhar não isolado para ser compreendido. Estabelece-se uma espécie de *ponte de mão-dupla*. A alegoria auxilia para compreender mais claramente a reflexão. Existe um processo, e também uma certa inter-relação entre conceitos. E, a partir dessa ideia, ressalta-se a importância de entendimento do *processo*, e não somente das definições *isoladas*. É necessária uma “interdisciplinaridade” também no nosso próprio olhar. E se torna fundamental a continuidade da discussão sobre esses três conceitos tão caros, possíveis geradores de resultados cada vez mais importantes, acadêmica e socialmente.

Considerações finais

Conceitualmente, tratou-se da multi, inter e da transdisciplinaridade. A multidisciplinaridade é caracterizada por uma sobreposição de ideias e trabalhos individuais de cada disciplina sobre um objeto. Não há intercâmbio, seja metodológico ou de saberes, e as ações se dão dentro dos muros de cada disciplina. A interdisciplinaridade seria a quebra das barreiras cristalizadas, em uma perspectiva de relação de saberes e metodologias. E a transdisciplinaridade, finalmente, é compreendida como uma *unidade do conhecimento*. A perspectiva desse conceito é a da quebra da compartimentalização, uma cooperação visando à resolução dos problemas e análise das diversas realidades.

Em vista das disciplinas isoladas não darem conta da resolução de problemas e compreensão de realidades, cada vez mais complexas, há uma necessidade da interdisciplinaridade.

Mas, para que isso possa ser praticado, é necessário certo repertório de saberes e metodológico sobre diferentes disciplinas. Só aí se consegue a ação interdisciplinar, que vai além da individual sobre um objeto específico (multidisciplinaridade). E, se não for compreendida a ideia de processo, se torna dificultoso compreender – e até atingir – a transdisciplinaridade, entendida como uma unidade do conhecimento, na qual o objetivo de compreensão das coisas se torna combustível de rompimento de muros, pautado na ação de cooperação.

Por mais que haja preocupação sobre distinções entre conceitos, deve-se, principalmente, voltar o olhar para a relação entre eles. Sobre a ação interdisciplinar, é preciso voltar-se, antes desta, para um repertório de conhecimento e metodologias de diferentes disciplinas específicas. Há uma relação entre a quebra de muros e aquilo que as disciplinas já produziram, em termos de conhecimento. Vislumbra-se uma unidade do conhecimento, e o repertório que será construído ou utilizado de maneira holística partirá do que cada disciplina já produziu ao longo do tempo. Além da identificação de distinções, é fundamental entender o processo e, justamente, a relação entre os conceitos, ou seja, a inter-relação entre multi, inter e transdisciplinaridade. É justamente a atitude de olhar cooperativo que pode auxiliar a atingir, cada vez mais, um estado mais acertado de reflexão – e possível prática – desses conceitos.

Referências

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da informação. *Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/15182924.2011v16n32p1/19336>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

DOMINGUES, Ivan. Em busca do método. In: DOMINGUES, Ivan. (Org.). *Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

LENOIR, Yves. Didática e Interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas: Papirus, 2008. p. 45-75.

MARCHETTI, Osvaldemar. *Pontes de concreto armado*. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2018.

NICOLESCU, Basarab et al (Org.). *Educação e transdisciplinaridade*. Brasília: UNESCO, 2000.

NICOLESCU, Basarab. *Um novo tipo de conhecimento – Transdisciplinaridade. 1º Encontro Catalisador do CETRANS – Escola do Futuro – USP, Itatiba, 1999. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/leptrans/arquivos/conhecimento.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.*

PAVIANI, Jayme. *Interdisciplinaridade: conceitos e distinções*. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. *Ideação*, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

POMBO, Olga. *Interdisciplinaridade e integração de saberes*. Congresso Luso-Brasileiro sobre Epistemologia e Interdisciplinaridade na Pós-Graduação, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://cfc.ul.pt/biblioteca/online/pdf/olgapombo/interdisciplinaridadeintegracao.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

SANTOS, Akiko. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/07.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

SANTOS, Akiko. O que é transdisciplinaridade. *Periódico Rural Semanal*, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ago./set., 2005. Disponível em: <http://ufrj.br/leptrans/arquivos/O_QUE_e_TRANSDISCIPLINARIDADE.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Desigualdade de gênero e *revenge porn*: a culpabilização da mulher diante da violência

Monique Soares Vieira¹

Ruby Souza Garcia²

Renata Gomes da Costa³

Introdução

As discussões tecidas neste artigo buscam refletir acerca de uma expressão contemporânea da violência contra mulher, de cunho sexual, que impacta, fundamentalmente, a dimensão subjetiva da vida das mulheres, que é a violência advinda do *Revenge Porn*, traduzindo, Pornografia de Vingança. Tal expressão da violência de gênero atinge diversas mulheres brasileiras, mas não somente elas vêm sofrendo no contexto tecnológico-informacional. Devido a sua rápida propagação e alcance imensurável, essa modalidade tem se tornando uma estratégia preferencial para a vitimização sexual de mulheres. Desocultar e problematizar esse fenômeno é um caminho para sua visibilidade pública, construção e ampliação de legislações mais rígidas, não somente de punição aos autores da violência, mas também de proteção às mulheres.

A violência de gênero contra a mulher é uma expressão da questão social imposta pelas relações patriarcais e machistas que legitimam a dominação e a opressão, possuindo múltiplos desdobramentos na cena contemporânea. Hodiernamente, podemos identificar diversas facetas que essa violência pode assumir, entre elas: a violação física, sexual, psicológica e patrimonial.

1 Doutora em Serviço Social (PUCRS). Professora adjunta da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja.
Contato: moniquevieira@unipampa.edu.br

2 Acadêmica do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, RSE-mail: ruby_garcia@hotmail.com

3 Assistente Social. Mestre em Serviço Social (UECE). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Contato: renatagomesdc@gmail.com

Cabe aqui elucidar o feminicídio como manifestação mais acentuada da violência contra a mulher, crime que consiste no “assassinato de mulheres por homens motivados pelo ódio, desprezo, prazer ou sentimento de propriedade” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p. 3079).

Dentro do movimento circunscrito pela história, as discussões sobre as naturezas da categoria violência se expandem para muito além da forma mais conhecida que, no caso, é atribuída ao uso da força física, e se manifesta de diversas formas, podendo algumas ser menos visíveis na cotidianidade das relações interpessoais e sociais, tais como: a violência psicológica, simbólica, estrutural, entre outras. Também pode vir a acontecer uma simultaneidade de algumas dessas expressões, e ambas são fenômenos reais que impactam na vida do ser social (SILVA, 2008).

A violência expressa-se nas relações sociais, nas formas de sociabilidade entre os sujeitos, e implica, sobretudo, relações desiguais e assimétricas entre os sujeitos, de abuso de poder. Assim:

[...] por si mesma, é um abuso; o próprio uso da violência é um abuso. Abusar de alguém é violá-lo. Toda a violência que se exerce contra o homem⁴ é uma violação: a violação do seu corpo, da sua identidade, da sua personalidade, da sua humanidade. Toda a violência é brutalidade, ofensa, destruição e crueldade. A violência atinge sempre o rosto que deforma pelo efeito do sofrimento; toda a violência é des-figuração. A violência fere e magoa a humanidade daquele que a sofre. (MULLER, 1998, p.32).

Estabelecendo o caráter social e um conceito mais moderno de violência, Chauí (2008, p.33) recorre também à palavra latina *vis*, buscando compreender a violência como sendo “tudo o que abrange a força para ir contra a natureza de algum ser”. Para a autora, a violência é uma ação que abrange diversas manifestações, sejam elas de coação e constrangimentos ou ainda de abusos físicos e psíquicos, tortura, violações proferidos a al-

4 Leia-se ser humano.

guém, produzindo opressão, medo, terror ou mesmo intimidação “de um contra todos, de um contra um e de todos contra todos” (CHAUÍ, 2008, p.34).

Corroborando a conceituação de Chauí, o filósofo Muller (2008, p.30) apreende a violência como um ato de “fazer calar, e privar o homem⁵ da sua palavra é já privá-lo da sua vida”. A anulação do ser humano e o *fazer calar* nas relações em que a violência se manifesta retiram do sujeito a sua dignidade e o reduz a *coisa*. Portanto, o ato de destruição, física ou moral, do outro determina os limites da sociabilidade nos quais se integra a violência em suas mais diversas manifestações.

Historicamente, a mulher se caracteriza por ser um dos segmentos que mais sofre com as relações de violência em suas mais diversas formas, como Chauí expõe. Além de toda a desigualdade, dominação e opressão que sofre ao longo dos tempos, a mulher também é vista de maneira objetificada pela cultura machista fundada nas relações patriarcais da realidade brasileira. *A priori*, a violência contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos (LISBOA; PINHEIRO, 2005).

No âmbito desse nicho de violência vivenciada no cotidiano pelas mulheres, existem inúmeras expressões, podendo assim dizer, como violência intrafamiliar, violência doméstica, violência física, psicológica, estrutural, simbólica, entre outras. Dentre todas as categorias da violência que atinge a mulher, existe um eixo central chamado violência de gênero. A violência de gênero consiste primeiramente em levar em conta os processos culturais e historicamente construídos pela sociedade para as mulheres como algo natural e imbuído na essência feminina, como se fizesse parte da mulher.

Sabe-se que as construções sociais machistas marcam a sociabilidade da mulher da infância até o fim da vida, podendo começar pela habilidade de arrumar a cama, cozinhar, lavar a louça, até a maneira como sentem e se expressam. Aquelas que não obedecem a um padrão de mulher do lar, feminina, recatada e com habilidades domésticas, ou mulheres dóceis, compreensivas e sensíveis, já são vistas com outros olhos e consideradas

5 Idem nota 186.

subversivas, pois estar enquadrada nesse molde é uma questão inerente de uma imposição sobreposta às vontades dos sujeitos protagonistas desses processos, indicando uma maneira de agir e de se portar reduzida a apenas sua condição biológica (BARIONI et al., 2016).

De acordo com a série de elementos elencados, a mulher experimenta as mais diversas expressões da violência, devido ao fato de ser vista como ser inferior, passível de dominação, ou, como diz Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo: fatos e mitos*, (1970), como o “Outro” em relação ao homem, o inessencial.

De acordo com os dados do Mapa da Violência (2015), o Brasil encontra-se entre os países com maior índice de feminicídios, alcançando uma taxa de 4,8 assassinatos em 100 mil mulheres, ocupando a quinta posição em um ranking de 83 nações. A realidade mostrada nos dados do Mapa da Violência (documento referência para sistematização da violência em todo o território nacional) não expressa a realidade total das situações de violência fatal contra mulheres no Brasil, uma vez que há uma ausência de protocolos que exijam a designação feminicídio para o assassinato de mulheres, ocultando a real dimensão desse fenômeno no país.

Nesse sentido, o presente artigo é uma construção crítico-conceitual que busca desconstruir os processos socialmente instituídos para desempenho dos papéis de gênero pré-definidos por uma sociedade conservadora e machista, apreendendo, assim, as particularidades implícitas nas manifestações, visíveis e invisíveis, da violência que assola cotidianamente milhares de mulheres ao redor do mundo.

A violência contra a mulher no Brasil: expressões contemporâneas

A violência contra mulher é determinada por aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que definem e legitimam lugares, direitos, deveres e papéis diferenciados para mulheres e homens, embasando a desigualdade de gênero presente historicamente na sociedade brasileira.

Por muito tempo, a violência contra a mulher foi negligenciada como questão pública, sendo justificada como um proble-

ma de cunho privado que cabia apenas aos/as envolvidos/as nas situações de violência resolverem seus desafetos, como bem salientava o senso comum “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Contudo, a violência contra a mulher foi cada vez mais exposta publicamente, apresentando-se como crime que infringe os direitos de inúmeras mulheres.

O movimento feminista⁶ foi um grande expoente no debate, pautando a denúncia e a luta pelo enfrentamento da violência contra mulher, explicitando essa questão pelo descortinamento da relação espaço público e privado – este último designado como âmbito natural das mulheres – além de tratar temas concernentes à: família; sexualidade feminina; relação com o corpo; condições do trabalho doméstico; divisão sexual do trabalho, entre outros.

O movimento feminista historicamente propiciou a discussão de questões primordiais para se repensar a condição da mulher na sociedade brasileira. No seu nascedouro, centrou-se em análises atinentes aos direitos políticos e de cidadania das mulheres, por conseguinte, abrangeu discussões relativas às identidades de gênero e às orientações sexuais.

Na contemporaneidade, observa-se que essa luta histórica foi crucial para o entendimento da violência contra mulher como problemática pública, como crime que deve ser regido e regulamentado penalmente. Somam-se a esse legado os inúmeros institutos de pesquisa, as investigações científicas e teóricas de intelectuais e as notícias jornalísticas que se destinam a debater essa questão e apresentar para a sociedade o panorama, em dados estatísticos, da realidade da violência.

A violência contra a mulher é multifacetada; expressa-se como física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, e caracteriza-se por ser uma violência familiar, doméstica ou intrafamiliar.

6 O referido movimento se origina no Brasil em meados do século XX, com sua linha de reivindicação baseada na luta pelos direitos à cidadania das mulheres, que, conforme os ditames da ordem tradicional, estavam culminadas à esfera privada e excluídas do espaço público, não tendo nem mesmo seus direitos políticos resguardados. Passou por várias fases, vivenciando dois períodos ditatoriais: 1937, com o Estado Novo, e 1964, com a Ditadura Militar, mas sobreviveu e, contemporaneamente, com todas as dificuldades, possibilidades, contradições, diversidades teóricas e metodológicas, ainda permanece na luta pelos direitos das mulheres (SARTI, 2004).

Não ocorre apenas no âmbito privado, mas manifesta-se em todos os lugares, demarcando a existência de valores machistas, sexista, de preconceitos sociais, discriminação, competições profissionais, relação de poder, submissão feminina, dos papéis impostos às mulheres e aos homens, entre outros.

Nessa perspectiva, é necessário sinalizar também os processos de socialização masculinos e femininos que constrói os significados do que é ser homem e do que é ser mulher, influenciando nas suas atitudes como sujeitos sociais, pois “[...] em geral, os homens são preparados, desde cedo, para responder a expectativas sociais, [...]. As noções de virilidade masculina se desenvolvem nas brincadeiras infantis, segmentados por idade e sexo, [...] enfim no cotidiano das convivências (OSTERNE, 2008, p. 67)”.

Esses processos interferem consubstancialmente na formação cultural e social dos indivíduos, pois, como bem salienta Hirigoyen (2006), na origem da violência contra a mulher encontram-se concomitantemente fatores sociais e psicológicos, mesmo porque o perfil psicológico de um sujeito é construído pela educação e pelo ambiente social no qual esteve e/ou está inserido. Assim, a violência física e a violência psicológica estão interligadas, pois nenhum homem começa a espancar sua companheira sem iniciar a violência no âmbito psicológico, com ofensas e difamações, salvo, como defende a autora, nos casos de crise de loucura momentânea.

Hirigoyen (2006) constata em sua pesquisa que o objetivo das práticas violentas é a manipulação da mulher, almejando atingir sua autoestima, buscando agredir em seu papel de mãe, de dona de casa, estereótipos sociais do que é ser mulher. A violência segue um roteiro, repetindo-se e reforçando-se com o passar do tempo. Inicia com o controle sistemático, passando para o assédio, as humilhações e a abjeção, culminando, por vezes, nas agressões físicas que, como retrata Hirigoyen (idem), na maioria das vezes, só ocorre quando a mulher resiste à violência psicológica, pois o homem sente que não conseguiu controlar a esposa. Conforme a autora, a violência física passa de um simples empurrão ao homicídio, são beliscões, tapas, socos, pontapés, mordidas, queimadura, entre outros exemplos.

Existem duas ideias equivocadas que rodam o debate sobre a violência contra as mulheres. Uma que remete à existência da violência ao uso de álcool e outras drogas; e outra, sobre a mulher como cúmplice da violência. No primeiro caso, é fundamental frisar que o uso dessas substâncias não pode ser concebido como elemento principal da violência. Estas até podem liberar os impulsos violentos e potencializar as ações, mas possuem um papel coadjuvante na expressão da violência contra mulher. Como bem sinaliza Furtado (2010), algumas instituições encaminham os homens para o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), os Alcoólicos Anônimos (AA) e os Narcóticos Anônimos (NA), a fim de tratar o problema, porém não enfrentam a violência em seu cerne, deixando de responsabilizar o autor.

No segundo caso, no qual a mulher é vista como cúmplice, passiva ou até mesma culpada da situação de violência, ocorre uma distorção dos reais condicionantes que permeiam a violência contra mulher, não se conseguindo realizar uma leitura da totalidade social que determina sua manifestação.

De acordo com Silva (1992), no debate sobre violência contra as mulheres, a ideologia dominante possui um papel de destaque na propagação das relações antagônicas de poder, entre homens e mulheres, que reproduz a supremacia masculina. É necessário um arsenal ideológico, cultural e simbólico que dissemine, naturalize e legitime a lógica do patriarcado, do racismo e da divisão sexual do trabalho. Sem a dimensão ideológica propagada pela educação, mídia, escola, cultura etc., não seria possível a perpetuação do capitalismo dependente, fundamentado nos elementos que produzem a violência contra as mulheres. É impossível garantir o domínio e poder na esfera econômica sem espriar para a esfera social, política e cultural.

Esse sistema ideológico influencia a consciência que as mulheres têm de si. Esta não advém apenas da socialização que receberam, mas de um processo que engloba sua condição de ser mulher em uma determinada estrutura econômica e social. Para Saffioti (1987, p.64), “[...] a mulher, ainda que possa ter consciência de sua não responsabilidade, assume a culpa, uma vez que foi treinada no masoquismo, foi socializada para assumir o papel de vítima, foi ensinada a sofrer em silêncio”.

A nova face da violência contra a mulher: *revenge porn*

Todos os dias são noticiadas situações em que mulheres são perseguidas, ameaçadas, abusadas e até mesmo mortas por vingança que parte de ex-companheiros. Junto ao advento do avanço da tecnologia e suas facilidades de comunicação, surge uma nova expressão de violência nos últimos tempos, conhecida como *Revenge Porn*, ou Pornografia de Vingança. Não ocorre necessariamente apenas com mulheres, mas são elas os principais alvos da prática, o que acentua, nesse sentido, a questão de gênero já abordada anteriormente. Essa modalidade consiste na exposição de imagens, ou audiovisuais, que expõem a intimidade de uma mulher, com o intuito de humilhar e violar, moral e psicologicamente.

As imagens podem ou não terem sido realizadas com o consentimento da vítima, e são constantemente usadas como forma de ameaça para fins de continuidade do relacionamento, mesmo contra a vontade da mulher, ou, ainda, para manter relações sexuais, antes da ação chegar às vias de fato. Com a velocidade e possibilidade de propagação de conteúdos via internet, essas imagens ou audiovisuais são facilmente duplicadas, compartilhadas e enviadas para mais de uma pessoa ao mesmo tempo, tornando-se assim praticamente impossível que se exclua de todos os endereços ou destinatários a quem foram enviadas.

Segundo dados da Safernet (2018), que consiste em uma organização não governamental e sem fins lucrativos, caracterizada por ser referência em defesa dos direitos humanos na internet no território brasileiro, em 2017 houve 63.698 denúncias no mundo todo, relativas a violações de direitos, sendo destas, 1.027 em território brasileiro, contando com 289 atendimentos relativos à exposição íntima; desse número, 204 foram referentes à exposição de mulheres e apenas 84 de homens, confirmando a perspectiva de violência de gênero central da temática em questão.

A pornografia de vingança também é considerada como violência doméstica, já que é praticada, na maioria das vezes, por companheiros de confiança, com quem as mulheres geralmente possuem um relacionamento (CAVALCANTE; LELIS, 2016).

Segundo pesquisas e dados diariamente trazidos pelos noticiários que expõem os casos denunciados, os sujeitos que praticam essa violência, em sua maioria, se caracterizam por serem pessoas ciumentas, vingativas e chantagistas, que se sentem humilhados por uma situação de traição ou término e desejam que suas ex-companheiras sintam-se da mesma forma, ou que usem desse material, feito em um momento de confiança entre os dois, para chantagear a parceira a continuar a relação.

O machismo é um traço intrinsecamente inerente à sociedade e ao modo que ela se reproduz; conseqüentemente, aos sujeitos que fazem parte dela também. Os homens que praticam a Pornografia de Vingança possuem discernimento de que uma violência assim pode abalar de forma significativa a vida de uma pessoa, principalmente, se essa pessoa for uma mulher, tendo em vista as desigualdades que permeiam as relações de gênero.

Quando pensamos em igualdade entre homens e mulheres e observamos o contexto histórico de um século para cá, delineado sobre bases machistas e excludentes da vida pública com relação às mulheres, podemos dizer, por uma análise apenas empírica, que obtivemos algumas conquistas significantes, como o direito ao voto e a possibilidade de trabalhar e exercer (algumas) funções que os homens também exercem. De fato, essas conquistas significam muito em um contexto em que era negado à mulher até o mesmo o direito de se vestir da forma como desejava, mas não podemos deixar de olhar para a forma como esses direitos adquiridos se colocam em prática na atualidade, pois continuamos com salários desiguais, discriminadas pela condição biológica, dentro dos espaços de trabalho, e também consideradas frágeis para exercer algumas funções. Dizer que mulheres possuem os mesmos direitos que os homens, mesmo exercendo as mesmas funções, é uma grande falácia, e dessa forma acontece também com a sexualidade da mulher.

A grande problemática que se faz presente nesse todo de discussão é como, ao fim das contas, a mulher é culpabilizada pelas situações de abuso que sofre (das mais diversas formas), pelo fato de possuir sua sexualidade e seu corpo demonizado e estigmatizado pela esfera pública, já que teria sido “feita” para a esfera privada, e, por essa razão, deve se resguardar, ser casta

e discreta. As relações sexuais para as mulheres só são moralmente permitidas dentro de um relacionamento e, em alguns extremos, apenas depois de casadas, dentro da lógica burguesa de concepção de família, segundo a qual a mulher desempenha seu papel apenas de reprodutora, constituindo o casamento como um “espaço socialmente legitimado” para o ato sexual (MORAES, 1981, p. 48).

A desmistificação da “dupla moral sexual” que impõe às mulheres não possuem os mesmos “direitos sexuais” que o homem, diminuindo-as como meramente reprodutoras, e considera os homens como machos que precisam se satisfazerem, caminha a passos de formiga. Nesse sentido, ao homem é dado o aval de “tudo posso” enquanto a sexualidade da mulher é colocada como propriedade de uma sociedade machista, onde, se a mulher escolhe não se prender as regras impostas, é tida como obscena e pervertida (MORAES, 1981). Nessa relação desigual de culpabilização da mulher diante de violências como a pornografia de vingança, quanto mais o homem demonstra sua vida sexualmente ativa, mais é julgado como símbolo de masculinidade, mesmo em situações em que pratica atos repugnantes contra alguém.

As mulheres do Coletivo Não Me Kahlo trazem a seguinte contribuição em seu livro *Meu Amigo Secreto: feminismo além das redes*:

Vivemos em uma sociedade que reprime e condena a sexualidade da mulher a tal ponto que a divulgação de fotos ou vídeos íntimos é usada como arma de intimidação. Quantos casos de pornografia de vingança já não levaram mulheres a perder o emprego, a ser publicamente humilhadas, a ser rechaçadas por conhecidos e, em casos extremos, a tirar a própria vida? Enquanto isso os homens que dividiram com elas momentos dessa intimidade cruelmente exposta foram completamente esquecidos, quando não celebrados. (BARIONI; LARA; MALAQUIAS; MOURA; RANGEL, 2016. p. 195).

Ou seja, de um lado, a mulher tendo seu corpo e sua intimidade, que são considerados um grande tabu, totalmente expostos por pessoas em quem confiava e, por conseguinte, sendo cul-

pada por isso. De outro, a masculinidade e a virilidade do homem colocadas em um pedestal pela maioria de uma sociedade que é enraizada no sistema patriarcal, machista e misógina, características que o cenário do sistema político e econômico atual só reforça. A disparidade que permeia esse processo se faz gritante.

Sendo uma expressão contemporânea de violência, o *revenge porn*, assim como não possui um campo vasto de publicações a respeito do fenômeno aqui no Brasil, recentemente também não possuía uma legislação que desse conta ampla e especificamente do crime. Foi no mês de setembro do ano de 2018 que José Antônio Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal, em exercício de Presidente da República no referido período, sancionou a Lei 13.718/2018 que tipifica os crimes de importunação sexual. Nesse sentido, a divulgação de imagens ou audiovisuais que explicitam cenas de sexo, sem consentimento dos sujeitos presentes nos materiais, obteve a seguinte definição:

Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio – inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática –, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia: Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. (BRASIL, 2018, s/p).

Vale ressaltar que a lei especifica aumento de pena, caso o sujeito que tenha executado a ação seja o companheiro ou ex-companheiro da vítima, visando a humilhar ou se vingar. Para fins de apoio jurídico, existem as legislações anteriormente utilizadas que não desempenhavam um papel abrangente na defesa, mas que podem somar com a atual legislação. São elas: o art 5º, inciso X da Constituição Federal (1988), que traz: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (BRASIL, 1988).

A Lei 11.829/2008 prevê ainda que, se tratando de crianças ou de adolescentes, ficam expressamente proibidos armazenamento, disponibilização, divulgação, transmissão, simulação de cena de sexo ou qualquer imagem que exiba conteúdo sexual atrelado a crianças ou adolescentes. Também proíbe o aliciamento e constrangimento através das mídias de comunicação e fora destas. Em suma, veda qualquer atividade de cunho sexual envolvendo crianças ou adolescentes (BRASIL, 2008).

Para casos de o roubo de mídias digitais ou de invasão de dispositivos, está disposto na Lei nº 12.737, que tipifica criminalmente delitos informáticos (BRASIL, 2012), Art. 140 do Código Penal, que versa sobre ameaças; Art. 158 sobre extorsão, se assim se caracterizar a situação; a Lei 11.340/2006, conhecida como lei Maria da Penha, também pode fundamentar a denúncia em casos em que já há ordem de restrição contra o agente do crime e, por fim, a lei nº 12.995/2014, o Marco Civil da Internet que estabelece em seu Art. 21 o seguinte:

O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais, contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo. (BRASIL, 2014, s/p).

Diante do exposto, fica claro que a vítima possui a opção de solicitar a retirada dos conteúdos. Como podemos observar, a Lei nº 13.718/2018 se configura como um avanço de grande importância para o tema aqui abordado, visto que anteriormente não havia legislação que contemplasse esse tipo de crime.

Apesar do avanço da legislação e do aparato legal construído ao longo do tempo, ainda existem lacunas sociais que dão vazão a esse tipo de violência. Moraes (1981) afirma que é necessário politizar o privado na mesma proporção do público, para que as expressões de dominação e opressão não mais adentrem a

vida doméstica e se transformem em novas expressões de violência de gênero contra as mulheres, sejam elas mães, companheiras, amigas ou irmãs. O enfrentamento a essa violência deve ser constante e em uma perspectiva de desconstruir visões e reproduções machistas ainda arraigadas no cerne da sociedade.

Considerações finais

Investigar a trama envolta na violência contra a mulher – *Revenge Porn* – na atual sociabilidade burguesa exige do/a pesquisador/a construir mediações de cunho teórico-prático e ético-político, com a intenção de reivindicar uma análise crítico-ontológica do fenômeno, cuja premissa de perquirição é a apreensão da radicalidade dessa nova face da violência e dos impactos provocadas na vida das mulheres.

A repercussão nefasta que esses compartilhamentos refletem na vida da mulher em forma de humilhações, danos psicológicos, perda de oportunidades de emprego, brigas familiares ou até mesmo perda da oportunidade de um novo relacionamento por ter sido marcada violentamente, só confirma a inclinação que a sociedade possui de culpabilizar a vítima, que emerge de uma cultura sexista e enraizada nos moldes societários.

Além das legislações vigentes e o aprimoramento destas, para uma modificação desse aspecto social arraigado e a tentativa de erradicação, seja dessa ou de qualquer outra violência, é necessário que aja também um trabalho educacional desde cedo, que cesse esse ciclo de perpetuação de desigualdade. Em nossa sociedade, nos é dito que alguns possuem mais direitos que outros, o que naturaliza a hierarquia de papéis de gênero e também a violência. É, portanto, imperativo que se desmonte essa hierarquia, em todos os espaços sociais, para que uma conscientização estrutural possua chances de concretizar um olhar mais humano e menos culpabilizador.

Referências

BARIONI, Paola; LARA, Bruna de; MALAQUIAS, Thaysa; MOURA, Gabriela; RANGEL, Bruna. *Meu amigo secreto: feminismo além das redes*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRASIL. *Constituição da Republica Federativa do Brasil* de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Brasília, DF, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 que dispõe sobre os crimes de Importunação Sexual. Brasília, 24 set. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008 que dispõe sobre os crimes de Pornografia Infantil. Brasília, 25 nov. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11829.htm>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 que dispõe sobre os crimes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Brasília, 7 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, 23 abr. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 28 out. 2018.

CAVALCANTE, Viviane; LELIS, Acácia. Violência de gênero contemporâneo: uma nova modalidade através da pornografia de vingança. *Revista Interfaces Científicas*, v.4, n.3, p. 59-68, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito/article/view/3118>> Acesso em: 25 out. 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2008.

FURTADO, Luísa Escher. *Passos e espaços: violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

HIRIGOYEN, Marie-France. *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

LISBOA, Teresa; PINHEIRO, Eliane. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. *Revista Katálysis*, v.8, n.2, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6111>> Acesso em: 25 out. 2018.

MENEGHEL, Stela; PORTELLA, Ana Paula. *Feminicídios: conceitos, tipos e cenários*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-3077.pdf>> Acesso em: 25 out. 2018.

MORAES, Maria Quartim de. Família e Feminismo. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n.37, 1981. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1594/1583>>. Acesso em: 28 out. 2018.

MULLER, Jean-Marie. *O princípio de não-violência: percurso filosófico*. São Paulo: Instituto Piaget, 1998.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. *Violência nas relações de gênero e cidadania feminina*. Fortaleza: EdUECE, 2008.

PONTES, Reinaldo. *A categoria de mediação em face do processo de intervenção do serviço social*. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

SAFFIOTI, H.I.B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2004.

SAFERNET. Disponível em: <<https://new.safernet.org.br/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Violência e Serviço social: notas críticas. *Katálysis*, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000200012>. Acesso em: 24 out. 2018.

VINAGRE, Marlise Silva. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

WASELSELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 24 out. 2018.

Os meios de comunicação de uma cidade da fronteira do Rio Grande do Sul e suas políticas editoriais na divulgação de suicídios

Juliana Lima Moreira Rhoden¹

Valmor Rhoden²

Douglas Moreira Dornelles³

Introdução

O fenômeno do suicídio é extremamente complexo e difícil de ser abordado; quando se fala sobre o tema automaticamente se remete a um recorte social atrelado ao momento histórico vivido por uma sociedade. A vanguarda, portanto, se fundamenta em uma dinâmica contextual relacionada aos valores éticos e morais vigentes na estrutura sistêmica que rege a instância social dentro da complexidade das relações humanas. Esse atravessamento ideológico na fundamentação técnica da morte voluntária tem alguns marcadores históricos delimitados em função da época, como, por exemplo, na idade média ocidental, em que a influência religiosa e a concentração de poder e terras definia o suicídio muito em relação ao papel social que o indivíduo cumpria naquela determinada organização, caracterizada pela rigidez de classes, e como isso definia o olhar do outro com relação ao ato de atentar contra a própria vida.

A Justiça Civil e a Igreja tinham visões diferentes conforme a classe social do indivíduo que tenha praticado o ato suicida. Por

1 Doutora em Educação. Psicóloga. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja. E-mail: juli.rhoden@gmail.com

2 Pós-Doutor em Educação pela UFSM. Doutor em Comunicação, Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja-RS. E-mail: valmor@unipampa.edu.br

3 Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade Franciscana de Santa Maria (UFN). E-mail: douglas.mdornelles@hotmail.com

exemplo, camponeses e artesãos que viviam em situação de extrema vulnerabilidade eram vistos como pecadores, cujo fato de atentar contra a própria vida estava relacionado com um vício fatal influenciado pelo diabo. Já para membros do clero, o suicídio era visto como um ato heróico, apontando devoção e fé, como se assumisse o papel de mártir, romantizado pela própria Igreja, a fim de preservar sua imagem. Para a nobreza, o fato de se suicidar estava igualmente relacionado com heroísmo, assim como para os cavaleiros e guerreiros que se deixavam morrer em batalhas, para que não fossem escravizados pelos inimigos. Nesse período histórico, Igreja e coroa mantinham alguns interesses comuns e, cada uma defendendo seu ponto de vista, chegavam a lugares comuns com o intuito de acentuar o seu domínio perante o povo.

Porém, mais no final da idade média, ocorre a cisão entre a coroa e a Igreja, em função da reforma protestante, o que faz que se modifique o paradigma da ótica para o suicídio que, com o avanço da Medicina e da sua influência, desloca o suicídio de um fato pecaminoso para um fato patológico. Desse modo, a morte voluntária foi se constituindo um fenômeno que tem características específicas, em momentos históricos distintos.

É um desafio para profissionais da saúde e, mais especificamente, da Psicologia entender e tratar das causas específicas básicas que levam uma pessoa a se matar. E, para a sociedade como um todo, é fundamental fomentar o desenvolvimento de planos de ação adequados ao cenário brasileiro e à saúde pública. Neste trabalho, focam-se especificamente os meios de comunicação de massa e seus atores jornalísticos.

Em 2013, o Conselho Federal de Psicologia lançou uma publicação relatando os desafios para a área. Segundo o documento, mais de um milhão de pessoas tiram a própria vida todos os anos no mundo.

No Brasil, em 2011, foram 10.490 mortes: 5,3 a cada 100 mil habitantes. Já em 2015, o número chegou a 11.736: 5,7 a cada 100 mil. Segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, houve um aumento de 12% no referido período.

Já os números da Divisão de Planejamento e Coordenação – Serviço de Estatística – da Polícia Civil do Estado do Rio Grande

do Sul, dos últimos três anos, ou seja, de 2016 a 2018 – mostram que foram 3.102 suicídios registrados e outras 629 tentativas (MATOS, 2019).

Em São Borja, de acordo com esse mesmo levantamento da Polícia Civil, foram 17 suicídios, sendo cinco em 2016, cinco em 2017 e sete em 2018. Além disso, foram registradas outras cinco tentativas no referido período. Analisando os dados locais nesse triênio, no ano passado houve acréscimo de suicídios comparado com os anos anteriores. Comparado com os números totais no período registrados no Estado, o Município representa menos de 1% do total de suicídios.

A cidade que mais preocupa nessa questão, no Rio Grande do Sul, é Santa Cruz do Sul (conhecida como capital do fumo), que em só em 2015 registrou 10 suicídios, na maioria agricultores. Segundo a *Revista Galileu* (2016), o assunto ganhou as páginas da imprensa brasileira e internacional quando uma epidemia de suicídios atingiu a cidade de Venâncio Aires, vizinha de Santa Cruz. Na época, o índice local chegou a 37,22 casos por 100 mil habitantes. Entre 2005 e 2008, viu uma queda, mas houve um novo pico em 2011, provavelmente associado ao endividamento dos agricultores. Integrantes do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação em Agricultura e Saúde, uma entidade autônoma gaúcha, lançaram então a suspeita de que intoxicações com os chamados organofosforados — substâncias presentes em vários agrotóxicos — pudessem causar depressão, levando aos suicídios.

Segundo Rigo (2013, p. 31), suicídio é classificado pelo Código Internacional das Doenças, (capítulo XX da CID- 10) como morte violenta por causas externas, isto é, morte não decorrente de doença (OMS, 10ª Revisão, CID-10, 1995). O suicídio é um fenômeno complexo e multifatorial, no qual a interação de fatores individuais, sociais e culturais será determinante na decisão de tirar a própria vida.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013, p.11) afirma a sua responsabilidade, no sentido também de levar a informação, que corrobora com o foco deste artigo:

O CFP, portanto, assume a responsabilidade neste momento de promover este aumento do acesso público e profissional às informações sobre os aspectos de prevenção e comportamentos de suicídio e possibilitar a promoção de serviços de apoio e reabilitação de pessoas afetadas por esse tipo de ocorrência.

Nesse sentido, a mídia em parceria com outros setores da sociedade (setores e profissionais da saúde e divulgação de políticas públicas e trabalhos de ONGs, por exemplo) quando trabalham de forma articulada, podem dar resultado interessante para a diminuição de um problema social, como o do suicídio, abordado neste estudo.

Werlang (2013, p.25) relata um pouco da complexidade que é o suicídio, para a Psicologia:

É bastante difícil compreender por que um determinado indivíduo decide cometer suicídio, ao passo que outras pessoas em situação similar não o fazem. O que se pode afirmar, considerando a experiência clínica e a experiência de pesquisa, é que há grande complexidade para compreender o comportamento suicida. Sabemos que há fatores emocionais, psiquiátricos, religiosos e socioculturais. São um conjunto de fatores que ajudam a compreender a situação de vida, o sofrimento que essa pessoa carrega e, por isso, a busca da morte. Até podemos dizer que, por vezes, a pessoa não quer se matar. Quer, antes, eliminar a dor; diminuir o sofrimento e, por isso, busca, de repente, um método que o leva a morte.

São muitos os desafios postos, mas a autora complementa que (2013, p.29):

No âmbito da saúde pública, o psicólogo pode intervir a partir do momento em que possui a qualificação suficiente para entender o fenômeno e identificar fatores que levam ao risco do suicídio. O psicólogo e todos os profissionais que atuam na área da saúde têm disponíveis publicações, de órgãos como o Ministério da Saúde, que auxiliam o profissional a atuar de forma mais adequada.

A autora defende que o trabalho deve ser feito com a família. “A família tem de saber lidar com a morte. Geralmente, esse é um assunto que a família esconde, por acreditar que os filhos pequenos não terão recursos psíquicos para encarar a situação.” (WERLANG, 2013, p. 27).

Nos anos 2000, a região Sul do Brasil já representava a que tinha os maiores índices de suicídios do país, por isto, segundo Werlang (2013, p.27):

Em 2005, o Ministério da Saúde criou um Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de organizar diretrizes nacionais para trabalhar com o comportamento suicida. Esse GT foi integrado por pesquisadores. Assim, foi possível, em 2006, organizar diretrizes em Porto Alegre, por ser o Rio Grande do Sul o estado que apresenta os maiores índices de suicídio no país. Toda a região Sul, formada por Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, apresenta o maior número de suicídio.

Os dados apresentados justificam este estudo e a tentativa de contribuir, de forma acadêmica, com a problemática social.

Metodologia

A amostra foi composta por oito veículos de comunicação de São Borja. Participaram como colaboradores deste estudo a **sucursal da RBS TV**, com abrangência regional, com sede em Uruguaiana, duas emissoras de **rádio comerciais** (Cultura AM e Fronteira FM), três **emissoras comunitárias FM** (Butuí, Navegantes e Líder), dois jornais impressos, um bissemanal (Jornal Folha de São Borja) e um semanal (O Regional).

A coleta de dados foi realizada por meio do envio de um questionário para o e-mail dos responsáveis pelo veículo de comunicação, que continha uma questão principal, ou seja, perguntava qual era a política editorial do veículo em relação à divulgação de suicídios. Salientamos que esse método de coleta de dados pode ser classificado segundo Mattar (2008) como questionário autopreenchido, em que o colaborador da pesquisa lê o instrumen-

to e o responde diretamente, sem a intervenção do entrevistador. Para a introdução da pergunta, foi redigido um texto, apresentando informações sobre o objetivo e importância da pesquisa.

Quanto à forma de abordagem, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. Os princípios da pesquisa qualitativa, como apontam Gergen e Gergen (2006, p. 367), “proporciona uma das mais ricas e compensadoras explorações disponíveis na ciência social contemporânea”, mesmo que esteja ainda diante de tensões, contradições, hesitações e transformações. Para a interpretação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo. Após a pré-análise e exploração do material, os dados foram tratados e interpretados, respaldados no referencial teórico.

Resultados

Levantamento mais recente realizado pela Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações (2014) indica que o Brasil tem 9.771 emissoras, sendo 1.921 AMs; 3.209 FMs (sendo 469 educativas) e 4.641 FMs comunitárias. Entre as TVs comerciais, há 6.197 retransmissoras, 272 geradoras e 39 que transmitem o sinal digital. As emissoras educativas somam 243 estações: 164 rádios e 79 TVs.

RBS TV

O grupo RBS, ao qual está vinculada a sucursal de Uruguiana, segue o que está estabelecido no Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística. O documento tem um item que fala especificamente sobre a questão (2011, p.22):

Atos de suicídio ou de automutilação só devem ser noticiados quando envolverem pessoa pública, caracterizarem o comportamento de determinado segmento social ou tiverem provocado forte impacto na comunidade. Mesmo nestes casos, deve-se evitar detalhar as razões do ato e, sempre que possível, agregar informações de orientação ao público, ouvindo-se especialistas que possam ajudar na prevenção.

Ou seja, a divulgação se restringe a pessoas públicas e devem vir acompanhadas de entrevistas com profissionais para auxiliar na prevenção.

Rádio Cultura AM e Fronteira FM

As duas emissoras fazem parte da Empresa São Borjense de Comunicações Ltda, ou seja, têm a mesma direção e são as duas únicas concessões de emissoras comerciais da cidade.

A direção de jornalismo das emissoras explica que “quando repassado pela própria Polícia Civil ou Brigada Militar que foi suicídio, divulgamos a notícia como qualquer outro caso envolvendo mortes. Sem *glamour* no fato em si e sempre posteriormente informando que existem locais onde pessoas que passam por problemas graves, ou que já pensaram em suicídio alguma vez, possam procurar ajuda.”

A direção afirma ainda que se baseia na cartilha da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) para a imprensa, e o material está no site da ABP, também utilizada como referência neste trabalho.

Líder FM

A emissora, por ser eminentemente musical (há apenas um programa de jornalismo), informa que não faz a divulgação dos casos de suicídio.

Divulgamos o spot do CVV⁴ e, esporadicamente, entrevistamos profissionais que tratam do tema, orientando as famílias sobre estarem atentas às reações de familiares que possam estar declinados a tal. Confesso que não temos profissionais capacitados para emitir opinião. Sabemos que orientações psicológicas e até religiosas podem evitar ou minimizar o desejo de suicídio. Mas, tudo isso, superflua. Por isso, preferimos não emitir opinião e, sim, convidar palestrantes, especialistas com o objetivo de esclarecer e orientar os ouvintes.

4 Centro de Valorização da Vida. Mais informações em: < <https://www.cvv.org.br/> >.

Butuí FM

A direção da emissora, que é de caráter comunitário, respondeu ao contato que “nosso trabalho se resume a divulgação, porém temos pouco material a respeito. Mas sempre estaremos à disposição para debates.”

Navegantes FM

A emissora comunitária ressaltou que “não tem uma política editorial definida sobre o tema suicídio. Apenas divulga os fatos como notícias e informativos isolados.”

Jornais impressos

Segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ, 2017), há cerca de 3.076 jornais, incluindo várias periodicidades (diária, semanal, quinzenal, entre outros), sendo 722 diários.

Jornal *O Regional*

A política do periódico é de não divulgação. Se o caso envolver autoridade ou ganhe repercussão diferenciada, é estudada uma forma mais adequada de divulgação.

A direção de jornalismo diz crer que “a divulgação desses fatos pode até incentivar outras pessoas a tomarem o mesmo caminho. Há outros fatores que envolvem a ética e nossa postura profissional, que nos fazem ter reservas em relação a esse tipo de noticiário. Em casos de artigos sobre suicídio – que levem outras pessoas à reflexão e a ajudar, temos interesse em divulgar.”

Jornal *Folha de São Borja*

O periódico faz parte da Empresa São Borjense de Comunicações Ltda. Segundo a jornalista responsável pela cobertura da área policial, a política editorial do veículo é a divulgação dos suicídios. “Não acredito que a divulgação em jornal possa influen-

ciar outras pessoas a cometerem o suicídio. Aqui em São Borja, mais de 90% dos suicídios têm como causa a depressão”, finalizou a profissional.

Análise e discussão dos resultados

Em relação ao jornal impresso, há dois posicionamentos diferentes. Enquanto a *Folha de São Borja* divulga, *O Regional* o faz apenas quando o fato envolve alguma pessoa pública e, ainda assim, tenta trazer informações com reflexões para a busca de ajuda para potenciais suicidas que leiam a matéria.

Em relação às emissoras de rádio, apenas uma não divulga os casos de suicídios, e ainda veicula *spot* do Centro de valorização a vida (CVV) e realiza entrevistas com profissionais esporadicamente, com esclarecimentos sobre a questão. Duas emissoras (do mesmo grupo de comunicação) utilizam como referência uma cartilha da ABP⁵. Outro responsável ressaltou que a emissora está à disposição para debater sobre a questão. Considera que um evento com representantes da imprensa local seria importante para ampliar a discussão, inclusive a partir de resultados de pesquisas.

O CFP (2013) traz sua visão sobre essa influência da mídia na divulgação do suicídio. É indiscutível, como recomenda a OMS em seus manuais, a necessidade de cuidado na divulgação dos acontecimentos, como é, na verdade, a divulgação de qualquer acontecimento. Contudo, se a mídia assumir um papel de fato informativo, desempenhará um papel importante na reflexão da sociedade acerca não só do suicídio propriamente dito, como também de suas múltiplas determinações e consequências. Vale lembrar que parte considerável da mídia responde a outros interesses, os da ideologização da realidade e de manutenção da sociedade tal como se encontra e, dessa maneira, discutir seriamente a questão do suicídio seria colocar em risco sua própria condição social

Em 2000, através do programa de prevenção do suicídio, o SUPRE, a Organização Mundial da Saúde – OMS – lançou uma série de manuais contendo orientações relevantes sobre a pre-

5 Disponível em: <https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/suicidio_informado_para_prevenir_abp_2014.pdf> Acesso em: 19 jun. 2019.

venção do suicídio aos profissionais da mídia. Como destaca o manual (2000, p.3):

A mídia desempenha um papel significativo na sociedade atual, ao proporcionar uma ampla gama de informações, através dos mais variados recursos. Influencia fortemente as atitudes, crenças e comportamentos da comunidade e ocupa um lugar central nas práticas políticas, econômicas e sociais. Devido a esta grande influência, os meios de comunicação podem também ter um papel ativo na prevenção do suicídio.

Desse modo, a preocupação gira em torno do cuidado em disseminar a informação de maneira apropriada. O documento enfatiza o impacto que a cobertura midiática pode ter nos suicídios, principalmente naqueles indivíduos mais vulneráveis.

Assim, aponta que, dependendo da maneira como os meios de comunicação tratam e tornam públicos os casos de suicídio, estes podem efetivamente influenciar na ocorrência de novos suicídios, o que justifica o cuidado que se deve ter ao abordar o suicídio na pauta jornalística.

Esse aspecto da imitação, também conhecido pelo “efeito de Werther”, ou seja, o suicídio “por contágio” ou “*copycat*”, é uma das primeiras relações conhecidas entre os meios de comunicação de massa e suicídio. O nome “efeito Werther” utilizado na literatura técnica da Psicologia para designar os suicídios que seguem um modelo, isto é, são *imitativos*, teve a inspiração no romance do escritor alemão Johan Wolfgang Goethe, intitulado *Die Leiden des Jungen Werthers*, o qual acaba com o suicídio do seu protagonista. Esse romance, após a sua primeira publicação, em 1774, provocou uma onda de suicídios. A obra chegou a ser proibida em determinadas regiões.

Segundo Coutinho (2010, p. 65):

Na época, após ler a novela de Goethe, muitos jovens se mataram e em certos casos o faziam segurando um exemplar do livro. Desde então, estudos científicos demonstraram que a leitura ou o relato de casos de suicídios pode levar à identificação e à imitação, o que passou a ser conhecido como o ‘efeito Werther’.

Dapieve (2007, p. 15) também apontou que “[a expressão] ‘efeito Werther’ passou a ser usada sempre que um suicídio - sobretudo de artistas - serve de inspiração para que outras pessoas se matem”. O autor também cita o estudo realizado por David Phillips, na década de 1970, que se refere ao “fator Marilyn”. Após a morte da atriz Marilyn Monroe por overdose de barbitúricos, em 1962, constatou-se um aumento de 12% nos suicídios nos Estados Unidos, visto que, naquele momento, 303 pessoas além da taxa mensal norte americana decidiram-se, então, pela morte voluntária.

Nesse sentido, tanto o “efeito Werther” quanto o “fator Marilyn” sugerem que os indivíduos mais vulneráveis, com fatores de risco para uma potencial ideação e comportamento suicidas, incluindo passado histórico de ideação e/ou comportamento suicidas, podem ser influenciados e contagiados ao serem impactados com a divulgação de casos de suicídio pela mídia.

Segundo Coutinho (2010), o suicídio é universal e ocorre ao longo de toda a história humana, além de estar sob forte influência dos laços sociais, nos quais o suicida se referencia ou dos quais é excluído. Para esse autor, a imitação e o contágio são dois fenômenos que, assim como as notas suicidas, atestam a íntima relação que existe entre suicídio e laço social, daí o cuidado com a veiculação de notícias de autoextermínio. O autor acrescenta que (2010, p.3):

Na imitação, um suicídio exerce um efeito modelador em suicídios subsequentes. No contágio, um suicídio facilita a ocorrência de novo autoextermínio, indiferentemente do direto ou indireto conhecimento do suicídio precedente. Reconhecida influência destes fenômenos no aumento das taxas de suicídio levou a Organização Mundial de Saúde a elaborar um guia para profissionais de mídia, para orientá-los quanto ao modo correto de noticiar um suicídio.

Desse modo, os estudos apontam que existem evidências de que algumas formas de noticiários e coberturas televisivas de suicídios associam-se a um excesso de suicídios estatisticamente significativo, tendo um impacto naqueles que já estão mais vul-

neráveis, com alguma predisposição ou algum grau de perturbação mental ou emocional.

Dapieve (2010), ao se referir a alguns estudos, ressalta que o papel dos meios impressos no processo de imitação teria peso maior que o dos meios eletrônicos, apontando que a televisão teria uma probabilidade 82% menor de deflagrá-lo que um jornal. O motivo para essa diferença seria atribuído ao fato de que, na televisão, notícias sobre suicídio duram em média menos de 20 segundos e podem ser esquecidas ou até passar despercebidas. Por outro lado, as histórias divulgadas pela mídia impressa podem ser guardadas, lidas, relidas, veiculadas nas paredes, enfim... Esse fato se confirmou por encontrarem frequentemente, ao lado dos corpos dos suicidas, cópias de notícias de outros casos de suicídios que haviam sido anteriormente veiculadas.

Porém, como aponta o manual para profissionais de mídia que orienta sobre a prevenção do suicídio: “O suicídio frequentemente tem apelo suficiente para ser noticiado, e a mídia tem o direito de mostrá-lo”, e “o relato de suicídios de uma maneira apropriada, acurada e cuidadosa, por meios de comunicação esclarecidos, pode prevenir perdas trágicas de vidas”.

Resumidamente, o manual da OMS (2000, p. 7) traz as seguintes sugestões e cuidados que os jornalistas e meios de comunicação devem ter:

O que fazer: • Trabalhar em conjunto com autoridades de saúde na apresentação dos fatos. • Referir-se ao suicídio como suicídio “consumado”, não como suicídio “bem sucedido”. • Apresentar somente dados relevantes, em páginas internas de veículos impressos. • Destacar as alternativas ao suicídio. • Fornecer informações sobre números de telefones e endereços de grupos de apoio e serviços onde se possa obter ajuda. • Mostrar indicadores de risco e sinais de alerta sobre comportamento suicida. **O que NÃO fazer:** • Não publicar fotografias do falecido ou cartas suicidas. • Não informar detalhes específicos do método utilizado. • Não fornecer explicações simplistas. • Não glorificar o suicídio ou fazer sensacionalismo sobre o caso. • Não usar estereótipos religiosos ou culturais. • Não atribuir culpas.

De acordo com a Associação Brasileira de Psiquiatria (2014), não se pode prever exatamente quem vai se suicidar, mas podemos reconhecer alguns fatores de risco. Entre estes estariam a doença mental, muitas vezes não diagnosticada, frequentemente não tratada ou não tratada de forma adequada. Entre os transtornos psiquiátricos mais comuns estariam a depressão, transtorno bipolar, alcoolismo e abuso/dependência de outras drogas e transtornos de personalidade e esquizofrenia. Indivíduos com histórico de ideação suicida – que tentaram suicídio previamente – têm de cinco a seis vezes mais chances de tentar suicídio novamente. Estão ainda, entre os fatores de risco, os sentimentos de desesperança, desespero, desamparo e impulsividade.

Os estudos da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP (2014) também apontam que o comportamento suicida entre jovens e adolescentes aumentou em todo mundo, envolvendo motivações complexas, incluindo humor depressivo, abuso de substâncias, problemas emocionais, familiares, sociais, história familiar de transtorno psiquiátrico, rejeição familiar, negligência, além de abuso físico e sexual na infância.

Em relação ao gênero, os estudos da ABP (2014) informam que os óbitos por suicídio são em torno de três vezes maiores entre homens do que entre mulheres, porém, as tentativas de suicídios são, em média, três vezes mais frequentes entre as mulheres. Há evidências, também, de que os conflitos em torno da identidade sexual causem um maior risco de comportamento suicida, o que aponta a necessidade de olharmos também para essas questões. As doenças clínicas, não psiquiátricas, também estão entre os fatores de risco; os estudos evidenciaram que as taxas de suicídio são maiores entre pacientes com câncer, HIV, doenças neurológicas, doenças cardiovasculares, além de doenças reumatológicas, como o lúpus eritematoso sistêmico. Eventos adversos na infância e na adolescência, como maus tratos, abuso físico e sexual, pais divorciados, transtorno psiquiátrico familiar, assim como a história familiar e genética da família estão entre os fatores de risco.

Entendemos que um fator importante acerca dos determinantes do suicídio refere-se ao papel da mídia, e os estudos sugerem que existem fatores de risco e grupos de pessoas suscetíveis ao suicídio, em decorrência do efeito da mídia. Desse modo, tra-

tar desse tema numa pauta jornalística é algo complexo e implica reflexões específicas que levem em consideração todos os determinantes que envolvem a questão do suicídio e que implicam ética e responsabilidade.

Segundo consta nas orientações sobre como abordar o suicídio na imprensa da ABP (2014, p.20):

Quando o suicídio for notícia (e esse critério varia entre os órgãos de imprensa) sugere-se reportagem discreta, cuidadosa, com parentes e amigos enlutados, sem detalhismo exagerado do método suicida, notadamente quando o falecido era celebridade, ou pessoa muito estimada localmente. Acredita-se que carregar a reportagem de tensão, por meio de descrições e imagens de amigos e de familiares impactados, acabe por encorajar algumas pessoas mais vulneráveis a tomarem o suicídio como forma de chamar a atenção ou de retaliação com outros.

Mesmo diante de recomendações e sugestões da OMS, da Associação Brasileira de Psiquiatria, além de entre outros órgãos que trabalham em prol da orientação e prevenção em relação ao suicídio, cada veículo de comunicação segue seus próprios critérios de divulgação e noticiabilidade quanto ao suicídio. Neste trabalho, foram objeto de análise os principais meios de comunicação são-borjenses, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, divisa com a Argentina.

Ou seja, se o objetivo for, além de levar o fato até o receptor, assimilar também algo a mais sobre como prevenir, ajudar, esse formato é visto positivamente.

Apontamentos finais

No Brasil, o mês de setembro é marcado pelo 'Setembro Amarelo', campanha de prevenção do suicídio, organizado pelo Ministério da Saúde. Atualmente, a mobilização do tema se faz necessária devido ao aumento desses casos em todo o país. No Brasil, os números preocupam. Diariamente, pelo menos 30 casos são registrados, segundo o Portal G1 (2018).

O CVV conta com 2.400 voluntários no país e é considerado de utilidade pública desde 1973. Atende gratuitamente via telefone, pelo número 188, durante as 24 horas do dia. O município de São Borja está em fase de estudos para ter uma unidade de atendimento via telefone na cidade (que poderá se integrar à rede nacional).

A conscientização deve ser um trabalho permanente e é importante que profissionais de saúde se atrelem à mídia para criar campanhas de prevenção durante o ano todo, e aí está uma das responsabilidades dos meios de comunicação, justamente pela influência que exercem sobre as pessoas, como já descrito e aprofundado neste artigo.

O jornalismo utiliza o interesse público como premissa do que deve ser notícia, razão pela qual muitos veículos de comunicação divulgam suicídios quando o autor for uma pessoa pública.

Na mídia são-borjense, a divulgação de suicídios acontece de forma frequente, com exceção de um veículo apenas, que só divulga tais ocorrências quando a pessoa que o cometeu tiver alguma repercussão pública.

Comparando as diferentes mídias existentes e alguns estudos apontados neste trabalho, a mídia impressa é a que representa maior perigo por ser possível guardar as edições para rever em momentos futuros, por isso o cuidado desse veículo deve ser redobrado, pois pode potencializar atos suicidas, principalmente para pessoas mais vulneráveis. Em São Borja, nos últimos três anos analisados (2016 a 2018) – foram registradas ao todo cinco tentativas.

O número de suicídios no município pode ser considerado baixo, já que foram sete casos em 2018, porém, a situação requer atenção contínua e de vários setores da sociedade.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA - ABP. (2014). *Comportamento suicida*: Conhecer para prevenir. Dirigido para profissionais de imprensa. Disponível em: <<http://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index9/?numero=14#page/1>> Acesso em: 23 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS - ANJ (2017). *Número de jornais brasileiros*. Disponível em: <<https://www.anj.org.br/site/#sp-inset-5>> Acesso em: 23 mai. 2019.

BRASIL. Ministério das Comunicações. *Ministério das comunicações atualiza lista com dados de emissoras*. (2014). Disponível em: <goo.gl/ouaxwa> Acesso em: 24 mai. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *O suicídio e os desafios para a psicologia*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.

COUTINHO, A.H.S.A. Suicídio: agredividade. *Reverso*, n.48, p.76-87, Belo Horizonte, 2001.

DAPIEVE, Arthur. *Morreu na contramão: o suicídio como notícia*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed, 2007.

DUARTE, Jorge. Comunicação Pública. 2006. Disponível em: <goo.gl/xn-4bh>. Acesso em 19 abri. 2019.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTOS, Andrea de Melo da Rocha. *Pesquisa - suicídios no RS*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vrhoden6@gmail.com> em 10 jul. 2019.

GRUPO RBS. *Guia de ética e autorregulamentação jornalística*. Grupo RBS. Porto Alegre: RBS Publicações, 2011.

Portal G1. *Campanha 'Setembro Amarelo' aborda a prevenção ao suicídio*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/mas-saude/noticia/2018/09/01/campanha-setembro-amarelo-aborda-a-prevencao-ao-suicidio.ghtml> Acesso em: 20 mai. 2019.

REVISTA GALILEU. *Por que o Rio Grande do Sul é a região com mais suicídios do país*. (2016). Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/noticia/2016/10/por-que-o-rio-grande-do-sul-e-regiao-com-mais-suicidios-do-pais.html>. Acesso em: 19 jun. 2019.

RIGO, Soraya Carvalho. Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a psicologia clínica. Parte 1. Capítulo 3. In: *O suicídio e os desafios para a psicologia*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia*. Genebra, 2000. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_media_port.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

WERLANG, Bianca. Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a psicologia clínica. Parte 1. Capítulo 2. In: *O suicídio e os desafios para a psicologia*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013.

Diagramação, Impressão e Acabamento



Assis - SP
Fone: (18) 3322-5775
Fone/Fax: (18) 3324-3614
vendas@graficatriunfal.com.br
www.graficatriunfal.com.br